

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

ANGÉLICA SOARES GUSMÃO

**MISÉRIA: A ASCENSÃO MORAL DO
*HOMO OECONOMICUS***

**VITÓRIA
2007**

ANGÉLICA SOARES GUSMÃO

**MISÉRIA: A ASCENSÃO MORAL DO
*HOMO OECONOMICUS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Política Social, na área de Política social, Estado e Sociedade.

Orientador: Prof. Manoel Luiz Malaguti Barcellos Pancinha

**VITÓRIA
2007**

ANGÉLICA SOARES GUSMÃO

**MISÉRIA: A ASCENSÃO MORAL DO
*HOMO OECONOMICUS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Política Social, na área de Política Social, Estado e Sociedade.

Aprovada em 24 de outubro de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Manoel Luiz Malaguti Barcellos Pancinha
Orientador

Prof. Paulo Campanário
Dr. em Demografia

Prof. Izildo Corrêa Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Ficha Catalográfica



A
vida.

Ao meu orientador por ter suportado todas as críticas ao defender a idéia deste trabalho, mesmo quando ainda não acreditava nela.

“O homem pode ser desculpado por sentir orgulho de ter se elevado ao cume da escala orgânica, embora não o fosse sempre por seus próprios meios, e o fato de ter se elevado ao lugar onde seu ser não foi colocado originalmente pode dar-lhe a esperança de um destino ainda mais elevado no futuro”.

Charles Darwin

Resumo

Criticamos a sociedade do *Homo Oeconomicus*, cujas ações regem-se pelas leis do mercado e pelo pensamento cartesiano. É a sociedade que se orienta pelas esferas da legalidade, da moralidade e de todas as lutas em favor da sobrevivência. O trabalho é uma denúncia humanista, de cunho filosófico, científico e político, em favor da vida. Explicamos como o processo de fragmentação do conhecimento e das ciências, legitimado pelas políticas públicas, engendram-se nessa sociedade moral que não favorece a ética. Defendemos, com isso, a necessidade da ressurreição da ética, a partir de Spinoza, para a construção de uma sociedade formada pelo desenvolvimento das capacidades potenciais do homem que ainda são castradas pelas ciências e pelas políticas governamentais. A ditadura econômica promovida pela corrida ao crescimento e ao desenvolvimento tem impedido que o homem esteja no centro dessas políticas, perpetuando estados de misérias e caos social.

Palavras-chave: Fragmentação do conhecimento. Fragmentação científica. Pensamento Econômico. Moral. Ética.

Abstract

The Homo Oeconomics society, which actions react from the market laws and the cartesian ideas, is often criticized by us. It is the society that is oriented by the spheres of legality, of morality and of all fights in favor of survival. This paper is a humanist denounce of philosophical, scientific and political aspect in favor of life. It explains how the process of fragmentation of Knowledge and scientific, legitimised by the public politics, happens in this moral society that does not favor ethics. Based on that, we defend the necessity of the resurrection of ethics, according to Spinoza, for the construction of a society made by the development of man's potential capacities that are still castrated by the sciences and governmental politics. The economic dictatorship promoted by the race to growth and development has hindered man to be in the center of these politics, propagating states of misery and social chaos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 AMUTAGÊNESE DO ZOON POLITIKON, DO HOMO MACHINA E DO HOMO OECONOMICUS	22
1.1 A TRANSFIGURAÇÃO DO ZOON POLITIKON	22
1.2 MOTOR DO PENSAMENTO MECANICISTA	34
1.3 O HOMEM MÁQUINA	42
1.4 A SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS HUMANAS E A HUMANIDADE DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	52
1.5 IMPLICAÇÕES	61
2 CIÊNCIAS ECONÔMICAS: A OIKONOMIA, A ECONOMIA, A CHREMATISTIKÉ E A SONOMIA	64
2.1 A CIÊNCIA DO HOMO OECONOMICUS	64
2.2 A FASE CIENTÍFICA DA ECONOMIA: NOVOS VALORES OU A NOVA OIKONOMIA?	81
2.3 ECONOMIA VERSUS SOCIEDADE	101
3 POBREZA, MISÉRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	120
3.1 ENTRE A POBREZA E A MISÉRIA	120
3.2 BRASIL: A MISÉRIA MENSURADA PELA FOME	134
3.3 A GEOGRAFIA DA MISÉRIA E A FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL	154
3.3.1 DIFERENTES ESTADOS TEÓRICOS	156
3.3.2 TERRITÓRIOS E CONTORNOS IDEOLÓGICOS DO ESPÍRITO SANTO	159
3.4 POLÍTICAS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: IRMÃOS SIAMESES	174
3.4.1 <i>Welfare State</i> : políticas sociais para a produção capitalista	194
3.5 O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS NOVOS MOVIMENTOS	205
CONCLUSÃO	215
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICES	223
APÊNDICE A – NOTAS METODOLÓGICAS	224
APÊNDICE B – QUESTÕES PARA A PESQUISA DE CAMPO	225
APÊNDICE C – MAPA GUIA	226
ANEXOS	227
ANEXO A – MAPAS TEMÁTICOS	228
ANEXO B – TABELA DO IDH-M DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO NORTE DO ES	255
ANEXO C – TABELA DAS FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO NORTE DO ES	256

Introdução

[...] no mundo antigo e medieval [...] ocorria muito da atividade que constitui a matéria da Economia moderna. Mas os pensadores, gregos e cristãos medievais, não se preocupavam com tais fatos isoladamente, e sim buscavam compreender como poderiam enquadrá-los numa organização sadia e durável da totalidade da vida. [...] A moderna denominação de 'Economia', tomada aos antigos, indica exatamente o oposto do que eles entendiam por ela. [...] A ciência social de hoje é toda factual e técnica, ao passo que a concepção antiga e medieval da qual deriva, era largamente filosófica, isto é, orientada para o todo e dirigida para a descoberta de um método capaz de organizar sabiamente a sociedade. [...] O economista moderno, por sua vez, isola a esfera econômica a analisa-lhe as leis intrínsecas. Os antigos não supunham, ao contrário dos modernos, que essa organização autônoma da esfera econômica fosse compatível com o bem-estar social e moral. (HEIMMAN, 1964, p. 31-33)

Iniciar este trabalho com uma citação que parece defender a funcionalidade do mundo medieval, daria aos modernos cientistas sociais a convicção da evolução positiva do conhecimento, especialmente na área econômica. No entanto, considerando a trágica realidade real e empírica do caos que atinge as sociedades modernas, implantamos a dúvida sobre a evolução dos métodos modernos das ciências sociais. À medida que as ciências se fragmentam, isolam-se e se separam da ética e da política, o ser humano passa pela trajetória histórica do *zoon politikon* (homem político) até à sua plena racionalidade como o *homo oeconomicus* (homem econômico). Podemos dizer que passamos da sociedade política para a sociedade de mercado. Para os gregos essa passagem representaria a decadência, para os modernos a ascensão.

Com o propósito de compreender as relações entre o conhecimento, a ética e as políticas públicas, este texto é uma tentativa de estabelecer as dificuldades analíticas e metodológicas com as quais se depara a ciência econômica tradicional enquanto ciência da, e voltada para a, sociedade. Como essas dificuldades não são exclusivas à moderna economia, aqui também serão avançadas algumas críticas sobre a fragmentação do conhecimento em geral e como este processo fragiliza a eficiência e desloca os objetivos das políticas públicas.

É assim que, em um primeiro momento, observaremos o processo de parcelamento crescente do conhecimento enciclopedista. Em seguida, em um segundo momento, tentaremos analisar algumas fragilidades interpretativas da ciência econômica, já

agora considerada como disciplina ou conhecimento particular e particularizador. Neste ponto procuraremos esclarecer o que podemos chamar de 'especialização da especialidade econômica' ou sua transformação em técnica de gerenciamento da economia capitalista – que se estende ao campo das políticas públicas.

Nesse momento será necessária muita precaução. Uma definição precisa do objeto de análise se faz imperativa. No caso das ciências econômicas devemos ter sempre em mente a multiplicidade das correntes de pensamento que a informam e constroem. Portanto, ao falarmos de ciência econômica estaremos nos referindo à sua vertente dominante, por considerar que seja esta a concepção que mais se afastou do conhecimento amplo do social e, por isso, das questões que nos afligem como pessoas ou seres integralmente referidos ao social.

Não queremos, com isso, defender a idéia de que as demais correntes estejam fora do contexto de fragmentação e insuficiência. No entanto, como não se tem por objetivo o aprofundamento de seus aspectos comparativos e de diferenciação, o privilégio analítico recairá sobre a vertente neoclássica do pensamento econômico, na medida em que se aproxima com muito mais rigor do pensamento mecânico e seccionado.

No caso das políticas públicas, privilegiamos as políticas municipais por serem voltadas diretamente à população. Além disso, temos a convicção de que estas não se afastam das construções das demais unidades federativas. Ao contrário, espelham-se através de manuais e cartilhas para alcançarem êxito e atrair recursos.

Ou seja, a fundamentação de tais cartilhas, modelos ou manuais a serem seguidos pelos municípios brasileiros está incontestavelmente amparada pelas teorias econômicas que visam o crescimento, o 'desenvolvimento' e o 'controle' social ditados por órgãos e institutos que têm por missão sanar problemas particulares por meio de soluções idênticas e genéricas, obedecendo a padrões de controle, em muitos casos internacionais, enquadrando os cidadãos como clientes¹ dos serviços

¹ Aqui cabe fazer a separação entre os 'clientes' que 'usufruem' dos serviços públicos com os 'clientes-alvo' das políticas sociais focalizadas que, nesse caso, temos como sinônimo de assistência. No entanto, nos dois casos, embora ocorram ações que visem o aumento da participação das decisões de investimentos públicos, existe uma nítida separação entre o social e o público e isso se espelha na separação/diferenciação que ainda se faz sobre as políticas públicas e políticas sociais. Defendemos ainda que as decisões de investimento participativas ocorram *a posteriori* ao planejamento de governo, tornando o Estado, ao mesmo tempo, servidor e gerenciador da sociedade

públicos, assim como são produtores e consumidores na sociedade capitalista. Possivelmente, não seria exagero afirmar que, em muitos casos, alguns programas e projetos sociais utilizam grupos como sendo verdadeiras cobaias humanas para provarem suas eficácias e positivar seus indicadores.

Longe de ser um estudo de campo, selecionamos algumas cidades localizadas num bolsão de pobreza do norte do Espírito Santo para ilustrar como os padrões e métodos científicos orientam os administradores públicos na tomada de decisões e implantação das políticas públicas, exatamente onde elas são mais necessárias. Para tanto, ouvimos prefeitos e secretários municipais além de visitarmos moradores da região em suas residências². Sublinhamos que todas as citações incluídas no decorrer deste trabalho são simplesmente exemplificações despretensiosas do nosso ponto de vista ou de uma idéia colocada. Seria, na verdade, uma tentativa de sair da esfera da excessiva abstração – risco a que está submetida qualquer teoria.

Ademais, veremos como as questões e focos de interesse da moderna economia levaram seus adeptos a criarem uma realidade adaptada às suas preocupações teóricas, uma *virtual reality* na qual todos os indivíduos são apenas produtores e consumidores. Uma *virtual society* cuja existência e coesão dependem da criação de mecanismos artificiais de relacionamento entre indivíduos primariamente a-sociais – ressaltaremos aqui o mecanismo mercantil, ou a atuação da mão invisível do precursor da moderna ciência econômica, como único espaço possível de socialização. Nesta *virtual humanity*, composta de indivíduos que agem como mercadorias vivas, a política, a civilidade e as relações afetivas são meros espasmos do mercado. Afinal, como poderia ser diferente se todos se definem — exclusivamente — por suas atividades e virtudes econômicas? Ou, como bem percebeu Karel Kosik:

Na economia capitalista verifica-se o recíproco intercâmbio de pessoas e coisas, a personificação das coisas e a coisificação das pessoas. Às coisas se atribuem vontade e consciência e, por conseguinte, o seu movimento se realiza consciente e voluntariamente; e os homens se transformam em portadores ou executores do movimento das coisas. (KOSIK, 1995, p. 193).

autonomamente, assim como uma instituição financeira realiza-se e renumera os seus correntistas com recursos destes últimos.

² Um breve resumo metodológico encontra-se no apêndice A.

Sem essa coisificação, possivelmente, a teoria econômica moderna encontraria excessiva dificuldade em aproximar-se das ciências exatas e, assim, da excelência científica. Sem transformar os trabalhadores, consumidores e produtores em variáveis independentes (por isso o pouco caso com as interações sociais), assim como seus comportamentos em curvas e gráficos, seria impossível a tentativa de separação da economia das demais esferas do conhecimento humano. Se por um lado o perfil matemático da economia tornou-a aparentemente mais objetiva, por outro lado, criou a sensação de que todo movimento humano pudesse ser previsto através de equações. Pelo mesmo caminho trilham outras ciências e tentaremos expor aqui algumas das condições que conduziram o estudo da sociedade a se transformar em um aglomerado de estudos particulares sobre regiões específicas do fato social e, dentre estas, a região econômica³. Pelas palavras de ELIAS (2005),

A divisão das disciplinas acadêmicas, a orientação preponderante da biologia e da ciência médica para o organismo vivo em isolamento e para as estruturas orgânicas específicas das espécies têm levado a uma lastimável confusão na tradição lingüística e intelectual. Isso dá a impressão de que o organismo humano singular [...] funciona como um modelo do que se entende por indivíduo. [...] A vida comunitária das pessoas, sua sociedade, suas estruturas e processos afiguram-se, em contraste, como não sendo produzidos pela natureza e, portanto, não sendo efetivamente reais. [...] Desse modo, a especialização acadêmica contribui para construir um arcabouço inadequado, para postular a natureza e a sociedade como opostos. (ELIAS, 2005, p. 159)

Esse modelo, segundo Elias, conduz a uma espécie de virtualização das relações e não só delas, mas do homem real, em suas afeições. Por outra via, a especialização das ciências apresentou resultados espetaculares em todos os ramos do conhecimento. Contudo, não faltam aplausos. Falta, isso sim, uma compreensão profunda e generalizada das conseqüências que os modelos simplistas/reducionistas geraram por toda parte. Por isso, tentamos como objetivo final, compreender como o processo de especialização da especialização do conhecimento entrecruza-se com as formas extremas de caos social, entendido como um conjunto de variáveis retro-alimentadas composto pela miséria, pela

³ Como se verificará no texto, o termo *econômico* sofre duas interpretações. A primeira tomará um sentido amplo, onde o econômico não pode ser isolado da esfera político-social-filosófica. A segunda interpretação é aquela utilizada pelos economistas modernos da corrente de pensamento dominante que parecem restringir o conceito de economia ao estudo do mercado – que preferimos chamar de economia capitalista.

violência, pela corrupção, pelos desastres ambientais, pelas doenças da modernidade, pelos transtornos psico-emocionais etc.

Deve ficar claro, portanto, que todos os pontos a que resolvemos chamar de caos social serão considerados apenas como processos constituintes de um problema superior, agigantado pela ditadura da fragmentação do conhecimento científico. Em outras palavras, não estamos à procura de uma causa ou da solução para quaisquer situações que modifique ou atenuie o transtorno. A nossa preocupação é com o processo. Não descreveremos a miséria nem a caracterizaremos, apenas a utilizaremos como meio para a compreensão das formas de aplicação das políticas públicas e como estas são determinadas através de teorias padronizadas – por isso escolhemos algumas cidades do bolsão de pobreza do extremo norte do Espírito Santo para amadurecimento teórico.

Nesse sentido, a miséria, entendida como o termo generalizador de um conjunto de transtornos sociais, como a fome, a violência, a desfiliação⁴, o preconceito, a discriminação — e outras mazelas que tendem a se concentrar ou a se agravar nos bolsões de pobreza —, seria apenas *um dos aspectos* a ser co-relacionado com a fragmentação do conhecimento e as práticas políticas, e não a consequência direta destas últimas.

Assim, este estudo busca ampliar a compreensão de como a miséria agrava ou consolida-se a partir dos contornos ideológicos dominantes e suas formas de existência contemporâneas. E com isso queremos entender como o processo do ‘fazer conhecimento’ e do ‘sofrer as ideologias’ influenciam a sociedade através de paradigmas, leis e códigos que nos são apresentados como elementos naturais e inerentes ao homem enquanto ser social. Esses ‘coágulos ideais’ nos regem, provocando afirmações vazias que geram verdadeiras epidemias sociais, quais sejam: o conformismo e a descrença. Vemo-nos, assim, convencidos da impossibilidade de uma transformação e de uma mudança social efetiva que possa vir a derrubar os paradigmas que nos escravizam e que alienam o homem de suas potencialidades.

Na esfera pública, o ideal de excelência apóia-se em leis formuladas pelas teorias das correntes dominantes que reafirmam algumas crenças expostas acima

⁴ Este conceito é defendido por CASTEL (1998).

(Homem=consumidor; Sociedade = \sum Indivíduos etc.). Esse mesmo ideário é transferido à sociedade em forma de manuais e cartilhas que cabem aos municípios seguir.

Por outro prisma, parece haver um esgotamento no sistema de normas e Leis que garantem os direitos e deveres. Isto é, poderíamos recorrer à defesa de que os transtornos sociais ocorrem em função do descumprimento das Leis estabelecidas ou por uma ‘ausência de ética’. A esse respeito Leila Domingues Machado faz uma colocação, ajudando-nos a adentrar numa outra dimensão importante de nosso trabalho: a ética.

[...] Há, nessa forma de análise uma solicitação de que as regras se tornem mais coercitivas para que os limites possam ser impostos. Dentro da perspectiva moral esse raciocínio aplica-se perfeitamente. As regras estão dadas, restaria obedecê-las. Quando a obediência não ocorre há um apelo a um maior rigor que venha garantir o seu cumprimento. Contudo, essa visão parece não questionar as razões dessa impostura, talvez porque a julguem desobediência. (MACHADO, 1999, p. 152)

É exatamente quando as formas de controle, de coerção e de pacto social falham que, segundo Leila, essas formas-subjetividades deveriam ser questionadas – e não ampliadas indiscriminadamente. A sociedade, porém, solicita uma ainda mais rígida aplicação das fórmulas fracassadas. Analogamente, se pede paz para a polícia; saúde aos hospitais, sanidade aos hospícios, cidadania às escolas, justiça aos tribunais e, sobretudo, clama-se por melhorias de formas de sobrevivência em detrimento da vida em sua potência criadora.

Parece não perceberem que combatem apenas as consequências sem a reflexão das causas. A exigência da sociedade moderna é para que a Lei reja, normatize, proteja e puna quase que automaticamente, sem efetivo envolvimento. Uma espécie de punição moral – não ética. Mas a idéia de que as Leis não necessariamente traduzem justiça já era difundida por Platão (428 A.C.), assim como – em consonância com a ética de Spinoza – a importância de se colocar o Homem acima das Leis.

Há um diálogo platônico sobre ‘A ilegalidade ideal’ que merece ser reproduzido aqui:

— Ora, é claro que, de certo modo, a legislação é função real; entretanto o mais importante não é dar força às leis, mas ao homem real, dotado de prudência. [...]

— É que a lei jamais seria capaz de estabelecer, ao mesmo tempo, o melhor e o mais justo para todos, de modo a ordenar as prescrições mais convenientes. A

diversidade que há entre os homens e as ações, e por assim dizer, a permanente instabilidade das coisas humanas, não admite em nenhuma arte, e em assunto algum, um absoluto que valha para todos os casos e para todos os tempos. (PLATÃO, 1983, p. 242-243)

É imperativo, nesse ponto, justificar a distinção que fazemos entre a moral e a ética. Para tanto, utilizamos uma explicação de Leila sobre a ética defendida por Spinoza. Nesse trecho podemos perceber algumas aproximações com a teoria de Aristóteles (que nos basearemos amplamente nos capítulos seguintes) e com o socialismo utópico, idealizado por Marx.

Ética seria a educação do caráter visando à felicidade, à vida justa e livre, o que para os gregos seria possível como vida política. A ética estaria referida a um juízo de apreciação, um **exercício de pensamento** e escolha entre o que seria considerado como **bom** e como **mau**. Moral [...] significa **costumes**, configurando-se como as **regras** e **valores** sociais, um **conjunto prescritivo** baseado em concepções de **bem** e de **mal** que viriam conduzir de forma absoluta, categórica – o Bem válido para todos em qualquer tempo e lugar – ou relativa, derivada – um bem válido para um grupo ou para uma época – as ações de cada um. (MACHADO 1999, p. 148, grifos da autora)

Novamente a idéia platônica sobre a fragilidade da Lei (em sua autonomia ilusória) do Homem, transparece na colocação de Leila quando fala sobre a condução genérica e absoluta de regras e valores ou quando se remete a Grécia antiga sobre as atribuições da Política. E para que fique mais transparente a concordância das idéias, mais uma vez recorremos ao diálogo platônico que parece defender a dicotomia entre lei e ética. Dando continuidade ao diálogo platônico, temos a crítica de Platão sobre as leis como forma absoluta de governo:

— Ora, em suma, é precisamente este absoluto que a procura, semelhante a um homem obstinado e ignorante que não permite que ninguém faça alguma coisa contra sua ordem, e não admite pergunta alguma, mesmo em presença de uma situação nova que as suas próprias prescrições não haviam previsto, e para a qual este ou aquele caso seria melhor. (PLATÃO, 1983, p. 243)

No entanto, Leila adverte oportunamente que “Ética e moral se entrecortam, se misturam e se distanciam, expressam um jogo de forças que assume formas variadas em cada época”. (Ibid, p. 149). Apropriamo-nos dessa ‘advertência’ para fazer compreender que o que ocorre são ativações, predominâncias e superestimações de uma esfera sobre a outra. A nossa defesa é que ocorre na sociedade moderna a predominância quase que absoluta da moral sobre a ética, assim como das Leis e Medidas sobre os homens, no sentido em que “A ética não

seria uma reprodução, mas uma criação; não seria uma aplicação de regras preestabelecidas, mas o uso de regras facultativas, um processo de pensamento e não a efetuação de soluções preconcebidas”. (Ibid, p. 151).

Contudo, o processo que engendra a problemática da sociedade civil à discussão da ética é ainda mais complexo. De acordo com Spinoza, a ética vincula-se à vida, e a moral à sobrevivência, entendida aqui como meios de evitar a morte (MACHADO, 1999, p. 152). Ora, como veremos no decorrer do trabalho, as Leis e as regras são de uma ordem moral, na medida em que propõem formas e garantias de sobrevivência – por isso não é ética, embora não seja ‘imoral’ – e, ainda que sejam necessárias, não são suficientes.

Spinoza avança defendendo que a ética deve superar os atos morais explícitos que se baseiam fundamentalmente na volição. O filósofo caminha, na verdade, para uma sociedade em que a ética aparece não como um ato de vontade, mas como uma forma natural de ação ética não forçada. Por ser uma idéia bastante complexa, exemplificaremos: aquele que deixa de cometer um crime para não ser punido não é ético, apenas busca um comportamento que obedeça à moral e às normas da sociedade. Enquanto aquele que não comete crime porque o percebe como inconcebível, este sim teria alcançado o estágio ético inconsciente. Isso porque, enquanto o primeiro busca conscientemente a moral para não praticar um crime, para o segundo, não é necessária a consciência para que qualquer crime seja cometido – a sua idéia já lhe é inconsciente⁵ ou seja, lhe é intrínseca à personalidade. Huberto Rohden ao prefaciá-lo explica:

A ética volitiva, baseada meramente em atos explícitos da vontade – embora seja preferível a seu contrário – é um estado precário e imperfeito do consciente; nunca deixará de ser algo difícil [...]; não oferece garantia de perpetuidade, como acontece com todos os atos difíceis, cuja função é intermitente e precária, e não contínua e sólida, como acontece com os atos fáceis e deleitosos. (SPINOZA, 2005, p. 33)

⁵ Para que possamos auxiliar o leitor que não teve contato com essa idéia, explicitamos aqui a diferença entre os dois conceitos, segundo o dicionário Aurélio. Consciência seria a faculdade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados e a Consciência Moral é a faculdade de distinguir o bem do mal, de que resulta o sentimento do dever ou da interdição de se praticarem determinados atos, e a aprovação ou o remorso por havê-los praticados. A Inconsciência, por sua vez, é o conjunto dos processos e fatos psíquicos que atuam sobre a conduta do indivíduo, mas escapam ao âmbito da consciência e não podem a esta ser trazidos por nenhum esforço da vontade ou da memória.

Quer dizer com isso que não basta o desejo de ser bom, de fazer o bem ou ‘a vontade política’. Aproximando-se da nossa discussão, não é suficiente a formulação de leis, projetos e programas sociais. É preciso que se avance para o que Spinoza qualifica como sacrificial e cruciante que na verdade relaciona-se diretamente com a responsabilidade incondicional sobre uma causa que, aqui, é a própria vida – e não a mera sobrevivência.

Spinoza julga ainda que o homem ético (ou podemos dizer, ‘governo ético’) poderia ser definido como o equilíbrio entre a sua ação e o seu ser, seus atos e sua vontade, sua consciência e sua inconsciência. Paradoxalmente, se apenas pela vontade o homem não é verdadeiramente ético, somente quando a consciência encontra-se com a vontade é que a nova ética surge. Em outras palavras, é preciso que a ação seja mais que uma motivação moral, que um dever constitucional ou ainda, mais que uma decisão institucional. É preciso que se avance para que o conhecimento das necessidades dinâmicas da sociedade se encontre com o desejo de transformar uma realidade e não apenas mantê-la como suportável ou controlada. Rohden assim define a idéia de Spinoza sobre o encontro da consciência racional com a vontade:

O imperativo categórico do dever transformou-se em um jubiloso optativo do querer; esse homem atingiu a etapa última da evolução humana: ama a lei: quer o que deve, cumpre por motivo de compreensão interna aquilo que outros apenas cumprem por motivo de compulsão externa (se é que o cumprem). (Ibid, p. 36)

Essa compulsão externa (e vaga) poderia ser descrita hoje através de todas as formas categóricas e ilusórias a que se convencionou tratar de ética. Assim dizemos sobre as comissões de ética, as éticas profissionais, aos governos éticos e, sobretudo, sobre a desastrosa ética individual defendida por Friedman (1984). Na verdade trata-se de derivações da própria ética capitalista. Na passagem que se segue, SILVA coloca algumas situações defendidas por esse tipo de ética-moral:

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o padrão que direciona as ações humanas, constituindo-se num imperativo, numa necessidade racional, é a lógica do capital, princípio de ação individual, coletiva e pública. É a partir dela que são reguladas as atividades humanas. Assim a moral é pensada como capital social e como tal deve ser formada. São as relações de mercado, a lógica dos negócios, o desenvolvimento de competências adaptativo-competitivas que definem os parâmetros éticos de formação humana, que estabelecem o que é ser autônomo (SILVA, 2007, p. 33)

Segundo a ética imposta pelo sistema é possível a qualquer governo encontrar uma brecha que afirme com convicção que suas ações sejam éticas ainda que suas políticas permitam que morram pessoas (por fome, por doença, por desespero, pela violência) em meio a canteiros de obras faraônicas que coroarão o crescimento. E ao apresentarmos um trabalho cuja regência é a da Ética, estamos na verdade submetidos a essa mesma crítica feroz que acabamos de fazer. Mas em nossa defesa atentamos para o fato de que o compromisso ético não pode ser isolado das formas de potencializar a vida – indo além do dever cívico. Ou ainda, segundo a idéia de Deleuze (2002), a Ética defendida por nós faz certa oposição às demais formas de éticas institucionais que se afastam do compromisso baseado no tripé *ético, estético e político*. Para que fique clara essa posição que defende a necessidade de conciliação ética, estética e política, utilizamos uma definição feita por ROLNIK (1992):

Ética, por que o que a define não é um conjunto de regras tomadas como um valor em si para se chegar à verdade (um método), nem um sistema de verdades tomando como um valor universal: ambos são da alçada de uma posição de ordem moral. O que define essa posição [ética] é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o devir a partir dessas diferenças. [...] Estética, porque não se trata de dominar um campo de saber já dado, mas sim de criar um campo de pensamento que seja a encarnação das diferenças que nos inquietam, fazendo do pensamento uma obra de arte. Política, porque se trata de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir: forças reativas, forças reacionárias. (ROLNIK, 1992, p. 246)

Sendo o ético (o além da moral) inseparável do político (devir) e do estético (respeito às diferenças), entendemos que um governo ético deve transcender às leis, escutar as diferenças que se ocultam nos manuais, questionar as regras e, sobretudo, potencializar a vida através dos talentos, das capacidades, das diferenças e das interações. A sobrevivência é apenas a obrigação moral, o requisito mínimo para que se inicie a grande transformação social em favor da vida como fonte de riqueza. Seria ainda destruir sinônimos que incapacitam parte da sociedade e das potencias como ciência/tecnologia, riqueza/renda, crescimento/desenvolvimento, economia/mercado. Por outro lado, seria desfazer também os antagonismos que degeneram a visão como econômico/social, política/economia, ciência/valores culturais.

Após uma breve introdução sobre a Ética podemos justificar a defesa que se faz nesse trabalho: a de que as políticas públicas ainda não podem ser consideradas éticas à medida que não tratam da vida e sim de formas de sobrevivência. Não se preocupam efetivamente com a potencialização das capacidades e dos talentos e sim com um precário adestramento que capacita o homem a empregar-se ou tornar-se autônomo. O homem da sociedade moderna (e acrescenta-se, brasileira) deve optar pela sua incapacidade e sobreviver pelo governo ou capacitar-se e (tentar) sobreviver pelo mercado. Não pode ser ética ainda, na medida em que mensura o homem pelo mérito, mas não garante as condições igualitárias de alcançá-los⁶. Não é ética quando desqualifica o homem para justificar a ausência de postos de trabalho na sociedade concorrencial e cria políticas de qualificação sem qualquer garantia, propondo capacitar uma força de trabalho que, *a priori*, se julga culpada por assim o desqualificarem.

Por fim, o social se resume ao discurso sobre inclusão social e às 'políticas sociais' que assumem o compromisso de 'incluir pessoas excluídas da sociedade'. Perguntamos então: quem é realmente o alvo de tais políticas: aquele excluído da sociedade e, assim, da sua própria definição de *ser social*? Silva parece apresentar uma resposta que inicia a nossa última discussão que encerra este capítulo introdutório:

Na impotência para mudar o modelo econômico, as políticas sociais do momento procuram amenizar as condições dos que estão 'excluídos' com mínimos indecentes que os mantêm num limiar social entre ser assistido e ser autônomo, incluído no mundo do trabalho. (SILVA, 2007p. 47)

É preciso avançar para além dos problemas que o conceito de 'exclusão social' trás para a nossa discussão. Castel problematiza essa questão e substitui o termo 'excluído' por 'desfilhado' e explica o motivo: "A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações" (CASTEL, 1998, p. 26). E é justamente a importância do processo e não dos efeitos, a motivação deste trabalho. Ao tratarmos as políticas públicas pela ótica da 'exclusão social' tentando como objetivo a 'inclusão' desses 'miseráveis' em algum lugar, estaríamos, na verdade, desconsiderando todo o processo e a sua história dinâmica. Por isso

⁶ Esse é o princípio para o ingresso dos estudantes nas instituições de ensino superior, de acordo com o Art. 26, parágrafo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

repetimos que a análise sobre os bolsões de pobreza não é imperativo para a nossa discussão, mas as interações e o engendramento que se produzem entre as políticas públicas e o que deveria ser o seu grande alvo: a miséria.

Entretanto, não é somente esta questão que nos afasta da utilização desse termo. Justificamos ainda a não aceitação em se ter como principal objetivo das políticas sociais, a inclusão social. Prosseguiremos com a seguinte questão: as políticas e os modelos de 'inclusão' social combatem a 'exclusão' social? Parece óbvio que sim. Mas esta afirmação esconde muitos problemas. Quando defendemos tais políticas, estamos objetivamente indo contra a lógica do capital – considerada excludente.

Mas vejamos mais de perto esta questão. O que significa incluir? Inclusão, podemos dizer, é a participação/inclusão na lógica da mercantilização. A inclusão social e a participação no mercado – seja como produtor, seja como consumidor, seja como trabalhador– são as faces de uma mesma entidade. A inclusão, nesse sentido, representa o direito a participar, como 'sujeito subordinado', de uma sociedade de desiguais, de uma sociedade de classes e hierarquizada. Ainda nesse sentido, a inclusão pode ser entendida como o direito a ser explorado. Vemos assim, portanto, a série de dubiedades contidas na idéia de inclusão. A inclusão parece ser, na realidade, um termo ameno para a aceitação da exploração, da alienação e da subordinação ideológica, como os próprios críticos do sistema o caracterizam.

A questão seguinte seria: como incluir numa sociedade de excluídos? Será o trabalhador-metalúrgico, por exemplo, um incluído? E o camponês do sertão nordestino um excluído? Existem duas respostas fundamentais para essas perguntas. Sob a ótica do capital, o metalúrgico não é excluído porque integrado na produção e consumidor na circulação. O camponês, por outro lado, o é... Mas o é porque fora do mercado, nem consumidor nem produtor de mercadorias, apenas reprodutor de sua subsistência. Nesse sentido, a inclusão do camponês é desejável. Mas para quem? Para o capital, pois este aumentaria sua força de trabalho e seu material de exploração. Assim, nos parece central, antes de tudo, esclarecer a idéia de inclusão/exclusão, visando deixar claro seus limites e a realidade social na qual ela se realiza.

Logo, a inclusão não é um objetivo em si. Ainda que sejamos contrários à lógica capitalista, depende dela a sobrevivência e há que se lutar por sua expansão, através da ampliação de 'direitos sociais', assistência e proteção social. Todas essas bandeiras são capitalistas, hasteadas por discursos morais – não éticos – camufladas pelo 'público' e pelo 'estatal', como se estes não fossem financiados pelo capital, como se estes não funcionassem visando à reprodução sistêmica, à reprodução da exploração: a neutralidade do público e do estatal foi desmascarada desde os primeiros anos da Revolução Francesa.

Por tantas críticas que induzem às tantas contradições, perguntamo-nos se alguns teóricos acreditam mesmo em um Estado que se auto-financia pela Casa da Moeda (independente, portanto, das classes sociais), assim como o Barão de Münchhausen se salva da areia movediça puxando seus próprios cabelos. Crenças como estas evidenciam, obviamente, o caráter frágil e superficial das análises e ideologias das 'esquerdas' tradicionais. A prática de nossa esquerda (dominante) nunca se propôs socialista (desde o primeiro PCB até o PT de hoje). O lema da CUT e do PT sempre foi a melhoria das condições do trabalho, de vida, a cooperação e o corporativismo – nenhuma grande transformação, muito longe ainda da revolução defendida por Marx, Lênin ou da 'catarse'⁷ defendida por Gramsci. O momento atual, no entanto, demonstra muito bem a impossibilidade de se colocar em prática (pela via de eleições democráticas burguesas) autênticas transformações sociais. Isso porque a forma eleitoral para se chegar à vitória nas urnas sempre foi baseada em alianças, associações com segmentos sociais que defendem os privilégios das elites, impedindo assim de se defender essa forma democrática como instrumento de transformação.

Por tudo isso, a compreensão dos processos sociais pela via das políticas públicas é um caminho que deve ser analisado pelas ideologias que as constituem e não pelas conseqüências que as caracterizam como ineficientes. Compreender as causas pelos seus efeitos é justamente defender a permanência de um modelo de pensamento mecânico que criticamos nesse trabalho.

⁷ Referimo-nos à passagem da ordem econômica para o ético-político em que este domina o econômico ao reconhecer que o sujeito transforma a objetividade em instrumento de transformação das condições materiais, em ações objetivas almejadas. Em outras palavras, seria a revolução ideológica, defendida por Gramsci, que desencadearia a grande transformação do sistema.

Esperamos, após a introdução de diversos assuntos, que o leitor esteja informado sobre a complexa discussão que se prossegue a partir das defesas aqui iniciadas.

Capítulo I

A mutagênese⁸ do *zoon politikon*, do *homo machina* e do *homo oeconomicus*

A ciência é um processo sério demais para ser deixado nas mãos dos cientistas. [...] A ciência se tornou muito perigosa para ser deixada nas mãos dos estadistas e dos Estados. [...] A ciência passou a ser um problema cívico, um problema dos cidadãos. (MORIN, 2005, p. 133)

1.1 A transfiguração do *Zoon politikon*⁹

Para que tenhamos uma compreensão do processo de transformação do pensamento científico, bem como das mudanças que para nós se apresentam como etapas do processo evolutivo do conhecimento, torna-se importante uma breve exposição do sistema de idéias dos antigos, mais precisamente do pensamento dominante até o séc. XVI. Em concordância com o tema proposto, resumiremos essa passagem ao pensamento aristotélico, verificando sua implicação com este estudo, para a análise do pensamento econômico-social da modernidade¹⁰. De forma alguma queremos afirmar que a transformação do pensamento científico tenha sido a causa primordial dos males da sociedade atual. Mas, de fato, defendemos a idéia de que o entendimento desta transformação é um caminho possível para a compreensão de um importante aspecto da existência do desequilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano.

⁸ Processo que dá origem às mutações.

⁹ Esse termo faz referência à idéia aristotélica do 'ser social', utilizado por MARX (2005) para defender a tese de que o homem é mais que um ser que só se realiza em sociedade. Sobre o *Zoon Politikon*, o conceito encontra-se em Aristóteles (A Política). Algumas traduções trazem o termo 'Animal cívico', outros 'Animal político' como podemos observar nessa passagem: 'o homem é um animal mais político do que as abelhas ou qualquer outro ser gregário. (ARISTÓTELES, 1999, p. 146). Uma outra tradução parece deixar mais claro o sentido do termo: 'o homem é um animal cívico, mais social do que as abelhas e os outros animais que vivem juntos'. (ARISTÓTELES, p. 11. Disponível em <http://www.ateus.net/ebooks/index.php>).

¹⁰ Fica claro que não queremos supor que todo o conhecimento da antiguidade resume-se nos preceitos aristotélicos. Contudo, não temos a pretensão de contribuir para o avanço desse conhecimento. Nosso objetivo recai sobre a contextualização que será de grande auxílio para a argumentação das idéias colocadas ao longo do trabalho.

Até o século da Revolução Científica (Séc. XVI), a visão aristotélica, assim como a igreja, dominava o pensamento e o desenvolvimento do espírito científico. Aristóteles, filósofo grego que viveu nos anos 384 a 322 a.C. desenvolveu uma teoria baseada no sistema de lógica formal que foi (e ainda é) utilizada na biologia, física, metafísica, ética e política. Partindo da dialética platônica, Aristóteles busca métodos de construção científicos mais seguros que se distanciam da flexibilidade (relativismo das coisas)¹¹ e do idealismo platônico. Para esse pensador a dialética passa a ser uma forma de exercício mental ao contrário do platonismo que a utilizava como caminho para a verificação da certeza e da verdade. A passagem abaixo poderá contribuir para o entendimento sobre o método e forma de utilização da dialética por Platão e, assim, compreender a contraposição de Aristóteles em busca de métodos mais concretos, lógicos e objetivos para a afirmação das coisas.

[...] não é somente o contrário que não recebe em si o seu contrário, mas o mesmo acontece também a coisas que, sem serem mutuamente contrárias umas às outras, possuem sempre em si os contrários, e as quais, verossimilmente não receberão jamais uma qualidade que seja o contrário da que nelas existe. (Platão, 1983, p. 112)¹²

Por este raciocínio, Platão procura desvendar a natureza das coisas, assim como a verdade contida nelas. Num exemplo bastante simples ele diz: “o três, sem ser contrário ao par, nunca o aceita, e não o aceita porque sempre tem incluído em si o contrário do par; e do mesmo modo o dois inclui o contrário do ímpar, o fogo do frio, e assim em muitíssimos outros exemplos”. (PLATÃO, 1983, p. 112).

Para Aristóteles, o caminho desenvolvido para alcançar o conhecimento científico foi a lógica formal que consistia, basicamente, em prescrever regras de raciocínio formais, baseados no princípio da não-contradição (um objeto é uma coisa ou não é) e com rigorosa definição dos conceitos. Assim, partindo da constatação de que os homens são mortais, o *silogismo*¹³ aristotélico nos conduz ao pensamento de que Sócrates, por exemplo, sendo homem, é mortal!¹⁴ A implicância do silogismo para a

¹¹ Enquanto Platão lida com as coisas em si, Aristóteles busca a opinião dos homens sobre as coisas em busca da verdade, através da superação histórica do pensamento, isto é, uma opinião reafirma-se ou nega-se através do tempo.

¹² Trecho do diálogo entre Cebes e Sócrates em **Fédon**: o problema dos contrários e das idéias.

¹³ De maneira simplificada, o silogismo é uma forma de raciocínio que determina afirmações conclusivas e absolutas partindo de outras afirmações. A condição imposta a esse tipo de raciocínio é que as afirmações iniciais partam de premissas verdadeiras e reais, deduzidas com rigor lógico.

¹⁴ Os termos e estrutura de idéias foram tirados da obra ARISTÓTELES, 1999.

crítica que se constrói é bastante significativa. Considerando que os métodos utilizados pelas ciências da atualidade são baseados em grande medida na dedução e na indução, o silogismo aristotélico diz que são métodos instáveis e limitadores para a compreensão tanto dos efeitos como das causas de um fenômeno. Assim, o silogismo seria um método de raciocínio que, basicamente, associaria os dois métodos anteriores, partindo de um efeito para alcançar uma causa e desta para alcançar outro efeito. Pela dedução, partimos de uma causa para se chegar ao efeito. Pela indução, temos que partir de um efeito para se alcançar a causa. O silogismo é a rejeição desses métodos quando isolados. É o constante engendramento, a interação das causas sobre os efeitos e dos efeitos sobre as causas ultrapassando, assim, as limitações do raciocínio sintético e analítico.

E é este o caminho que necessitamos para o desenvolvimento desta pesquisa: compreender os efeitos através das causas, e conhecer as causas através dos efeitos. Por isso não partimos da pobreza para analisar as políticas públicas, nem destas últimas para compreendermos a miséria. Ambos se colocam como causas e efeitos co-relacionados, engendrados, que não podem ser induzidos ou deduzidos. O mesmo raciocínio é formado sobre o entendimento do parcelamento das ciências sobre a ideologia política. Trata-se de processos, não de análises ou sínteses que se ocupam a descrever fenômenos, apontar causas ou discriminar os efeitos – ambos devem ser compreendidos como partes constituintes, não constituídas.

Portanto, sob o véu da aparente simplificação do raciocínio, o pensamento de Aristóteles avança ainda para a reflexão do ser e do não-ser¹⁵ e sobre a essência dos seres e das coisas, mas não procurando uma verdade em si, como em Platão. Sobre esse último ponto, temos sua posição de que o individual não é objeto da ciência. Partindo do pressuposto de que só pode haver ciência do universal, as condições de gênero, espécie, diferença, propriedade e acasos – não sendo essenciais – não podem ser definidos e, sendo assim, fogem ao objetivo da ciência. Resumindo, somente o necessário e o universal podem ser verdades científicas, contrariando assim, as teorias dos comportamentos e ‘éticas’ individuais que se constituiriam posteriormente.

¹⁵ Partindo de Parmênides, Aristóteles transcende a solução platônica do não-ser como o outro, à noção do ser complexo, mutável, dinâmico e do *vir-a-ser*.

Outra implicação do pensamento aristotélico referente a este trabalho seria a necessidade conseqüente da interligação das ciências para a compreensão dos seres. Deveria haver uma dependência dos conceitos definidos pelos diferentes campos do saber para que o processo de investigação pudesse tratar efetivamente da realidade¹⁶. Além disso, a insistência em buscar a compreensão da realidade através do pensamento Aristotélico está fundamentalmente ligada, em primeira instância, ao fato de que suas idéias inspiraram e serviram de estrutura de pensamento a alguns autores importantes para esta pesquisa como Spinoza, Marx, Descartes e Gramsci, cujas idéias coincidem com a defesa de uma necessidade evolutiva da sociedade – para a sociedade política (ou ética). Além disso, tendo esse pensador sido o grande inspirador e, de certa forma, o formulador da ciência econômica, suas posições passam a ser de suma importância para o confronto com os postulados da moderna ciência econômica, como veremos adiante.

Sobre os fenômenos da natureza, o estagirita os compreendia como processos de auto-realização que ele chamou de *enteléquia*, descrita aqui como “a realização plena e completa de uma tendência, potencialidade ou finalidade natural, com a conclusão de um processo transformativo até então em curso em qualquer um dos seres animados e inanimados do universo”¹⁷. Esta definição deixa claro que a *enteléquia* diz respeito a processos naturais e também sociais. Nesse processo, forma e matéria não poderiam existir separadamente. A matéria, de acordo com Aristóteles, contém a natureza essencial de todas as coisas, mas apenas como potencialidade. Por meio da forma, essa essência torna-se real, ou efetiva¹⁸. Na sociedade moderna, onde metodologicamente se faz distinção entre forma e matéria, a *enteléquia* passa a ser exatamente o oposto dos métodos e argumentações modernas que fundamentam a necessidade dessa separação: essência/aparência, corpo/mente, produtor/consumidor/, política/economia, humano/social, etc.

A visão lógico-formal-ética, matéria e espírito, permaneceu como base de pensamento até o século XVI onde foi superada (ou substituída) por diversas contestações de ordem política, científica, filosófica e principalmente religiosa. Ainda

¹⁶ Essa constatação é expressa na introdução de uma coletânea de obras de Aristóteles, onde não se define a autoria. Porém pode ser verificada na referida obra já citada, p. 22.

¹⁷ Dicionário Houaiss.

¹⁸ Esse princípio coincide com o da colocação de Spinoza a respeito do encontro da volição com a consciência da Ética. Ver introdução.

no século XIII a teoria de Aristóteles foi combinada com a teologia e a ética cristã, por Tomás de Aquino, tornando razão e fé inseparáveis. As novas descobertas da Revolução científica desencadeadas por Copérnico, Kepler, Galileu, Descartes, Bacon e Newton transformaram o mundo numa grande máquina cujas engrenagens funcionariam como as de um relógio. A ótica da mensuração torna-se dominante e tudo só pode ter existência através da sua quantificação – as leis universais são regidas e expressas por leis matemáticas. O pensamento analítico de Descartes (séc. XVI) aliado com a visão de Newton (séc. XVII) separou mente e matéria e as tornaram independentes, sendo suas propriedades analisadas de forma separada. As propriedades da matéria deveriam ser reduzidas à sua menor parte a fim de que pudessem ser analisadas. O que se pretendia era criar uma ciência baseada na certeza e que não deixasse margem para dúvidas ou mistérios. Sendo assim, Descartes afirma ao apresentar sua teoria:

Toda ciência é conhecimento certo e evidente. Rejeitamos todo conhecimento que é meramente provável e consideramos que só se deve acreditar nas coisas que são perfeitamente conhecidas e sobre as quais não pode haver dúvidas. (...) Não admito como verdadeiro o que não possa ser deduzido, com a clareza de uma demonstração matemática, de noções comuns de cuja verdade não podemos duvidar. Como todos os fenômenos da natureza podem ser explicados desse modo, penso que não há necessidade de admitir outros princípios da física, nem que sejam desejáveis. (DESCARTES, apud CAPRA, 1982, p. 53-54)

Ora, a dedução é um dos métodos mais utilizados pela economia em seus modelos sintéticos que dão seqüência aos instrumentais matemáticos. Do mesmo modo a indução e dissecação das partes de um problema ainda são utilizadas por quase todas as ciências. Mas, apesar da dimensão e do alcance do método cartesiano, este se apresenta, ao menos inicialmente, como simples e desinteressado e nem por isso deixou de ser seguido por provavelmente todas as ciências. Como salientou Descartes, “meu objetivo foi além de procurar reformar meus próprios pensamentos e construir num terreno que é todo meu. [...] nem por isso desejo aconselhar alguém a imitá-lo”. (DESCARTES, 1999, p. 46). Sua teoria consistia, segundo suas explicações, em quatro preceitos:

O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal. [...] O segundo o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias para melhor solucioná-las. [...] O terceiro, o de

conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me [...] até o conhecimento dos mais compostos. [...] E o último, o de efetuar em toda a parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1999, p. 49-50)

O isolacionismo científico – a crítica central dessa pesquisa – é claramente defendido pelo pensamento que se desencadeia a partir de Descartes e, conduz ao pensamento de que este seria o caminho necessário para o afastamento das incertezas que dominavam as idéias sobre a sociedade, até então. Na verdade era uma tentativa de superação das limitações que o ‘método’ aristotélico impunha ao conhecimento científico. Não havia até então, métodos seguros que alcançasse o conhecimento detalhado das partes de um corpo ou de um problema. Além disso, o pensamento filosófico aristotélico ou platônico era demasiadamente abstrato para os problemas concretos que se tornavam mais complexos com a evolução da humanidade e do sistema social. Era preciso que algum método confirmasse ou desmistificasse um assunto que, a julgar pelas religiões, fosse utilizado como mito, superstição, milagre, castigo ou dádiva divina.

Portanto, a nossa crítica não recai sobre Descartes, mas sobre a utilização e o entendimento do pensamento cartesiano de forma generalizada. Descartes falava sobre os fenômenos da natureza, do corpo (e para isso separou mente e corpo como processos diferentes) e do funcionamento do universo – não de processos sociais. Nesse sentido, era preciso que se avançasse da abstração do todo para a fisiologia das partes.

[...] não existe tanta perfeição nas obras formadas de várias peças, e feitas pela mão de diversos mestres, como naquelas em que um só trabalhou. Deste modo, nota-se que os edifícios projetados e concluídos por um só arquiteto costumam ser mais belos e mais bem estruturados do que aqueles que muitos quiseram reformar, utilizando-se de velhas redes construídas para outras finalidades. (DESCARTES, 1999, p. 43)

Esse pensamento, ao contrário da crítica que se refere este trabalho, era extremamente pertinente e necessário para que a ciência avançasse e respondesse aos anseios de ordem material e intelectual da sociedade com a rapidez exigida. Mas a generalização desse método e a negação do pensamento holístico impediram que esse avanço fosse aliado às construções do conhecimento filosófico e social, criando uma espécie de desprezo ao pensamento antigo que o tinham como

ultrapassado, obsoleto e insuficiente. Por isso fazia-se necessário um rompimento com as tradicionais formas de se construir a ciência. Norbert Elias percebe esse movimento e o critica alegando que:

A noção amplamente aceita da primazia da análise [...] faz da dissecação e do isolamento das partes individuais o procedimento científico central, enquanto a síntese, se considerada, é entendida como atividade científica de segunda categoria ou, mesmo, não científica, como uma ferramenta da metafísica. Não se pode escapar à impressão de que, aqui também, a teoria da ciência está defasada em relação à prática das ciências e às mutantes concepções dos processos que investigam. (ELIAS, 1998, p. 273)

Como já explicamos, até certo ponto, esse rompimento era necessário. Considerando o período que consolida a Revolução Científica – o Renascimento – não se pretendia a continuidade do pensamento que sobrevivera até a Idade Média. Não se propunha nenhuma reforma da estrutura vigente e sim novas idéias e teorias além de um novo caminho para o pensamento humano capaz de superar a fragilidade, as incertezas e os dogmas. Fazia-se necessário, então, uma verdadeira transformação das idéias, especialmente aquelas atreladas ao poder das autoridades monárquicas e religiosas que eram agora contestadas pelas novas descobertas da ciência.

O anseio de um novo método que garantisse a construção de um caminho seguro para as ciências não podia estar vinculado às diversas opiniões. Assim, de um lado, Francis Bacon (1561-1626) defende a observação e a experimentação para a formulação de leis consistentes e universais. De outro, Descartes utiliza-se do racionalismo, encarnado pelos métodos quantitativos para a conquista da certeza científica. Por sua vez Isaac Newton, orientado pelas descobertas de Galileu e Kepler¹⁹, alia sua teoria do sistema mecânico universal ao método de Bacon e à filosofia de Descartes. A combinação tem como resultado a matemática como princípio, meio e fim, que passa a ser apresentada como a grande linguagem universal que, hoje, além de descrever todo o movimento do universo, tem de ser capaz de prever ações e movimentos sociais, transformando pessoas em variáveis e suas misérias e questões em objetos de análise.

¹⁹ Sem pretender dominar os conhecimentos da física, é importante lembrar as grandes descobertas desse período (séc. XVII). Kepler estudou o movimento dos planetas através de suas tábuas astronômicas. Galileu dedicou-se à pesquisa sobre as leis das quedas do corpo e Newton, impregnado pelos experimentos e estudos de ambos, formulou 'as leis gerais do movimento' que governariam todos os objetos no sistema solar.

Comparando o *zoon politikon* (homem político) com o homem da sociedade moderna, percebemos a distância percorrida por essa evolução do pensamento, desfilada da filosofia e da sociedade política. A dicotomia entre a complexidade daquele homem comparada às simplificações deste último, pode explicar a incapacidade de reduzir igualmente os problemas sociais, gerando um fosso que separa o homem da política e, analogamente, a política do homem moderno. Integrando os processos evolutivos e atuais, novamente Elias contribui para a conjugação das críticas feitas até aqui:

Pode-se questionar por que a maioria dos teóricos atuais mal nota o desenvolvimento real das ciências e as diversas questões que ela suscita. [...] Contudo, uma das razões é, certamente, o fato de a tradição filosófica, da qual a teoria atual da ciência ainda faz parte, bloquear o acesso a questões de desenvolvimento, de seqüências diacrônicas – resumindo, o acesso à própria natureza da mudança. Ela está ligada a uma hierarquia de valores, de acordo com a qual, a mais elevada tarefa da ciência é desvendar padrões imutáveis e abstrai-los da mudança diacrônica, que é em geral depreciada como ‘meramente histórica’. (Ibid, p. 276-277)

Podemos, a partir dessas colocações, remeter-nos novamente à primeira citação desse capítulo que defende que a ciência se tornou uma questão importante demais para servir de instrumento unilateral de governos ou cientistas. A questão é que o foco da ciência, de nenhuma forma, pode desvincular-se da sociedade. Sua utilização como forma e instrumentos de poder tem gerado sérios entraves por meio da alienação e do rompimento do todo e suas partes. Desde a Idade Média, essa elitização do conhecimento vem servindo para compor formas de domínio social, aceitação e naturalização das mazelas humanas. E, ao contrário do que se afirma, a mecanização do pensamento científico não contribuiu efetivamente para que se desvinculasse a razão das formas de totalitarismo, sejam políticos ou religiosos.

Esse fato é avaliado também por Foucault quando analisa as relações entre o sujeito e o poder. Segundo ele, a ciência (racionalismo) imprimiu uma força extra às estratégias de poder político ao invés de garantir liberdade e autonomia. Em suas palavras: “A relação entre a racionalização e os excessos do poder político é evidente. E não deveríamos precisar esperar pela burocracia ou pelos campos de concentração para reconhecer a existência de tais relações”. (FOUCAULT, 1995, p. 233).

Acrescenta ele ainda que o Estado não rompeu com as antigas formas de dominação, ao contrário, as utilizou como tecnologias de poder e tendemos a concordar que, assim o fez, fortalecido pelo monopólio do conhecimento e concentração do poder econômico.

Esta nova estrutura política, como todos sabem, é o Estado. Porém, a maior parte do tempo, o Estado é considerado um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, eu diria, de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos. [...] eu gostaria de enfatizar o fato de que o poder do Estado (e esta é uma das razões de sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora. Acho que nunca, na história das sociedades humanas [...] houve, no interior das mesmas estruturas políticas, uma combinação tão astuciosa das técnicas de individualização e dos procedimentos de totalização.

Isto se deve ao fato de que o Estado moderno ocidental integrou, numa nova forma política, uma antiga tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs. Podemos chamar essa tecnologia de poder pastoral. (Ibid, p. 236)

Foucault explica de que forma o poder exercido pelos Estados modernos assemelha-se ou constitui-se a partir do poder pastoral – que, por sua vez, sempre obteve apoio ideológico para a manutenção de seu poder. De acordo com suas idéias, o Estado assim como a igreja tem como objetivo assegurar a salvação dos indivíduos; exige-se o sacrifício de vidas em prol da comunidade; de igual forma, ‘cuida’ dos indivíduos em particular e, por último, é um tipo de poder que implica racionalidade e uma alta capacidade de direção. Em resumo, “[...] podemos considerar o Estado como a matriz moderna da individualização ou uma nova forma do poder pastoral”. (Ibid, p. 237) e conclui:

Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos desse ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (Ibid, p. 239)

Todavia, esse constrangimento a que se refere Foucault não pode ser percebido pelo senso comum. A apropriação dos discursos de governo pela sociedade é nítida. O que os governos definem como prioridade aparece em forma de reivindicações sociais. Apenas o quantitativo e qualitativo sobressaem na luta de forças entre o Estado e a sociedade civil. Mais saúde, mais educação, mais segurança, menos violência, mais emprego, melhoria nos serviços, etc. Não se avança para as

questões processuais e para a compreensão de que a participação social nas decisões de poder não intervém nas esferas do planejamento, *ex-ante*, que definem todas as ações que atingem a coletividade.

O poder público tem-se definido como esquema de constrangimento, capacidade de definir prioridades para a coletividade, controle dos meios de produção e reprodução da existência social e dos meios de persuasão e de repressão. A sociedade é desigual porque a partilha do poder econômico gera diferenças históricas definidas pela divisão social do trabalho e da propriedade. Assim a desigualdade de poder de consumo é apenas a ponta do iceberg da configuração das forças sociais, do processo histórico segundo o qual uma sociedade se constitui. A ordem expressa nas leis constitucionais que modulam juridicamente uma sociedade reflete e justifica a configuração de forças históricas, que define como os frutos da co-operação social são diferentemente apropriados. (SILVA, 2007, p. 35)

Dessa forma, o homem político, o homem da era mecânica e o homem racional, assumem posturas diferentes ao longo da história. Queremos dizer que, nem por isso, aceitamos tal seqüência como evolutiva. Parece que o *homo oeconomicus* afasta-se do homem político em muitos aspectos, mas principalmente quando perde a percepção de que o conhecimento que ele mesmo ajuda a construir é utilizado como forma de domínio social, imposição de verdades absolutas e legitimação do poder, tornando-o alienado não somente pelo produto do seu trabalho, mas ainda por toda ordem de construção social. Enfim, a própria definição do *homo oeconomicus* (satisfação máxima com um mínimo de esforço) esconde a problemática do homem real e anula a principal lei da ciência econômica moderna – a do ajuste da produção à procura. De acordo com a explicação de HEIMANN (1965):

O que se entende por 'satisfação' na definição do 'homem econômico', é algo mais limitado; não a satisfação como tal, mas uma forma definida de satisfação: a que vem da obtenção de mais bens, e não menos. [...] Sempre que predominam esses tipos de comportamento extra-econômico impedem o ajuste da produção à procura. [...] Assim, o que se supõe haver nesse sistema econômico é um homem motivado pelo desejo de uma recompensa quantitativa máxima. Isso não significa que o homem econômico deva ser um egoísta, embora isso ocorra com frequência [...] O importante é que para o homem econômico as considerações quantitativas devem predominar sobre os valores tradicionais ou as paixões políticas. (HEIMANN, 1965, p. 82-82)

Não há, de fato, como garantir ajustes numa sociedade de homens políticos cujos desejos baseiam-se na satisfação de necessidades ‘naturalmente’ humanas²⁰. As curvas de produção não poderiam descrever satisfações de desejos abstratos ou de quaisquer valores não-rationais ou extra-econômicos, exemplificados por Heimann pelo perdulário, por aqueles que desprezam os frutos da tecnologia moderna, pelos nazistas (que não realizam intercâmbio com todos os povos, mesmo lucrativos), e outros povos ou tradições que não podem se realizar pelo sistema.

Por certo, ao *homo oeconomicus* é dado apenas o direito de transitar entre cestas de bens, mas não pelas esferas organizacionais que definem sua vida. Assim, os modelos de políticas públicas não estão preparados para atender aos anseios sociais ainda que sejam aplicadas regionalmente. Isso porque, como defendemos anteriormente, as políticas são impostas de cima para baixo como modelos que permitem poucas adaptações. Mais grave ainda é que o planejamento e as ideologias que formatam uma estrutura de poder local são definidos fora da esfera social, dando-se apenas no âmbito partidário cuja interferência popular é limitada pelo montante de investimento destinado a esse tipo de prática – tida como participativa. Claro fica que a definição de algumas obras, bem como de alguns serviços não pode ser considerada efetivamente um modelo de gestão participativa²¹.

Por outra via, um aspecto importante a ser considerado para a validação dos tipos de ‘políticas’ é a representação social da pobreza pelos profissionais e especialistas no assunto. Essa defesa é feita por LEITE (2006) que ao problematizar a questão diz:

[...] uma representação é uma ‘preparação para a ação’ —, as maneiras pelas quais os pobres e a pobreza são representados podem afetar a prática dos profissionais da Política Social em relação ao assunto, ainda que eles não tenham consciência a esse respeito. [...] Não parece difícil inferir que tal forma de

²⁰ Estamos fazendo referência à atividade criadora que é considerada natural ao homem por Aristóteles, Marx, Spinoza, e outros autores que criticam o trabalho alienado em defesa do desenvolvimento do homem enquanto potência. Nesse sentido, Nietzsche também defende esse pensamento.

²¹ Embora alguns modelos de orçamento participativo discutam o investimento total com a sociedade, consideramos que as decisões fundamentais de governo que o personalizam e definem diretrizes são ditadas apenas pela cúpula dos governos. Por outro lado, não estamos discutindo sobre a validade de se ampliar essa participação para o nível de planejamento, portanto, afirmamos tão somente que os modelos de participação social dos governos são limitados duplamente: pelo planejamento que dita as diretrizes estruturais e pela debilidade de se discutir os investimentos públicos pela população que acaba por tratar por prioridade assuntos referentes à sua rua e, no máximo, ao seu bairro.

pensar por *impactar* tanto a formulação quanto a implementação de políticas sociais, na atualidade. (LEITE, 2006 p. 11,12. Grifos do autor)

O que autores como LEITE e SARTI (2005) evidenciam é o papel que a representação social acerca dos pobres e da pobreza tem sobre as ações, as políticas públicas e as construções acadêmicas. Nas passagens seguintes, avançamos para a discussão que se seguirá no item 1.4, sobre as implicações que responsabilizam as ciências sociais.

Na visão sociológica [brasileira] sobre os pobres, sobretudo a partir dos anos 60, prevaleceu esta tendência a defini-los por uma negatividade, como o avesso do que deveria ser. [...] Nesta perspectiva, o resultado acaba sendo a desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição desta atuação para o plano propriamente político (SARTI, 2005, p.36)

Quando se trata de investigar realidades pobres e miseráveis, os sujeitos destas realidades simplesmente não estão lá. Eles desaparecem em meio aos índices de criminalidade, de mortalidade infantil, de pobreza absoluta e fome. É verdade que existem interpretações várias sobre suas vidas e sobre as razões de sua situação. Mas sua voz, sua experiência e suas narrativas são muito menos freqüentes. (JOVCHELOVITCH, 200, p. 112, apud LEITE, 2006, p. 13,14)

Nesse sentido, identificamos na sociedade moderna — seja no primeiro ou no terceiro mundo — a presença de um tipo de homem que só pode se satisfazer pelo mercado, através de bens econômicos. Esse homem vive ou sobrevive de acordo com o seu poder de compra. O outro tipo, o *ser social* ou o *zoon politikon*, não pode se encontrar na ética nem na esfera do mercado, nem na esfera pública.

Mas é preciso ter a visão da ideologia que envolve os modelos teóricos, políticos e sociais. Como defendemos que as ciências econômicas cumprem o papel de principal fornecedora de modelos que colaboram para o crescimento e para o desenvolvimento da sociedade, temos de compreender as correntes que a sustenta e as ciências que a auxilia na sua consolidação enquanto ciência econômica. Por isso, dizemos que a física, a biologia e, mais recentemente, a psicologia, representam um papel decisivo na orientação da economia que se autoriza como a ‘ciência-bússola’ para os governos.

1.2 O motor do pensamento mecanicista

A física apresenta-se como o grande núcleo no qual se concentra a discussão sobre o pensamento mecanicista. Para iniciarmos esse debate utilizaremos uma citação extraída de uma obra prefaciada por Albert Einstein.

O objetivo da ciência aristotélica era explicar *por que* as coisas acontecem. A ciência moderna nasceu desde que Galileu propôs a explicar *como* as coisas acontecem. [...] Das descobertas de Galileu, bem como das de Newton, feitas na geração seguinte, surgiu um universo mecânico de forças, pressões, tensões, oscilações e ondas. Parecia não existir na natureza processo algum que não pudesse [...] ser descrito pelas leis mecânicas de Newton, extraordinariamente precisas. Antes, porém, do fim do século passado, observaram-se certos desvios em relação a essas leis [...] o universo de Newton, semelhante a uma máquina, começou a desmoronar. [...] E, já agora, não se sabe se o homem está de fato em contato com a realidade, ou se pode aspirar a tanto. (BARNETT, 1948, p. 14)

As descobertas de Newton foram tão importantes (e ainda são fundamentais) que Einstein atribui a este intelectual a responsabilidade pelo maior avanço do pensamento científico em toda a história²². De fato, o conhecimento sobre o movimento dos planetas e outros corpos espaciais, assim como o fluxo das marés e a lei da gravidade foram imprescindíveis para o avanço da ciência e a contestação de grandes dogmas. Por um outro prisma, a base filosófica de Newton assentava-se sobre a sistematização de Descartes e sobre o método dedutivo de Bacon, fazendo com que o método das ciências naturais fosse aceito como infalível e servisse de modelo para todas as demais ciências.

A natureza, na visão de Newton, também poderia ser descrita pelos fenômenos físicos dependentes de leis imutáveis, como a gravidade. Essa idéia levou à aceitação de um determinismo e previsões absolutas de um mundo como se fosse composto por engrenagens mecânicas de funcionamento previsível. No entanto, para que essa máquina funcionasse seria necessária a existência de um governo que lhe impusesse as suas leis. Esse governo, o Deus criador, foi aos poucos sendo retirado do modelo pela impossibilidade de comprovação de sua existência. No entanto, continuou a ser aceito durante séculos, sem que fosse resolvida a questão

²² As citações e referências às opiniões de Einstein sobre Newton e outras posições podem ser encontradas nas obras referenciadas do próprio autor, assim como em BARNETT (1948) e CAPRA (1982 e 1995) entre tantas outras facilmente encontradas.

da lacuna existente sobre o funcionamento do universo sólido, estático e regido por leis imutáveis²³.

Inspirando-se na ciência-mãe, a economia inicia a sua grande fase científica quando cria as suas leis espelhadas às da ciência física. Ao estudar o comportamento de suas variáveis (humanas) os economistas passaram a estudar os padrões de comportamento e os transformaram em leis e padrões, constituindo assim a sua 'personalidade científica'. O Estado cumpria a mesma função de um deus regulador, mas, assim como o Deus universal, foi retirado do modelo pela teoria liberal, fazendo com que a grande maquete universal do mercado fosse regida por leis imutáveis e invisíveis. E assim, tal qual uma 'hipótese teológica', necessária porque insubstituível, o Estado deveria permanecer no modelo de forma estática, sendo utilizado sempre quando as leis mercadológicas falhassem.

Na contramão da evolução das ciências, parece que a economia, como ciência social e, portanto, não-exata, caminhou no sentido de espelhar-se cada vez mais através das leis da física tradicional que ainda estava presa a um universo estático e, por isso mesmo, em perfeita sintonia com os modelos econômicos. Ou como adianta Elias:

Se os instrumentos à disposição da cosmologia newtoniana fossem comparados aos da atualidade, logo ficaria evidente como era dominante na primeira a noção [...] da eterna uniformidade e da imutabilidade do universo e, em contraste, como a questão do desenvolvimento tanto do universo como um todo quanto dos diversos corpos celestiais que o formam. Comparada à visão atual, a maneira antiga de ver aparece como uma fase na qual os cientistas, com a ajuda de fórmulas e regras matemáticas, se limitavam a descrever padrões recorrentes, o 'Como' das relações entre os movimentos dos corpos celestes. (ELIAS, 1998, p. 275-276)

Ainda no séc. XIX, a crença newtoniana de um universo constituído de átomos, sendo estes elementos duros e sólidos²⁴, tornou a matéria alvo de todas as investigações, levando ao aprofundamento das estruturas sobre os fenômenos e do

²³ Essa lacuna foi preenchida por filósofos e cientistas, cada qual a seu modo. Para Descartes, Deus era o grande governador das leis e do universo. Outros acreditavam numa Consciência Universal. Albert Einstein, para resolver suas equações sobre o funcionamento do universo, conseguiu criar uma constante que ele chamou de 'constante cosmológica' que, já no fim de sua vida, rejeitou essa constante, embora convencido da existência de uma essência do mundo - Deus. Essa constante foi alvo de contestações porque era incompatível com os preceitos da Física Quântica. Os cientistas modernos aceitando a hipótese da existência de uma inteligência universal como absurda (os defensores da Teoria do Big Bang e da Geração Espontânea, por exemplo), não foram capazes, porém, de descartá-la e por isso a denominaram de 'hipótese teológica'. Sobre esse assunto, sugerimos duas obras bastante simples, MONTEIRO e MOTA Junior.

²⁴ Era o que se acreditava na época.

corpo sobre o espírito. Muitos autores justificam o desenvolvimento de todo arsenal de tecnologia pesada, existente até os dias de hoje, a esta crença inicial que só começa a ser questionada no séc. XX. É óbvio que todo o ideário e crenças desse período, se resumem aos fenômenos físicos, mas certamente as descobertas da cosmologia constituíram uma atmosfera que favoreceu o surgimento de novas idéias e questionamentos e isso propiciou o florescimento de novas idéias que colocavam em cheque as teorias estáticas constituídas de leis imutáveis.

A passagem do problema das ciências físicas para as humanas pode ser entendida através da percepção que os cientistas e filósofos tiveram acerca das limitações dos sentidos humanos. A visão e a audição são os exemplos mais vigorosos dessa limitação. Pôde-se comprovar que a visão humana só alcança uma diminuta faixa de comprimento de onda. O mesmo pode ser afirmado sobre os sons captados pela audição humana e demais sentidos. Então se continuássemos a aceitar a redução do universo a tudo aquilo que fosse perceptível aos nossos sentidos, todo o nosso conhecimento e entendimento acerca da realidade seriam residuais e tornaria o ser humano prisioneiro de sentidos restritos.

Quando então o homem consegue libertar-se, pelo menos momentaneamente, da ilusória escravidão dos sentidos e, com isto de tempo e espaço, enxerga ele pela primeira vez a realidade em si mesma, totalmente independente de tempo e espaço. (ROHDEN, 2005, P. 67-68)

E da mesma forma que os sentidos humanos são limitados pela ditadura que se processa através do pensamento mecanizado, as ciências limitam-se ao abstrair de suas análises os aspectos intuitivos e humanos de suas teorias. Max Weber defende em seu trabalho sobre a Ciência como Vocação, que os instrumentos frios de análise são categóricos apenas como primeiro esforço. Isolados, não podem alcançar grandes verdades.

Hoje em dia acha-se largamente disseminada [...] a idéia de que a ciência se teria transformado numa operação de cálculo, que se realizaria em laboratórios e escritórios de estatística, não com toda 'alma', porém apenas com o auxílio do entendimento frio, à semelhança do trabalho em uma fábrica. [...] Com efeito, [...] é preciso que algo *ocorra ao espírito* do trabalhador [...] pois, de outra forma, ele nunca será capaz de produzir algo que encerre valor. (WEBER, 1967, p. 25. Grifos do autor)

Essa questão é imprescindível para a nossa defesa sobre a influência da teoria econômica tradicional no campo das políticas públicas e da ética. Expusemos até

aqui as condições mínimas que impuseram a física como ciência dominante e as suas leis como modelos a serem seguidos pelas demais ciências que buscavam alcançar uma legitimação enquanto tal, como a economia. Na introdução deste trabalho, fizemos a correlação entre a economia e sua influência exercida na formulação das políticas públicas através da padronização e convenções sobre comportamento e estados sociais. Por fim, buscamos, por meio da ética, responder em que medida essas políticas não se constituíam em práticas efetivamente éticas por não tratarem da vida em suas formas potenciais e criadoras de diferenças. De acordo com nossa argumentação, o sistema de leis, normas e programas sociais não deveria estar desacompanhado de um maior envolvimento seja dos governos, seja dos cientistas. Nesta última citação, Weber confirma claramente essa idéia e consolida toda a nossa argumentação sobre a junção dos fatores científico-social-político.

Mas embora esse entendimento já fosse disseminado em meados do século passado, através do rompimento do pensamento cartesiano-mecanicista com a evolução da teoria quântica impulsionada por Albert Einstein, as ciências humanas ainda caminhavam em direção a uma maior quantificação e padronização de seus modelos e com isso ganhavam cada vez mais prestígio. Os governos, por sua vez, seguiam as orientações das teorias econômicas dominantes como se fosse uma espécie de guia para a prosperidade. As crises eram descritas por correntes de pensamento que tentavam explicá-las através de equações sobre os ciclos viciosos e virtuosos. Não fosse a persistência de certos fenômenos inexplicáveis à luz das teorias econômicas como o desemprego e novas crises de superprodução, a ciência econômica estaria assentada no trono das previsões e verdades universais.

Contudo a nossa crítica não recai sobre a eficiência ou não de uma ciência ou sua infalibilidade. Questionamos que as teorias sociais, diferentemente das teorias físicas, acumulam-se e convivem de forma paralela mesmo quando provado o seu fracasso sobre a resposta a que se propõe. A esse respeito, novamente temos a contribuição de Weber: “[...] toda obra científica ‘acabada’ não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas ‘indagações’: ela pede, portanto, que seja ‘ultrapassada’ e envelheça”. (Ibid, p. 29). Mas parece ser uma guerra de vaidades e não de verdades que impede a evolução de tais ciências e as imobilizam mesmo diante de seguidos erros, desamparando, assim, os governos e a sociedade.

Retornando ao assunto central desse item, os alicerces da física de Newton só foram abalados através da Teoria da Relatividade e das novas considerações acerca da radiação eletromagnética, revolucionando (potencialmente) a ciência como um todo. Até então a eletrodinâmica e a mecânica eram estudadas isoladamente e o que Einstein fez foi construir uma estrutura comum para essas duas teorias e retornar ao processo de unidade e de não-separação das partes. A base sólida a que os cientistas se apoiavam foi repentinamente removida sob seus pés. O apoio para a compreensão desses fenômenos teve de ser buscado além do campo da física e a filosofia torna-se um caminho fértil para a compreensão dos fenômenos da natureza – além da lógica formal. Surge, assim, a era das incertezas e do caos que alimentou teorias científicas em suas respostas aos fenômenos inexplicáveis.

A Teoria do Quanta, responsável por toda transformação do pensamento da ciência moderna, teve como ponto de partida a observação da mudança de cor num corpo aquecido. A partir do entendimento que não há um fluxo contínuo de energia capaz de emitir calor, esse fluxo foi estudado por Max Planck que concluiu que a energia era transmitida por porções descontínuas a que deu o nome de *Quanta*. O que se verificou, de acordo com as limitadas percepções sensoriais, foi que a transmissão de calor era dada por pequenos grãos de energia transportados por placas indivisíveis que geravam ora calor ora luz²⁵.

Foi Einstein quem mais atribuiu importância a teoria de Planck e a utilizou para outros campos como os do calor, luz, e raios. Porém, para estudar os efeitos fotoelétricos, a conclusão dos experimentos foi muito além do campo da física. As discussões sobre essência e aparência pareciam, a partir de então, amparadas pela extraordinária verificação que se faz ao constatar que um objeto aparenta possuir exatamente a única cor que não possui. Ou seja, um objeto que se apresenta de cor laranja, na verdade está irradiando a cor laranja à medida que retém todas as outras cores formadas pelo feixe de luz. Em outras palavras posso dizer que um corpo é azul se ele absorve todas as cores, exceto o azul.

Obviamente que a contestação ao modelo mecanicista de um universo material não pôde ser evitada. Isso não quer dizer que o modelo teve de ser descartado ou

²⁵ As referências utilizadas foram extraídas da obra de MOTA J. (1998), p. 31, BARNNET (1948), p. 21 e CAPRA (1982), p. 70-91.

invalidado. Como já dito anteriormente, as contribuições do mecanicismo para o avanço científico e até mesmo social, não poderiam ser desprezadas. O modelo se mostrou revolucionário ao romper com os dogmas e preconceitos desprovidos de qualquer racionalidade. Grandes descobertas foram elucidadas em função do estudo das partes e dos detalhes até então imperceptíveis pela via da indivisibilidade aristotélica. Por outro lado, os modelos mecanicistas não eram irreais, apenas limitavam-se a campos de visões restritos – ao contrário do que ocorre com as ciências humanas e sociais onde suas miopias promovem séries de catástrofes sociais tidas como ‘naturais’.

Porém, a semelhança mística atribuída à nova física-filosofia dividiu opiniões e esforços, por vezes contrários entre si. No entanto, cada vez mais era perceptível que o universo representado pela natureza era um todo em movimento, indivisível, mas interativo, cujas partes se inter-relacionam continuamente no mesmo processo cósmico. Parece que a afirmação marxista: ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’²⁶, foi reescrita pela teoria quântica ao demolir a noção clássica de objetos sólidos, através da verificação da existência de padrões ondulatórios e probabilidades.

Surpreendentemente Albert Einstein assumiu para si o ônus de uma teoria que ele mesmo considerou incompleta e incapaz de se desvincular da de Descartes²⁷. Ele estava convencido de que sua teoria seria reinterpretada com a descoberta de variáveis ocultas até então. Esse empreendimento coube a John Bell com o desenvolvimento de um teorema que provava que a teoria de Einstein era incompatível com a física quântica. Essa ausência de rompimento com o sistema cartesiano embora não desejável, impediu que esse movimento científico-filosófico pudesse ter sido realmente revolucionário, mas foi extremamente necessário para a evolução do pensamento, sínteses e análises científicas.

Mais tarde as opiniões a respeito do teorema²⁸ irão defender a idéia de que as leis universais são inexistentes ou que tudo é fundamentalmente inseparável. A visão

²⁶ MARX (1848).

²⁷ BARNETT (1948).

²⁸ A explicação sobre o Teorema, foi ocultada por sua alta complexidade. Para que se tenha uma noção da importância deste teorema, faremos um breve resumo em nota: O ponto de partida para esse teorema, foi a frase de Einstein em resposta ao físico Niels Bohr “Deus não joga dados”, defendendo a idéia de que a natureza não é o resultado de uma série de probabilidades. No fundo ele defendia uma forma de determinismo que ele mesmo admitiria no futuro. Ele acreditava que pudesse existir uma realidade externa que apresentaria elementos independentes. Isso foi decisivo para que as suas idéias estivessem, de certa forma, ligadas ao universo cartesiano. Então, na tentativa de

sobre o universo não poderia ser mais a mesma com a constatação da relatividade existente entre tempo e espaço. A visão de um universo fechado, finito, acabado e hierarquizado é substituída pela visão histórica de constante construção e transformação.

Mais importante é que essas transformações se repercutiram nas artes, na filosofia, na biologia, na sociedade e seu cotidiano, mas principalmente, concorreu para uma mudança de paradigma capaz de levantar questões que poderiam revolucionar, novamente, as ciências. As descobertas da física quântica destruíram o padrão de referência sobre a dinâmica do universo e sobre as leis do movimento. Também interrompe o ciclo do indivíduo para (re)iniciar a era das inter-relações. Nada se explica por si só. Nada é estático. Nada permanece constante. As artes cênicas comunicam-se agora com as belas artes – as estruturas estão em pleno movimento e um corpo aparentemente estático têm ritmo, dinâmica, energia e nem mesmo a morte é capaz de interromper a vida existente em toda e em cada parte.

O homem busca a reconciliação com a ecologia e muitas disciplinas retomam-na como núcleo. O pensamento ecológico, a psicologia ecológica, a economia do meio-ambiente, a engenharia ambiental, a arquitetura ambiental, a biologia organísmica, etc. movimentam-se para a nova maneira de pensar a humanidade, de uma forma sistêmica, holística – ecológica. A ecologia passa a traduzir a totalidade (não-autoritária, absoluta, mas relacional – no sentido de teia – onde tudo se interliga) e, isoladamente, as partes, as classes, os setores e as fronteiras não poderiam mais traduzir nenhum significado que contribuísse para a compreensão e a superação dos problemas sociais.

Porém, não nasce da nova física ou do ‘movimento verde’ o questionamento sobre a falência das nossas ciências quando isoladas. A visão míope sobre o mundo das coisas e dos fenômenos já era denunciada há tempos. Marx já reclamava a junção das ciências e uma conciliação definitiva entre as ciências naturais e as sociais. Já

negar a afirmação de Bohr, Einstein desenvolveu um experimento conhecido como EPR que foi base para o Teorema de Bell comprovando que: a existência de uma realidade composta de partes separadas (variáveis ocultas), como defendeu Einstein, era incompatível com a física quântica. Assim, Bell fortalece a tese de Bohr no sentido de confirmar a indivisibilidade do todo universal. A complexidade atinge um ponto nevrálgico. A teoria do ‘paradoxo da filha’, que atesta que algumas estrelas da Via Láctea apresentam idade superior a que os cientistas atribuem ao universo, fizeram com que os físicos recorressem aos livros que tratam da ‘constante cosmológica’ para tentar compreender a harmonia universal ante tantos paradoxos, dentre eles entender como o universo nasce do acaso se a chance de ter isso ocorrido de fato corresponde, analogamente, à chance de um arqueiro aceitar um alvo de 1cm a uma distância de 15 bilhões de anos-luz, ou seja $1/10^{200}$.

no início da sociedade industrial já era possível enxergar as conseqüências de uma superficial ligação entre as ciências.

As ciências naturais desenvolveram uma imensa atividade e reuniram uma quantidade sempre crescente de dados. Mas a filosofia conservou-lhes estranha, da mesma maneira que as referidas ciências continuaram entranhas à filosofia. A sua aproximação momentânea não passou de uma ilusão fantástica. Nasceu o desejo de união, mas faltou o poder para levar ao fim. A própria historiografia só incidentalmente se refere à ciência natural, como fator de esclarecimento, de utilidade prática, de grandes descobertas individuais. Mas a ciência natural penetrou de forma mais prática na vida humana por meio da indústria, transformou-a e preparou a emancipação da humanidade, muito embora o seu efeito imediato tenha consistido em acentuar a desumanização do homem. (MARX, 1844, edição de 2006, p. 145)

Ainda mais problemático torna-se o sentido que as ciências assumem em nossas vidas, sua responsabilidade sobre o nosso futuro e as formas de apropriação pelo poder público. Considerando o seu compromisso ético, Weber recorre a Tolstói quando afirma:

[...] ela não tem sentido, pois que não possibilita responder à indagação que realmente nos importa – ‘Que devemos fazer? Como devemos viver?’ De fato, é incontestável que a resposta a essas questões não nos é tornada acessível pela ciência. Permanece apenas o problema de saber em que sentido a ciência não nos proporciona resposta alguma e de saber se a ciência poderia ser de alguma utilidade para quem suscite corretamente a indagação. (WEBER, 1967, p. 35-36)

É inegável que a ciência é indispensável para a sociedade assim como a ética é para a evolução da humanidade. O que se coloca nesse excerto é a insuficiência da ciência (isolada das esferas ético-político-filosófico) enquanto fornecedora de respostas sobre as grandes questões que surgem após a revolução material do planeta. Dizemos ainda que a ética deva imperar quando o fundamental foi conquistado através dos deveres morais que se apresentam como grandes leis que regem a sociedade, através de seus governos.

Contudo, o apego exagerado aos compromissos morais que se camuflam como éticos, impede que os governos ampliem o campo e o entendimento acerca de seus investimentos e os considerem além de obras, equipamentos e políticas sociais. É preciso que a potência criadora do homem – expressa através do seu trabalho criador – seja a prioridade de qualquer governo — seja de direita, seja de esquerda. Para tanto, é necessário que ao menos as necessidades básicas de cada ser humano estejam satisfeitas, acima de qualquer direito, acima de qualquer processo

de crescimento. Inevitavelmente esse seria o caminho incontornável para que o capítulo da pré-história da humanidade fosse definitivamente ultrapassado.

1.3 O homem-máquina

No campo da biologia, o grande desafio foi suscitado pela questão levantada por um físico em meados do séc. XX – o que é a vida²⁹? Até então, a visão e o método mecanicista da biologia se, por um lado, alcançou importantes conquistas pela descoberta da natureza dos genes, da hereditariedade, estruturas moleculares e código genético, por outro deixou graves lacunas que impossibilitava responder questões essenciais sobre a vida e os seres. Podemos atribuir a uma importante obra, publicada em 1928, por La Mettrie que defendia a idéia do homem-máquina:

Será preciso mais [...] para provar que o Homem nada mais é do que um Animal, ou uma montagem de molas que se engatam umas nas outras de tal modo que não é possível dizer em que ponto do círculo humano a Natureza começou? [...] Na verdade, não estou equivocado; o corpo humano é um relógio, mas imenso e construído com tanto engenho e habilidade que, se a roda denteada, cuja função é marcar os segundos, pára, a dos minutos continua girando em seu curso. [...] Em ciência, o homem é uma máquina; ou, se não é, então não é absolutamente nada. (LA METTRIE, apud CAPRA, 2005, p. 101)³⁰

Novamente, a ciência econômica em seu percurso ‘evolutivo’, inspira-se na biologia para adaptar seus modelos aos de uma ciência reconhecida e em rápida ascensão. Dessa forma, o organismo social nada mais era que uma reprodução de um organismo vivo. Daí deriva os termos apropriados e utilizados até hoje, sem questionamentos, como: órgãos, organismos, funções, circulação, fluxos, fisiologia, etc. Como explica Heimann (1965):

²⁹ Essa indagação foi levantada por um físico austríaco Erwin Schrödinger, através do seu livro *What Is Life?*

³⁰ Existe uma edição em português (Lisboa) no formato livro de bolso ‘LA METTRIE, Julien. **O homem-máquina**. Lisboa: Editorial Estampa, [19--]’.

Por outro lado, uma irmã mais nova da Física, a Biologia, fora concebida por analogia com aquela, na medida em que a vida se mantém em funcionamento harmonioso, autoperpetuador, por alguma força motora nela implantada. Assim, quem afirmava ser a sociedade econômica capaz de funcionar melhor sem autoridade, devido às forças da natureza que nela se impregnavam, podia usar a Biologia ou a Física como modelo e guia. (HEIMANN, 1965, p. 58)

E continua ele expondo algumas argumentações que tornavam pertinentes a recorrência da economia às leis naturais:

Classificar a vida econômica sob as categorias da vida natural parecia bastantes fácil. Não é a sociedade composta de indivíduos, cada um dos quais é um ser natural? Não são suas necessidades naturais explicáveis pela Fisiologia e pela Psicologia? E não é a produção uma combinação de forças da natureza e do homem, organizadas em processos, de acordo com as leis ensinadas pela ciência natural? Finalmente, não é a natureza, incluso o homem e a sociedade, a criação de um Autor bondoso, que desejava que suas criaturas vivessem em harmonia entre si e dando-lhes faculdades para isso? Foi dessa Filosofia – chamada 'deísmo' – que se derivaram os métodos da Ciência Econômica. (Ibid, p. 58)

Mas os esforços em se avançar para uma ciência com seus próprios preceitos eram diferentes dos esforços em se basear numa ciência a partir de preceitos externos – como ocorria com a ciência econômica. Por isso, assim como ocorreu na física, a biologia avançou para questões que se interrompiam por suas análises seccionadas do organismo. Numa interessante observação de René Dubos podemos ter a noção dos questionamentos que se iniciam com os métodos utilizados até então pela biologia: “eles (*os biólogos*) usualmente sentem-se muito à vontade quando a coisa que estão estudando já não vive”³¹. De acordo com essa idéia e as críticas que se seguem ao modelo dominante da biologia, outro importante biólogo salienta:

Podemos afirmar definitivamente [...] com base em investigações estritamente empíricas, que a pura e simples inversão de nossa anterior dissecação analítica do universo, procedendo-se à reunião de todas as suas peças, seja na realidade ou apenas em nossa mente, não pode levar a uma explicação completa do comportamento nem sequer do mais elementar sistema vivo. (WEISS, P. apud CAPRA, 2005, p. 96)

³¹ Biólogo e ecologista humano que trouxe importantes contribuições para esse debate. Pelo menos cinco obras escritas estão intimamente ligadas a esse assunto. Não temos conhecimento da tradução dessas obras além do inglês. Para consulta, encontraremos em CAPRA, 1995, as referências bibliográficas. A citação está em outra obra do mesmo autor, O ponto de mutação, p. 96.

Mais importante e enfática é a análise do biólogo Sidney Brenner sobre os novos rumos que a biologia deve tomar em função das limitações do método cartesiano empregado em seqüentes décadas.

Num certo sentido, vocês poderiam dizer que todos os trabalhos em engenharia genética e molecular dos últimos sessenta anos poderiam ser considerados um longo interlúdio. [...] Agora que o programa foi completado, demos uma volta completa — retornando aos problemas que foram deixados para trás sem solução. Como um organismo machucado se regenera até readquirir exatamente a mesma estrutura que tinha antes? Como o ovo forma o organismo? [...] Penso que, nos vinte e cinco anos seguintes, teremos de ensinar aos biólogos uma outra linguagem [...]. Ainda não sei como ela é chamada, ninguém sabe [...]. Pode ser errado acreditar que toda a lógica está no nível molecular. É possível que precisemos ir além dos mecanismos de relojoaria. (BRENNER, S, apud JUDSON, 1979, apud CAPRA, 1995)³²

Os princípios mecanicistas utilizados pela biologia tiveram grande influência do anatomista William Harvey (1568-1657). Este médico britânico³³ descreveu pela primeira vez, corretamente, os ‘detalhes do sistema circulatório do sangue ao ser bombeado por todo o corpo pelo coração’. A limitação desta teoria assim como a que se sucedeu – a do metabolismo e digestão – ocorreu devido ao pouco conhecimento da química, que só foi superado no século XVIII com Lavoisier, revelando a importância dos processos químicos no organismo. Ainda de acordo com a enciclopédia digital, seus estudos parecem ter inspirado as idéias de Descartes a respeito do corpo humano, dizendo que ‘as artérias e as veias eram canos que carregavam nutrientes pelo corpo’. Na quinta parte do *Discurso do Método*, René Descartes diz:

Porém, se me for perguntado por que o sangue das veias não se esgota, fluindo continuamente para o coração, e por que as artérias não se enchem demais, já que tudo quanto passa pelo coração para elas se dirige, não preciso responder nada mais do que já foi escrito por um médico da Inglaterra, a quem é preciso dar louvor de ter rompido o gelo neste ponto [...]. (DESCARTES, 1999, p. 77)

Se aprofundarmos um pouco mais a investigação sobre como esse processo de pensamento se alastra e que há uma unidade comum na crença de um método, atentariamos para a ligação que Harvey teve com o filósofo Francis Bacon que,

³² A obra mencionada é, JUDSON, H. Freeland, *The Eighth Day of Creation*, Simon & Schuster, Nova York, 1979.

³³ Segundo a enciclopédia *Wikipédia* http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Harvey.

sendo seu paciente, pôde ter contato com as idéias e o método indutivo e experimental de Bacon. Para aproximar-nos de seu pensamento, esse trecho demonstra a tentativa de se encontrar métodos mais eficientes para o conhecimento puro e racional, desprezando a forma e tudo o que possa existir além da matéria:

O intelecto humano, por sua própria natureza, tende ao abstrato, e aquilo que flui, permanente lhe parece. Mas é melhor dividir em partes a natureza que traduzi-la em abstrações. Assim procedeu a escola de Demócrito, que mais que as outras penetrou os segredos da natureza. O que deve ser sobretudo considerado é a matéria, os seus *esquematismos*, os *metaesquematismos*, o *ato puro*, e a *lei do ato*, que é o movimento. As formas são simples ficções do espírito humano, a não ser que designemos por formas as próprias leis do ato. (BACON, F. *Novum Organum*, I, § LI)

E,

Ainda não foi criada uma filosofia natural pura. As existentes acham-se infectadas e corrompidas: na escola de Aristóteles, pela lógica; na escola de Platão, pela teologia natural; na segunda escola de Platão, a de Proclo e outros, pela matemática, a quem cabe rematar a filosofia e não engendrar ou produzir a filosofia natural. Mas é de se esperar algo de melhor da filosofia natural pura e sem mesclas. (BACON, F. *Novum Organum*, I, § XCVI)

E prossegue na parte dois da mesma obra,

Ainda que na natureza, de fato, nada mais exista que corpos individuais que produzem atos puros individuais, segundo uma lei, na ciência é essa mesma lei, bem assim a sua investigação, na descoberta e explicação, que se constitui no fundamento para o saber e para a prática. (BACON, F. *Novum Organum*, II, § II).³⁴

Retornando ao impasse das ciências biológicas, tivemos a nítida compreensão de que embora houvesse a predominância do pensamento cartesiano, houve a contraposição, ainda que insipiente, de biólogos e pesquisadores defendendo posturas que defendiam a complexidade da vida e a interligação dos fenômenos. A sustentabilidade da visão mecânica sobre os seres é atribuída ao fato de que realmente o conhecimento das partes favoreceu significativamente novas descobertas e alcançou vitórias sem precedentes, propiciando a continuidade desse método como forma de apropriação dos fenômenos. Uma vez que a concepção mecanicista do organismo isolava as partes e as analisava em separado, o processo

³⁴ Este livro encontra-se atualmente esgotado. Existe uma digitalização do livro disponível na internet, podendo ser capturado através do site <http://www.ateus.net/ebooks/index.php> podendo também ser conseguido em sebos e outros sites conforme a referência bibliográfica.

de compreensão do funcionamento era limitado sempre que se tornava imperativo a análise do sistema como um todo, o desenvolvimento dos processos e o movimento. Desse modo, o entendimento do processo de divisão celular não podia ser completo porque a ocorrência de especializações celulares a partir de unidades comuns fugia aos domínios da visão estática cartesiana.

Essa limitação favoreceu a proliferação de novos conceitos e idéias como o dos vitalistas e dos organísmicos. Essas correntes defendiam que o todo era mais que a soma das partes e que estas não poderiam ser analisadas isoladamente, sendo somente através da observação dos fenômenos e dos processos é que se poderia avançar no campo das investigações.

Os organísmicos distanciaram-se dos vitalistas porque foram capazes de romper com o mecanicismo, enquanto os vitalistas não conseguiram superar o abismo entre mente e corpo e as explicações cartesianas em última instância. Os biólogos organísmicos recorreram a alguns conceitos de Aristóteles e de outros filósofos, passando a utilizar o conceito de *enteléquia e do pensamento sistêmico* para a explicação dos fenômenos fisiológicos.

Observa-se que não é possível o acompanhamento das micro-revoluções que ocorriam dentro das ciências. No caso da economia, a tentativa de se adaptar aos seus modelos dava-se a partir de uma base estática, não dinâmica, e que devia ignorar as revoluções que acabavam por tornar parte dos seus modelos como insuficiente. A isso puderam responder com medidas políticas ineficazes que não alcançavam as grandes transformações sociais que ocorriam pelo espantoso crescimento material que não era acompanhado pelo desenvolvimento humano.

Os modelos a que recorriam os governos para formatarem suas políticas eram estáticos e baseados em leis fundamentalmente mecânicas, desprovidas de considerações acerca das dinâmicas sociais. Nesse sentido a sociologia tenta cumprir essa lacuna, mas com grande insuficiência como veremos a seguir. No momento seguiremos exemplificando uma grande descoberta da biologia e a tentativa de adaptação pela Ciência econômica, através do fisiocrata, François Quesnay:

A descoberta do fluxo circular de bens é [...] o ponto de partida e um dos principais temas da Ciência Econômica. A teoria se inspirou na descoberta, pouco antes, da circulação do sangue. A ambição dos fisiocratas era demonstrar

a natureza orgânica autoperpetuadora da vida na sociedade econômica, semelhante ao organismo individual. Como o sangue no corpo, ao passar através de vários órgãos, nêles deixa certos ingredientes e adquire outros, procedendo de forma rigorosamente prescrita, e chegando finalmente a um ponto exatamente com a mesma composição que tinha à sua última passagem ali, também a riqueza da sociedade se reproduz através da produção, troca e distribuição de uma forma rigorosamente prescrita e harmoniosa. A Ciência Econômica surge, assim, como a fisiologia da sociedade econômica. (HEIMANN, 1967, p. 64)

Um outro passo importante para o questionamento da biologia atrelada à mecânica foi o desenvolvimento das teorias de Lamarck e Charles Darwin. Sendo estas teorias referência para todo estudante nos dias de hoje, basta afirmar que ainda que parte ou grande parte de suas idéias (especialmente as de Lamarck) tivessem de ser abandonadas, não há dúvida de que o pensamento evolucionista derrubou a possibilidade de manter o controle da criação pelas mãos de um único criador.

Em contraposição à idéia da origem teológica da vida, a constatação de que a vida pudesse ser criada por outras formas a partir de compostos químicos e minerais gerou uma grande discussão que permanece até os dias recentes e parece exemplificar a rivalidade entre correntes de uma mesma ciência, colocando como opostos o objetivo e o subjetivo, o empírico e o teórico.

O movimento que delineou a segunda idéia foi denominado de '*geração espontânea*' que tinha como maior objetivo abandonar definitivamente a hipótese de um criador e tornar aceita a materialidade da origem da vida. Era como se a vida se formasse por meio de um 'acidente químico'. No entanto essa teoria obedecia às leis do universo newtoniano e com isso desconsiderou que a matéria dita inanimada pela física mecânica, seria mais tarde contestada pela física quântica. Um importante teórico – Dr. Littlefield – disse ao final de suas experiências:

Minhas experiências me levaram à conclusão de que a vida decide por si mesma onde, quando, como e por quanto tempo se manifestará numa determinada substância. Nenhum defensor da geração espontânea poderá pretender criar a vida, pois não se pode criar o que já existe. O homem tem o poder de reunir as condições que possam lhe dar condições de expressar a vida, mas é ela, e somente ela que dispõe dessas condições como bem entende [...] Não descobri, portanto, nada além do início e das modalidades da vida, vale dizer, o modo como a natureza desenvolve os seres vivos a partir de elementos materiais ditos inertes. (LITTLEFIELD, 19--)³⁵

³⁵ Esta colocação foi expressa numa conferência num Estado Norte Americano e somente trechos foram disponibilizados, sem data.

O importante de toda essa exposição, ainda que superficial, é compreender o processo acima dos fatos. Podemos falar de predominância, mas não de absoluto. O pensamento cartesiano foi extremamente importante para o desenvolvimento do conhecimento, das ciências e das disciplinas, mas assim como qualquer outro sistema de pensamento isolado, sofre suas limitações e, assim, emergem novas possibilidades que não podem ser descartadas, conforme iremos demonstrar em outros momentos.

No caso das ciências da vida, para elas, a própria vida – através de suas transformações, da sua dinâmica e de todo o movimento – testemunhava a favor da falência do pensamento mecanicista e do renascimento de uma nova ciência. Mas quando falamos de falência e morte, não estamos nos remetendo ao fim de uma ciência ou de sua estagnação. Segundo Popper, ‘o que prova que uma teoria é científica³⁶ é o fato de ela ser falível e aceitar ser refutada’ (POPPER, K. apud MORIN, 2005, p. 38). Falamos, ao contrário, da necessidade inerente a toda teoria ou ciência de ser superada.

Se, contudo, as ciências que tratam da vida, identificam-na como um ato mecânico, poderíamos supor que as ciências humanas tratam de máquinas? A esse respeito Elias fala sobre a origem da separação do homem/natureza e do sujeito/objeto pelas ciências biológicas:

[...] origina-se em parte numa tradição intelectual que foi mais pronunciada nos séculos 17 e 18. De acordo com o estado de conhecimento da época, tudo que era considerado estruturado e, portanto, acessível à teoria científica, era ‘natureza’ e indivíduo, com sua ‘consciência’ ou sua ‘razão’, ou seja, simplesmente ‘objeto’ e ‘sujeito’. O que fica entre eles, particularmente os agrupamentos sociais de indivíduos, de ‘sujeitos’, aparecia como desprovido de ordem e de estrutura e, portanto, era incluído na esfera da vida prática que existia na ante-sala da ciência e da filosofia, sem, entretanto, delas fazer parte. [...] Contudo, muitos cientistas, [...] ainda prendem-se ao velho ideal do organismo isolado em seu ambiente, o indivíduo humano oposto à ‘natureza’, o ‘sujeito’ versus o ‘objeto’. (ELIAS, 1998, p. 317)

É esse questionamento que move toda a especulação sobre um assunto tão complexo e negligenciado por grande parte das ciências, como se a vida não fosse uma luta por transformação, superação e subjetivação. É a vida ainda, ou deveria

³⁶ Essa colocação embora apropriada para essa passagem, nos deixa uma preocupação com a discussão que se faz pertinente sobre ‘o que é ciência?’ levantada por Popper, Chalmers e outros filósofos. No entanto, apesar de sua relevância, não entraremos no âmbito dessas questões, aceitando a condição de ciência pelo consenso acadêmico.

ser, o grande objetivo, a grande teoria e a infinita investigação de qualquer ciência — especialmente das ciências humanas e sociais.

Se insistirmos na façanha de retirar a vida comum de todos os seres do contexto dessas ciências, conseguiremos também aceitar que uns vivam dependentes de um funcionamento geral do sistema, enquanto outros padeçam por não se adaptarem a ele. Por analogia podemos dizer que é por esse caminho que podemos aceitar falar de fome e superprodução simultaneamente e de guerra e destruição em busca de prosperidade. Em todos esses casos é sobre a vida que estamos nos referindo, mas a isolamos como um assunto à parte, de cunho místico-filosófico ou meramente biológico, exterior à sociedade e aos seus movimentos.

Para os governos, por sua vez, o entendimento sobre o assistir à população fica cada vez mais claro que se resume em medidas que visam manter o organismo em funcionamento, ainda que minimamente, afastando-se de uma ordem ética. Como discutiremos no capítulo 3, a miséria, especialmente no Brasil, ainda é mensurada basicamente pela fome e esta é ‘combatida’ com cestas calóricas que pouco compromisso tem com o estado nutritivo e de bem-estar da população. De igual forma, os salários são calculados a partir de fórmulas mínimas de sobrevivência que desconsideram atividades essencialmente humanas, tidas como supérfluas. A saúde, o transporte, a habitação são considerados a partir de aspectos puramente físicos como quantidade, deslocamento e manutenção. Lentamente observamos postos de saúde incluindo especialidades como o atendimento dentário e psicológico que ainda são vistos como fora da atenção básica ao indivíduo. Confirmando a ausência de ética nas políticas públicas ao demonstrar o apego legítimo às ações morais, Silva diz:

[...] A discussão mais séria tem sido a respeito de se distinguir um mínimo ridículo de um mínimo decente; um mínimo que gera dependência de um mínimo que produz autonomia, que possibilite a inserção de pessoas no 'mercado'. O mínimo social é correlato de um mínimo moral. (SILVA, 2007, p. 44)

E complementa, ao questionar a terceirização das políticas sociais:

É questionável, do ponto de vista da ética pública, pensar que o desenvolvimento humano de populações pobres dependeria em especial de um mínimo de capacidade de empreendimento que seria proporcionado pela ONGs financiadas com dinheiro público e privado, que supostamente agiriam como uma faísca que, ao se espalhar, possibilitaria a tais comunidades se tornarem autônomas para se manter, gerando um

processo mais amplo de desenvolvimento nacional sustentável com justa distribuição de renda. (Ibid, p. 49)

Para adiantarmos para a discussão das ciências sociais e o seu papel no contexto de abreviação das políticas públicas, utilizamos uma colocação feita por um funcionário de uma prefeitura do Espírito Santo através de uma comunicação interna.

É justamente quando exemplificamos as idéias que as abstrações assumem uma forma concreta que nos alerta de que a realidade pode ser mais cruel que as críticas sobre ela. Certamente, se os autores da citação abaixo fossem questionados, diriam que foram vítimas de uma má interpretação fora de contexto. No entanto, as práticas adotadas, observadas pelos resultados alcançados, reafirmam que os meios utilizados para construção de ações não se distanciam das ideologias que se manifestam por meio de colocações como esta e como tantas outras que ouvimos de políticos ou de técnicos de prefeituras, Estados, Senados, Câmaras e Assembléias.

[...] o sociólogo [...] pediu rescisão de contrato de trabalho, face a isto solicitamos em caráter de urgência a contratação de outro técnico para repor o mesmo. Informamos que se não houver SOCIÓLOGO não tem problema, um biólogo atenderá muito bem as demandas [...] (Informação verbal, grifos do autor)³⁷

Mesmo que essa citação seja recebida com certo humor, as relações entre as duas ciências – que aqui se equivalem – são complexas e desarmônicas. Morin critica essa relação amplamente e vale que seja exposta nesse ponto.

O hábito de muitos biólogos [...] de colocar o organismo isolado no centro da atenção e de negligenciar a sociabilidade fundamental dos organismos [...] Contudo, muitos cientistas [...] ainda prendem-se ao velho ideal do organismo isolado em seu ambiente, o indivíduo humano oposto à 'natureza', o 'sujeito' versus o 'objeto'. Os sociólogos, por outro lado, sempre acossados por inquietações sobre status e autonomia, após inúmeras experiências infelizes no passado, desenvolveram uma espécie de aversão traumática a todas as tentativas de elucidar a relação do nível de integração que estudam com os níveis precedentes, particularmente o biológico. (MORIN, 1998, p. 317)

Atentamos para a verificação que esse debate ocorre numa esfera ampla, não relevando as micro-transformações que ocorrem por toda parte e em todas as

³⁷ Comunicação interna de uma prefeitura da Região metropolitana do Estado. Junho de 2007. O nome do sociólogo foi omitido em função do sigilo.

ciências. A discussão, ressaltamos, se dá a nível macro. As dissonâncias das quais resultam mudanças e transformações não são desconsideradas, como já admitimos em alguns pontos do primeiro capítulo. Mas ainda são apenas ruídos e revoluções potenciais que ainda não se efetivaram.

O que está em questão não é somente a discussão epistemológica sobre o desentendimento entre as diversas ciências e disciplinas, mas a forma uniformizada e massificada com a qual assumem e se posicionam grande parte dos técnicos que ocupam posições de intervenção. É inegável que o amparo a que estes profissionais recorrem, não está longe das teorias e técnicas de conhecimento de determinados assuntos específicos. Prova disso é o nível de qualificação cada vez mais exigida para ocupação de postos no setor público, em substituição às posições ocupadas por indicações meramente partidárias. Assim, economistas, engenheiros, assistentes sociais, contadores, sociólogos, dentre outros, contribuem – cada qual a seu modo – para defesa de modelos que lhe foram apresentados como antídotos absolutos de uma parcela da realidade a que se pretende alterar. Como finaliza bem um deputado, a busca deve ser pelos padrões e o aperfeiçoamento dos técnicos deve ser a de compreender esses padrões e agir de acordo com o estabelecido.

O padrão de qualidade ele serve para qualquer instância. O padrão de ideal deve ser perseguido tanto pelo prefeito de Ponto Belo como pelo prefeito da capital, aqui em vitória.

A ONU, através dos seus técnicos, eles pegam e quantificam [...] através de um número, eles quantificam o que que é ideal para cada ação governamental nas variadas áreas. Na hora que um país conseguir chegar nesses índices pra cada área, nós vamos ter um país ideal. É isso que todos nós buscamos, né? Ou pelo menos se deve buscar. [...] (informação verbal)³⁸

Quanto a isto, basta-nos esta resposta:

[...] repele totalmente sua inserção em seus fundamentos histórico-nacionais e pretende resolver os problemas de sua sociedade, de seu mundo (em particular os problemas da educação) por meio de critérios e métodos que não foram extraídos de sua realidade, e sim recebidos de fora, venerados justamente por ter essa origem. (VIEIRA PINTO, 2000, p.53)

³⁸ Trecho da entrevista com um deputado da bancada estadual, ocupando posição estratégica.

1.4 A sociedade das ciências humanas e a humanidade das ciências sociais

As ciências da sociedade e as da humanidade, embora estejam sendo tratadas em conjunto neste trabalho, estão separadas por centros e departamentos nas universidades. Seria interessante procurar as razões dessa divisão, mas de qualquer forma, haveria de ser um tratado extremamente rigoroso capaz de convencer-nos dos benefícios da separação entre o humano e social (ainda que metodológico). Obviamente que para acentuarmos a crítica, não estamos considerando a burocracia e as necessidades disciplinares que tornaram seus estudos em separado mais proveitosos ou viáveis.

Questionamos como essa divisão ou a forma que tomou essa separação das disciplinas contribuiu para o avanço social e para a evolução da ciência como um todo. Poderemos comparar o processo de conhecimento da modernidade a um método de tradução de um livro que não é dado o conhecimento do seu conteúdo aos tradutores. Assim divide-se o livro em partes e distribui números de páginas restritos e sem seqüência para que cada um somente possa traduzir trechos que não possuem ligação lógica com as outras partes. No final do processo o livro será traduzido, mas jamais interpretado por nenhum deles e podemos até duvidar da compreensão real de sua totalidade por qualquer leitor, devido à ausência de uma coerência natural ou criação de uma artificial que é substituída por frases aparentemente ligadas, mas sem conexão real ou efetiva.

Edgar Morin falando de forma clara sobre este processo, compara o conhecimento a uma Torre de Babel: “Hoje o edifício do saber contemporâneo eleva-se como uma Torre de Babel, que nos domina mais do que nós a dominamos”. (MORIN, 1986, p. 17). É com essa introdução que iremos tratar da fragmentação das ciências sociais e humanas buscando as relações que as tornam intimamente ligadas ao processo de perturbação social agravado pelas ideologias dominantes que, impregnadas por esse pensamento autoritário, transfere para a esfera pública ações igualmente ineficazes e desprovidas do conhecimento da complexidade e das formas de engendramento social.

A idéia geral desta pesquisa é identificar o processo de fragmentação e particularização das ciências com a dominância do modelo de pensamento mecanicista. Contudo, o foco não recai exatamente nesse ponto já que compreendemos que a desvinculação do saber não se limita às universidades ou aos centros de pesquisa, atingindo ainda esferas públicas e sociais, que investigaremos adiante. No caso das ciências naturais e biológicas, essa observação é nítida e claramente revelada pelos próprios cientistas destas áreas, assim como através das teorias apresentadas. Em particular, nas ciências humanas e sociais, a herança do método cartesiano parece ter sido muito mais desastrosa e extremamente mais difícil de ser compreendida. Efetivamente podemos até arriscar em dizer que somente pelos resultados alcançados *ex-post* podemos falar em erros e equívocos diante de tantas mazelas sociais. Em síntese, podemos reforçar – pelas palavras de Morin – as fragilidades entre as esferas do conhecimento humano-social e ressaltar a sua contribuição sobre a postura das ciências humanas frente aos problemas da humanidade.

Vítimas de um ponto de vista mecânico-físico hoje ultrapassado na física moderna, vítimas de um funcionalismo hoje ultrapassado pela biologia moderna, as ciências humanas e sobretudo as sociais esforçam-se por expulsar o acontecimento. A etnologia e a sociologia rejeitam a história cada uma por seu lado, e a história se esforça por exorcizar o acontecimento. Hoje ainda se assistem aos efeitos de uma tentativa profunda e múltipla para repelir o acontecimento externo às ciências humanas, a fim de obter certificado de cientificidade. (MORIN, 2005, p. 245).

A forma como foram recebidas as divisões das disciplinas demonstra que ela foi desejável em grande parte. Para cada nova ‘ciência’ ou disciplina que se tornava autônoma, ou seja, liberta de outro ramo do conhecimento, tinham-na glorificada como livre e capaz de alçar seus próprios vôos. E quanto mais se afastava da disciplina ou grupo de disciplinas originário, mais se identificava como soberana e infalível. Podemos citar, neste contexto, a sociologia, a ciência política, a economia; o serviço social, a história, a psicologia³⁹, sendo estas as mais ilustrativas. Este efeito é exaustivamente pesquisado por Morin que tendo como formação a filosofia,

³⁹ É importante esclarecer que, não sendo este capítulo um tratado sobre as leis e causas da divisão das disciplinas ditas humanas e sociais, utilizamos alguns exemplos que possam facilitar nossa exposição sem, contudo, delimitar ou determinar quais sejam. No caso da psicologia, a nossa crítica recai sobre a divisão interna de pensamento (separação entre clínica e social, etc.).

foi convidado para compor a recém-criada licenciatura em sociologia na França que, segundo ele, fez surgir uma nuvem de sociólogos por toda parte⁴⁰.

Antes de falarmos da sociologia em particular, citaremos uma passagem em que ele critica o modelo clássico de pensamento, a burocracia e o conhecimento parcial para a complexidade das necessidades humanas: “A ciência tem necessidade não apenas de um pensamento apto a considerar a complexidade do real, mas desse pensamento para considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que ela levanta para a humanidade”. (MORIN, 2005, p. 9) E impõe como responsabilidade do pesquisador:

É dessa complexidade que se afastam os cientistas não apenas burocratizados, mas formados segundo os modelos clássicos de pensamento. Fechados em e por sua disciplina, eles se trancafiaram em seu saber parcial, sem duvidar de que só o podem justificar pela idéia geral e mais abstrata, aquela de que é preciso desconfiar das idéias gerais! (Ibid)

Antes de prosseguirmos, é imperativo afastar-nos da idéia de conspiração que possa remeter a exposição que se segue. Explicando, não estaremos supondo que todo esse processo de fragmentação e isolacionismo das disciplinas tenha sido planejado e/ou arquitetado por uma mente geniosa que tenha pretendido expandir o pensamento mecanicista-cartesiano para os centros das ciências humanas. Dando coerência ao que foi derivado do raciocínio dos capítulos anteriores, entendemos que o pensamento dos cientistas humano-sociais não pôde ou não pretendeu superar a estrutura do pensamento clássico. Ao contrário, acreditamos que o amparo a este método de pesquisa é justificado pela pretensão de serem aceitas como ciências respeitadas, como parecem ser as ciências exatas. Sobre tudo não pode ser desprezado o peso político dessa divisão, como coloca Lukács. Explorando um ponto clássico das análises sociais, o teórico formula a idéia de delimitação e atribuição das disciplinas. Para ele, a identificação da existência da luta de classes esclarecida pela teoria marxista não poderia mais ser ignorada pelas ciências econômicas. Essa lacuna seria preenchida pela ciência sociológica. Ainda segundo ele, a própria origem da sociologia está intimamente ligada ao racionalismo burguês, como podemos entender a partir de sua argumentação.

⁴⁰ Não é possível identificar a data exata do episódio. Essa informação foi extraída de uma entrevista que se anexou à 8ª edição do livro ‘Ciência com consciência’.

O nascimento da sociologia como disciplina independente faz com que o tratamento do problema da sociedade deixe de lado a sua base econômica; a suposta independência entre as questões sociais e as questões econômicas constitui o ponto de partida metodológico da sociologia. (LUKÁCS, 1992, p. 132, apud MONTAÑO, 1999, p. 60).

Além da referência à sociologia, uma observação se faz pertinente nesse ponto. A citação acima foi evidenciada num artigo de MONTAÑO (1999) sobre uma crítica à minimização do Estado. No ponto específico, onde o autor recorre a Lukács, Carlos Montaña utiliza aquela citação como argumento contra o modelo neoliberal, entendendo que o isolacionismo e a simplificação das disciplinas, gerados pelo racionalismo burguês, possui ligação direta com a ideologia do modelo neoliberal. Ponto em que discordamos não no sentido de isentar o modelo dominante da responsabilidade sobre o caminho tomado pelo conhecimento, mas sim por acreditarmos ser este processo parte de um caminho que se inicia de forma concreta pelo pensamento mecanicista que não se supera, ao contrário do que ocorre pelas tentativas das ciências físicas e da vida. Desse modo, derivamos duas idéias. A primeira seria a de que responsabilizar o capitalismo ou o neoliberalismo seria, nesse ponto, demasiado abstrato. A segunda idéia é a de que a própria ideologia do capitalismo – enquanto sociedade industrial edificada pelas idéias do Iluminismo, assim como a das políticas neoliberais estão profundamente vinculadas ao modelo cartesiano e mecanicista da vida.

Seguindo a mesma linha crítica, Montaña fala da tentativa de recortar a realidade por meio da compartimentarização e autonomização das diversas áreas vinculadas às relações sociais. Assim ele coloca: “uma economia ‘despolitizada’ só deixa para ela as contas e a organização da produção, igualando o economista ao contador e ao engenheiro industrial”. (MONTAÑO, 1999, p. 60). De acordo com a metodologia deste trabalho, não nos estenderemos sobre as críticas levantadas às ciências econômicas, já que serão tratadas em capítulo posterior.

O argumento de Lukács sobre a carência da sociologia como ciência, assim como da falência da economia enquanto ciência social, obedece ao mesmo raciocínio do nascimento das ‘ciências sociais particulares’, cada qual com as devidas argumentações específicas. Para ele essa particularização é fruto da racionalidade burguesa que tenta segmentar a realidade e impedir a amplitude do conhecimento dela.

A sociologia surge como ciência autônoma porque os ideólogos burgueses pretendem estudar as leis e a história do desenvolvimento social separando-as da economia. [...] quanto mais ela elaborou o seu método, tão mais formalista se tornou, tanto mais substituiu, à investigação das reais conexões causais na vida social, análises formalistas e vazios raciocínios analógicos. [...] Assim, como a sociologia deveria constituir uma 'ciência normativa', sem conteúdo histórico e econômico, do mesmo modo a História deveria limitar-se à exposição da 'unicidade' do decurso histórico, sem levar em consideração as leis da vida social. (LUKÁCS, 1992, p. 123, apud MONTAÑO, 1999, p. 60)

Existem outros fatores que merecem ser tratados. Enquanto ciência, um determinado ramo do conhecimento busca formas de consolidação e construção de leis que o ampare em suas afirmações e constatações, ainda que mutáveis. Comparando as ciências sociais com as ciências exatas, existe um desequilíbrio desfavorável atribuído às primeiras enquanto ausente de leis precisas como nas ciências físicas. Talvez a tentativa de aproximação com essas ciências tenha por objetivo assegurar que suas respostas às questões impostas pela sociedade tenham alguma garantia objetiva e concreta que pudessem ser demonstrada, como afirma Morin.

A sociologia, que pretendeu ser científica ao trabalhar com amostras de população e de acordo com os métodos matemáticos, fracassou até no campo da cientificidade. Seus resultados não têm nenhum valor cognitivo ou de prognóstico. [...] O problema da sociologia é que ela só pode se fundamentar no mesmo tipo de cientificidade da ciência modelo que era a física clássica, e o próprio modelo de cientificidade clássica não é mais válido para a física que descobriu novos problemas e novos métodos. (MORIN, 2005, p. 87)

Num outro trecho de uma entrevista, Morin defende sua posição argumentando a dificuldade da sociologia e a saída insuficiente que a disciplina parece ter encontrado:

[...] se você faz uma sociologia que ignora as pessoas humanas, que ignora o fato de que os seres não são feitos só de carne e sangue, mas também de espírito, que existem sofrimentos, infelicidades, se fazemos uma sociologia puramente abstrata, puramente demográfica, puramente quantitativa, perdemos algo absolutamente essencial. [...] As ciências constroem seu objeto, porém, justamente o problema é que nas ciências humanas não é preciso construir porque, nesse momento, destruímos. Os objetos construídos são objetos que têm um lado relativamente abstrato. (Ibid, p. 72)

No tocante a este ponto, ELIAS (2005) faz uma associação direta entre o pensamento cartesiano com o processo de individualização que, para ele, modificou radicalmente as estruturas sociais através de uma difusão ampla e profunda.

O *cogito* cartesiano, com sua ênfase no eu, foi também um sinal dessa mudança na posição da pessoa singular na sociedade. Enquanto pensava, Descartes podia esquecer todas as relações-nós de sua pessoa. [...] Em sua consciência, o eu isolado emergiu das sombras dos compromissos sociais de fidelidade e o pêndulo nós-eu oscilou na direção oposta. (ELIAS, 2005, p. 162)

Aqui, percebemos a migração da formulação do pensamento do eu para o coletivo. Ou seja, através da transformação do pensamento individual, do uso da razão e do desprezo por tudo que se afastasse da ciência pura, ocorreu uma mudança de todo o sistema de pensamento, atingindo as estruturas sociais e todas as suas formas de relações. Esse movimento pode ser facilmente verificado, mas acreditamos que não é de via única. Enquanto Descartes formulava sua estrutura de raciocínio, que teria como resultado um método específico, as condições da época, o impacto de mudanças que já inspirava e o contato com outras pessoas e idéias, assim como teorias e formulações de várias ordens, contribuíram para que o pensamento de Descartes tenha sido uma conjunção de fatores e não somente o seu pensamento isolado. É dessa forma que defendemos que o processo de fragmentação e ostracismo das ciências conspirou da mesma forma que sofreu conspirações através da junção de pensamentos, idéias e teorias convergentes, não sendo nosso interesse (se é que seja possível), determinar o que levou a este lugar comum que é a sociedade do *homo oeconomicus*.

A separação entre mente e corpo, na psicologia, teve como herança o pensamento cartesiano onde a separação da alma e do corpo (*res cogitans* e *res extensa*) é tratada de forma muito clara. Em sua obra '*As paixões da alma*', René Descartes, trás as seguintes afirmações: "O calor e o movimento dos membros provêm do corpo e os pensamentos, da alma" (Art. 4) e: "É errôneo crer que a alma dá movimento e calor ao corpo". (DESCARTES, 1999 p. 106-107). Na mesma obra, Descartes analisa isoladamente as funções do corpo e a da alma, ainda que busque as formas possíveis de interação e conclui que, embora a alma esteja ligada (de

alguma forma) a todas as partes do corpo, o comando da alma sobre as funções do corpo é exercido através de uma glândula localizada no cérebro.

A esse respeito, um ponto parece interessar-nos diretamente. Da mesma forma que a economia, a psicologia é tratada como ciência⁴¹ a partir do séc. XIX. Contudo, suas raízes históricas encontram-se na filosofia antiga grega, tendo como referência Empédocles, Pitágoras, Sócrates e Platão⁴². O rompimento (na época classificado como evolução) da psicologia com o holismo e com a harmonia entre alma e corpo, no séc. XVI, foi contestado tanto por Leibniz como por Spinoza que, embora não conseguissem resolver a questão da dualidade entre corpo e alma, compreendiam-na no contexto de uma harmonia preestabelecida e para tanto, indissolúveis.

Mais convincente, porém, se mostrou o paradigma mecanicista fortalecido por Newton, La Mettrie, Hobbes e Locke que, segundo este último, o ser humano era como uma tabula rasa, um papel em branco, onde todas as idéias e saberes eram obtidos pelas percepções sensoriais. Freud, por sua vez, utilizou-se de diversos conceitos da teoria de Newton para desenvolver sua teoria de personalidade humana. Conceitos como profundidade, inconsciente e subconsciente, matéria e estrutura são termos constantes em todo o seu trabalho⁴³.

A psicologia, apesar de toda ordem de conflitos que pesam entre a defesa de correntes de pensamento, oferece grandes contribuições para o debate. Seguindo o exemplo da nova biologia organísmica, os psicólogos alemães, ainda no séc. XX, chegaram a uma conclusão simples e que seria a base de mudanças no pensamento científico moderno inaugurado pela física quântica. A constatação dos psicólogos conceituou a escola de pensamento da *Gestalt*. Já seria possível, então, perceber que o aspecto central para o entendimento dos processos era a irreducibilidade da totalidade, reconhecendo,

[...] a existência de totalidades irreducíveis como o aspecto-chave da percepção. Os organismos vivos, afirmaram eles, percebem coisas não em termos de elementos isolados, mas como padrões perceptuais integrados — totalidades significativamente organizadas que exibem qualidades que estão ausentes em suas partes. [...] A semelhança dos biólogos organísmicos, os psicólogos da Gestalt viam sua escola de pensamento

⁴¹ Mais uma vez alertamos para a despreocupação em se definir quais as disciplinas ‘merecem’ esse status!

⁴² Sobre esse assunto, indicamos a obra de MURPHY E KOVACH (1972).

⁴³ Pela necessidade de referencia a este importante teórico, utilizamos uma abordagem sobre ele de diversos autores sem recorrer a nenhuma de suas obras.

como um terceiro caminho além do mecanicismo e do vitalismo. (CAPRA, 1995, p. 33)

Finalmente, temos ainda outras tantas disciplinas que, mesmo sem receberem o título de ciência, também estão inseridas na mesma lógica que seguem às expostas até aqui. O serviço social, por exemplo, regulamentado desde 1957, teve o seu primeiro curso superior implantado no final da década de 30, propiciado pelo movimento ascendente da industrialização e urbanização. Na prática, nos aparece como uma quarteirização⁴⁴ do setor social, aceitando a hipótese de que se separa o social do humano, a economia da política e o social da própria ciência social. A isso se sucede a necessidade de proteção aos trabalhadores urbanos que não conseguem sobreviver enquanto assalariados, bem como os camponeses, desprovidos de terra e trabalho que partem rumo às promessas das grandes indústrias. Desse modo, as políticas sociais são aplicadas e defendidas, em última instância, por estes profissionais, realizando ‘estudos e pesquisas para avaliar a realidade e emitir parecer social e propor medidas e políticas sociais’, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social.

A classificação dessa disciplina como míope e fragmentada, sustenta-se na contradição entre o seu papel e as suas condições de entendimento e intervenção sobre uma realidade que se estuda de forma fragmentada e distorcida, refletindo-se em práticas ambíguas e discordantes. Vejamos por este ângulo. De acordo com a colocação de uma grande teórica do serviço social: cabe à assistência social a “ampliação das bases de legitimidade do Estado e de seu poder político de controle social, cabe-lhe também constituir-se para os segmentos excluídos da sociedade em modalidade de acesso real a recursos e de incorporação à cidadania”. (YAZBEK, 1995, apud STEIN, 1998, p. 27).

Ora, o Art. 23 da Constituição Federal é bastante claro: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente da contribuição à seguridade social”. A defesa dos ‘segmentos excluídos’, a ‘incorporação à cidadania’ para a ‘ampliação das bases de legitimidade do Estado’ são, claramente, esforços no sentido oposto

⁴⁴ Mais simplificada: a sociedade transfere para o Estado a responsabilidade social que, por sua vez, repassa ao mercado pelo sistema contratual que, a seu turno, recorre ao governo através de isenções e incentivos de toda ordem que, sobrecarregado pelo capital, solicita o apoio da sociedade por meio da filantropia, voluntarismo, ONG, Fundações, Associações, etc. Em todas essas instâncias, o Serviço Social passa a atuar efetivamente.

às suas lutas e reivindicações. O próprio contexto de surgimento desta disciplina de forma independente assume a posição de defesa contra as distorções geradas pelo capitalismo. Entendendo a sociedade do capital como uma sociedade ‘excludente’⁴⁵, o serviço social defende a aplicação de políticas de cunho social para ‘inclusão’ de todos aqueles que são destituídos ou marginalizados pelo sistema, sem acesso a trabalho e garantia dos direitos constitucionais.

Mas se a sociedade é capitalista, entendemos que ela é altamente includente na medida em que coage a todos a se incluírem em sua lógica de mercado e não somente isso, mas difunde o desejo de participação enquanto consumidores de produtos apresentados pela mídia como essenciais. E se assim não fosse, a inclusão social seria o que? A inclusão numa sociedade alternativa? Para exemplificarmos a nossa colocação, utilizamos a afirmação de uma assistente social em entrevista a um telejornal local, na ocasião em que assumia um alto cargo de governo. Ao criticar o assistencialismo diz: “não basta a pessoa receber auxílios [...] a pessoa tem direito a ir ao supermercado” (informação verbal)⁴⁶. O que ela quis dizer é o que prega a teoria: “ter direito aos direitos no neoliberalismo significa ter poder de compra, ser consumidor” (NEGRI e COCCO, 2007, p. 53).

Quanto às formas de legitimação do Estado, é realmente o que acreditamos ser sua principal função e onde centraremos a nossa crítica. Se o serviço social parte em defesa da existência do Estado e luta contra os malefícios de uma sociedade do capital, o Estado não poderia ser outro senão também capitalista. Então o nosso ponto de vista é que o serviço social parece atuar enquanto legitimador do Estado (inegavelmente capitalista) por meio de uma espécie de gerência de conflitos, ao mesmo tempo em que vê no sistema vigente a causa dos males sociais. Ou seja, cabe ao serviço social tornar as distorções da economia de mercado suportáveis a todo aquele que se encontra desfilado por ela. Teoricamente, a assistência social apresenta-se como um direito, mas, efetivamente, é a própria ausência de direitos que torna válido o direito assistencial. É preciso que se apresente um certificado ‘do não ter’ (atestado de pobreza) para que o cidadão receba o benefício que não é capaz de garantir o direito à vida.

⁴⁵ Termo em que discordamos veementemente, como já dissertado.

⁴⁶ Entrevista da presidente da Câmara Setorial para ações de combate à pobreza do Estado do Espírito Santo, concedida ao ES Notícias 1ª edição 12/07/2007.

Por fim, em concordância com as idéias colocadas neste capítulo, encontramos em Weber uma importante contribuição que nos esclarece sobre as formas de apropriação do conhecimento técnico-científico pelo capitalismo ou, melhor dizendo, pela ordem econômica, ainda na primeira década do séc. XX:

[...] a forma especial do moderno capitalismo ocidental teria sido fortemente influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é hoje essencialmente dependente da calculabilidade dos fatores técnicos mais importantes. Mas isso significa, basicamente, que é dependente da ciência moderna, em especial das ciências naturais fundadas na matemática e em experimentações exatas e racionais. Por outro lado, o desenvolvimento de tais ciências e das técnicas que nelas de apóiam recebe agora importante estímulo dos interesses capitalísticos quanto a suas aplicações econômicas práticas. (WEBER, 2006, p. 31)

1.5 Implicações

Podemos sim, deste ponto, compreender efetivamente a primeira defesa deste capítulo: a de que a ciência é um processo sério demais, passível de múltiplas formas de apropriação, seja pelos governos, seja pelas instituições e órgãos científicos. Não é mais possível que aceitemos pacificamente a falsa naturalidade que circunda as disparidades, as injustiças sociais e as (des)construções simbólicas que negativam a pobreza, o miserável e o ‘vagabundo’. O ‘combate’ à pobreza realiza-se através de um entrave entre a sociedade e o vício dos pobres, quais sejam: a preguiça, os maus costumes, o comodismo, a violência e a promiscuidade. Enfim, ao combater à pobreza, a sociedade busca, realmente, combater tudo o que a incomoda: a mendicância, os assaltos, a população de rua, os flanelinhas, o vendedor de balas... O combate é travado contra os pobres mais do que contra a pobreza. Um combate moral, não ético, movido pela ‘boa vontade’ e pela expectativa de melhora dos indicadores. Por sua vez, as políticas de inclusão almejam tão simploriamente transformar seus usuários em clientes de supermercados e operadoras de crédito, como confirma a entrevistada.

Ultrapassando o plano teórico para o de aplicação das políticas sociais, em nosso Estado, as inúmeras características que assumem os modelos e práticas de cunho social, relacionam-se diretamente com as críticas levantadas ao longo deste trabalho. São medidas pontuais que discursam sobre a melhoria das condições de vida, mas que, efetivamente, levam cor aos morros, instalação de banheiros, esgotamento sanitário e tudo mais que os olhos possam alcançar e os indicadores possam quantificar. Mas existem ainda os inúmeros projetos de iniciativa pública ou privada que também levam o ballet clássico, cursos, oficinas e samba que cumprem a dupla função de amenizarem o combate que se trava contra a miséria (e como não dizer, contra os miseráveis) e justificarem a aplicação de recursos em áreas sociais, ‘não-econômicas’.

A ponte entre o governo e a pobreza é construída por técnicos de diversas áreas que se emendam em ações e idéias que ganham prêmios e promovem figuras mas que não são capazes de transformar a realidade. E é essa mesma realidade persistente que capacita as políticas a se inovarem, a buscarem formas de ‘inclusão’, de valorização, de cidadania e o problema essencial que caracteriza a miséria ainda persiste: a fome; como ilustra esse diálogo realizado na pesquisa de campo:

Você acha que o miserável passa fome e o pobre não?
 — Não, o pobre pode passar fome.
 Então o miserável passa mais fome?
 — É, mas o pobre também passa.
 Ficar sem comer de vez em quando não tem problema?
 — Não. É normal. (Informação verbal)⁴⁷

Essa mesma lógica — a do crescimento a qualquer custo — criam ações que só se explicam pela via econômica: construção de aeroporto em cidade que não existe sequer rodoviária; ballet clássico⁴⁸ para desnutridos, construção de hospital para atender 100 mil numa cidade de 7 mil habitantes, etc. E seriam diferentes as políticas de colorir morros com as políticas de Napoleão Bonaparte que ao chegar a

⁴⁷ Entrevista a uma moradora de uma cidade do extremo norte do Espírito Santo. O trecho foi utilizado porque tanto o prefeito quanto a secretaria de ação social informavam que não havia fome na região.

⁴⁸ Insistimos no ballet clássico porque o custo é muito alto. Especialmente os promovidos pelo terceiro setor ou com incentivo privado. Para se ter uma idéia, a hora-aula de um professor, nesses cursos, varia de R\$ 40,00 a R\$ 50,00, mais o transporte, o vestuário, figurinos, espaço e lanche que é o maior atrativo dos ‘bailarinos’. Quanto aos resultados é desnecessária a defesa de que essas práticas só são validadas pela utilidade de passa-tempo já que são necessários pelo menos 8 anos para a formação de um bailarino.

primavera pronunciava ordens de esconder os pobres da cidade para não prejudicar a beleza da cidade? Acreditamos que não muito.

Poderíamos explicitar aqui tantos outros exemplos de contradições entre os discursos e as políticas públicas aplicadas – se elas não se repetissem tanto. Na verdade, a constância e a repetição de políticas se destacam no tempo presente, mas se anulam ao longo das gerações. O que existe na verdade é uma estrutura estática composta de setores governamentais que tratam basicamente da pobreza. As secretarias de assistência social — que geralmente são coordenadas pelas primeiras damas — são essencialmente estáticas com relação à pobreza. Embora os programas e projetos tenham, a cada governo, suas nomenclaturas alteradas, não há questionamento real sobre a representação social dos pobres. Se assim não fosse, em algum momento não mais existiria pobreza, ou pelo menos a pobreza humilhante. Mas se observarmos os discursos, veremos que o combate à pobreza é a prioridade número um da maioria dos governos, em todos os tempos:

Eu diria que a miséria no nosso Estado será erradicada em dez anos. Em dez anos a gente consegue erradicar toda a miséria do nosso Estado.

Eu acho que você pode fazer muita coisa com pouco recurso.

Eu fecharia no seguinte: existe jeito para o Brasil. Existem problemas sérios mas, se nós governantes olhássemos pelo Brasil nós teríamos condições de reverter muita coisa aí, com pouco recurso. (Informações verbais)⁴⁹

Embora não seja tão simples em todas as situações.

Porque é muito bonito de se colocar o prefeito de Vitória falar que tem 400 milhões no caixa para se investir no município... num municípiozinho que tem 83 km². É muito bonito isso! Aracruz falar que tem não sei quantos milhões... mas o que isso representa para o estado do ES, para o povo do Estado do ES? Nada, nada. Só faz aumentar esses bolsões de pobreza. Porque essa concentração de renda nesse miolo aqui, toda indústria que é implantada aqui ou toda vez que é ampliada aqui em Vitória, é recurso a mais que a sociedade daqui perde. Porque quando você aumenta a receita da cidade, você aumenta o valor agregado de ICMS dessa cidade então o índice de participação no bolo vai ser maior. E como o total é 100%, vai tirar de quem? De quem não está produzindo. Então cada vez mais você vai aumentar o caos social e econômico nas cidades interioranas. Então esse é um problema grave que tem que ser resolvido. Resolvido como? Mexendo na lei nacional de distribuição de ICMS. Coisa que os deputados não têm coragem de fazer. (Informação verbal)⁵⁰

⁴⁹ Colocações de prefeitos. A primeira citação é de um prefeito da Região Metropolitana. As duas seguintes referem-se a prefeitos do extremo norte do Estado.

⁵⁰ Deputado estadual da bancada do Estado do Espírito Santo.

Capítulo II

Ciências econômicas: a *oikonomia*, a economia, a *chrematistiké* e a isonomia⁵¹

As aquisições humanas, quer dentro de um país, quer entre vários países, são condicionadas pela sociedade de mercado. O social subjaz à economia. Foi essa perversa conquista da globalização que exclui grandes parcelas da população mundial de condições básicas para sobreviver, viver e acessar os bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana. (KOGA, 2003, p. 19)

2.1 A ciência do *Homo Oeconomicus*

As inclinações geométricas de Hobbes, assim como os anseios de Hume e Hartley, Quesnay e Helvetius pela aplicação de leis newtonianas à sociedade, foram apenas metafóricas: eles ansiavam por descobrir uma lei tão universal para a sociedade quanto a da gravidade em relação à natureza, mas eles pensavam nela como uma lei humana [...] Quesnay, como Platão, assumia ocasionalmente a perspectiva de criador do homem e Adam Smith não ignorava, certamente, a ligação entre salários reais e o fornecimento de mão-de-obra a longo prazo. Todavia, Aristóteles ensinara que só os deuses ou os animais podiam viver fora da sociedade, e o homem não era um nem outro. (POLANYI, 1980, p. 123)

É sabido que séculos a.C. os antigos já atribuíam grande importância às atividades ligadas ao comércio, produção, troca, trabalho, acumulação e distribuição de riqueza. A primeira citação deste trabalho nos dá uma idéia sobre o tratamento dado a essas atividades na antiguidade. Percebemos que elas não eram especializações isoladas das outras esferas sociais. É preciso esclarecer ainda que a ciência econômica já era tratada com surpreendente nível de importância e isso podemos reconhecer pela comparação com outras áreas da ciência que iremos expor resumidamente a seguir.

As primeiras universidades que temos conhecimento surgiram na era medieval, no séc. XII durante o Renascimento. Os primeiros cursos – considerados artes liberais

⁵¹ Este título tem a função de transmitir a idéia da complexidade e ao mesmo tempo confusão que a referência aos assuntos da 'economia' trazem, tanto para o leigo quanto para o próprio pesquisador. Entendemos por *oikonomia* a origem dessa ciência; por economia, a sua modernização, tratando-se basicamente da sociedade de mercado. *Chrematistiké* refere-se ao termo empregado por Aristóteles para designar a 'área' da economia que trata do sistema de aquisição, e, por último, temos um termo que nos remete à necessidade de estabelecimento de uma lei comum (natural) – a isonomia (estado em que se governa sob as mesmas leis), ao mesmo tempo em que é nefasta a predominância das leis comuns de mercado.

– foram estruturados ainda no séc. IX por Carlos Magno que utilizava a educação também como forma de consolidação do poder. Assim os programas de estudo foram divididos em estudos literários, a saber: gramática, retórica e dialética, e o ensino científico, quais sejam: aritmética, geometria, astrologia e música. A lógica (dialética) desempenhou grande papel para a valorização dos centros de saber. Para alcançar o status de universidade, os centros deveriam destacar-se até atingir a forma de universidade. Estas eram classificadas, de acordo com as suas origens, em duas categorias: *ex consuetudine* (originadas das escolas) e *ex privilegio* (fundadas por reis ou papas). Contudo, somente a Igreja Católica poderia atribuir o título de excelência internacional a algumas universidades que passavam a ser denominadas *Studium Generale*. Isso fortalece a tese do grande controle eclesiástico sobre as ciências e sociedade neste período e reafirma a importância do pensamento cartesiano numa sociedade em que a ciência era dominada pela igreja.

Porém, não devemos, nem como forma de simplificação, ignorar a existência das Academias fundadas desde 387 a.C. que assumiam a função de universidade. A primeira foi a de Platão que ensinava filosofia, matemática e ginástica. Em 367 a.C. Aristóteles abre uma escola – Liceu – que, de certa forma, rivalizava com a Academia de Platão, nesse período, dirigida por Xenócrates que a assumiu logo após a morte de seu fundador. Enquanto a primeira dedicava-se principalmente aos estudos matemáticos, a escola dos *peripatéticos*⁵² dedicava-se aos estudos das ciências naturais que concorreu para o conhecimento da biologia, especialmente a diferenciação das espécies, contribuindo para os estudos da física e metafísica.

As ciências do direito, medicina e teologia, foram as primeiras a serem ensinadas nas universidades européias, mas já eram atividades desenvolvidas desde a Grécia antiga. No caso particular da economia, Xenofonte (430-355 a.C.)⁵³ desenvolve um tratado prático sobre a arte de administrar o patrimônio que deu origem ao termo *oikonomia*, podendo ser traduzido por ‘estudo da casa’, onde se inclui o elemento humano e a propriedade material. O termo *Oikos* possui um significado bastante abrangente na acepção primitiva fazendo também referência à pátria⁵⁴. Algumas

⁵² Significa ‘os que gostam de passear’, que ‘exageram nos gestos’, que ‘ensinam passeando’, segundo AURÉLIO (1986). Este termo foi atribuído aos estudantes do Liceu por promoverem debates enquanto passeavam. É vasta a literatura sobre a História das ciências e das universidades. Porém pela necessidade de síntese, recorreremos à obra de Platão, Aristóteles e a Wikipédia somente.

⁵³ Não se tem uma data precisa, variando, em média, cinco anos.

⁵⁴ Ver XENOFONTE (1999), p. 3 e ARISTÓTELES (2004), p. 35.

interpretações defendem a posição de que a *oiko* faz oposição a *pólis* (cidade), no entanto entendemos que existe uma nítida distinção, mas não oposição. Como podemos encontrar em Xenofonte.

Oikos [...] é uma palavra cujo campo semântico é mais amplo do que a *oikía* e cujo significado pode ser bem apreendido através da oposição a um outro termo, *pólis* cidade. [...] Nesse sentido, como membro de uma família, o indivíduo insere-se em seu *oikos* como o cidadão em sua *pólis* e assim pode-se dizer que o indivíduo está para o seu *oikos* como o cidadão está para a sua *pólis*. [...] A *oikos*, portanto é muito mais que a *oikía*, a casa onde reside uma família. É tudo que a família possui [...] e, mais que tudo, os seus valores éticos e tradições. (PRADO, apud XENOFONTE, 1999, p. IX-X).

Aqui podemos compreender algumas confusões que são propensas a surgir diante de termos tão semelhantes: *oikos* e *oikía*. Além disso, podemos encontrar em trechos dos diálogos, afirmações que nos fornecem a idéia da amplitude do conceito: “[...] também é patrimônio tudo quanto alguém possui fora de casa?” e temos a resposta: “[...] Mesmo que o proprietário não o tenha na mesma cidade, tudo o que alguém tenha, faz parte do seu patrimônio” (XENOFONTE, 1999, p. 4). Esse diálogo nos indica que a *oikonomia* é muito mais que a administração da casa, como hoje a traduzimos⁵⁵.

O ‘Econômico’ – tratado deste filósofo grego sobre economia – é um diálogo fictício, entre Sócrates e dois personagens, sobre como administrar o patrimônio. De forma simples os personagens investigam porque uns conseguem prosperar enquanto outros têm dificuldade até para sobreviver. Também defende que a economia é um saber como a medicina e a metalurgia e que não podemos desprezar os valores morais ligados a qualquer arte do conhecimento. Uma outra passagem reproduz toda a idéia conceitual que Xenofonte trás sobre a economia:

Pensamos que economia, administração do patrimônio familiar, é o nome de um saber, e esse saber parece ser aquele pelo qual os homens são capazes de fazer crescer seus patrimônios, e patrimônio parece-nos ser o mesmo que o total de uma propriedade e, para nós, propriedade é o mesmo que para cada um é proveitoso para a vida e dá-se como proveitoso, tudo quanto se saiba usar. (XENOFONTE, 1999, p. 29-30).

A diferenciação entre casa e cidade é aceita em Aristóteles, mas também não podemos interpretá-la como oposição. Logo no início do texto, Aristóteles esclarece:

⁵⁵ Uma passagem de Max Weber nos indica a ampliação desse conceito. “A tendência generalizada era o crescimento das empresas aquisitivas como parte de uma casa real ou feudal – do *oikos* [...]” (WEBER, 2006, p. 29)

“A arte de administrar uma casa e a de administrar uma pólis diferem entre si na medida em que a casa e a pólis também diferem (uma vez que aquela é o fundamento desta)” E complementa: “Por aqui se torna claro que a origem da administração da casa é anterior à administração da pólis. [...] pois a casa é uma parte da pólis”⁵⁶.

Para o nosso estudo, é imprescindível a contribuição de Aristóteles sobre o tema, devido à riqueza e à complexidade com que tratou a economia. Essas recorrências ajudam-nos a compreender a evolução (ou involução) da economia desde a sua ‘pré-história’. Em ‘Os econômicos’ de Aristóteles, encontramos uma tentativa de particularização dos saberes econômicos, embora não supere as referências sobre o assunto em ‘Política’ e ‘Ética a Nicômaco’. A utilização daquela obra como referência nos auxilia na argumentação de que a economia já era um campo do conhecimento tratado com rigor e grau de importância elevado, diferindo do tratamento moderno apenas na forma e amplamente na essência.

E é justamente a discrepância das formas e da fundamentação que nos induz a um questionamento. Se a economia conserva o seu vocábulo original, porque a morfologia, entendendo ainda seus valores e objetivos, são tão distantes? Acaso a essência da medicina não é a mesma desde os seus antepassados, diferindo apenas na complexidade? E a arquitetura não trata de criação e edificação para fins humano-sociais? Então, por qual motivo a economia, passando a ser ciência econômica, individualiza os seus objetivos, tornando como causa primordial a riqueza (bens escassos)? Podemos encontrar a resposta em Smith (1776) que transmitiu a idéia da riqueza como a base da nova ciência, muito embora em seus escritos, Adam Smith tenha deixado claro o caráter social da riqueza:

É verdade que Adam Smith tratou a riqueza material como um campo de estudo separado; o fato de fazê-lo, e com um grande senso de realismo, tornou-se o fundador de uma nova ciência - a economia. Apesar disso, para ele a riqueza era apenas um aspecto da vida da comunidade, a cujas finalidades ela permanecia subordinada [...]. (POLANYI, 1980, p. 121)

Em nossa pesquisa, a compreensão da riqueza bem como a distinção entre esta e a renda não pareceu tarefa a ser desempenhada por muitos políticos, técnicos ou pela população. Ao menos, nenhuma das pessoas com as quais conversamos

⁵⁶ ARISTÓTELES, 2004, p. 35.

demonstrou qualquer grau de importância a essa diferença e possivelmente era exatamente uma das causas para a confusão que se fazia quando sugeriam soluções foram do âmbito do crescimento econômico. Porém, quando pontuavam essas ações, retornavam para a necessidade de um crescimento real ou potencial de renda/riqueza.

Gerar riqueza não é dizer que vai para o empresário — ficar rico ou não. Gerar riqueza é se colocar investimento onde vai ter a distribuição de renda através dessa riqueza que vai ser gerada. [...] Pra mim quando eu falo gerar riqueza é gerar renda. (informação verbal)⁵⁷

Mas a intransigência com relação às interpretações da teoria clássica original não diz respeito somente à riqueza. Encontramos em HEIMANN (1965) um paralelo entre as idéias atribuídas à teoria econômica clássica e a sua interpretação original — baseada nas condições do tempo em que as teorias econômicas eram formuladas. Desse modo, Heimann defende em nota:

Podemos ver, assim, que a obra total de SMITH compreende a Ética Social, a Ciência Política e a Economia. Como Locke e Hume, Quesnay e Turgot, e como Mill, Marx e Oppenheimer depois dêle [sic], SMITH não era um economista no moderno sentido especializado da palavra; como Marx, foi um filósofo que desenvolveu sua teoria econômica como um capítulo especial de seu quadro filosófico do mundo. Todos êsses [sic] homens acreditavam numa esfera relativamente autônoma da Ciência Econômica. Mas não teria ocorrido a qualquer um dêles ignorar as conexões entre a vida econômica e a vida social geral. **Essa estreiteza de espírito, porém, tornou-se a enfermidade profissional de um número demasiado grande de economistas especializados no treinamento moderno, altamente técnico, que racionalizam sua deficiência insistindo na conveniência metodológica de discutir a economia num vácuo fora do mundo.** (HEIMANN, 1965, p. 72. Grifo nosso)

O Campo da economia, já naquele tempo, era tão extenso que Aristóteles o dividia em quatro áreas. A exportação, importação, cunhagem de moeda e todas as despesas faziam parte da economia real (*Basilike*). As receitas, divididas em seis fontes, eram atribuições da economia dos sátrapas (*Satrapike*) cujas fontes eram a renda da terra, a do comércio, a dos impostos, a dos rebanhos e a de outras atividades⁵⁸. A economia de uma *pólis* era a terceira por ordem de importância que tinha como receita os produtos da região, as mercadorias, as taxas de livre trânsito

⁵⁷ Resposta do deputado A ao ser questionado sobre a importância da riqueza na questão da miséria e as diferenças entre riqueza e renda. Escolhemos essa fonte porque era a pessoa que mais se aproximou da complexidade dessa questão.

⁵⁸ Vale uma observação pela referência a seis fontes de renda quando na verdade foram listadas somente cinco. No original do texto, a frase foi suprimida por motivos desconhecidos, levando a conclusão de que a produção da terra seria uma renda específica.

(*Diagoga*) e os impostos regulares. Por último, em grau de importância, Aristóteles descreve a economia individual (*Oikonomein*) e assim a classificava porque a considerava como fonte de pequenas despesas e receitas, basicamente dos rendimentos da terra, o lucro das atividades periódicas e os juros de empréstimos⁵⁹.

Como não poderíamos deixar de sublinhar, acima dos rigores entre receita e despesa (preocupações contábeis) o compromisso com os valores e a ética parece hoje não mais pertencer à conduta da moderna economia e, segundo Aristóteles, também já não o era em sua época em outras profissões:

Aqueles que considerações particulares impedem de correr atrás da fortuna através do comércio tentam consegui-la por outros meios, às vezes até pelo mais monstruoso abuso de suas qualidades superiores e de suas faculdades. A coragem, por exemplo, não foi dada ao homem pela natureza para acumular bens, mas para proporcionar tranquilidade. Não é esse tampouco o objeto da profissão militar, nem o da medicina, tendo uma por objeto vencer, e outra curar. Converteram-nas, porém, em meios de obter riqueza: elas se tornam o único fim da maioria das pessoas que entram nessas carreiras e subordinam tudo à meta que se propuseram. (ARISTÓTELES, 19--., p. 24)⁶⁰

Não é nosso objetivo investigar as condições e as circunstâncias que ocasionaram essa subordinação desmedida ao dinheiro, ambicionado como riqueza, embora certos da responsabilidade quais as condições e circunstâncias assumem para o agravamento das misérias sociais. E para não cairmos na armadilha da culpabilização pura e abstrata ao capitalismo, podemos encontrar idéias em todos os períodos históricos que confirmam a obstinação por essa riqueza que chamamos, por ora, de fictícia. A idéia que os antigos tinham sobre a riqueza nada tem de semelhante com a da sociedade moderna, como veremos adiante. Por outro lado, não ignoramos que Aristóteles, ao desenvolver os variados aspectos que envolvem e que são envolvidos pela economia, tenha analisado essa forma de obtenção de riqueza, tanto pelo comércio, quanto pela usura. O que não podemos deixar de destacar é a sua nítida aversão a esse tipo de prática que alguns pesquisadores procuram não apresentar.

No entanto, o dinheiro é somente uma ficção e todo seu valor é o que a lei lhe dá. Mudando a opinião dos que fazem uso dele, não terá mais nenhuma

⁵⁹ ARISTÓTELES, 2004, p. 49-51

⁶⁰ Essa edição (Política) está disponível em <http://www.ateus.net/ebooks/index.php>., não tendo disponibilizada a data de publicação do livro digitalizado.

utilidade e não proporcionará mais a menor das coisas necessárias à vida. Mesmo se se tiver uma enorme quantidade de dinheiro, não se encontrarão, por meio dele, os mais indispensáveis alimentos. Ora, é absurdo chamar 'riquezas' um metal cuja abundância não impede de se morrer de fome; prova disso é o Midas da fábula, a quem o céu, para puni-lo de sua insaciável avareza, concedera o dom de transformar em ouro tudo o que tocasse. As pessoas sensatas, portanto, colocam em outra parte as riquezas e preferem (e nisto estão certas) outro gênero de aquisição. As verdadeiras riquezas são as da natureza; apenas elas são objeto [sic] da ciência econômica. (ARISTÓTELES, 19--., p.. 23)

Novamente a ideologia e o aspecto político da ordem naturalizada pela sociedade são expostos aqui – agora não como teorias recentes, mas como idéias embrionárias que, ao contrário de criar uma previsão, comprova a lentidão das transformações sociais no campo político-econômico.

Entendemos que nesse período em que são difundidas essas idéias não havia ainda a confiança da unidade comum de troca nem do poder que ela representaria historicamente. Contudo, a colocação é bastante atual quando analisamos o caráter frágil da moeda e de todo transtorno que a sua má distribuição trouxe para os diversos tipos de sociedade. Por outra via, também notamos que ele faz uma separação entre as atribuições do que seria a ciência econômica. Nesse ponto, é importante que se busque a compreensão mais abrangente do que Aristóteles entende por riqueza proveniente da natureza, não se referindo apenas à agricultura.

Assim, das duas maneiras de adquirir e de se enriquecer, uma pela economia e pelos trabalhos rústicos, outra pelo comércio, a primeira é indispensável e merece elogios; a segunda, em contrapartida, merece algumas censuras: nada recebe da natureza, mas tudo da convenção. (Ibid, p. 25)

E que outra base teria Marx senão essa idéia latente do fetichismo da mercadoria e da teoria do valor, tão bem desenvolvidos em o seu O Capital? E que outra correlação faria Kosik enquanto disserta sobre A Dialética do Concreto? As convenções, a que se refere Aristóteles, nada mais representam, na sociedade moderna, que o caráter fetichista e especulativo, responsável pela determinação de preços e dos valores sociais. O que não se completou em Aristóteles foi o desenvolvimento dessas idéias para o entendimento do papel das relações sociais. Para tanto, Kosik avança e disserta sobre esse movimento:

O movimento social das coisas, que mascara as relações sociais dos homens e dos seus produtos, é uma determinada forma da economia

historicamente transitória. Enquanto existe tal forma histórica da economia, ou seja, enquanto a forma social do trabalho cria o valor-de-troca, existe também a mistificação real, prosaica, pela qual determinadas relações – nas quais entram os indivíduos no curso do processo produtivo da sua vida social – se mostram sob um aspecto subvertido, como qualidades sociais das coisas. (KOSIK, 1986, p. 192)

Esse movimento social, apresentado como elemento centralizador da economia – em sua forma histórica – foi ocultado pela modernização do conhecimento e fragmentação das ciências humano-sociais. É, com efeito, a mesma sentença dada por Lúkacs no capítulo anterior quando trata da divisão entre economia – como técnica de estudos de mercado – e a sociologia – que se esquia dos problemas econômicos. Contudo, o que torna mais confuso é compreender o processo de naturalização dessas formas históricas (transitórias) que se perpetuaram como pressupostos naturais — como a própria história nos aparece. Em segundo plano, a mesma idéia de transitoriedade, paradoxalmente, nos remete a uma situação estática, natural e irreversível pela sua imutabilidade no decorrer das diversas fases da sociedade.

Dando continuidade à teoria econômica originária, o estagirita⁶¹ fazia a distinção entre toda a riqueza adquirida por meio do trabalho e da administração do patrimônio e aquela conseguida por meio do lucro do comércio. Para ele não havia trabalho aqui, no sentido de transformação da natureza. Apenas uma atividade para se obter dinheiro através do oportunismo. Já se observa, ainda que intuitivamente, o entendimento sobre o valor *versus* preços e a origem dos lucros. Todavia, essa passagem tem a utilidade de demonstrar a idéia aristotélica sobre a riqueza e não a condenação do comércio – fato que não pudemos omitir nem temos o interesse em destacar.

Uma última passagem deixa por encerrado o nosso argumento sobre o conceito e apreciação da riqueza por Aristóteles, muito embora não encerre o assunto e nem possa ignorar outras colocações.

[...] é ou não tarefa de alguém envolvido na administração da casa ou da política acumular dinheiro e acrescentá-lo à propriedade? A resposta é não: este deve estar para uso, desde o princípio. Para a administração da casa não é necessária a acumulação, não mais do que para a ciência política

⁶¹ Era assim como Aristóteles era conhecido por sua naturalidade. Estagira era uma cidade grega, sob o domínio da Macedônia.

seja preciso criar homens, que são a matéria-prima que a natureza fornece e da qual a ciência política se utiliza. (ARISTÓTELES, 1999, p. 161)⁶²

Sem nos sentirmos obrigados a percorrer historicamente as situações semelhantes a todas as formas de apropriação estéril da riqueza, especialmente sob a forma de dinheiro, fixar-nos-emos no início do séc. XX no qual Max Weber percebe que a riqueza assume a forma-dinheiro e passa a representar o sucesso, a virtude e até mesmo o prêmio pela ética. Seu trabalho ‘A ética protestante e o espírito do capitalismo’ foge da armadilha do determinismo econômico e, sobretudo, buscando distinguir as condições humanas independentes da ordem econômica, daquelas incentivadas ou geradas seja pela ordem econômica, seja pelo capitalismo propriamente dito (tanto em sua fase latente, quanto em seu desenvolvimento pleno). Por isso, é importante que descrevamos aqui suas idéias.

O impulso para o ganho, a perseguição do lucro, [...] da maior quantidade possível de dinheiro, não tem, em si mesmo, nada que ver com o capitalismo. Tal impulso existe e sempre existiu entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários desonestos, soldados, [...] mendigos etc. Pode se dizer que tem sido comum a toda sorte e condições humanas em todos os tempos e em todos os países da Terra, sempre que se tenha apresentado a possibilidade objetiva para tanto. (WEBER, 2006, p. 26)⁶³

Essas possibilidades objetivas, a que ele se refere no final da citação, deixam claro que são largamente encontradas numa sociedade capitalista – fato que ele não nega – mas despreza temporariamente para nos fazer compreender que embora seja uma característica do capitalismo fortalecida pela necessidade de lucro, não tem nele a sua causa, e sim numa ordem econômica que busca justificar a sua irracionalidade através da razão objetivada no que é dado a ser aceito como virtude humana. E o amparo a essas idéias nasce de todos os meios e ordens – moral, religiosa, política, filosófica e principalmente econômica.

⁶² Tomamos a liberdade de abrir um parêntese nesse ponto. O centro da crítica keynesiana sobre a lei de Say está intimamente ligado à passagem acima. De acordo com Jean Baptiste Say (1768-1832), toda oferta criaria sua própria demanda. Essa máxima era aceita porque não se considerava, ou não se deu a devida importância, ao entesouramento estéril, explorado e denunciado posteriormente por Keynes (1883-1946) e confirmado pela crise de superprodução de 1929.

⁶³ É essencial sublinhar nessa passagem que Weber refere-se ao ganho de dinheiro. No entanto, não se trata de lucros – característica e condição vital do capitalismo. Na verdade Weber não consegue distinguir essas duas formas de aquisição – ganhar mais dinheiro e obter lucro. Para sermos mais claros, lucro é definido economicamente como um “benefício livre de despesas que se obtém na exploração de uma atividade econômica” (AURÉLIO, 1986, p. 1050). Entretanto, o ganho não pressupõe exploração.

Benjamin Franklin, por exemplo, lista uma sentença sobre como um homem de bem deve proceder com relação ao dinheiro. Senão fosse pelo fato de estar ligado à filantropia e ao abolicionismo, além de ser cientista, jornalista, inventor e revolucionário⁶⁴, essa sentença seria comumente aceita como um tratado prático sobre políticas de crédito pessoal. No entanto, a sensação que temos é que nada é ou deve ser feito se o objetivo não for a prosperidade financeira.

Lembre-se que *tempo* é dinheiro. [...] Lembre-se que o *crédito* é dinheiro. [...] Lembre-se que o dinheiro é da natureza prolífica e geradora. O dinheiro pode gerar dinheiro, e seu produto gerar mais, e assim por diante. [...] Aquele que mata uma porta prenhe destrói sua descendência até a milésima geração. Aquele que ‘mata’ uma coroa destrói tudo aquilo que ela poderia ter produzido, até muitas libras. [...] Lembre-se do ditado: *O bom pagador é dono da bolsa alheia*. [...] As menores ações que possam afetar o crédito de um homem devem ser levadas em conta. O som do martelo às cinco da manhã ou às oito da noite, ouvido por um credor, te o tornará favorável por mais seis meses [...] Não te permitas pensar que tens de fato tudo o que possuis, e viver de acordo com isso. [...] Por seis libras anuais poderás desfrutar do uso de cem libras, desde que seja um homem de reconhecida prudência e honestidade. [...] Aquele que gasta um *groat* por dia inutilmente, desperdiça mais de seis libras por ano, que seria o preço do uso de cem libras. [...] Aquele que perde cinco *shillings* não perde apenas essa soma, mas também todas as vantagens que poderia obter investindo-a em negócios e que, durante o tempo em que um jovem se torna velho, integraria uma soma considerável. (FRANKLIN, B. apud WEBER, 2006. p. 47)

Certamente que um crítico não perderia a oportunidade de satirizar essa sentença. Porém, não seria nada original já que o escrito de 1736 foi severamente ironizado pelo escritor alemão Ferdinand Kürnberger. Criticando a cultura americana⁶⁵, resume essa filosofia da seguinte forma: “Eles tiram sebo do gado e dinheiro dos homens”, tratando-se de uma espécie de ética peculiar. (KÜRNBERGER, 1855 apud WEBER, 2006, p. 48).

Esse longo percurso sobre a acumulação da riqueza e a apropriação do dinheiro como forma de riqueza teve o intuito de nos guiar para a compreensão acerca da realidade que enfrenta a sociedade moderna – que julgamos estar, ainda, intimamente ligada com a questão da miséria, da corrupção, da violência, da desfiliação e do preconceito. Seria simplificar demais acusarmos o capitalismo, o liberalismo ou o neoliberalismo, sem aprofundarmos na investigação que acaba por

⁶⁴ A biografia de Franklin é demasiadamente extensa e conhecida. No entanto ressaltamos a sua participação na abolição da escravidão e como um dos líderes da Revolução Americana. Outro fato importante diz respeito a sua vida intensamente religiosa (indo de encontro à tese de Weber) e sua ligação com o Iluminismo.

⁶⁵ Essa obra original (*Der Amerikamüde*, 1855) foi traduzida para o inglês como título “*Picture of American Culture*”, conhecida popularmente como a ‘confissão de fé do yankee’!

nos aproximar e priorizar os aspectos antropológicos e, assim, desmistificar certas ‘verdades’ ou aspectos da realidade até então inquestionáveis. Oportunamente, aproveitamos a descrição de Weber, para prosseguirmos na investigação sobre a passagem para a economia moderna e as formas de apropriação dos conceitos formados pela antiguidade grega e, além disso, especularmos sobre a possível motivação – quase unânime – da aceitação natural das leis capitalistas: “A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver.” (Ibid, p. 50).

Pela via do conhecimento, os valores e a ideologia constituem fortes elementos que contribuem para o fortalecimento das análises estáticas que se concretizam nos modelos e estruturas do serviço público e da distribuição das disciplinas pelas universidades. A reprodução desses valores, por outro lado, não é uma construção estática e uniformizada. Ao contrário, são os valores assumidos por ideários — que se tornam oportunamente comuns — que consolidam uma estrutura de poder tida por ideal. Frijot Capra confirma, pelo seu raciocínio, a mesma posição.

Geralmente, não se reconhece que os valores não são periféricos à ciência e à tecnologia, mas constituem sua própria base e força motriz. Durante a revolução científica no século XVII, os valores eram separados dos fatos, e desde essa época tendemos a acreditar que os fatos científicos são independentes daquilo que fazemos, e são, portanto, independentes dos nossos valores. Na realidade, os fatos científicos emergem de toda uma constelação de percepções, valores e ações humanos — em uma palavra, emergem de um paradigma — dos quais não podem ser separados. Embora grande parte das pesquisas detalhadas possa não depender explicitamente do sistema de valores do cientista, o paradigma mais amplo, em cujo âmbito essa pesquisa é desenvolvida, nunca será livre de valores. Portanto, os cientistas são responsáveis pelas suas pesquisas não apenas intelectual mas também moralmente. (CAPRA, 1995, p. 32)

Valoriza-se, pela exposição presente, a certeza de que a ideologia fornece o entendimento sobre a realidade, muito mais que as suas ações. Justifica, portanto, o caráter estritamente objetivado da miséria, das práticas e das ações públicas para o conjunto deste trabalho — acima de suas análises particulares. Embora contornado por um estudo empírico, o que se favorece aqui é a compreensão de um determinado aspecto da realidade que se revela através das relações entre as ciências, as políticas e uma parcela da sociedade civil que se apresenta como o retrato social do fracasso, do caos social e da corrupção da esfera pública. Em uma

frase: a ascensão moral e a decadência da ética do homem da moderna economia. Em nome do compromisso moral assumido pela quase totalidade dos poderes públicos em suas diferentes esferas, a obediência aos modelos impostos com a promessa de conquista da felicidade social, afasta-nos da construção de uma sociedade potencial, ou efetivamente ética.

[...] de maneira geral, as políticas urbanas conduzidas pelo Estado ou pelas coletividades locais são sobretudo tentativas de acompanhar as fortes tendências da economia, gerando por consequência a estruturação das cidades em segmentos relativamente estanques, não facilitando o engajamento de outros setores do desenvolvimento urbano. (ANDERSON, 1998, p. 203, apud KOGA, 2003, p. 240)

Em outras palavras,

A política pública não trabalha na perspectiva da potencialidade das pessoas, especialmente desses setores mais excluídos. Pelo contrário, está longe de considerar tal aspecto. Aliás, esta concepção da destituição está presente nas próprias fórmulas de medição da realidade, [...]. Os 'sem-teto' ou 'sem-abrigo' ou 'sem-terra' não são considerados nos censos oficiais demográficos. Os 'sem-renda' não fazem parte do cálculo da desigualdade de renda. Trata-se verdadeiramente dos 'supranumerários'. (KOGA, 2003, p. 244)⁶⁶

Concretizando a idéia, a falta de perspectiva sobre a potencialidade humana foi comprovada por inúmeras passagens no decorrer das conversas. Mas a percepção dessa ausência não era possível aos autores das 'políticas' e aos responsáveis pelos 'projetos sociais' das localidades pesquisadas. Ao falar de suas ações, o entusiasmo e o orgulho eram comparáveis à descrição de um ato heróico ou, no mínimo, acertado. Vejamos um trecho de um diálogo com o prefeito da Cidade E:

— [Pesquisadora] Então não se passa fome aqui?
 — [Prefeito] Não passa fome. [...] Também tem uma questão muito grande quando pegamos aí a nossa administração, [...], pra poder acalantar ou diminuir a situação daquele que tava sofrendo, abrimos a alimentação solidária a 180 famílias que, traduzindo, chega aí a 700. [...]
 — [Prefeito] Eu fico pensando comigo o privilégio das pessoas que recebem e quando amanhã faltar eu acho que vai faltar uma condição do que vale 33% das suas receitas, dos seus ganhos.
 — [Pesquisadora] Essa política, no seu ponto de vista, é assistencialista ou social?
 — [Prefeito] Social.
 — [Prefeito] Agora eu tenho tentado, tenho reunido com o meu secretário de agricultura, assistência social e das coordenadoras do sopão para que as pessoas buscassem nosso campo de trabalho, de produção de verduras,

⁶⁶ Vale sublinhar que o trabalho do KOGA foi realizado considerando a base estatística do IBGE de 2000. Para o Censo de 2010, algumas distorções metodológicas foram corrigidas, como a questão dos 'sem-renda'.

para que eu pudesse estar oferecendo a elas, quando diminuíssem os custos, mais 2 dias na semana, mais o pão francês.

A intenção de se criar a política do sopão, obviamente, não é fruto de um ato corrupto. Mas o desencontro entre as boas intenções e os resultados obtidos é facilmente observado e previsível. Na introdução dedicamos uma passagem sobre a Ética de Spinoza e retornamos a ela quando ele diz “a ética volitiva, baseada meramente em atos explícitos da vontade – embora seja preferível a seu contrário – é um estado precário e imperfeito do consciente [...]” (SPINOZA, 2005, p. 33).

Ora, é necessário, segundo Spinoza que haja a comunhão entre o desejo de fazer o bem e a racionalidade – exatamente o entendimento do que se é necessário para alcançar determinado benefício. Em suma, o que faz pensar um administrador público que oferecendo sopa – produzida pelos próprios receptores (miseráveis pela ONU) – estará realizando algo transformador? Por outro lado, como não realizar tal política diante de 700 pessoas em estado precário de nutrição? Possivelmente essa questão deve ser enfrentada por grande parte dos administradores públicos que embora não desejem a continuidade do assistencialismo, não encontram mecanismos efetivos para abandoná-lo.

Eu acho que geração de emprego e uma mudança cultural no sentido de estímulo ao trabalho, a se envolverem, se auto-desenvolverem. Tem muita gente que tem condição de trabalhar mas não querem, para ficar com a renda do bolsa família, que quer ganhar. [...] Quando se empregam pedem para não assinarem a carteira para não perder o bolsa-família (informação verbal, prefeito da Cidade G)

Eu acho que poderia ter uma política mais efetiva porque acomoda as pessoas. Então de um lado a gente aprova porque está matando a fome mas tem outro lado desconfortável. [...]. Cresce a dignidade quando você conquista pelo seu esforço (Ibid, prefeito da Cidade D)

Então o que que adianta você talvez gerar uma receitinha a mais pro município [...] Então aquilo que está entrando a mais não está na realidade lhe dando liberdade de fazer investimentos em áreas que poderiam gerar renda para a população dentro do seu município. Ele está tendo que gastar com aquilo que a gente chama de social. Só com o social. Então ele está fazendo, mal e mal, ainda, alguma coisa no social. Porque o pensamento dele não está sendo voltado – porque ele não tem condições – para uma política desenvolvimentista, naquilo que agente chama de gerar emprego e renda. Ele não tem condições para fazer isso. (Ibid, deputado A)

As pessoas não sobrevivem. Não é só a cidade do interior não, se você pegar aí as grandes cidades, também há o assistencialismo. Embora o assistencialismo aqui seja bem diferente do paternalismo, do clientelismo, [...]. O assistencialismo da assistência social mesmo, que é para falta de renda. Estou falando desse assistencialismo. Ele se faz necessário. (Ibid)

Quando ouvimos os moradores das cidades entrevistadas, em bairros periféricos ou centrais, entendemos que se não houvesse a expansão das transferências de recursos federais como a bolsa-família a situação seria muito pior, conforme este relato que se assemelha aos demais da região:

[Pesquisadora] — Sem a bolsa-família, passariam mais fome?

[Moradora] — Se não tivesse minha filha, iam era morrer de fome.
(informação verbal, moradora cidade B)

E como relacionamos a Ética com o assistencialismo? E este último deve assumir a condição de oposto ao desenvolvimento das potencialidades humanas? Na verdade deveríamos estar voltados para o pensamento de que a assistência, tal qual se configura na maioria das prefeituras (senão em sua totalidade) deveria ser um esforço necessário para vencermos os resquícios da barbárie humana que hoje se configura como a fome e os vícios gerados pela desfiliação. Da mesma forma que a Ética não se separa da vida, nenhum compromisso pode ela assumir ante a sobrevivência que é uma questão moral que ainda não resolvemos nem a ultrapassamos.

É como se a ética fosse o anseio mediato depois de vencidas e cumpridas as obrigações morais que ainda aprisionam as políticas e os políticos. E aprisionados, suas ações são atrofiadas por visões míopes que acabam por reproduzir os esforços de sobrevivência de suas comunidades como missões permanentes e naturais – ainda que professem (no vácuo) sobre o fim da miséria: “Eu diria que a miséria no nosso Estado será erradicada em dez anos. Em dez anos a gente consegue erradicar toda a miséria do nosso Estado” (informação verbal, prefeito cidade H). É importante que se acrescente aqui a visão de um prefeito da Região Metropolitana da Grande Vitória quando questionado sobre a ética e o assistencialismo:

Enquanto se não consegue criar as condições para que as pessoas possam construir outros caminhos mais eficazes, mais concretos de uma vida com qualidade, uma vida digna, aqueles programas de transferência de renda são uma necessidade [...] É verdade, [que estes programas] estão muito mais preocupados com a moral, mas em função de uma deterioração da sociedade que exige que algumas práticas estejam nessa direção. [...] Então eu acho que as duas coisas são importantes e necessárias. E uma sociedade será tanto melhor na medida em que ela puder cuidar (aí eu concordo) mais da vida do que da sobrevivência. Mas você não pode ignorar que você tem desafios que são emergenciais – ou você faz ou faz, não tem como você correr. Agora, na política, talvez por causa da pequenez ou por causa da mediocridade ou interesses menores, as pessoas acabam

desenvolvendo projetos que sejam para garantir a sua sobrevivência política, mas são projetos que não são éticos no sentido que Spinoza concebia. (informação verbal, prefeito cidade I)

Inegavelmente, a assistência embora uma necessidade saciada por um ato moral, não pode ter fim enquanto não avançamos para uma sociedade ética. Contudo, não é somente a boa vontade desvinculada da racionalidade que guia os administradores públicos. O aspecto da vaidade e das práticas aleatórias, sem planejamento ou visão de longo prazo, representa quase a totalidade dos governos. Mas a questão assistencial vai além desses aspectos.

Conforme o princípio da reciprocidade da teoria da justiça liberal, que define a idéia de equidade, ninguém deve receber sem dar nada em troca. Disso resulta que algo é exigido dos miseráveis que recebem algum tipo de mínimo. Assim exige-se que os beneficiados mandem suas crianças para a escola e, com isso, se possa garantir que elas recebam um mínimo de educação, alimento e cuidados. (SILVA, 2007, p. 43)

A mesma administração que distribui o sopão e ainda solicita que haja trabalho para que continuem recebendo o alimento (a fim de reduzir o custo) tem como projeto maior um investimento público para atender mais de 100 mil pessoas. Com relação a isso, novamente o Deputado A generaliza o caso:

[...] ele tá querendo se perpetuar na política querendo botar um hospital que não tem as mínimas condições de ser mantidas, só pra dizer que tá abrindo um hospital [...]. O que nós temos hoje é que prefeitos que acham que são os donos da verdade, acham que vão dar solução a tudo e não seguem orientação de ninguém, como o prefeito [...]. Ele acha que através de um grande hospital que ele vai montar lá na região ele vai resolver o problema da cidade dele. Ele vai é criar um caos lá na cidade dele. (informação verbal, deputado A)⁶⁷

Essas práticas são simples ilustrações de muitas confusões que se repetem nas esferas administrativas: a distinção que se faz entre público e o social (assistencial), a manutenção de práticas cartesianas – desvinculadas e descompromissadas com as formas de engendramento social tal qual se configura, os programas desencontrados de qualquer provocação ou transformação da sociedade e, sobretudo, a tentativa dos prefeitos em transformarem-se em ícones da região – uma espécie de rei ou semi-deus. E quando são reconhecidos por alguma ação pontual, entendem-na como uma coroação da administração, garantindo que o erro

⁶⁷ Exemplificamos com essa fala porque sendo espontânea, representou uma crítica que o deputado fazia às ações aleatórias dos prefeitos da maioria das cidades do Estado.

e o acerto permaneçam paralelamente, como aponta Ricardo Paes de Barros: “não estamos desmontando coisas que nos atrapalham para efetivar a igualdade. O certo e o errado andam em paralelo” (informação verbal)⁶⁸

Nós estamos muito felizes com a parte que fomos reconhecidos (UNICEF) com as questões da políticas públicas, políticas sociais e chegamos a preencher todos os requisitos, as metas alcançadas né: tirar a criança da rua, colocar no programa PETI, Sentinela. Fazer a campanha do pré-natal, o exame do pezinho, fazer com que o cidadão se torne mais pleno tirando o título de eleitor. (Informação verbal)⁶⁹

Para aquele prefeito faltou justamente a razão para compreender que a sua comunidade passa fome (embora desconheça essa verdade) e que esta é amenizada por um sopão distribuído três vezes por semana – nenhuma política efetivamente social, nesse caso, porém, nada tem de imoral. É ingênuo quando considera privilegiada a família beneficiada por tal programa, pensando, nesse caso, que desprivilegiado é quem está em situação pior – passando fome explícita – e não aquele que se encontra numa situação em que, ao menos, suas necessidades básicas estão satisfeitas.

Por último, se o sopão representa 33% da receita total das famílias (180 famílias), fazendo uma conta simples, deduzimos que a renda média dessas famílias não passa de R\$ 150,00 – nenhum privilégio com ou sem sopão e um fardo pesado por si só para que esse seja acrescido pela coação laboral para que a quantidade de alimentos recebidos aumente. Mas, segundo o prefeito, o cidadão pleno é aquele que possui o título de eleitor – não aquele que é servido de condições para que desenvolva suas potências ou que ao menos a preocupação com a subsistência seja banida. Por outro lado, que elementos possui esse administrador público para que se sirva de condições de pensar a potência do cidadão de sua cidade, com as suas próprias restrições, além das orçamentárias, técnicas e geográficas? Nessa medida, ele passa de autor de práticas estéreis para um simples objeto de ideologias político-econômicas e, ao mesmo tempo, co-responsável por elas.

Fica, portanto, muito distante e até utópico comparar a ética de Spinoza com a ‘ética’ dos administradores públicos. Parece uma distância impossível de ser percorrida num intervalo de tempo satisfatório pela ansiedade (necessidade) humana. Mas o

⁶⁸ Palestra proferida na abertura do evento ‘A força do Espírito Santo’. Vitória, 28 de maio de 2007.

⁶⁹ Trecho da entrevista com o prefeito da cidade E.

início da história da humanidade⁷⁰ não pode ser inalcançável quando já iniciamos essa discussão por todas as partes, quando já observamos denúncias, estados de consciência sobre a violência acerca das capacidades humanas e, o mais importante, quando o próprio violentado denuncia sua situação, embora continue impotente para alterá-la.

Além das denúncias e críticas que trouxemos para este item, temos ainda um posicionamento que não ignora as transformações, ainda que embrionárias. É necessário que nos desprendamos da esfera do concreto, do visível e que observemos através das fissuras as pequenas revoluções que se processam no âmbito político e na sociedade.

Seria uma crítica estéril segmentar as práticas e classificá-las como morais, imorais, éticas ou anti-éticas. Embora possamos avaliar tecnicamente que algumas práticas (bem intencionadas) terão apenas como resultados alguns paliativos momentâneos da fome ou da violência, seria uma falha desprezar a reconstrução de um processo que se faz a cada observação ou tentativa. Antes das responsabilidades individuais, atacamos as ideologias que as orientam e que aprisionam os técnicos e impedem que a política retorne às amplitudes do homem político:

Eis, pois, terminado em perfeito tecido o estofo que a ação política urdiu quando, tomando os caracteres humanos de energia e moderação, a arte real congrega e une suas duas vidas pela concórdia e amizade, realizando, assim, o mais magnífico e excelente de todos os tecidos. Abrange, em cada cidade, todo o povo, escravos ou homens livres, estreita-os todos na sua trama e governa e dirige, assegurando à cidade, sem falta ou desfalecimento, toda a felicidade de que pode desfrutar. (PLATÃO, 1983, p. 261)

Para que nos aproximemos da vida e nos afastemos de uma vez dos estados de sobrevivência, é preciso que seja ‘deletado’ o virtual *homo oeconomicus* – o grande sujeito da nossa pré-história.

⁷⁰ Fazemos referência a Marx.

2.2 A fase científica da economia: novos valores ou uma nova *oikonomia*?

“Dirigimo-nos, não à sua humanidade, mas ao seu egoísmo, e nunca lhe falamos das nossas necessidades, mas das suas vantagens”⁷¹. Esta seria a orientação de Adam Smith, aceito como pai da economia moderna, para as ciências econômicas. Deveria a economia ocupar-se da investigação sobre as causas, as origens e a apropriação da riqueza. Mas é somente a partir desse ponto que a ciência econômica deveria ser considerada. A história das doutrinas econômicas nos explica que a economia atinge a sua fase científica a partir de Quesnay (1758), em outras palavras, foi necessária a criação de um quadro econômico quantitativo (*Tableau Economique*) para que a ciência econômica saísse da sua pré-cientificidade. Aqui podemos iniciar efetivamente a relação da economia com o pensamento mecanicista e sua original dependência com as outras ciências e áreas do conhecimento humano. De acordo com um importante manual de economia, “a construção do seu núcleo científico fundamentou-se no enunciado de um apreciável volume de leis econômicas, desenvolvidas com base nas concepções mecanicistas, organicistas e posteriormente humanas”. (GREMANUD, 2005, p. 7)

O início da era mercantilista que representou grande papel para a aplicação e reconhecimento de leis econômicas empíricas, reuniu condições históricas expressivas que influenciaram o desenvolvimento da moderna ‘ciência econômica’. Alguns acontecimentos relacionam-se diretamente com a ampliação das atividades econômicas (mercantis). O Renascimento, como já o descrevemos, representou grandes transformações para as artes, literatura, estruturas do pensamento e método de investigação. A Reforma imprimiu o condicionamento econômico à vida cotidiana passando a reverenciar o lucro, o recebimento de juros e os negócios, exaltando ainda o individualismo⁷². A isso se segue o aumento do desejo de bem-estar englobando a alimentação, a habitação e o lazer. O Estado Moderno surge como coordenador dos recursos materiais e humanos além de centralizar os poderes do clero, nobreza, senhores feudais e burguesia. Geograficamente, temos a

⁷¹ SMITH, apud MARX, p. 161.

⁷² A Bíblia foi impressa nesse período (1450). Quanto às formas de pensamento, houve um retorno aos métodos experimentais e de observação. O movimento religioso iniciado pela reforma, seguiu as propostas do Calvinismo, movimentando ações que favoreciam as práticas mercantis como virtuosidade.

descoberta da bússola que rompeu os desafios da exploração de outros continentes. Isso ampliou a base do comércio e da exploração colonial.

O Mercantilismo, já consolidado, passa a mensurar a riqueza pela quantidade de metais preciosos (ouro e prata) de uma nação e os transformam em objetivo de vida dos indivíduos em busca da virtude e do sucesso. De acordo com Marx, “o sistema mercantilista considerava como riqueza só os *metais preciosos*”⁷³. Em suma, no mercantilismo já se observavam todas as condições para se desenvolver uma ciência autônoma capaz de guiar as ações da sociedade. No entanto, a sociedade aqui não poderia mais ser descrita como comunidade, mas de acordo com ELIAS (2005) como uma ‘sociedade de indivíduos’ que pela via do enriquecimento buscava, individualmente, o caminho para o bem-estar e evolução moral.

As condições acima reunidas favoreceram a composição de idéias que pudessem pensar o funcionamento da sociedade moderna centralizado pelas atividades econômicas. Nesse contexto Quesnay apresenta seus ensaios sobre o universo e, analogamente, sobre a sociedade – regida por leis naturais e absolutas. Tendo sua formação em medicina, o precursor da fisiocracia, associava os fenômenos econômicos aos biológicos e não conseguiu desvincular-se da doutrina aristotélica nem afastar-se do campo teológico. No entanto, suas formulações sobre o utilitarismo (máxima satisfação com um mínimo de esforço), o antagonismo de classes ante a compatibilidade dos interesses pessoais⁷⁴, a latente idéia de capital e a quantificação de dados econômicos representados por fluxos entre setores das diversas classes sociais, fizeram com que Quesnay emancipasse a análise econômica das demais esferas sociais, tornando-a autonomamente reconhecida como ‘ciência econômica’. Nas palavras de Marx:

A doutrina fisiocrática de *Quesnay* constitui a transição do sistema mercantilista para Adam Smith. A *fisiocracia* revela-se diretamente como a decomposição *econômica* da propriedade feudal, mas por esta mesma razão surge também como a imediata *transformação econômica*, como o restabelecimento da sobredita propriedade, só que a linguagem já não é feudal, mas econômica. Toda a riqueza se reduz a *terra* e à *agricultura*. (MARX, 2005, p. 133, grifo do autor)

⁷³ MARX, 2005, p. 133, grifo do autor.

⁷⁴ Trata-se na verdade de um paradoxo: ao mesmo tempo em que o fisiocrata defende a conciliação dos interesses pessoais não ignorava a existência dos antagonismos entre as classes sociais.

Como vimos, e de acordo com o exposto no item anterior, o conceito de riqueza muda de acordo com o sistema e idéias vigentes, mas ela é cada vez mais, progressivamente, nuclear. Smith, por sua vez, tendo conhecido profundamente a escola fisiocrática, desvinculou-se dela ao tratar a riqueza da sociedade industrial, priorizando questões como a divisão do trabalho e traduzindo a lei universal – absoluta e imutável – como os interesses individuais e egoístas que conduziram a uma harmonia social. Por suas idéias, podemos dizer que a economia de mercado torna-se a base e o resumo da moderna economia. De acordo com Smith, “Uma vez que é a capacidade de troca que dá origem à divisão do trabalho, da mesma forma a magnitude desta divisão deverá ser delimitada pela amplitude da referida capacidade, ou, em outras palavras, pela expansão do mercado” (SMITH, apud MARX, 2005, p. 162). Contudo, segundo o economista, a evolução da sociedade para a economia de mercado, não é uma imposição artificial da nova ciência econômica, mas antes um processo natural desenvolvido a partir dos talentos e instintos naturais para a troca e especialização dos diversos tipos de ocupações. Por suas palavras, “Todo o homem vive de trocas e se torna em certa medida um comerciante, e a sociedade termina por transformar-se em legítima sociedade comercial”. (Ibid)

A partir de Adam Smith, podemos repetir a afirmação marxista de que “toda riqueza se tornou riqueza industrial” (MARX, 2005, p. 134). Porém, a revolução industrial, por si só, não imprimiu as modificações sociais pertinentes ao sistema de valores e à ética, nem concedeu poderes privilegiados à indústria ou ao mercado. Como disse Polanyi:

A invenção social, e não a técnica, era a fonte intelectual da Revolução Industrial. A contribuição decisiva das ciências naturais à engenharia só foi feita um século mais tarde, quando já terminara, há muito, a Revolução Industrial. [...] Era portanto bastante justo considerar as ciências sociais, e não as naturais, como os mentores intelectuais da revolução mecânica que sujeitou os poderes da natureza ao homem. (POLANYI, 1980, p. 128)

Considerando a ideologia que acompanha todo o processo de revolução tecnológica, esta não pode ser dissociada da nova ordem econômica que já se manifestava de forma revolucionária. Nesse sentido, parece não ser exagerado dizer que as condições técnicas tornaram ilimitados os meios e os fins econômicos que deveriam ser alcançados para o progresso material da humanidade.

A necessidade do dinheiro constitui, assim, a verdadeira necessidade criada pelo moderno sistema econômico e é a única necessidade que ele produz. [...] A economia política, a ciência da *riqueza*, revela-se assim ao mesmo tempo como a ciência da renúncia, da privação, da *poupança* [...] Esta ciência da indústria maravilhosa é simultaneamente a ciência do *ascetismo* [e] apesar do aspecto mundano e voluptuoso, constitui uma ciência genuinamente ética, a mais ética de todas as ciências. A sua principal tese é a auto-abdicação, a abdicação da vida e de todas as necessidades humanas [...] Tudo o que o economista lhe retira da vida e da humanidade, dará o retorno em *dinheiro* e em *riqueza*. (MARX, 2005, p. 149-152, grifos do autor)

Esse poder atribuído à indústria ou à grande empresa, aparece de forma clara e objetiva em todos os espaços em que percorreu esta pesquisa. Ao serem questionados sobre a substituição da prefeitura por uma indústria, em mais de 90% das respostas aparece, sem qualquer receio, a escolha pela indústria, ainda que os serviços oferecidos até então pelo governo municipal desaparecessem. Apresentamos trechos de entrevistas que sustentam a nossa afirmação:

[...] na hora que fomos vender o nosso município, na hora que apresentamos o número do município, foi aí que tivemos sucesso nessa captação de empresas. Aí tivemos desenvolvimento aliado com um avanço social tremendo no município [...]. Desenvolvimento econômico aliado com avanço no lado social. (informação verbal, deputado estadual A)

Porque a grande empresa é essencial porque é tudo que as pessoas pensam como fundamental, [e a cidadezinha que conseguisse atrair uma grande empresa] seria uma privilegiada. Teria dado um passo na frente. (informação verbal, ex-prefeito da cidade A)

Na verdade, nós temos tentado trazer pra cá, grande empresas que gerem empregos. (informação verbal, vice-prefeito da cidade B)

Com certeza que nós prefere uma firma que dê trabalho. A prefeitura não dá trabalho e nem ajuda quando nós precisa. (informação verbal, moradora cidade C)

O trabalho é a chave para tudo, mais que o governo. O governo pode fazer muito pouco. (informação verbal, morador cidade B)

Primeiro tem que ajudar as empresas para dar emprego. Depois tratar da miséria. (informação verbal, funcionária pública cidade B)⁷⁵

⁷⁵ Ex-prefeito da cidade A. Entrevistados questionados sobre a necessidade de instalação de grandes empresas. Somente um prefeito demonstrou que seria mais interessante atrair pequenas empresas, mas demonstrou que o motivo era a incapacidade de atrair as grandes. Contudo a informação que mais nos deixou perplexos foi a que recebemos de diversos secretários municipais relatando que um prefeito de uma das cidades pesquisadas havia aberto um prostíbulo próximo às instalações de uma firma para que os operários não engravidassem as moças da localidade e, ao mesmo tempo, seria uma forma de atrair e manter esses operários e, assim, dotar a firma com grande oferta de mão-de-obra.

Em todos os discursos, o peso para o desenvolvimento social era indiscutivelmente maior que o do crescimento econômico. À medida que era avançado sobre as formas de se alcançar tal desenvolvimento humano, todos apelavam para saídas econômicas, geralmente através da atração de grandes firmas. Ao ser questionado sobre esta repentina ‘mudança’ de prioridade, obtivemos uma resposta: “Bem, eu acho que as pessoas vêem normalmente as indústrias que chegaram. A visão quando se fala em processo econômico, eles só pensam nisso: ah, está chegando indústria, está gerando emprego?” (informação verbal)⁷⁶. É, na verdade, a apropriação do discurso pelas camadas populares. Ao serem questionados sobre os problemas, a maioria das pessoas aponta para elementos que seriam, sob suas óticas, possíveis soluções – sugeridas pela mídia ou pelo próprio poder público amparado pelas leis e regras econômicas.

Essas constatações são, efetivamente, partes do processo decorrente da transformação de ordem moral e material pela qual passou a sociedade desde a revolução científica. E deixa-nos antever os contornos que passaram a constituir a moderna economia, bem como justificar seus reais comprometimentos. Contudo, a economia, que hoje se apresenta como um conjunto de técnicas de gerenciamento do capitalismo ou, melhor dizendo, da sociedade de mercado, na verdade nunca respondeu efetivamente de forma autônoma. Em todas as etapas e fases de mudanças sociais, a economia esteve amparada por outras correntes, ideologias ou ciências. Assim foi em sua pré-história e também depois de Quesnay e Smith. A fisiocracia era uma reprodução adaptada da biologia, assim como a economia clássica tinha como suporte e aval a física clássica. Essa conclusão não tem o objetivo de invalidá-la enquanto ciência ou técnica de conhecimento, mas de afirmar que conceber a ciência econômica como autônoma é simplesmente impossível. A sua aplicação autônoma, ou pretensamente autônoma é desastrosa, como indica o atual estágio de desenvolvimento humano.

Assim, sem nenhuma dificuldade perceberíamos por quais fases passou a economia, de acordo com a corrente de pensamento que a dominava. Tornando mais exata e sucinta essa exposição, retornamos ao manual que faz esta separação da seguinte forma:

⁷⁶ Ibid.

Os economistas do grupo organicista pretendiam que o organismo econômico se comportasse como um órgão vivo. Os problemas de natureza econômica eram expostos numa terminologia retirada da Biologia, tais como órgãos, funções, circulação, fluxos, fisiologia, entre outros [...] Já os mecanicistas pretendiam que as leis da Economia se comportassem como determinadas leis Física, e a terminologia usada era estática, dinâmica, aceleração, rotação, velocidade, fluidez, forças, entre outras [...].(Ibid, p. 7)

Como ilustração, podemos citar a seguinte análise de Say e de Jacques Rueff (1896-1978), nos moldes biológicos e mecânicos.

As partes principais da Economia Social são as relacionadas com os órgãos dos quais a sociedade se serve para a criação, distribuição e o consumo dos bens, do mesmo modo como as partes principais da fisiologia do homem são os órgãos que se relacionam com a nutrição, o crescimento e o desenvolvimento do corpo humano. (SAY, apud GREMAUD, 2005, p. 7)

Uma força aplicada a uma massa produz um movimento caracterizado por sua aceleração. Este, para uma mesma força, é tanto maior quanto mais fraca a massa. Do mesmo modo, a demanda aplicada à determinada riqueza produz mudança caracterizada pelo preço no qual ela intervém. Para uma procura de montante igual em unidades monetárias, o preço será tanto mais elevado quanto mais fraca for a quantidade das riquezas oferecidas. A quantidade ofertada é, então, uma resistência ao movimento. Nos dois casos, a inércia é proporcional à qualidade de matéria na qual a influência motriz é aplicada. (RUEFF, Ibid)

A terceira citação, de ROBBINS (1947), nos dá uma idéia do que trata efetivamente a teoria psicológica aplicada à economia:

Precisa concluir, entonces, que habremos de incluir elementos psicológicos si queremos realizar nuestra tarea como economistas: dar una explicación suficiente de todas las cuestiones que cada definición del objeto de nuestra ciencia cubre necesariamente. [...] En verdad parece que al investigar este problema central de una de las partes más avanzadas de las ciencias sociales hubiéramos dado con una de las diferencias esenciales entre éstas y las ciencias físicas. [...] entonces el método de las ciencias sociales que tratan de la conducta -que en cierto sentido es intencionado- nunca podrá ser asimilado del todo al método de las ciencias físicas. (ROBBINS, 1947, p. 9)

Com relação a esta concepção da economia, podemos dizer que ‘os móveis psicológicos da atividade humana’ assentam-se na Teoria do consumidor, na Teoria da escolha, na Teoria da Utilidade (?)... O desafio é tentar responder: ‘porque as pessoas demandam certas mercadorias mais que outras?’ Ou então, como medir o nível de satisfação ou prazer decorrente do consumo de determinada mercadoria? Ou ainda, qual a utilidade que uma unidade adicional de um bem acrescenta à utilidade total?⁷⁷. Como vimos, os modernos economistas parecem evidenciar a

⁷⁷ GREMANUD, 2005, p. 110-117.

importância de uma concepção psicológica da economia uma vez que cabe a ela responder sobre o que produzir e para quem produzir. Claro fica que não se trata de elucidar grandes questões que afetam a humanidade nem buscar a compreensão das causas e das distorções sociais. Na maioria das vezes, como defendem os economistas ortodoxos, essa busca geralmente gera frutos como as intervenções irresponsáveis, destruindo toda a harmonia natural que o mercado proporcionaria.

Tendo como último estágio de desenvolvimento a etapa ‘humana’, as ‘ciências econômicas’ apresentam no início deste século o desenvolvimento do núcleo de uma nova área. A economia da informação considera a psicologia⁷⁸ do produtor e dos demais empresários. Sua origem é fruto da contestação aos modelos de mercado em estado de equilíbrio pela economia clássica e neoclássica. O que os teóricos da Economia da Informação sustentam é que esse desequilíbrio gera distorções nos níveis de informações recebidas pelos agentes econômicos, acarretando em desvantagens para um ou mais agentes ou setores. De acordo com os teóricos desta teoria – ‘assimetria de informação’⁷⁹ – as distorções do mercado são geradas, em grande parte pelo desequilíbrio de informações, podendo explicar, com isso, fenômenos como o desemprego e racionamento de crédito.

Toda a explicação sobre a nova economia nos deixa ainda mais convencidos de que busca afastar-se cada vez mais das ciências sociais. E ao defendermos o aspecto negativo da fragmentação das ciências, por sua vez, a economia encontra formas de manter-se cada vez mais isolada das outras ciências, conservando o seu método mecânico e cartesiano de análise ao mesmo tempo em que insere informações de outras disciplinas, não assume o caráter da transdisciplinaridade, ao contrário, cria muralhas para que se fortifique e a torne cada vez mais auto-suficiente. E isso é facilmente comprovado. Tendo atingindo a fase ‘humana’ apresenta teorias como as que demonstramos acima, deixando-nos confusos sem a compreensão do que seja efetivamente o ‘humano’ e o ‘psicológico’. Ao dizer que estuda o ‘comportamento humano’ identificamos, pela exposição de suas teorias, como comportamento de um determinado tipo de ser: o *homo oeconomicus*. Certamente que os níveis

⁷⁸ Ao percorrermos suas explicações, podemos considerar, aqui, como sinônimos os termos ‘conhecimento psicológico’ e informação.

⁷⁹ George Akerlof, Michael Spence e Joseph Stiglitz ganharam o Prêmio Nobel de Economia em 2001 ‘por suas contribuições fundamentais à teoria econômica de incentivos sob a informação assimétrica’, de acordo com GREMAUD, 2005, p. 25.

psicológicos de análise desse tipo de homem, jamais alcançariam encadeamento de idéias a partir da representação do homem em suas fragilidades, como fez um deputado.

Porque o ser humano [...] vamos colocar: o que você pode esperar de um cara lá, de uma meninazinha, de um rapazinho do interior que tem acesso à televisão? Que vê todo dia as maravilhas ou aquele discurso que todo mundo costuma fazer – que é uma verdade: as maravilhas da cidade grande, da vida fácil, da comida boa, do lazer! [...] ele pensa com ele mesmo e fala assim: — nunca vou poder ter isso daí na minha vida, se eu ficar aqui! Então ele vai para os morros. Então ele vai ter acesso a essas coisas num primeiro momento e depois se torna um caos. O que que a gente vê por aí é o caos gerado. Então se você pensar que é uma questão de malandrice apenas – como é colocado – eu não classificaria não como malandrice. Isso é próprio do ser humano. Que lhe falta pelo menos a perspectiva de uma vida boa [...]. Ele deixa de produzir, ele deixa de ter ânimo. (informação verbal, deputado A)

E como evoluiria a ciência econômica a partir ‘desse tipo de humano’? Seria uma total invalidação de suas leis estéticas e estáticas. Ao defender os fatores psicológicos desse comportamento (automático), deparamos com uma teoria que trata de informações que desencadeiam certas ações ou reações dos agentes – movimento puramente mecânico que em nada se difere da ciência clássica e que em nada parece traduzir conhecimentos psicológicos ou efetivamente humanos. O mesmo podemos dizer sobre a ‘teoria dos jogos’ que mais se aproxima de um exercício mental com simulações de agentes e atos econômicos como se fossem peças de um jogo. Tranquilamente, concluímos que a economia, por algum motivo, opta por seguir o caminho oposto à evolução das ciências, especialmente às ciências naturais que, aos poucos, libertam-se dos preceitos mecânicos da física clássica, do pensamento cartesiano que fragmentou o conhecimento, bem como do método de Bacon que racionalizando os fenômenos, desprezou os sentidos humanos no processo de conhecimento.

Contudo, o manual esclarece que “a Economia repousa sobre atos humanos e é por excelência uma ciência social” (Ibid, p. 7-8). Ora, não há como ignorar esse fato já que as equações e curvas de equilíbrio nunca tenham dado conta de responder as questões sociais nem de elucidar suas proposições: desvendar os interesses dos agentes econômicos. Estabelece ainda um traçado delimitador dos estágios de desenvolvimento desta disciplina, considerando o seu estágio mais recente como ‘humano’ explicando, com isso, que passa a colocar ‘no plano superior os móveis da

psicologia da atividade humana' (ibid). No entanto, percorrendo seu vasto território, a economia parece colocar como equivalentes atividades econômicas e humanas.

Como podemos observar na passagem a seguir, a tendência a buscar fórmulas para resultados precisos é dominante mesmo que, paradoxalmente, não queira (ou não possa) abrir mão de sua especificidade como ciência social. "Apesar de a tendência atual ser a de obter resultados cada vez mais precisos para os fenômenos econômicos, é quase impossível fazer análises puramente frias e numéricas [...]." (Ibid, p. 8). A explicação para esse paradoxo é simples: a economia só tem a sua razão de existir pela e para a sociedade, e uma vez que se afasta desse objetivo, perde tanto suas qualidades enquanto ciência social quanto a sua validade como uma ciência pretensiosamente racional. Em busca da extrema racionalidade e exatidão, a economia parece não ser nem uma coisa, nem outra.

Seguindo as etapas da ciência econômica, entendemos que ela passou por sua fase pré-científica onde era tratada como um simples aspecto da vida⁸⁰. Logo depois (na verdade quase dois mil anos depois) o mercantilismo consegue imprimir "ao pensamento econômico um cunho de arte empírica" (Ibid, p. 27). Como já foi explanado, seguimos com os fisiocratas, corrente do pensamento econômico iniciada por François Quesnay em 1758, o mecanicismo com Smith (1764), Ricardo (1817), Mill (por volta de 1850) e Say (até 1832).

Marx (1818-1883) parece ter sido um capítulo que foge dos manuais, talvez por não apresentar nenhuma teoria de gestão do capitalismo. Finalmente tendo desenvolvido suficientemente a conhecida Torre de Babel, encontramos Keynesianos, Marginalistas, Escola Psicológica (Menger), Escola Matemática (Walras), Cambridgeanos (Marshall), Neoclássicos, Institucionalistas (Veblen, Galbraith), adeptos da economia do bem-estar (Pigou) e os contemporâneos a partir da crise de 29: Keynes, pós-keynesianos, neokeynesianos, novos clássicos, neoliberais e os demais adeptos e contestadores. Em todos os espaços não podemos deixar de considerar os guetos onde germinam ideologias alternativas que consideram a

⁸⁰ Não podemos omitir o fato do porque não conseguimos oferecer uma explicação que justificasse a ausência de cientificidade para essa razão, muito menos explicar o porquê da sua fase científica quando ela passa a se apresentar como uma técnica aplicada e isolada dos demais saberes específicos.

complexidade da sociedade e onde residem atualmente os marxistas⁸¹. Como foi colocado por Frijot Capra,

[...] os economistas críticos que desejavam estudar os fenômenos econômicos tal como realmente existem, inseridos na sociedade e no ecossistema, e que, portanto, divergiam do estreito ponto de vista econômico, foram virtualmente forçados a colocar-se à margem da 'ciência' econômica, poupando assim à confraria econômica a tarefa de lidar com as questões que seus críticos suscitavam. (CAPRA, 2005, p. 181, grifo do autor)

Por todo este 'caminho evolutivo', podemos ter a certeza de que não há uma harmonia dos meios a serem utilizados para alcançar um bem genérico e não-social chamado de riqueza. O que podemos apreender de tudo isso é que não há espaço para o que deveria ser a preocupação dessa ciência – as relações sociais– que por ausência de instrumentos precisos, foi qualificada de social. Vejamos o seguinte esquema:

A teoria econômica constitui-se um corpo unitário de conhecimento da realidade, passível de divisão [...] a) Microeconomia (teoria dos preços) Estuda a formação dos preços nos diversos mercados [...] Os preços constituem os sinais para o uso eficiente dos recursos escassos da sociedade e funcionam como um elemento de exclusão. b) Macroeconomia (equilíbrio da renda nacional) Estuda as condições de equilíbrio estável entre a renda e a despesa nacionais. [...] c) Desenvolvimento econômico Estuda o processo de acumulação dos recursos escassos e da geração de tecnologia capazes de aumentar a produção de bens e serviços para a sociedade. d) Economia internacional Estuda as condições de equilíbrio do comércio externo [...] além dos fluxos de capital. [tendo ainda uma nova área: a economia da informação que na verdade trata-se sobre as formas e meios de informação entre os atores econômicos]. (Ibid, p. 23)

A conclusão que podemos chegar é que o Homem passou a ser uma coisa, de acordo com Kosik (1986), uma mercadoria, como descreveu Marx (1983), um agente ou ator econômico, percebido como consumidor, produtor ou da forma como esteja inserido no mercado. Não pensamos que a ciência econômica tivesse que

⁸¹ Deixaríamos uma lacuna se não tratássemos da corrente marxista. As críticas que este trabalho levanta sobre a ciência econômica não recaem sobre a teoria de Marx, embora tenhamos questões e discordâncias pontuais. Há que se considerar que existe uma distância significativa entre a teoria de Marx e a dos marxistas e marxianos. Como descreveu Foucault, é preciso liberar o marxismo dos dogmas e dos slogans (FOUCAULT, 2000, p. 333-334). A teoria marxista tem explícita preocupação social. Não é possível igualá-la às outras correntes – burguesas, psicologizantes – que visam a gestão do capitalismo. Marx tinha por objetivo mostrar a inviabilidade do capitalismo – e não nos instruir sobre a sua gestão. De outra forma, Marx via no capitalismo um avanço necessário para o desenvolvimento material da sociedade, embora conhecesse e tivesse demonstrado as suas distorções que culminariam no seu esgotamento. O indivíduo – para Marx – só o é porque nasceu em uma sociedade dada, o é, pois, por razões históricas.

permanecer inalterada desde a antiguidade. O que questionamos é o fato de que se continue falando da ciência econômica como na antiguidade e não se explicita que não se trata mais da mesma ciência. Como justifica Polanyi, “É justamente a ausência da ameaça de inanição individual que torna a sociedade primitiva num certo sentido, mais humana que a economia de mercado e, ao mesmo tempo, menos econômica”. (POLANYI, 1980, p. 168)

Ao nosso trabalho interessa algumas questões não contempladas pela moderna economia: Existe o humano acima do consumidor e do produtor; em qual teoria econômica ele é priorizado? Ou, de outra forma, qual a ciência que se ocupa dele? E quando indagamos isso, estamos questionando as demais ciências sociais que se ocupam da classe ‘não-econômica’ da sociedade. Estas ciências têm a preocupação sobre a representatividade e situação dos pobres e dos miseráveis, mas parecem fazê-lo de uma forma não compromissada com a interligação dos fatores constituintes da pobreza e da miséria. As observações sobre as ciências sociais colocadas no capítulo anterior, podem nos auxiliar no entendimento sobre suas insuficiências. Quanto a esta crítica, Morin nos trás uma série de questões bastante abrangentes sobre essa suposta necessidade de autonomia entre as ciências:

Essa reivindicação [de autonomia] de diferentes grupos de cientistas seria mero produto da organização social da ciência, que atribui departamentos e institutos independentes e mais ou menos autônomos a cada grupo de especialistas, e, assim, involuntariamente estimula a competição por status, recursos e poder? A demanda dos diferentes grupos acadêmicos por autonomia em suas relações [sic] recíprocas seria o resultado apenas do desejo de diferentes estabelecimentos pedagógicos de não interferência de outros grupos nas investigações de seus campos ou, mesmo, de não serem forçados a assumir a posição de cliente de um outro grupo? Ou haveria razões objetivas, fundadas na natureza do tema propriamente dito, impedindo as grandes disciplinas que trabalham em níveis diferentes de integração simplesmente fundirem-se? (MORIN, 1998, p. 318)

Já a questão específica da dependência do mercado, essa preocupação não faz parte somente do restrito ciclo evolutivo das ciências econômicas. Ao contrário, já existiam desde o início da sociedade salarial, recebendo em todos os períodos tratamentos semelhantes, como iremos constatar no capítulo que se segue. Na visão de Polanyi, a subordinação do Homem ao mercado, era justificada pelo nascimento de uma nova ideologia:

Para espanto dos pensadores da época, uma riqueza nunca vista passou a ser a companheira inseparável de uma pobreza nunca vista. Os estudiosos proclamavam, em uníssono, a descoberta de uma nova ciência que

colocava além de qualquer dúvida as leis que governam o mundo dos homens. Em obediência a essas leis, a compaixão não habitava mais os corações e a determinação espóica de renunciar à solidariedade humana, em nome da maior felicidade para um número maior de pessoas, adquiriu a dignidade de uma religião secular. [...] Fugindo dos horrores da Speenhamland⁸², os homens correram cegamente para o abrigo de uma utópica economia de mercado. (POLANYI, 1980, p. 111)

Assim, percebemos um conflito de referências ao lidar com a questão humana. Algumas análises sobre a pobreza parecem retratar animais sendo observados por biólogos. Outras, a denunciam como um conjunto de dados negativos. Há também aqueles que implicados pela situação, tentam erradicar a pobreza através da integração ou reintegração – dos ditos ‘excluídos’ – ao mercado (como consumidores), como denuncia Sawaia:

Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar o desejo e afeto. (SAWAIA, 1999, p. 104-105, apud KOGA, 2003, p. 246)

Mas estamos tratando do *Zoon politikon*, do qual falava tão bem Aristóteles e não de meros agentes de mercado (incluídos pela lógica e excluídos como agentes anti-econômicos). O mercado, tal como foi defendido, é uma utopia e isso já foi afirmado por muitos teóricos⁸³ – somente uma ação política poderia preservar a sua manutenção. E nesse ponto defendemos o Estado e suas políticas como

⁸² Speenamland era uma medida social que, na prática, funcionava como um complemento salarial, para que o trabalhador não morresse de fome. Na verdade colaborou efetivamente para que os empregadores mantivessem os níveis salariais abaixo do nível de subsistência. Sobre as primeiras formas de políticas sociais: CASTEL (1998) e POLANYI (1980).

⁸³ A teoria do mercado, defendida pelo pensamento econômico liberal e neoliberal, foi contestada ainda no início do séc XX por Keynes que só recebeu os créditos depois da crise de 29 que confirmou seus postulados. Em 1953, Joan Robinson escreve um artigo ('O capital como uma unidade independente da distribuição de preços') que promove um grande debate e incentiva outras correntes a participarem dele e das contestações dos frágeis postulados da economia de mercado. O resultado desse debate foi sintetizado no livro de HARCOUT, traduzido para o português em 1978 (Capital e crescimento econômico). Pierre Salama (1975) desenvolve a crítica da 'Teoria do valor' e também escreve um livro, traduzido para o português em 1975. A diferença entre a crítica de Keynes e a que segue a partir de Robinson é basicamente o seu caráter. Enquanto a primeira ocupa-se da contestação através da observação empírica, dos efeitos e postulados da teórica clássica, a que se segue destrói internamente a teoria clássica, tornando conhecida a expressão 'capital gelatina', onde este metamorfoseia-se em várias formas, na tentativa de satisfazer as condições estáticas da teoria do valor clássica. Recentemente encontramos vários pesquisadores e inúmeras obras como podemos citar algumas: POLANYI (1980) 'A utopia liberal', SOARES (2000), Galbraith, Dominique Meda (O que é a riqueza), MALAGUTI (1998), ESPING ANDERSEN (As três economias políticas do *Welfare state*), MALAGUTI (A quem pertence o amanhã) etc.

legitimadores da sociedade na qual estamos todos inseridos – bem ou mal, vivendo ou sobrevivendo, alimentando-nos ou inanimados. Em suma, não sabemos mais do que trata realmente a ciência econômica, possivelmente nenhum economista que esteja fora do universo mercadológico também o saiba. Como bem colocou Weber,

O homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais. Essa inversão daquilo que chamamos de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio-guia do capitalismo, da mesma forma que soa estranha para todas as pessoas que não estão sob a influência capitalista. (WEBER, 2006, p. 49)

Assim é que, contrapondo-se às suas origens, a moderna economia parece ter optado por não modernizar o seu próprio nome que, ao mesmo tempo parece não traduzir nenhum significado original. A *oikonomia* filosofada pelos gregos tratava dos problemas de se organizar uma casa, entendida à época como comunidade, base de formação da Cidade-Estado. Hoje, a definição mais aceita da economia foi desenvolvida por um influente economista americano, Paul Samuelson. Para ele a “economia é uma ciência social que estuda a administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos” (GREMAUD, 2005, p. 8). Acompanhando esse raciocínio compartilhado pela corrente dominante dos economistas, encontramos essa passagem:

Poder-se-ia pensar que o suprimento dos bens destinados a atender às necessidades biológicas das sociedades modernas seja um problema solucionado e com ele também o problema da escassez [...] ao economista interessa a existência de necessidades humanas a serem satisfeitas com bens econômicos, e não a validade filosófica das necessidades. (Ibid, 2005 p. 11)

É surpreendente quando deparamos com citações como as do início do séc. XX e imaginamos ser um recente artigo. O que os economistas desprezam em suas análises racionais é de ordem ética: realmente não temos problema de escassez, como defenderia Malthus, mas uma crise de ética tão extensa que impede que bens essenciais cheguem aos famintos⁸⁴. Ou, de outro modo, seria apenas um outro tipo de ética: “O ganho de dinheiro na moderna ordem econômica é [...] o resultado e a

⁸⁴ Talvez em alguma sociedade possa ser utilizada a expressão ‘chegue à mesa dos famintos’. Realmente não é o caso da nossa sociedade brasileira. No entanto, como bem disse Samuelson, não interessa a validade filosófica – talvez isso queira dizer que a economia está acima do bem e do mal.

expressão da virtude e da eficiência em certo caminho; e essas eficiência e virtude são, como agora se tornou fácil de ver, o alfa e o ômega da verdadeira ética de Franklin” (WEBER, 2006, p. 49-50).

Na linha coincidente de contradições, um outro importante economista brasileiro, Mário Henrique Simonsen, fala sobre o método econômico e sua relação científica, com o objetivo de criticar seus colegas heterodoxos, ou seja, aqueles que defendem a sociedade além da economia de mercado. Abaixo, contrapomos com uma citação de um outro economista que pode ser dada como resposta à ortodoxia:

A ciência moderna desenvolveu-se com base no princípio de indução formulado por Francis Bacon: se uma experiência leva aos mesmos resultados num grande número de repetições, é altamente provável que ela continue dando o mesmo resultado na próxima repetição. As leis empíricas da física, da química, da biologia se assentam nesse princípio. Curiosamente um grande economista do passado conseguiu racionalizar matematicamente o princípio da indução: Keynes, no seu Tratado de probabilidades, Só que se tratava de um economista de cultura enciclopédica, profundo conhecedor de filosofia, humanidades e ciências exatas. Nossos economistas heterodoxos, em estreita colaboração com seus colegas argentinos, parecem ter inventado o princípio de contra-indução: uma experiência que dá errado várias vezes deve ser repetida até que dê certo. (SIMONSEN, 2002, p. 241)

O neoliberal [...] atua como aquele médico mal-educado que, procurado por paciente com dor de cabeça insuportável, receitou-lhe goles de água salgada, por um período de uma semana. Ao fim desse período, regressou o paciente com os mesmo sintomas. Recomendou-lhe o doutor elevar a dose da solução e, mais uma vez, o resultado esperado não foi alcançado. [...] Achando que o erro não era de sua medicina mas do paciente, respondeu mal-humoradamente a um telefonema de um familiar dizendo que o paciente deveria jogar-se ao mar, embora não soubesse nadar. Posteriormente, informado que o paciente morrera afogado, com uma certa preocupação, pensou com seus botões: ‘Nada disso. Ele não foi capaz de engolir a quantidade suficiente de água salgada e, por isso, morreu de dor de cabeça!’. (CARCANHOLO, In: MALAGUTI, 1998, p. 94)

Felizmente esse debate não pode impedir que se apreenda que, mais que uma guerra de vaidades, deveríamos estar travando uma efetiva luta contra a inanição e tudo o que antecede a ela. Não queremos dizer que não há seriedade entre os economistas e agentes públicos (guiados ou não por leis econômicas), mas podemos afirmar que não há priorização das necessidades humanas nas políticas econômicas e sociais dos que estão ou estiveram no poder. Parece não ter havido nem ao menos tentativas de rompimento com o modelo dominante nem mesmo notícias de uma proposta que saísse da esfera do ataque ou do ostracismo. Em razão das dificuldades em se evitar posicionamentos pessoais, recorreremos a

Sposatti para explicar o que entendemos como uma nova proposta, ou um novo caminho:

seguramente, o caminho maior da inclusão é a felicidade. Atingida supõe muito mais do que a posse, o acesso a condições objetivas de vida. Ela traz à cena a subjetividade, e nela o desejo, a alegria entre um conjunto de sentimentos em busca da plenitude humana. Vale dizer, uma situação que permita que o potencial das capacidades humanas sem restrição a povos ou pessoas possa se expandir. De cada um conforme a sua capacidade, e a cada um conforme a sua necessidade! (SPOSATTI, 2000, p. 6, apud p. 170)

E não seria esta a proposta ética que trazemos em todo debate? A questão da ética, assunto que consideramos de extrema importância parece essencial para a compreensão, tanto dos fenômenos atuais tanto daqueles referentes à economia desde a antiguidade. Aristóteles trata da riqueza de forma ética, por outro lado, a moderna economia, tratando de bens escassos e da produção máxima desses bens que constituem a riqueza, desvaloriza a moral e ignora a ética tendo como principal fundamento a livre concorrência, que através das decisões egoístas das formas de produção, “no conjunto, resolvem inconscientemente os problemas básicos da coletividade⁸⁵”.

Portanto, insistimos que as ações econômicas visando à acumulação de riqueza, requisitam novas formas-subjetividade que suprimiriam a ética — por isso a recorrência desse tema sob vários aspectos. Contrariamente, tratando sobre as formas da riqueza na antiguidade, Aristóteles julgava-a como um elemento constituinte da família (representante do indivíduo e ao mesmo tempo do Estado) e não o objetivo final. Suas idéias eram contrárias às idéias de Sólon que considerava a riqueza como um objetivo ilimitado e definiu as divisões de classes segundo suas posses. Vejamos essa passagem que trata sobre o enriquecimento e a distribuição da riqueza entre as classes:

Os crescimentos desmedidos de uma classe relativamente às outras também são causas de revolução. Assim, os membros que compõem um corpo devem crescer proporcionalmente, para que subsista a mesma comensura [sic]. O animal morreria se o pé, por exemplo, crescesse até quatro côvados, não tendo o resto do corpo mais do que dois palmos; [...].

⁸⁵ GREMAUD, 2005, p. 15. O fundamento da economia liberal, levantada por Adam Smith sobre o egoísmo foi contestado por um matemático John Nash que defendeu a tese de que a humanidade não poderia agir de acordo com os seus instintos egoístas, ao contrário, somente pelo cooperativismo é que se alcançaria o bem-estar social. Infelizmente a sua teoria acabou por pertencer ao conjunto das ‘Teorias dos Jogos’, não havendo tanta repercussão para a ciência econômica. O filme ‘Uma mente brilhante’ conta a história desse episódio, tendo como personagem central John Nash.

Assim também o Estado, sendo de maneira semelhante composto de partes, altera-se e se enfraquece se algumas delas, como freqüentemente acontece, crescem insensivelmente em detrimento das outras, por exemplo, a massa dos pobres nas democracias e nas Repúblicas. (ARISTÓTELES, 19-- , p. 139)

Aproximando-se da terminologia dos manuais econômicos, podemos identificar que se sugere tratar do mesmo assunto (riqueza) com finalidades distintas:

(...) bens são coisas que podem ficar armazenadas e que são úteis, ou necessárias, para prover a subsistência. Isso é verdade tanto para a família como para o Estado. E estou certo de que a riqueza, nesse sentido verdadeiro, consiste de uma propriedade como esta. A quantidade de riqueza que daria independência financeira adequada para uma vida boa não é ilimitada, como pensava Sólon. (...) Mas sim, há um limite; a riqueza é um instrumento e existem restrições em relação ao seu uso, assim como acontece com qualquer outra ferramenta de trabalho; e esse limite ocorre em tamanho e em número. A riqueza é um conjunto de instrumentos para a administração da família ou do Estado. (ARISTÓTELES, 1999, p. 157)

Diferentemente do que hoje parece ser a visão dominante na Economia, na Grécia Antiga os esforços de compreensão dos processos de formação da riqueza social, e dos meios para se alcançá-la, eram empreendidos em conjunto com as reflexões filosóficas e políticas. A geração de conhecimento ‘econômico’ não era, portanto, o resultado de pesquisas propriamente ‘econômicas’: obtinham-se conhecimentos ‘econômicos’ a partir de uma análise complexa e exaustiva dos fenômenos sociais (e muitas vezes naturais) em seu conjunto: o entrelaçamento das dimensões do real era respeitado. A impossibilidade da segmentação era compreendida.

O Estado tem, por sua natureza, mais importância do que a família e o indivíduo, uma vez que o conjunto é necessariamente mais importante do que as partes. (...) A prova de que o Estado é uma criação da natureza e tem prioridades sobre o indivíduo é que o indivíduo, quando isolado, não é auto-suficiente; no entanto ele o é como parte relacionada com o conjunto. (Ibid, p. 146)

Então como podemos falar de maioria, agentes e comportamentos individuais querendo referir-nos à mesma ciência: a economia? E seu pensamento prossegue, excluindo qualquer possibilidade de argumentação sobre a amoralidade da economia: “Mas a justiça é o vínculo dos homens, nos Estados; porque a administração da justiça, que é a determinação daquilo que é justo, é o princípio da ordem numa sociedade política” (Ibid).

Em outras palavras, a curiosidade da época era universal, refletindo as concepções ‘holísticas’ da Grécia de Aristóteles sobre a natureza do real. Nesse período, o ‘real’ social era a Vida (individual e social, biológica e relacional), sendo que aspectos particulares dessa Vida eram considerados como órgãos de um mesmo conjunto estrutural de propriedades, características, história e formas de funcionamento. Os resultados particulares – ‘econômicos’, por exemplo – eram derivados de observações e conclusões de caráter abrangente, não constituindo, pois, um ramo específico do conhecimento⁸⁶. Não seria forçar demais a interpretação afirmar, por analogia, o caráter homeopático do conhecimento clássico em oposição ao traço alopático das concepções atuais. Se mais não fosse, porque a aplicação das receitas alopáticas da economia dominante possuem contra-indicações e efeitos colaterais sobre o processo civilizacional⁸⁷? Efeitos sentidos até por aqueles que garantiram reeleição através do crescimento econômico alcançado em seu município.

Se a industrialização aliada ao desenvolvimento social não caminharem juntas, um ou outro está fadado ao fracasso. [...] aqui no Estado eu tenho ouvido falar muito no desenvolvimento, mas está tendo é crescimento localizado e não desenvolvimento social em nível de estado do Espírito Santo. Nós continuamos vendo a concentração industrial na grande Vitória e continuamos vendo interior cada vez mais pobre então estamos vendo o crescimento e econômico em uma determinada região e um retrocesso social no resto do Estado. (informação verbal)⁸⁸

Para os modernos economistas que compartilham desse raciocínio, os gregos, desde Xenofonte, não desenvolveram um pensamento econômico independente da filosofia e da política, logo não podem ser considerados os precursores da economia, embora este último seja autor de uma obra intitulada ‘Econômico’ (*Oikonomikós*), enquanto Aristóteles (367-322 a.C.) tratou dos problemas econômicos da época em três obras: ‘Política’, ‘Ética a Nicômaco’ e ‘Os econômicos’. Possivelmente se, ao invés da tentativa de tratados éticos sobre a *oikonomia*, esses filósofos gregos tivessem recorrido aos símbolos e letras gregas para a composição de fórmulas e equações que explicassem o comportamento da

⁸⁶ Consideramos inaceitável a caracterização de fatos ou realidades humanas como pertencentes a uma parcela definível das atividades dos homens. Por essa razão, sempre que nos referirmos às disciplinas específicas do conhecimento o faremos para respeitar convenções e facilitar a leitura do texto.

⁸⁷ Sobre o conceito de processo civilizacional, ver (MEDA, 1999, parte III, capítulo 3: “*Quelles politiques de Civilization*”).

⁸⁸ Deputado A.

economia da *pólis*, estaríamos hoje tratando de uma ‘ciência milenar’. Porém, assim como Marx desprezava o título de ‘economista’ possivelmente Aristóteles e Xenofonte não teriam nenhuma identificação com o que hoje se denomina economia.

Por fim, muito além de uma crítica epistemológica da segmentação disciplinar, nossos esforços têm implicações sobre a compreensão do desprezo pós-moderno⁸⁹ pelas conquistas das ‘luzes’. Estamos falando, mais precisamente, da crítica de Kant ao estado de dormência a que ele chama de ‘estado de menoridade’. Partindo dessa idéia, ainda estamos aprisionados ou, segundo a interpretação de Foucault, estamos na menoridade quando:

um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão [...] quando um livro toma lugar do entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, quando um médico decide em nosso lugar a nossa dieta. (FOUCAULT, 2000, p. 339).

No caso presente, dizemos, por analogia, do domínio que a economia exerce sobre nossas vidas e decisões, sobre a interferência das políticas públicas que definem a nossa posição na sociedade e, ironicamente, quando esperamos uma condução de nossas vidas por algum poder além de nossa razão, de nosso entendimento e de nossa própria consciência, ou seja, quando esperamos que os manuais dêem conta de dizer sobre como compreender o mundo moderno. Foucault entende ainda que as *luzes* apresentam-se como a era da crítica, da razão; a passagem da menoridade para a maioridade da humanidade. Nesse sentido é que dizemos que tanto as ciências como as políticas públicas contribuem apenas debilmente para alcançar esse estado de maioridade e do uso livre da razão⁹⁰.

A forma pela qual se deu o processo de autonomização das ciências, tornando-as fragmentadas e desvinculadas de suas origens sociais, não isenta os ‘adoradores da especialização’ de suas responsabilidades em relação ao futuro da sociedade. Nesse sentido, não podemos deixar de enfatizar o papel central da ciência

⁸⁹ Não se trata de uma crítica ao pós-modernismo, e de nenhuma forma, aos autores considerados (embora não sejam) pós-modernos. Referimo-nos apenas ao pensamento contemporâneo relativo aos assuntos partilhados neste trabalho.

⁹⁰ Obviamente que essa última afirmação não compreende a idéia de Kant sobre a era das luzes, no que discute a razão. Não entraremos nessa discussão, mas abrimos um parêntese para esclarecer que “a razão deve ser livre em seu uso público e que deve ser submissa em seu uso privado. O que é, palavra por palavra, o contrário do que usualmente se chama liberdade de consciência”. (FOUCAULT, 2000, p. 339)

econômica na construção da moderna barbárie. Justamente por ser esta ciência um dos exemplos mais patentes do fracasso da implementação de fraturas epistemológicas no âmbito das ciências sociais e, conseqüentemente, no gerenciamento do presente e na construção do futuro da humanidade. Fica claro, em todas as etapas desta pesquisa que o amparo social, político e técnico é a ‘ciência’ econômica – em todas as suas interfaces. E justamente por esse envolvimento é que atribuímos alta carga de responsabilidade à economia que centralizou à sua volta toda a sociedade em suas análises pretéritas e previsões sobre novas ordens futuras.

Para sintetizar o nosso pensamento sobre as últimas colocações acima, encontramos um texto de Leila Domingues sobre ética, extremamente pertinente para o debate que se seguirá.

Ao interiorizar as idéias de liberdade, justiça e felicidade, o [modernismo] as separa do exercício político, da vida social e democrática. [...] Ao contrário, a antigüidade grega fala da virtude como sendo a própria vida social e política, a integração do *cosmos*. A ética seria expressão do comportamento humano, o que fosse não-ético seria também não-humano. Com o [modernismo], o comportamento ético e o comportamento vicioso são igualmente parte da natureza humana, nos restaria escolher. (MACHADO, 1999, p. 147)⁹¹

Caber-nos-ia perceber a dimensão do abismo que nos separa de uma sociedade ética. Antes, porém, propomos o exercício da compreensão de que a ideologia (ditadura) econômica⁹² é uma grande responsável pela formação desse abismo. O discurso do crescimento e as confusões acerca do desenvolvimento econômico criam exércitos de seguidores de uma ordem inalcançável que dita que o crescimento é o único meio para vencermos o fantasma da fome e da ‘exclusão social’.

⁹¹ Pedimos licença à autora e aos leitores para a substituição da palavra ‘cristianismo’ por ‘modernismo’, entendendo ser esta última a expressão mais adequada para a discussão, não comprometendo a idéia central da autora. Por modernismo queremos dizer simplesmente a sociedade moderna, que também consideramos intoxicada por idéias que se julgam libertadoras e que nos deixa como herança crenças ilusórias sobre ética, justiça, liberdade e felicidade, como bem colocou a autora.

⁹² Por ditadura econômica, queremos dizer sobre as ordens ‘sociais’ que impõe os valores e os ideários da produção capitalistas como centrais. Ou, de acordo com LAZZARATO (2001): “O fato de que o econômico demonstra como a produção capitalista tem invadido toda a vida e superado todas as barreiras que não só separavam, mas também opunham economia, poder e saber. [...] O processo pelo qual o ‘social’ [...] torna-se econômico não foi ainda suficientemente estudado” (p. 47).

Nós queremos desenvolvimento econômico porque isso vai contribuir para o nosso desenvolvimento social. Pra investir mais na infra-estrutura, na saúde, educação, na assistência. O crescimento pode significar maior aumento da arrecadação e daí? [...]. Então nós pensamos mesmo num desenvolvimento que seja [...] sustentável. Mas na verdade é isso: um desenvolvimento que ao mesmo tempo faz a gente gerar mais emprego, aumentar a arrecadação e mais capacidade de investir na área social e acima de tudo garantir a sustentabilidade desse desenvolvimento. (Informação verbal. Prefeito cidade I)

2.3 Economia versus sociedade

Nem é preciso dizer que hoje, muito mais do que em séculos anteriores, o ‘viver em sociedade’, e a própria idéia de ‘sociedade/comunidade’, é uma realidade nebulosa. Principalmente para a ciência econômica, que a constrói, já o indicamos, a partir de indivíduos a-sociais ou socializados *a posteriori* pelo mercado.

Ilustraremos esta visão econômica predominante valendo-nos de exemplos e citações de consagrados economistas e professores de grandes universidades, da mesma forma que ainda retomaremos o manual utilizado em citações do capítulo anterior, destacando o seu valor emblemático. É mais importante, porém, chamar atenção para as declarações de princípios de alguns outros economistas que estiveram, ao longo do tempo, no comando dos processos de ‘desenvolvimento’/crescimento econômico do nosso país. Roberto Campos, por exemplo, descreve abaixo qual seria o futuro ideal de uma sociedade.

Ao invés da conhecida seqüência marxista – feudalismo, capitalismo burguês, socialismo e comunismo – propõe-se uma classificação mais geral da evolução das sociedades, partindo da sociedade tradicional, rotineira e estagnada, para a ‘era da transição’, e a ‘era da arrancada’, a ‘economia madura’ e, finalmente, a de ‘alto consumo’. (CAMPOS, 1964, p. 109, Caput. Revista SEP, dez/2005, p. 97)⁹³

Essa passagem nos parece notável. E por várias razões. Primeiro porque, para Campos, uma sociedade madura aparece como aquela que apresenta um alto consumo, tornando equivalentes conceitos tão díspares quanto os de ‘economia’ e de ‘sociedade’. Em segundo lugar porque aponta para um final da história irreconciliável com o pensamento marxista que pensa criticar. Tudo indica que o economista entendia a construção da sociedade comunista como a concretização social do pensamento de Marx, uma espécie de absoluto que seria a culminação do processo histórico. Sabe-se, porém, que o comunismo⁹⁴ sempre foi considerado como sendo a primeira etapa da verdadeira história humana, estando todas as

⁹³ Roberto de Oliveira Campos, economista, é considerado um importante teórico do capitalismo periférico. Ocupou cargos públicos como o de senador, na década de 80, participando ainda do governo de Vargas e Castelo Branco. Segundo o professor da UNESP, Adilson Gennari, o discurso de Campos é dotado de um exótico neoliberalismo ‘a la Thatcher e Reagan’. (Ibid, p. 92).

⁹⁴ Não se trata, contudo, do comunismo (real) conhecido popularmente e pregado por algumas políticas totalitárias. As referências sobre o comunismo (conhecido como utópico) devem ser buscadas nas obras de Marx, Lênin ou ainda em Gramsci.

outras sociedades ‘localizadas’ na pré-história da humanidade ao contrário do que se defende com o comunismo representando um fim em si mesmo. Por outro ângulo, a observação de um físico parece bastante impertinente: “o termo ‘socialista’ descrevia originalmente apenas aqueles que não aceitavam a visão de mundo dos economistas”⁹⁵.

Quando as idéias liberais ganham terreno no Brasil, boa parte dos economistas, especialmente os que ocupavam posições estratégicas nos governos, passam a rejeitar, e até a satirizar, as correntes heterodoxas, como as teorias keynesiana e marxista. Simonsen, no início da década de 90, explicita muito bem essa ojeriza às heterodoxias. Restava-nos esperar, então, o florescimento de idéias revolucionárias que pudesse avançar acima de uma teoria marxista engessada por uma boa parte dos marxistas. Mas, não era exatamente essa a proposta. Aliás, não se identifica facilmente uma proposta, salvo um modismo descompromissado com os problemas sociais brasileiros.

O liberalismo anda em moda no Brasil, quer na vertente neoliberal que tanto encanta a direita, quer na do social-liberalismo que inspira a centro-esquerda. Nada mal após décadas de intoxicação marxista, durante as quais um intelectual brasileiro, para ser reconhecido como tal, precisava pontificar sobre determinismo histórico, luta de classes e, se possível, fingir que havia digerido os três livros de O Capital, de Karl Marx. (Frenesi liberalista, Veja 20-5-1992, In: SIMONSEN, 2002, p. 241).

O rancor salta aos olhos. Mas para além dos rancores aparece a desinformação dos economistas ortodoxos. No que diz respeito ao ‘determinismo histórico’, as referências teóricas devem ser buscadas nos autores soviéticos ligados ao marxismo stalinista, não em Marx. Com relação à luta de classes, Marx está longe de ser seu precursor. Já em Adam Smith e em David Ricardo, competentes economistas burgueses, encontramos várias indicações sobre a sua existência e relevância explicativa: “O princípio da gravidade não é mais certo do que a tendência de tais leis de mudar a riqueza e o vigor em miséria e fraqueza até que finalmente, todas as classes sejam infectadas pela praga da pobreza universal”. (RICARDO, 1929, p. 86, apud POLANYI, 1980, p. 134)

No capítulo anterior acrescentamos uma citação sobre a desigualdade entre as classes cuja autoria era de Aristóteles. Da mesma forma, basta uma simples observação das estatísticas disponibilizadas pelas instituições oficiais de pesquisa

⁹⁵ CAPRA, 2005, p. 181, grifo do autor.

para vislumbrarmos o enorme potencial das concepções sociais que constroem suas análises a partir da dialética dos grupos sociais: os números ali disponibilizados nos permitem perceber o fosso social que permeia todas as sociedades capitalistas. Claro está que não se trata de descobrir nos computadores do IBGE ou do IPEA uma prova da existência da luta de classes, mas sim de mostrar a aparente coerência factual das teorias que nelas se apóiam, assim como a aparente falta de perspicácia analítica, ou de sensibilidade social, daqueles que a negam.

A seguir, observaremos uma tentativa de justificação da moderna teoria econômica como 'a' Ciência da Humanidade.

As leis que explicam o comportamento humano passam a fazer parte do conjunto de conhecimentos que formam a teoria econômica. [...] [Esses] comportamentos humanos passam a definir o comportamento do Homo-Economicus, o qual retrata a imagem do indivíduo cujas ações sempre racionais derivam exclusivamente de seus interesses econômicos dentro da sociedade. (GREMAUD, 2005, p. 5).

Ao mesmo tempo em que parece possuir a pretensão de dar conta das várias facetas do comportamento humano (incorporando a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia etc.), a ciência econômica coloca como equivalentes realidades cujos pontos de contato são débeis. A construção do *homo oeconomicus* só pode ser concebida pela anulação/desconsideração de inúmeras dimensões do Homem. Existe, portanto, um verdadeiro abismo entre os interesses humanos e aqueles do homem produtor/consumidor, seja este um trabalhador ou um capitalista. Ao reduzir os interesses humanos aos interesses econômicos (mercadológicos), a humanidade reduz-se a um mero jogo de interesses egoístas e racionais (Smith). O Homem é amputado de seus potenciais cooperativos e afetivos, da sua necessidade de proximidade ou de viver em comunidade, da ambição de interferir nas decisões que alteram sua forma de vida etc. Todas estas necessidades inerentes ao ser social são desprezadas. Mais uma vez, Polanyi pode nos dar uma resposta satisfatória sustentada por fortes argumentos:

Na verdade, como sabemos agora, o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva [da racionalidade econômica]. [...] Não é apenas a antropologia moderna que comprova a mentira desses construtos racionalistas, mas a história do comércio e dos mercados também foi completamente diferente daquela assumida pelos harmoniosos ensinamentos dos sociólogos do século dezenove. (POLANYI, 1980, p. 244)

Um importante teórico do capitalismo em sua fase industrial coloca a questão que levantamos acima sob um outro prisma – tornando evidente a contradição existente entre a satisfação das necessidades e a aquisição dos bens destinados a essa satisfação. Nas palavras de Weber,

Sombart⁹⁶ [...] fez a distinção entre satisfação das necessidades e aquisição como sendo os dois grandes princípios orientadores da história econômica. No primeiro caso, a obtenção dos bens necessários à satisfação das necessidades pessoais [não generalizadas], e, no segundo, a luta para obter lucros sem os limites impostos pelas necessidades, tem sido as finalidades controladoras da forma e da direção da atividade econômica. (WEBER, 2006, p. 56)

De uma forma mais geral, podemos dizer que é a própria existência da sociedade que é preterida. Assim, os economistas insistem em afirmações vazias de sentido como a que, sendo o comportamento econômico (definido pelo comportamento humano) estável, a Economia passa a ter vantagem sobre as demais ciências sociais⁹⁷. Realmente uma ciência que se engrandece com o reducionismo em detrimento da complexidade existente na sociedade, parece esquivar-se dos conflitos gerados ou historicamente produzidos, com o intuito de adequar seus modelos clássicos a uma realidade recortada conforme os interesses da corrente que a prega. Assim, estamos de acordo com o fato, a partir dessa colocação:

A evasão de questões relacionadas com valores levou os economistas a voltar-se para problemas mais fáceis, porém menos importantes, e a mascarar os conflitos de valores mediante o uso de uma elaborada linguagem técnica. [...] Assim, a indústria e o comércio contratam exércitos de economistas a fim de prepararem análises de custo/lucro que convertem opções sociais e morais em opções pseudotécnicas e, desse modo, ocultam conflitos de valores que só podem ser resolvidos politicamente. (CAPRA, 2005, p. 184)

Sem esse ‘teatro de marionetes’, porém, a ciência econômica não poderia satisfazer suas ambições. É a transformação do comportamento humano complexo em comportamento adestrado, cuja propriedade central é a racionalidade econômica do indivíduo egoísta, o que permite propor uma consistência filosófica e epistemológica às ‘descobertas’ da ciência econômica. Fica clara, porém, a ‘inversão metodológica’

⁹⁶ As idéias foram retiradas da obra de SOMBART (*Der moderne Kapitalismus*, 1ed. I, p. 62). O autor não trás a referência completa em sua nota sobre o autor e obra.

⁹⁷ GREMAUD, 2005, p.5.

necessária: o objeto de estudo é construído para satisfazer aos objetivos da teoria ou, o que dá no mesmo, fornecer uma justificação ideológica à sociedade mercantil.

Sem esta construção romanceada da humanidade, a ciência econômica seria impossível. Por exemplo, seria impossível a elaboração de leis nos moldes da Física pré-quântica – a soma de todas as curvas de demanda ou de produção nunca poderia corresponder à totalidade. Seria impossível justificar a harmonia social com base no ‘ótimo de Pareto’. Seria impossível aceitar que cada um receba de acordo com a sua contribuição para a riqueza de todos (de acordo com a produtividade marginal monetizada). Seria absurdo imaginar qualquer situação a partir do *ceteris paribus*, porque nada continua constante. Seria caótico agirmos racionalmente seguindo o princípio do egoísmo, como defendeu John Nash. Enfim, além de impraticável, a economia passa a ser desastrosa para as questões públicas e para aqueles que nela se inspiram para ‘criar programas’.

Então eu vou colocar: os prefeitos que não seguem as cartilhas, a cartilha do desenvolvimento [...] econômico, social, humano, o que quiserem, mas que é do bem-estar, resumindo tudo, da população, eles deveriam ser penalizados. (informação verbal, deputado A)

E nós também não podemos ficar pra trás. Vemos aí a Serra crescendo numa velocidade muito maior [...]. O mesmo de Aracruz [...] Então nós temos que manter o crescimento da cidade para continuar atraindo pessoas de fora. Isso gera um aumento de receita para todos os setores, com táxi, hotel, restaurante, artesanato, etc. (informação verbal, prefeito cidade H)

Concernente ao indivíduo, ao considerar os homens como elementos definíveis em si mesmos, unidades elementares não-relacionais e não-relacionadas, substâncias materiais que se esgotam nos limites de si mesmas, a ciência econômica pôde construir sistemas de equações compatíveis com a ‘*fiction society*’⁹⁸ de seus idealizadores.

Se a relação entre o objetivo fundamental dos precursores da ciência econômica (a defesa da sociedade do capital) e o conteúdo conceitual da própria ciência econômica são, agora, transparentes, falta-nos ainda esclarecer uma das principais razões que permitiram a sua propagação e aceitação institucional. Essa ‘*fiction theory*’ só poderia adquirir prestígio entre as classes dominantes se parecesse oferecer uma explicação científica convincente. Para tal, precisava aproximar-se da

⁹⁸ A utilização repetida de termos estrangeiros é uma apropriação da própria forma de crítica de correntes dominantes do estudo da sociedade (diga-se mercado) ao analisarem teorias alternativas.

‘ciência por excelência’ – da Física. Faltava, portanto, adquirir a respeitabilidade que só a adoção de um poderoso instrumental matemático poderia proporcionar. Os resultados são conhecidos. De acordo com Galbraith,

Não pode haver dúvida de que a dedicação prolongada a exercícios matemáticos em economia pode ser danosa. Ela leva à atrofia do julgamento e da intuição, que são indispensáveis para soluções reais, e, às vezes, leva também ao hábito mental de simplesmente desconsiderar os aspectos matematicamente inconvenientes. (GALBRAITH, 2006)⁹⁹

Assim, a transformação do indivíduo e da sociedade em substâncias passivas, semelhantes aos objetos da Física newtoniana e da Astronomia, percorre ‘órbitas’ repetitivas e previsíveis cujos movimentos concêntricos nunca colocariam em questão a própria atemporalidade e perenidade da sociedade do capital. Claro que essa analogia só é possível se estamos considerando a cosmologia dos séc. XVI-XIX de Galileu e Newton. Uma outra passagem do citado Manual nos informa que

[...] é a avalanche de contribuições científicas esparsas e, em geral, limitadas a determinados aspectos da teoria e/ou de sua aplicação, deixando confusos os próprios economistas e dificultando as tentativas de sistematização, de busca dos principais encadeamentos ou de articulações das diversas dimensões da Ciência Econômica. (Ibid, p. 43)

Os próprios economistas parecem ressentir as dificuldades colocadas pelo excesso de especialização/simplificação de sua própria ciência — mas apenas no interior de sua estrutura teórica reducionista. Se abrissem os olhos compreenderiam que, mesmo sem estas simplificações internas, sua disciplina é, ela mesma, o resultado da negação de conquistas fundamentais da Antropologia, da Arqueologia, da Biologia e da Física. Isso para apenas relacionarmos os simplismos e reducionismos que por ora nos ocupam.

Vejamos o exemplo de dois economistas não-ortodoxos (Michel Beaud e Gilles Dostaler) ao criticarem a ciência econômica em seu próprio terreno¹⁰⁰. Segundo estes autores, a economia pode ser comparada a uma Torre de Babel, sendo caracterizada, portanto, pela diversidade lingüística dos que a constroem. Uma outra ilustração criada por esses autores, de caráter mitológico, também pode nos ser útil. Vejamos os casos de três personagens: Penélope, Sísifo e Ícaro.

⁹⁹ In: Paulo Nogueira Batista Jr. Folha de São Paulo, 04 de maio de 2006.

¹⁰⁰ Embora consigam perceber as dificuldades intrínsecas de sua ciência, parecem desconhecer seu caráter disciplinar e insular no contexto maior do processo de conhecimento social.

Penélope, personagem de Homero (Odisséia), que esperava por seu marido há 20 anos, adia a decisão por um de seus pretendentes com a seguinte estratégia: dizia ela que quando terminasse uma mortalha que tecia para o seu pai, decidiria por um deles. No entanto, todo o trabalho do dia era desfeito à noite, nunca sendo finalizado. Sísifo, Rei de Corinto, que foi condenado ao inferno, com o agravante de subir uma montanha tendo às costas um penedo que sempre caía e deslizava morro a baixo — o que lhe impedia de cumprir sua missão. Ícaro, filho de Dédalo, que consegue escapar do Labirinto usando asas de cera, embora logo se projete no mar Egeu ao ter suas asas derretidas pelo calor do sol.

Deve ter ficado claro que Babel representa o emaranhado de teorias: embora façam parte da mesma ciência, as teorias econômicas parecem não falar a mesma língua e nem ter os mesmos propósitos. Penélope, por sua vez, simboliza o grupo de economistas que não se cansa 'de tentar a impossível façanha de tecer o ideal teórico do mundo econômico'. Sísifo, ao seu modo, personaliza aquele que 'enfrenta a heterodoxia sempre em reconstrução'. E Ícaro, enfim, representa o sonho, aquele 'que fracassa na tentativa de altos vôos do pensamento econômico'.

Após esses breves desenvolvimentos, podemos supor que a ciência econômica, ao tentar responder e solucionar os problemas sociais existentes mostra-se excessivamente frágil e despreparada, tanto em relação à formulação de suas propostas quanto pela ausência de respostas às questões emergentes.

As críticas, como ressaltamos, partem de todos os lados (inclusive internamente). Podemos compreender, parece óbvio, que as ciências, especialmente as sociais, tenham que conviver com várias teorias sem que uma anule ou supere a outra. Isso porque, embora uma corrente teórica conteste e possua argumentos suficientes para invalidar suas 'rivals', as ideologias e os poderes políticos perpetuam a disputa: a lógica da razão pura nunca é suficiente.

Mas outros questionamentos são ainda necessários.

Os esforços para se construir uma teoria econômica, consistente e racional, baseada nos preceitos da 'ciência positiva', podem se superpor à ética ou aos esforços de amenização/superação da pobreza e das desigualdades sócio-econômicas?

Uma resposta afirmativa não estaria na base dos conflitos científicos, internos e externos às disciplinas? Não veríamos aqui, também, a origem da ineficiência (para muitos) ou da eficiência (para poucos) do instrumental da ciência econômica moderna?

Uma discussão das duas primeiras questões não poderia nos conduzir a entrever na cientificidade positiva da economia moderna uma das principais razões da ineficiência das políticas públicas por ela informadas?

Um maior conhecimento sobre as origens da ciência econômica pode nos ajudar a compreender que essas questões podem ser atribuídas à moderna ciência econômica que se contrapõe a ‘economia pré-histórica’ ou ‘pré-científica, assim definida em tantos livros sobre a história do pensamento econômico. Sendo assim, se faz pertinente e fundamentada a crítica à economia, que se estende a todas as demais ciências sociais:

A economia atual caracteriza-se pelo enfoque reducionista e fragmentário típico da maioria das ciências sociais. De um modo geral, os economistas não reconhecem que a economia é meramente um dos aspectos de todo um contexto ecológico e social: um sistema vivo composto de seres humanos em contínua interação [...]. O erro básico das ciências sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos universitários separados. Assim, os cientistas políticos tendem a negligenciar forças econômicas básicas, ao passo que os economistas não incorporam em seus métodos as realidades sociais e políticas. Essas abordagens fragmentárias também se refletem no governo entre a política social e a econômica [...] (CAPRA, 2005, p. 180)

Exatamente nesse sentido é que este capítulo carrega a responsabilidade de debater as interligações entre a ciência econômica e as políticas públicas. Mais que isso, compreender como esse engendramento infesta a sociedade com práticas e informações que contribuem fragilmente para a reconstrução social. Para tanto, envolvemos no debate a constituição histórica, bem como as implicações teóricas, ideológicas e políticas que auxiliaram na formação do que hoje chamamos economia. Então, considerando como aceita a multiplicidade dessas implicações, podemos compreender que as fragilidades que atribuímos a essa ciência não se localizam apenas nela – como fonte de informação. Entendemos que a complexidade expande e envolve-se como numa rede de interligações. Contudo, oposto à teoria de rede, as conexões que a formam são falhas e interrompem-se a partir de uma lógica definida por uma situação limite que se impõe a cada ciência,

como seu ‘campo particular de conhecimento’. O governo, passa a ser ao mesmo tempo operador e usuário dessa rede tenta assimilar e (re)codificar as informações recebidas de acordo com os interesses ou ‘necessidades’ político ou sociais.

Vimos através de exemplos e citações que quanto mais distante encontram-se os políticos da base dessa rede desconexa, maiores são as distorções dos códigos recebidos por ela. Podemos dizer que são apenas vestígios que vazam por migalhas colhidas por alguns técnicos instruídos, cartilhas ditadas pelo Estado ou Federação e, sobretudo, pela mídia e canais de ‘capacitações’. Mas não advém daí todos os erros e falsas interpretações.

Não estamos afirmando que somente os bem instruídos ou corretamente informados obtém sucesso em seus mandatos. Ao contrário, o que observamos são erros astronômicos proporcionais ao tamanho de seus governos que se mascaram por discursos aparentemente fundamentados e eloqüentes. A uns governos faltam a instrução, a outros a volição, a consciência, a inconsciência ou, numa palavra – a ética – que pode ser entendida, por alguns, como o compromisso com a verdade: “Um governo ético é aquele que usa de transparência em todos os atos. É o que tem compromisso com a verdade” (informação verbal, prefeito cidade H). Mas para todos¹⁰¹ a ética só pode ser alcançada, depois de vencermos os desafios de ordem econômica.

[...] eu tenho consciência que se eu não aumentar a arrecadação do meu município eu não vou ter como fazer preservação ambiental, não vou ter como melhorar a educação, a saúde, a infra-estrutura, a assistência, a geração de emprego e renda. Hoje os maiores sonhos de nossa cidade não podem ser realizados porque a nossa renda *per capita* é a menor do Estado. O que que eu posso fazer numa cidade que tem uma receita per capita como a nossa? [...] Muito pouco. Então eu prefiro potencializar o desenvolvimento da sociedade não pra fazer o bolo crescer e depois distribuir, mas pra fazer o bolo orçamentário crescer para que eu tenha o desenvolvimento e aí sim, é a gente trabalhar contra aquela idéia da fragmentação — para que a gente tenha um desenvolvimento de toda a cidade, de todas as áreas de governo. (Informação verbal, prefeito cidade I)

Sem nos comprometermos com a discussão filosófica sobre a verdade ou a invalidação dos pressupostos para o alcance de uma sociedade mais justa, afirmamos apenas que não cabem julgamentos de valores que precipitam negações sobre a necessidade de recursos para a construção de tal sociedade. Limitamo-nos a apresentar simplesmente um aspecto da realidade social que permeia todo esse estudo: a miséria em suas conexões até aqui representadas.

¹⁰¹ Referimo-nos a todos os prefeitos e deputados entrevistados.

Nem é preciso dizer que hoje, muito mais do que em séculos anteriores, o ‘viver em sociedade’, e a própria idéia de ‘sociedade/comunidade’, é uma realidade nebulosa. Principalmente para a ciência econômica, que a constrói, já o indicamos, a partir de indivíduos a-sociais ou socializados *à posteriori* pelo mercado.

Ilustraremos esta visão econômica predominante valendo-nos de exemplos e citações de consagrados economistas e professores de grandes universidades, da mesma forma que ainda retomaremos o manual utilizado em citações do capítulo anterior, destacando o seu valor emblemático. É mais importante, porém, chamar atenção para as declarações de princípios de alguns outros economistas que estiveram, ao longo do tempo, no comando dos processos de ‘desenvolvimento’/crescimento econômico do nosso país. Roberto Campos, por exemplo, descreve abaixo qual seria o futuro ideal de uma sociedade.

Ao invés da conhecida seqüência marxista – feudalismo, capitalismo burguês, socialismo e comunismo – propõe-se uma classificação mais geral da evolução das sociedades, partindo da sociedade tradicional, rotineira e estagnada, para a ‘era da transição’, e a ‘era da arrancada’, a ‘economia madura’ e, finalmente, a de ‘alto consumo’. (CAMPOS, 1964, p. 109, Caput. Revista SEP, dez/2005, p. 97)¹⁰²

Essa passagem nos parece notável. E por várias razões. Primeiro porque, para Campos, uma sociedade madura aparece como aquela que apresenta um alto consumo, tornando equivalentes conceitos tão díspares quanto os de ‘economia’ e de ‘sociedade’. Em segundo lugar porque aponta para um final da história irreconciliável com o pensamento marxista que pensa criticar. Tudo indica que o famoso economista entendia a construção da sociedade comunista como a concretização social do pensamento de Marx, uma espécie de absoluto que seria a culminação do processo histórico. Sabe-se, porém, que o comunismo¹⁰³ sempre foi considerado como sendo a primeira etapa da verdadeira história humana, estando todas as outras sociedades ‘localizadas’ na pré-história da humanidade ao contrário do que se defende com o comunismo representando um fim em si mesmo. Por outro ângulo, a observação de um físico parece bastante impertinente: “o termo ‘socialista’

¹⁰² Roberto de Oliveira Campos, economista, é considerado um importante teórico do capitalismo periférico. Ocupou cargos públicos como o de senador, na década de 80, participando ainda do governo de Vargas e Castelo Branco. Segundo o professor da UNESP, Adilson Gennari, o discurso de Campos é dotado de um exótico neoliberalismo ‘a la Thatcher e Reagan’. (Ibid, p. 92).

¹⁰³ Não se trata, contudo, do comunismo (real) conhecido popularmente e pregado por algumas políticas totalitárias. As referências sobre o comunismo (conhecido como utópico) devem ser buscadas nas obras de Marx, Lénin ou ainda em Gramsci.

descrevia originalmente apenas aqueles que não aceitavam a visão de mundo dos economistas¹⁰⁴.

Quando as idéias liberais ganham terreno no Brasil, boa parte dos economistas, especialmente os que ocupavam posições estratégicas nos governos, passam a rejeitar, e até a satirizar, as correntes heterodoxas, como as teorias keynesiana e marxista. Simonsen, no início da década de 90, explicita muito bem essa ojeriza às heterodoxias. Restava-nos esperar, então, o florescimento de idéias revolucionárias que pudesse avançar acima de uma teoria marxista engessada por uma boa parte dos marxistas. Mas, não era exatamente essa a proposta. Aliás, não se identifica proposta alguma, salvo um modismo descompromissado com os problemas sociais brasileiros.

O liberalismo anda em moda no Brasil, quer na vertente neoliberal que tanto encanta a direita, quer na do social-liberalismo que inspira a centro-esquerda. Nada mal após décadas de intoxicação marxista, durante as quais um intelectual brasileiro, para ser reconhecido como tal, precisava pontificar sobre determinismo histórico, luta de classes e, se possível, fingir que havia digerido os três livros de O Capital, de Karl Marx. (Frenesi liberalista, Veja 20-5-1992, In: SIMONSEN, 2002, p. 241).

O rancor salta aos olhos. Mas para além dos rancores aparece a desinformação dos economistas ortodoxos. No que diz respeito ao ‘determinismo histórico’, as referências teóricas devem ser buscadas nos autores soviéticos ligados ao marxismo stalinista, não em Marx. Com relação à luta de classes, Marx está longe de ser seu precursor. Já em Adam Smith e em David Ricardo, competentes economistas burgueses, encontramos várias indicações sobre a sua existência e relevância explicativa: “O princípio da gravidade não é mais certo do que a tendência de tais leis de mudar a riqueza e o vigor em miséria e fraqueza até que finalmente, todas as classes sejam infectadas pela praga da pobreza universal”. (RICARDO, 1929, p. 86, apud POLANYI, 1980, p. 134)

No capítulo anterior acrescentamos uma citação sobre a desigualdade entre as classes cuja autoria era de Aristóteles. Da mesma forma, basta uma simples observação das estatísticas disponibilizadas pelas instituições oficiais de pesquisa para vislumbrarmos o enorme potencial das concepções sociais que constroem suas análises a partir da dialética dos grupos sociais: os números ali disponibilizados nos permitem perceber o fosso social que permeia todas as sociedades capitalistas.

¹⁰⁴ CAPRA, 2005, p. 181, grifo do autor.

Claro está que não se trata de descobrir nos computadores do IBGE ou do IPEA uma prova da existência da luta de classes, mas sim de mostrar a aparente coerência factual das teorias que nelas se apóiam, assim como a aparente falta de perspicácia analítica, ou de sensibilidade social, daqueles que a negam.

A seguir, observaremos uma tentativa de justificação da moderna teoria econômica como 'a' Ciência da Humanidade.

As leis que explicam o comportamento humano passam a fazer parte do conjunto de conhecimentos que formam a teoria econômica. [...] [Esses] comportamentos humanos passam a definir o comportamento do Homo-Economicus, o qual retrata a imagem do indivíduo cujas ações sempre racionais derivam exclusivamente de seus interesses econômicos dentro da sociedade. (GREMAUD, 2005, p. 5).

Ao mesmo tempo em que parece possuir a pretensão de dar conta das várias facetas do comportamento humano (incorporando a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia etc.), a ciência econômica coloca como equivalentes realidades cujos pontos de contato são débeis. A construção do *homo oeconomicus* só pode ser concebida pela anulação/desconsideração de inúmeras dimensões do Homem. Existe, portanto, um verdadeiro abismo entre os interesses humanos e aqueles do homem produtor/consumidor, seja este um trabalhador ou um capitalista. Ao reduzir os interesses humanos aos interesses econômicos (mercadológicos), a humanidade reduz-se a um mero jogo de interesses egoístas e racionais (Smith). O Homem é amputado de seus potenciais cooperativos e afetivos, da sua necessidade de proximidade ou de viver em comunidade, da ambição de interferir nas decisões que alteram sua forma de vida etc. Todas estas necessidades inerentes ao ser social são desprezadas. Mais uma vez, Polanyi pode nos dar uma resposta satisfatória sustentada por fortes argumentos:

Na verdade, como sabemos agora, o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo com através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva [da racionalidade econômica]. [...] Não é apenas a antropologia moderna que comprova a mentira desses construtos racionalistas, mas a história do comércio e dos mercados também foi completamente diferente daquela assumida pelos harmoniosos ensinamentos dos sociólogos do século dezenove. (POLANYI, 1980, p. 244)

Um grande teórico do capitalismo em sua fase industrial coloca a questão que levantamos acima sob um outro prisma – tornando evidente a contradição existente

entre a satisfação das necessidades e a aquisição dos bens destinados a essa satisfação. Nas palavras de Weber,

Sombart¹⁰⁵ [...] fez a distinção entre satisfação das necessidades e aquisição como sendo os dois grandes princípios orientadores da história econômica. No primeiro caso, a obtenção dos bens necessários à satisfação das necessidades pessoais [não generalizadas], e, no segundo, a luta para obter lucros sem os limites impostos pelas necessidades, tem sido as finalidades controladores da forma e da direção da atividade econômica. (WEBER, 2006, p. 56)

De uma forma mais geral, podemos dizer que é a própria existência da sociedade que é preterida. Assim, os economistas insistem em afirmações vazias de sentido como a que, sendo o comportamento econômico (definido pelo comportamento humano) estável, a Economia passa a ter vantagem sobre as demais ciências sociais¹⁰⁶. Realmente uma ciência que se engrandece com o reducionismo em detrimento da complexidade existente na sociedade, parece esquivar-se dos conflitos gerados ou historicamente produzidos, com o intuito de adequar seus modelos clássicos a uma realidade recortada conforme os interesses da corrente que a prega. Assim, estamos de pleno acordo com o fato, a partir dessa colocação:

A evasão de questões relacionadas com valores levou os economistas a voltar-se para problemas mais fáceis, porém menos importantes, e a mascarar os conflitos de valores mediante o uso de uma elaborada linguagem técnica. [...] Assim, a indústria e o comércio contratam exércitos de economistas a fim de prepararem análises de custo/lucro que convertem opções sociais e morais em opções pseudotécnicas e, desse modo, ocultam conflitos de valores que só podem ser resolvidos politicamente. (CAPRA, 2005, p. 184)

Sem esse ‘teatro de marionetes’, porém, a ciência econômica não poderia satisfazer suas ambições. É a transformação do comportamento humano complexo em comportamento adestrado, cuja propriedade central é a racionalidade econômica do indivíduo egoísta, o que permite propor uma consistência filosófica e epistemológica às ‘descobertas’ da ciência econômica. Fica clara, porém, a ‘inversão metodológica’ necessária: o objeto de estudo é construído para satisfazer aos objetivos da teoria ou, o que dá no mesmo, fornecer uma justificação ideológica à sociedade mercantil. Sem esta construção romanceada da humanidade, a ciência econômica seria impossível. Por exemplo, seria impossível a elaboração de leis nos moldes da Física

¹⁰⁵ As idéias foram retiradas da obra de SOMBART (*Der moderne Kapitalismus*, 1ed. I, p. 62). O autor não trás a referência completa em sua nota sobre o autor e obra.

¹⁰⁶ GREMAUD, 2005, p.5.

pré-quântica – a soma de todas as curvas de demanda ou de produção nunca poderia corresponder à totalidade. Seria impossível justificar a harmonia social com base no ‘ótimo de Pareto’. Seria impossível aceitar que cada um receba de acordo com a sua contribuição para a riqueza de todos (de acordo com a produtividade marginal monetizada). Seria absurdo imaginar qualquer situação a partir do *ceteris paribus*, nada continua constante – não podemos congelar a realidade, nem parte dela. Seria caótico agirmos racionalmente seguindo o princípio do egoísmo, como defendeu John Nash. Enfim, além de impossível, a economia passa a ser desastrosa para as questões públicas e para aqueles que nela se inspira para ‘criar programas’.

Então eu vou colocar: os prefeitos que não seguem as cartilhas, a cartilha do desenvolvimento [...] econômico, social, humano, o que quiserem, mas que é do bem-estar, resumindo tudo, da população, eles deveriam ser penalizados. (informação verbal, deputado A)

E nós também não podemos ficar pra trás. Vemos aí a Serra crescendo numa velocidade muito maior [...]. O mesmo de Aracruz [...] Então nós temos que manter o crescimento da cidade para continuar atraindo pessoas de fora. Isso gera um aumento de receita para todos os setores, com táxi, hotel, restaurante, artesanato, etc. (informação verbal, prefeito cidade H)

Concernente ao indivíduo, ao considerar os homens como elementos definíveis em si mesmos, unidades elementares não-relacionais e não-relacionadas, substâncias materiais que se esgotam nos limites de si mesmas, a ciência econômica pôde construir sistemas de equações compatíveis com a ‘*fiction society*’¹⁰⁷ de seus idealizadores.

Se a relação entre o objetivo fundamental dos precursores da ciência econômica (a defesa da sociedade do capital) e o conteúdo conceitual da própria ciência econômica são, agora, transparentes, falta-nos ainda esclarecer uma das principais razões que permitiram a sua propagação e aceitação institucional. Essa ‘*fiction theory*’ só poderia adquirir prestígio entre as classes dominantes se parecesse oferecer uma explicação científica convincente. Para tal, precisava aproximar-se da ‘ciência por excelência’ – da Física. Faltava, portanto, adquirir a respeitabilidade que só a adoção de um poderoso instrumental matemático poderia proporcionar. Os resultados são conhecidos. De acordo com Galbraith,

¹⁰⁷ A utilização repetida de termos estrangeiros é uma apropriação da própria forma de crítica de correntes dominantes do estudo da sociedade (diga-se mercado) ao analisarem teorias alternativas.

Não pode haver dúvida de que a dedicação prolongada a exercícios matemáticos em economia pode ser danosa. Ela leva à atrofia do julgamento e da intuição, que são indispensáveis para soluções reais, e, às vezes, leva também ao hábito mental de simplesmente desconsiderar os aspectos matematicamente inconvenientes. (GALBRAITH, 2006)¹⁰⁸

Assim, a transformação do indivíduo e da sociedade em substâncias passivas, semelhantes aos objetos da Física newtoniana e da Astronomia, percorre ‘órbitas’ repetitivas e previsíveis cujos movimentos concêntricos nunca colocariam em questão a própria atemporalidade e perenidade da sociedade do capital. Claro que essa analogia só é possível se estamos considerando a cosmologia dos séc. XVI-XIX de Galileu e Newton. Uma outra passagem do citado Manual nos informa que

[...] é a avalanche de contribuições científicas esparsas e, em geral, limitadas a determinados aspectos da teoria e/ou de sua aplicação, deixando confusos os próprios economistas e dificultando as tentativas de sistematização, de busca dos principais encadeamentos ou de articulações das diversas dimensões da Ciência Econômica. (Ibid, p. 43)

Os próprios economistas parecem ressentir as dificuldades colocadas pelo excesso de especialização/simplificação de sua própria ciência — mas apenas no interior de sua estrutura teórica reducionista. Se abrissem os olhos compreenderiam que, mesmo sem estas simplificações internas, sua disciplina é, ela mesma, o resultado da negação de conquistas fundamentais da Antropologia, da Arqueologia, da Biologia e da Física. Isso para apenas relacionarmos os simplismos e reducionismos que por ora nos ocupam.

Vejamos o exemplo de dois economistas não-ortodoxos (Michel Beaud e Guilles Dostaler) ao criticarem a ciência econômica em seu próprio terreno¹⁰⁹. Segundo estes autores, a economia pode ser comparada a uma Torre de Babel, sendo caracterizada, portanto, pela diversidade lingüística dos que a constroem. Uma outra ilustração criada por esses autores, de caráter mitológico, também pode nos ser útil. Vejamos os casos de três personagens: Penélope, Sísifo e Ícaro.

Penélope, personagem de Homero (Odisséia), que esperava por seu marido há 20 anos, adiava a decisão por um de seus pretendentes com a seguinte estratégia: dizia ela que quando terminasse uma mortalha que tecia para o seu pai, decidiria por

¹⁰⁸ In: Paulo Nogueira Batista Jr. Folha de São Paulo, 04 de maio de 2006.

¹⁰⁹ Embora consigam perceber as dificuldades intrínsecas de sua ciência, parecem desconhecer seu caráter disciplinar e insular no contexto maior do processo de conhecimento social.

um deles. No entanto, todo o trabalho do dia era desfeito à noite, nunca sendo finalizado. Sísifo, Rei de Corinto, que foi condenado ao inferno, com o agravante de subir uma montanha tendo às costas um penedo que sempre caía e deslizava morro a baixo — o que lhe impedia de cumprir sua missão. Ícaro, filho de Dédalo, que consegue escapar do Labirinto usando asas de cera, embora logo se projete no mar Egeu ao ter suas asas derretidas pelo calor do sol.

Deve ter ficado claro que Babel representa o emaranhado de teorias: embora façam parte da mesma ciência, as teorias econômicas parecem não falar a mesma língua e nem ter os mesmos propósitos. Penélope, por sua vez, simboliza o grupo de economistas que não se cansa ‘de tentar a impossível façanha de tecer o ideal teórico do mundo econômico’. Sísifo, ao seu modo, personaliza aquele que ‘enfrenta a heterodoxia sempre em reconstrução’. E Ícaro, enfim, representa o sonho, aquele ‘que fracassa na tentativa de altos vôos do pensamento econômico’.

Após esses breves desenvolvimentos, podemos supor que a ciência econômica, ao tentar responder e solucionar os problemas sociais existentes mostra-se excessivamente frágil e despreparada, tanto em relação à formulação de suas propostas quanto pela ausência de respostas às questões emergentes.

As críticas, como ressaltamos, partem de todos os lados (inclusive internamente). Podemos compreender, parece óbvio, que as ciências, especialmente as sociais, tenham que conviver com várias teorias sem que uma anule ou supere a outra. Isso porque, embora uma corrente teórica conteste e possua argumentos suficientes para ‘invalidar’ suas rivais, as ideologias e os poderes políticos perpetuam a disputa: a lógica da razão pura nunca é suficiente¹¹⁰.

Mas outros questionamentos são ainda necessários.

Os esforços para se construir uma teoria econômica, consistente e racional, baseada nos preceitos da ‘ciência positiva’, podem se superpor à ética ou aos

¹¹⁰ Esta colocação não parece ser adequada para a proposta do trabalho. No entanto, tento o caráter de um esboço, concordamos em utilizar expressões ‘totalitárias’ para ressaltar alguns temas necessários para aprofundamento. Por exemplo, Horkheimer-Adorno, citado por Morin (2005, p. 163) dizem a respeito da razão: ‘a razão comporta-se em relação às coisas como um ditador em relação aos homens; ele os conhece na medida em que os pode manipular. A razão é mais totalitária do que qualquer sistema’. Também não é uma crítica absoluta da razão. Mais adiante, a pesquisa em Piaget esclarece o sentido da colocação: ‘a razão deve, nesse sentido, deixar de ser mecanicista para se tornar viva e, assim, biodegradável’.

esforços de amenização/superação da pobreza e das desigualdades sócio-econômicas?

Uma resposta afirmativa não estaria na base dos conflitos científicos, internos e externos às disciplinas? Não veríamos aqui, também, a origem da ineficiência (para muitos) ou da eficiência (para poucos) do instrumental da ciência econômica moderna?

Uma discussão das duas primeiras questões não poderia nos conduzir a entrever na cientificidade positiva da economia moderna uma das principais razões da ineficiência das políticas públicas por ela informadas?

Um maior conhecimento sobre as origens da ciência econômica pode nos ajudar a compreender que essas questões podem ser atribuídas à moderna ciência econômica que se contrapõe a 'economia pré-histórica', ou 'pré-científica, assim definida em tantos livros sobre a história do pensamento econômico. Sendo assim, se faz pertinente e fundamentada a crítica à economia, que se estende a todas as demais ciências sociais:

A economia atual caracteriza-se pelo enfoque reducionista e fragmentário típico da maioria das ciências sociais. De um modo geral, os economistas não reconhecem que a economia é meramente um dos aspectos de todo um contexto ecológico e social: um sistema vivo composto de seres humanos em contínua interação [...]. O erro básico das ciências sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos universitários separados. Assim, os cientistas políticos tendem a negligenciar forças econômicas básicas, ao passo que os economistas não incorporam em seus métodos as realidades sociais e políticas. Essas abordagens fragmentárias também se refletem no governo entre a política social e a econômica [...] (CAPRA, 2005, p. 180)

Exatamente nesse sentido é que este capítulo carrega a responsabilidade de debater as interligações entre a ciência econômica e as políticas públicas. Mais que isso, compreender como esse engendramento infesta a sociedade com práticas e informações que contribuem fragilmente para a reconstrução social. Para tanto, envolvemos no debate a constituição histórica, bem como as implicações teóricas, ideológicas e políticas que auxiliaram na formação do que hoje chamamos economia. Então, considerando como aceita a multiplicidade dessas implicações, podemos compreender que as fragilidades que atribuímos a essa ciência não se localizam apenas nela – como fonte de informação. Entendemos que a

complexidade expande-se e envolve-se como numa rede de interligações. Contudo, oposto à teoria de rede, as conexões que a formam são falhas e interrompem-se a partir de uma lógica definida por uma situação limite que se impõe a cada ciência como seu ‘campo particular de conhecimento’.

Sem fazer parte dessa rede formal de informações, o governo, ao mesmo tempo operador e usuário dessa rede tenta assimilar e (re)codificar as informações recebidas de acordo com os interesses ou ‘necessidades’ político ou sociais. Vimos através de exemplos e citações que quanto mais distante encontram-se os políticos da base dessa rede desconexa, maiores são as distorções dos códigos recebidos por ela. Podemos dizer que são apenas vestígios que vazam por migalhas somadas por alguns técnicos instruídos, cartilhas ditadas pelo Estado ou Federação e, sobretudo, pela mídia e canais de ‘capacitações’. Mas não advém daí todos os erros e falsas interpretações.

Não estamos afirmando que somente os bem instruídos ou corretamente informados obtém sucesso em seus mandatos. Ao contrário, o que observamos são erros astronômicos proporcionais ao tamanho de seus governos que se mascaram por discursos aparentemente fundamentados e eloqüentes. A uns faltam a instrução, a outros a volição, a consciência, a inconsciência ou, numa palavra – a ética – que pode ser entendida, por alguns, como o compromisso com a verdade: “Um governo ético é aquele que usa de transparência em todos os atos. É o que tem compromisso com a verdade” (informação verbal, prefeito cidade H). Mas para todos¹¹¹ a ética só pode ser alcançada, depois de vencermos os desafios de ordem econômica.

[...] eu tenho consciência que se eu não aumentar a arrecadação do meu município eu não vou ter como fazer preservação ambiental, não vou ter como melhorar a educação, a saúde, a infra-estrutura, a assistência, a geração de emprego e renda. Hoje os maiores sonhos de nossa cidade não podem ser realizados porque a nossa renda *per capita* é a menor do Estado. O que que eu posso fazer numa cidade que tem uma receita per capita como a nossa? [...] Muito pouco. Então eu prefiro potencializar o desenvolvimento da sociedade não pra fazer o bolo crescer e depois distribuir, mas pra fazer o bolo orçamentário crescer para que eu tenha o desenvolvimento e aí sim, é a gente trabalhar contra aquela idéia da fragmentação — para que a gente tenha um desenvolvimento de toda a cidade, de todas as áreas de governo. (Informação verbal, prefeito cidade I)

Sem nos comprometermos com a discussão filosófica sobre a verdade, ou a invalidação dos pressupostos para o alcance de uma sociedade mais justa,

¹¹¹ Referimo-nos a todos os prefeitos e deputados entrevistados.

afirmamos apenas que não nos cabe julgamentos de valores que precipitam negações sobre a necessidade de recursos para a construção de tal sociedade. Limitamo-nos a apresentar simplesmente um aspecto da realidade social que permeia todo esse estudo: a miséria em suas conexões até aqui representadas.

Capítulo III

Pobreza, Miséria e Políticas Públicas

O crescimento econômico contínuo é aceito como um dogma pela maioria dos economistas, quando supõem, de acordo com o pensamento de Keynes, ser esse o único caminho para assegurar às classes pobres que 'escorra um fio' de riqueza material em seu benefício. Está provado há muito tempo que tal modelo de crescimento contínuo é irrealista. Taxas elevadas de crescimento concorrem muito pouco para aliviar problemas sociais e humanos urgentes. (CAPRA, 2005, p. 206)

3.1 Entre a pobreza a miséria

Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles. (ROSSEAU, 2001, p. 12)

Este capítulo tem a proposta de aprofundar minimamente o tema que permeou a nossa pesquisa – a miséria. Como já afirmado em tantas outras passagens, a miséria não apareceu nesse estudo como o foco da discussão ou como seu objeto, desobrigando-nos a dissertar sobre suas formas e representatividade, assim como de apresentarmos dados e adentrar metodologicamente em indicadores que mensuram a pobreza e a desigualdade social.

Isso porque estaríamos deixando o leitor confuso sobre a concordância desse trabalho com a proposta inicial de preocuparmo-nos com os aspectos processuais da fragmentação do conhecimento, das políticas públicas e da miséria. Contudo, é necessário que seja esclarecido o nosso entendimento acerca da miséria e qual a diferença de tratamento ao colocar a pobreza e a miséria como não-sinônimos. Por isso, consideramos prudente que a pesquisa esclareça alguns aspectos (especialmente os históricos) sobre a miséria, a partir de alguns estudiosos do assunto. Para tanto, iniciaremos com a descrição da miséria nos considerados 'berços' de origem.

A intensidade da pobreza só pode ser mensurada pela intensidade da riqueza. Esta é uma afirmação que orientou Buret, Tocqueville, Marx, Engels e tantos outros intelectuais. Aceitando o fato de que a pobreza é um fenômeno anterior ao feudalismo, ao mercantilismo e ao capitalismo, filósofos, economistas e cientistas sociais tinham por missão compreender como a pobreza configurava-se em diversos períodos históricos, suas causas e como esta se convertia em miséria. Embora não seja fruto direto dos sistemas, mas sim das relações sistêmicas, fica compreensível a idéia de que é a relatividade que torna gritante certos aspectos da pobreza antes tidos como 'naturais': o aprofundamento dos contrastes entre a ausência e o excesso é que transcende a pobreza para uma questão além da matéria, na direção de uma ordem moral. Nas palavras de Buret, "a miséria é a pobreza moralmente sentida"¹¹². Enfim, o desenvolvimento dos meios de subsistência, dos bens e da propriedade é responsável pela geração de um fenômeno chamado miséria, que se agiganta na mesma proporção que o progresso. Esse enigma foi descrito por Tocqueville ao narrar observações das diversas regiões européias:

As regiões que parecem ser as mais miseráveis são aquelas que, na realidade, tem o menor número de indigentes e, entre os povos cuja opulência é admirada, uma parte da população é obrigada a recorrer aos donativos de outrem para viver. (TOQUEVILLE, 1835 apud CASTEL, 1998, p. 283)

Para Castel o fenômeno da miséria é apresentado de forma relacional. E o faz quando questiona se o pauperismo seria a doença infantil da modernidade ou o seu destino. O que importa nesse momento é tentar mostrar que o pauperismo como hoje se apresenta (ainda depois da infância da modernidade) emergiu com a sociedade industrial. Tanto que no próprio dicionário de economia política, em 1892, o termo pauperismo era definido como:

[...] uma condição nova, tanto por suas causas quanto por seu caráter. Sua origem é devida à organização industrial de nossa época contemporânea; reside na maneira de ser e de viver dos operários de manufaturas [...]. Supõe um aniquilamento do ânimo, um rebaixamento e uma corrupção das faculdades mentais.¹¹³

¹¹² BURET, 1840, apud Castel, 1998, p. 290.

¹¹³ Essa passagem é de L. Say, J. Chailley. Castel acrescenta que na edição de 1951 da Enciclopédia Americana, o pauperismo ainda traduz o mesmo significado.

A distinção entre pobreza e miséria é de extrema importância porque envolve a discussão sobre o papel do capitalismo frente à pobreza e especialmente porque tratamos da miséria como parte do processo em estudo.

Ao afirmar que a pobreza é anterior ao capitalismo acabamos, de certa forma, por isentá-lo de tal paternidade. Mas, é incontestável a existência de mecanismos de reprodução e perpetuação da miséria, específicos à sociedade industrial. Podemos citar, como exemplo, a criação de um exército industrial de reserva e uma população de ‘inválidos para o mercado’. Passamos a aceitar, desse modo, a existência de dois tipos de pobreza diferentes em forma e magnitude – uma anterior à sociedade industrial e a outra constituída por meio dela. Será por essa via que investigaremos, rapidamente, a magnitude e a natureza da pobreza e da miséria.

Essa nova pobreza comumente aceita pelo termo pauperismo ao menos desde os primeiros trabalhos dos economistas do séc. XIX, é observada originariamente na Inglaterra, berço da sociedade industrial. Sobre o pauperismo, Buret diz: “é emprestado da Inglaterra que, seguramente, merecia nomear o mal que possui antes de todas as outras nações”¹¹⁴. Para descrevê-la Villeneuve-Bargemont explica que, sendo fruto de relações sociais, a miséria não pode ser considerada um acidente ou um fenômeno natural, como nas sociedades primitivas.

Sob o nome novo e tristemente enérgico de pauperismo invade classes inteiras da população. [...] tende a aumentar progressivamente em razão mesmo da produção industrial. Não é mais um acidente mas, sim, a condição forçada de uma grande parte dos membros da sociedade. (VILLENEUVE-BARGEMONT, apud CASTEL, 1998, p. 284)

A recorrência a autores cujas exposições sobre o tema foram feitas empiricamente, auxilia a validação das confirmações sobre a dimensão do pauperismo frente à pobreza já existente desde a.C. As obras de Buret, Castel, Marx, Polanyi e de outros autores que se dedicaram ao tema nos indicam a imensidão de fenômenos que acompanham a miséria. Estudar a miséria significa ocupar-se dos mais trágicos problemas sociais.

A miséria aconselha incessantemente o sacrifício da dignidade pessoal e quase sempre o comanda. A miséria cria uma dependência de condição para quem é independente por caráter, de modo que esconde um tormento novo numa virtude e muda em fel o que se traz de generosidade no sangue. Se engendra o sofrimento, a miséria engendra também o crime. Se leva ao

¹¹⁴ BURET, apud CASTEL, 1998, P. 284.

hospital, também leva à prisão. Faz os escravos; faz a maioria dos ladrões, dos assassinos, das prostitutas. (L. BLANC, apud CASTEL, 1998, p. 290)

A insistência em utilizar citações do início do Séc. XIX é justamente para que tenhamos em mente o nítido contraste entre a antiga e a nova pobreza. A sociedade atual conheceu a pobreza também de uma forma naturalizada – como se ela estivesse estado sempre ali. Mas através da investigação, entendemos que ela é parte do processo histórico e também transformada pelo sistema. Inevitavelmente, porém, resquícios do pensamento medieval ainda assombram a mente de grande parte da sociedade. A preguiça, o comodismo, os vícios e a má sorte ainda são causas apontadas para explicar a situação dos pobres e miseráveis. Polanyi ao analisar as origens da miséria no capitalismo industrial, percebe a sua causalidade não fortuita:

De fato a situação era enigmática. Os pobres começaram a surgir na Inglaterra na primeira metade do século dezesseis. Eles se tornaram conspícuos como indivíduos desligados na herdade feudal, ou 'de qualquer superior feudal', e sua transformação gradual em uma classe de trabalhadores livres foi o resultado conjunto da feroz perseguição à vagabundagem e do patrocínio da indústria doméstica, poderosamente auxiliados pela contínua expansão do comércio exterior. (POLANYI, 1980, p. 114, grifo do autor)

Não é simplesmente dizer que a nova pobreza é pior, mais grave ou mortalmente atingível. Não se trata apenas de medir o aspecto material da pobreza. Há uma outra questão de ordem moral e psicológica que atinge e modifica toda a personalidade do ser e impulsiona a sua transformação enquanto *ser social*. Como dito anteriormente, existe ainda muito a ser investigado antes da fome propriamente dita, e é o que faremos ao tratar da miséria de forma relacional, não estática¹¹⁵.

Em nosso estudo particular, as representações sociais acerca da miséria impactam diretamente na formulação das políticas sociais. LEITE (2006) considera trabalhos importantes como os de Jodelet (1989), Telles (1990-1993), Sarti (2005), além de outros, para aprofundar o entendimento da representação social e sua relação com a miséria. E assim como tantos outros pesquisadores reafirma que a gestão filantrópica da pobreza inicia-se a partir do temor das classes sociais dominantes e

¹¹⁵ Não é demais lembrar que, embora este trabalho conte com o apoio do contato com, administradores públicos e moradores das cidades localizadas no extremo norte do Espírito Santo –, explicamos que ela simplesmente pontua aspectos que poderiam se passar por abstratos. Desse modo, não temos o objetivo de transformar esse estudo numa espécie de espelho para outras situações locais, mas simplesmente compreender como as questões que movem essa pesquisa relacionam-se e engendram-se numa determinada localidade.

do governo, diante da relação que se fazia entre a miséria e a ‘vagabundagem’. E como processos históricos, essas associações ainda têm um peso significativo sobre as práticas dos governos – sendo técnicas ou políticas. Segundo ele:

Considerando o caráter *constitutivo* das representações sociais — uma representação é uma ‘preparação’ para a ação —, as maneiras pelas quais os pobres e a pobreza são representados podem afetar a prática dos profissionais da Política Social em relação ao assunto, ainda que eles não tenham uma clara consciência a esse respeito. (LEITE, 2006, p. 11; grifos do autor)

E continua,

Todos sabemos que muita coisa mudou, desde então — mas não de modo pronunciado no que se refere ao temor aos pobres. Eis um sentimento que ainda se mantém vigoroso em parcelas da sociedade brasileira não-atingidas pela pobreza. Nesses meios, continua a não ser raro os pobres e miseráveis serem vistos como ‘perigosos’, fato que, muitas vezes, leva até mesmo ao estabelecimento de um *forte vínculo entre pobreza, violência e criminalidade* [...] Não me parece difícil inferir que tal forma de pensar pode impactar tanto a formulação quanto a implementação de políticas sociais, na atualidade. (Ibid, p. 12; grifos do autor)

Mas é preciso, antes, que se tome conhecimento das principais transformações sociais que se relacionam diretamente com a constituição e ampliação das classes marginalizadas que hoje configura a miséria. Somente assim poderemos reafirmar as condições atuais que reproduz tanto a miséria quanto as formas de representação e construções simbólicas. Por isso é que retornamos a Inglaterra.

Apesar de ser possível a comprovação empírica do surgimento de ‘novos pobres’ por toda a Inglaterra, a situação não poderia ser facilmente compreendida pela sociedade. Afinal, desde a gênese bíblica já se ouvia falar em ricos e pobres e, inclusive, da fome. Por mais que evoluísse a sociedade e a sua base de conhecimento, os dogmas e crenças religiosas faziam parte do cotidiano. Em última instância, a pobreza ou a riqueza eram castigos ou dádivas — frutos do mérito ou demérito pessoal.

Portanto, a possibilidade e a propensão a acumular riquezas¹¹⁶ já existiam desde o início da conhecida história humana, como encontramos na Bíblia: “Houve carestia no país, e como a fome apertava, Abraão desceu ao Egito para aí morar”. (Gênese, 12,10). [...] “Abraão era muito rico em rebanhos, prata e ouro”. (Gn. 13, 2). Etc. As possibilidades, contudo, eram limitadas. Então, cada um possuía de acordo com o que determinava a justiça divina. Por isso, nenhum homem ‘injusto’ poderia

¹¹⁶ Deve-se ater ao fato de que referimo-nos a riquezas reais, bens disponibilizados pela natureza.

prosperar; da mesma forma que toda justiça seria recompensada. “Tesouros injustos não trazem proveito, mas a justiça livra da morte. Javé não deixa que o justo passe fome, porém reprime a ambição dos injustos”. (Provérbios, 10, 2-3). Contudo, o empobrecimento e o enriquecimento não eram simples dádivas – deveriam ser cultivados por cada um: “A mão preguiçosa empobrece, mas o braço trabalhador enriquece”. (Ibid, 4). O trabalho aqui já se faz uma obrigação, fato em que nos desobriga a defender a posição original da imposição capitalista ao trabalho, mas nos obriga a enxergar a sua apropriação acentuada dessa condição para a prosperidade pessoal.

Apesar do suposto amparo divino para a aceitação da pobreza, como explicar a multiplicação de indivíduos desprovidos de qualquer condição de vida, desfigurados pela penúria e que pareciam invadir uma sociedade da qual não pareciam fazer parte e que de fato não faziam? Os relatórios e as declarações políticas comprovam essa nova situação, mas não avançam muito além do entendimento do senso comum. O sentimento de piedade era alternado pela sensação de impotência com uma espécie de desejo de punição pelo fenômeno que persistia e incomodava.

Patamares de pobreza que seria melhor chamar de ‘patamares de indigência’ para respeitar a oposição entre uma pobreza perfeitamente admitida e até requerida, e uma indigência ‘vergonha da humanidade’ [...] Essa distinção domina a reflexão social do século XVIII, inclusive de muitos espíritos ‘avançados’.¹¹⁷

A pobreza era a sobrevivência da natureza na sociedade; a fome era a sua sanção física. Se a força da sanção física é suficiente, seria supérfluo o emprego da sanção política. (Só o que precisava era dar um tratamento ‘científico’ e ‘econômico’ aos pobres). [...] No estágio mais elevado da prosperidade social, a grande massa dos cidadãos provavelmente disporá de poucos outros recursos além do seu trabalho diário e, conseqüentemente, estará sempre a um passo da indigência. (BENTHAM, 1797, p. 314, 333, apud POLANYI, 1980, p. 126; grifos do autor)

Como vimos, a fome e a abundância eram então fenômenos já conhecidos e descritos desde a Bíblia. Mas tanto um quanto o outro proviriam da natureza. Nenhum homem e nenhuma dinastia seria capaz de acumular terras, criações, plantações ou qualquer outra forma de riqueza de maneira tal que faltasse à outra parte da sociedade. As pragas e as penúrias recaíam sobre todos, inclusive sobre os reis.

¹¹⁷ Essa passagem está em nota de rodapé (CASTEL, 1998, p. 213). As colocações são em parte dele, em parte comentários sobre comentários e expressões de outros autores. As aspas são do autor.

Já a miséria, a seu turno, crescia em proporção à riqueza e sempre de forma superior ao crescimento da riqueza. No entanto, as características dessa nova pobreza, que a descreveremos como miséria, devem ser plenamente conhecidas para que se entenda o processo de evolução da pobreza para a miséria. Laurent (1865), com essa intenção descreve a essência do caráter do pauperismo.

A miséria e a subversão da inteligência, a pobreza e o aviltamento da alma, o enfraquecimento e a decomposição da vontade e da energia, o torpor da consciência e da personalidade, o elemento moral em uma palavra, sensivelmente e mesmo com freqüência, mortalmente atingido. Eis o caráter essencial, fundamental e absolutamente novo do pauperismo. (LAURENT, 1865, apud CASTEL, 1998, p. 287)

A mesma tese é reforçada por Polanyi que evoca o caráter paradoxal da pobreza ao mesmo tempo em que analisa o pauperismo como resultado da sociedade industrial. Como conclui na seguinte passagem, também parece responsabilizar a nova ideologia da ordem econômica sobre as demais esferas da humanidade.

O pauperismo, a economia política e a descoberta da sociedade estavam estreitamente interligados. O pauperismo fixou a atenção no fato incompreensível de que a pobreza parecia acompanhar a abundância. Este, porém, foi apenas o primeiro dos surpreendentes paradoxos com os quais a sociedade industrial confrontou o homem moderno. Este penetrara no seu novo domínio pela porta da economia e essa circunstância fortuita envolveu o período com a sua aura materialista. (POLANYI, 1980, p. 95-96)

Dissemos acima que as transformações pelas quais passou a sociedade não ocorreram, naturalmente, em decorrência das novas tecnologias e da instalação da grande indústria. Há presente em todo este processo, uma ideologia que movia a sociedade em direção a um conjunto de novos valores que passaram a ser possíveis dentro de um novo contexto de mudança e progresso. Temos exemplos de que a riqueza aparece como objeto de ambição, causa de guerras e conflitos desde os tempos antigos. Com a nova sociedade industrial, a riqueza aparece sob uma nova forma, como poder, prazer, luxo, diferenciação, status e garantias futuras. Durante muito tempo a acumulação de riquezas era a segurança de continuidade de seguidas gerações longe da pobreza e de toda a desgraça que recaía através dela. A herança e a fortuna eram defendidas até mesmo por Smith como uma das causas *naturais* da desigualdade social.

São em número de quatro as causas originárias das desigualdades sociais [...]. [A primeira] é a superioridade de qualificações pessoais, de força,

beleza e agilidade e de sabedoria; virtudes de sensatez, justiça, coragem e moderação. [A segunda] é a superioridade da idade. [A terceira] é a superioridade de fortuna. [E a quarta] é a superioridade de nascimento. [...] O nascimento e a fortuna são, obviamente, as duas circunstâncias que, em primeira instância, colocam um homem acima do outro. (SMITH, apud MALAGUTI, 1998, p. 69)

O que estamos defendendo é a existência de um movimento não natural para o vigor da sociedade industrial. O que nos aparece hoje como uma escolha de ocupação ou desocupação, deu-se, historicamente, como efeito de um violento adestramento das capacidades humanas. O processo de acumulação primitiva do capital, bem como o cercamento de terras – condições *sine qua non* para o estabelecimento da sociedade moderna – não foram articulados de forma passiva ou consensual, trataram-se antes de uma violenta imposição de uma nova forma de vida ou de mortificação. O que chamamos de um adestramento violento, Le Play denomina de industrialização selvagem.

Então começou a se produzir uma ordem de coisas sem precedentes. Viu-se agruparem-se, em torno das novas máquinas de fabricação, numerosa população separada de suas famílias, desconhecida dos novos padrões, desprovida de moradias descentes, de igrejas, de escolas, em uma palavra, privada de meios de bem-estar e de moralização que, até então, tinham sido considerados necessários à existência de um povo civilizado. [...] Esse regime pesa de improviso sobre indivíduos bruscamente arrancados de uma antiga proteção e dos hábitos tradicionais de sobriedade. Compreende-se que tenham, pois, provocado desordens sociais de que a humanidade não tinha, até então, nenhuma idéia. (Le PLAY, apud CASTEL, 1998, p. 312-313)¹¹⁸

Na ausência de leis, era a guerra biológica e ideológica que pareciam imperar. Acessando os relatos sobre a situação, nota-se que o corpo político se definhava. A sociedade política, teorizada por Aristóteles e estudada por Marx, passa a ser imposta pela sociedade econômica e dependente desta.

Que lei ordenava ao trabalhador obedecer a um senhor ao qual não estava mais ligado por qualquer laço legal? Que força mantinha as classes da sociedade à parte, como se se tratasse de espécies diferentes de seres humanos? O que mantinha o equilíbrio e a ordem nessa coletividade humana que não inovara e nem mesmo tolerava a intervenção do governo político? [...] A natureza biológica do homem surgia como o fundamento dado de uma sociedade que não era de ordem política. [...] A sociedade econômica emergira como algo separado do estado político. Uma vez que a sociedade emergente nada mais era do que o sistema de mercado, a sociedade humana estava agora ameaçada de mudar as suas bases para outras inteiramente estranhas ao mundo moral do qual fizera parte, até então, o corpo político. (POLANYI, 1980, p. 125)

¹¹⁸ Le Play, Frédéric. *La réforme sociale em France*, 1867, t. II, p. 413.

Como se vê, não há diferença essencial entre o processo do escravismo ou colonização das terras indígenas. Embora existam diferentes magnitudes entre o tipo de luta a ser travada, a forma de resistência e de resignação foram processos equivalentes. Também parecia natural aos senhores de terra e ao senso comum em geral que os escravos estivessem sob o domínio de senhores. Se assim não fosse, como poderiam sobreviver? Além disso, a condição de inferioridade dos povos primitivos e da população negra era defendida desde Aristóteles:

[...] o homem é superior e a mulher inferior, o primeiro manda e a segunda obedece; este princípio, necessariamente, estende-se a toda a humanidade. [...] a casta inferior será escrava por natureza, e é melhor para os inferiores estar sob domínio de um senhor. Assim, quem pode pertencer a outrem, e portanto pertence, e participa com ele o bastante para aprender mas não aprende, é um escravo por natureza. Uma vez que os animais inferiores não concebem a razão, obedecem a paixões. Sem dúvida, o uso de escravos e dos animais domésticos não é muito diferente, uma vez que em ambos o corpo atende às necessidades da vida. (ARISTÓTELES, 1999, p. 151)

Essa passagem prova que a sociedade antiga, guiada pela filosofia aristotélica, mantinha idéias e ações traços que, além de não-éticos, também seriam considerados imorais pela sociedade moderna. No entanto, a nossa sociedade experimentou mais de dois mil anos de progresso e, ainda assim, deparamo-nos com situações similares mesmo depois da chamada Revolução Científica.

A dúvida atinge a muitos quando pensamos sobre o estado evolutivo ou estacionário da sociedade, especialmente quando encontramos afirmações como estas do início do séc. XIX: “O operário é uma criança robusta mas ignara, que tem mais necessidade de orientação e conselhos à medida que sua situação é mais difícil”¹¹⁹. Mais expressiva parece ter sido essa metáfora de que “A pobreza está para a riqueza assim como a infância está para a idade madura”¹²⁰. A citação abaixo fala dos proletários como extraterrestres que passam a se infiltrar nas sociedades sob formas subumanas. Entendemos que existe a comoção, o incômodo social, mas aparecem mais como uma espécie de revolta, semelhante à que sentimos quando presenciamos animais sob maus tratos:

¹¹⁹ Os pobres eram analisados, por alguns grupos, como pessoas em situação de menoridade, inclusive por Marx . P. Rossi, 1844, citado por CASTEL, 1998, p. 305.

¹²⁰ Barão de Gerando, *ibid.*

As grandes fábricas do Loire [...] convocam ou recrutam um número de 6 ou 700 mil famílias, instrumentos das grandes indústrias [...]; povo saído do povo, nação na nação, raça deslocada que tem como único capital seus braços; como terra, uma profissão; como lar, um teto emprestado; como pátria, uma oficina; como vida, um salário. É uma casta flutuante que tem suas referências quebradas, que não sabe fazer uma única coisa e que, quando seu trabalho específico e seus víveres chegam a faltar, se difunde, se espalha na nação sob a forma de coalizões, motins, vagabundagem, vícios, lepra, miséria. Eis o que se chama propriamente de proletários, raça destituída a povoar a terra, espécie de escravos da indústria que servem sob o mais duro dos senhores, a fome. (A. LAMARTINE, 1907, apud Castel, 1998, p. 298-299)

Naturalmente, com o avanço da civilização moderna, as críticas também avançam assumindo a forma de denúncias e indignações até mesmo por parte de alguns setores da burguesia. Mais à frente, mostraremos o quadro de miséria que incitava tais transtornos. Era um misto de medo, pena e incômodo. Não era um espetáculo que fosse assistido espontaneamente ou com algum prazer. Napoleão Bonaparte, por exemplo, expressa seu horror à industrialização.

A indústria, esta fonte de riquezas, não tem hoje nem regra nem organização (...). Triturando em suas engrenagens tanto os homens como a matéria, despoeva os campos, concentra a população em espaços sem ar, enfraquece o espírito e o corpo e, em seguida joga na rua quando não sabe mais o que fazer com eles, os homens que, para enriquecê-la, sacrificaram sua força, sua juventude, sua existência. (...). A indústria devora seus filhos e não vive senão de sua morte. (BONAPARTE, apud CASTEL 1848, p. 285)

Não eram críticas resultantes de observações acerca de uma ideologia infundada. A situação dos pobres, agora proletário-miseráveis, chegou a tal ponto que não havia como evitar que a lógica do sistema se tornasse clara. Vamos continuar com a obra de Castel para retratar cenas e relatos da miséria gerada pela industrialização, a face não próspera do capitalismo que, paralelo à riqueza e ao progresso, transforma homens em bárbaros, em seres desfigurados que assombram a sociedade e confundem-se com vagabundos e marginais – igualmente, vítimas incondicionais da indústria.

E como forma de tentar descrever parte desta situação, Burèl faz relatos sobre pessoas que apodrecem na sujeira, que vivem em situações semelhantes à da vida selvagem. Fala sobre os amontoados de famílias nos subúrbios, da ausência de higiene que formam ‘as poças extensas de miséria sobre a qual, como um esterco, crescem os vícios’. Mas os vícios não aparecem como deformações do caráter, mas como ópio que se sustenta pelo desespero de uma sobrevida. Não por serem

senhores da selvageria que os caracterizam como perigosos, são, antes de tudo, objetos desvalorizados de um senhor, muitas vezes, mais impiedoso que o suserano ou o senhor feudal. Por um lado, a suspeita de que a miséria degradava populações inteiras, por outro, setores de classes e do governo a entendia como um castigo ou livramento do Homem da degradação moral.

Vocês acham que ela [a miséria] é um mal hediondo? Acrescentem que é um mal necessário [...] É bom que na sociedade, haja lugares inferiores onde são expostas a cair as famílias que procedem mal. [...] A miséria é esse temível inferno. Talvez só a miséria e aos salutares horrores que a escoltam em sua marcha seja dado conduzir-nos à inteligência e à prática de virtudes mais verdadeiramente necessárias ao progresso de nossa espécie e a seu desenvolvimento regular. [...] Ela oferece um espetáculo salutar a uma das classes menos felizes que permaneceu sã; ela é feita para enchê-los de um terror salutar, exorta-os às virtudes difíceis de que necessitam para chegar a uma condição melhor. (DUNOYER, 1845, apud CASTEL, 315, p. 315)

Os pauperizados eram vistos de forma muito confusa. Por ora eram vítimas, por ora deveriam ser castigados. Isso para que, através da punição, pudessem livrar-se do seu estado. Por seu turno, o 'pecado original' não poderia ser compreendido. O que se observava era o modo de vida desses seres que, sem referências ou paliativos, recorriam a inúmeras formas de vícios e prostituição. Assim, não pareciam ser dignos de uma situação melhor mas, talvez, com o duro aprendizado, conseguissem libertar-se da infância social – a miséria.

Contrariamente, nem o tempo nem o desenvolvimento econômico foram capazes de aliviar suas penas, fazendo com que integrantes da sociedade questionassem: “Haverá dentre eles um único que seja capaz de ser admitido em sociedade?” A resposta era percebida por eles mesmos: “Os indivíduos que não têm nenhum apoio e nenhum recurso não são capazes ‘de entrar em sociedade’, de constituir coletivos no sentido próprio do termo, formam apenas coleção de ‘bípedes’.”¹²¹

O esforço para sair do inferno da miséria, apesar disso, seria dos próprios miseráveis. E esta penosa tarefa era imposta a eles como um método eficiente: beneficiando toda a sociedade, acabariam eles mesmos sendo beneficiados. Como ironiza Polanyi:

¹²¹ Essa citação é do abade E. Siyès foi, segundo Castel, o principal inspirador do movimento da Declaração dos Direitos do Homem. A passagem está em CASTEL, 1998, p. 270, nota de rodapé.

De forma irônica, e a fim de fugir à lei da natureza, prescrevia-se aos homens a tarefa de elevar seu próprio nível de inanição. E no entanto estas eram, sem dúvida, tentativas sinceras por parte dos economistas clássicos para salvar os pobres de um destino que as suas próprias teorias ajudaram a preparar para eles. (POLANYI, 1980, p. 134)

Portanto, a junção das forças – política, ideológica, científica e tecnológica – foi capaz de produzir um avanço material nunca percebido antes, ao mesmo tempo em que acumulou uma massa de indigentes que passou a assumir uma dupla função: a de assegurar a continuidade da sociedade do capital gerando excedente de mão-de-obra e a de ampliar os conflitos de classes que culminariam no próprio enfraquecimento do sistema.

Os novos proletários que se infiltravam na sociedade, por meio das indústrias, passam a fazer parte dela, ainda que de forma periférica. Com o avanço desse processo, o fôlego capitalista passa a necessitar de outras condições para manter-se. A ampliação do mercado consumidor servindo à produção crescente de mercadorias, o aumento do contingente de mão-de-obra simples, a progressiva necessidade de trabalhadores mais qualificados e a condição essencial de elevação das taxas de lucros produziam efeitos conflitantes e irreconciliáveis.

Concomitantemente, o capitalismo não pode agir cooperativamente. É preciso que ele elimine, por meio da concorrência, empresas ou setores inteiros para sobreviver. Em função disso, os pequenos negócios artesanais são arruinados, vitimando parte da população que, sem outra opção, passa a colaborar com a expansão da mão-de-obra voltada à nova indústria. Com o decorrer do processo, não somente os miseráveis, mas ainda parcela de outros extratos sociais que, sem a posse de meios de produção, terra ou sobrevivência fora das grandes indústrias, passam a rivalizar com o capital. Isso quer dizer que o liberalismo econômico — tendo nascido em berço revolucionário — não teve condições de romper com a histórica luta de classes do escravismo, do feudalismo ou de qualquer outro sistema precedente. Chamando de burguesia a classe de capitalistas modernos, Marx a expõe em sua forma de ação:

[...] a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o frio 'dinheiro vivo'. [...] Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em troca das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a

liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal. [...] Transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência, em assalariados por ela remunerados. (MARX, 2001, p. 27-28, grifos do autor).

Nem mesmo Marx, porém, desprezou o caráter glorioso do capitalismo e, desse modo, parece justificar as conseqüências das forças do capital, afirmando que a burguesia “demonstrou quão capaz é a atividade dos homens”, e assim continua:

[...] Realizou maravilhas superiores às pirâmides egípcias, aos aquedutos romanos e às catedrais góticas. Levou à cabo expedições maiores que as grandes invasões e as Cruzadas. A burguesia submeteu o campo à dominação das cidades. Criou cidades tentaculares. [...] Em apenas um século de sua dominação de classe, a burguesia criou forças de produção mais importantes e mais colossais que todas as gerações precedentes reunidas. O domínio das forças naturais, o maquinismo, as aplicações da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo, o desbravamento de continentes inteiros, a canalização de rios, o aparecimento súbito de populações – em que século anterior se poderia prever que tais forças produtivas cochilavam no seio do trabalho social? (MARX, 2001, p. 28-32)

No entanto, em virtude do seu caráter revolucionário, Marx explica que o capitalismo gera extraordinários conflitos sociais. Por suas palavras, explica: “A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção [...] e assim o conjunto das relações sociais” (Ibid) e isso é o que o diferencia dos antigos modos de produção que, por se manterem inalterados, conservavam algum tipo de ordem entre as classes. Em outras palavras, era a força do progresso material desprezando a ética e esmagando as necessidades do homem real.

Prosseguindo, Marx justifica que:

O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações imutáveis e esclerosadas [...] dissolvem-se (Ibid, p. 29).

Daí a conhecida metáfora utilizada pelo filósofo: “Tudo que era estável e sólido desmancha no ar”. (Ibid)

A seqüência de explicações que se apóiam sobre o novo sistema, tem também a função de desmistificar a crítica superficial do capitalismo. A imagem de um monstro que possui vida própria, imbatível por ele mesmo, que se alimenta de sangue humano e de lucro, não pode ser sustentada. Não podemos abstrair as forças

políticas e sociais que nele atuam e o movem. É importante que compreendamos o seu aspecto devastador, mas que não desprezemos a sua importância enquanto impulsionador do incomparável desenvolvimento de riqueza e da tecnologia que presenciamos todos. Provavelmente nenhuma pessoa sensata escolheria retornar à época medieval, nem abrir mão do conforto produzido pelas grandes descobertas científicas que também foram promovidas pelo capitalismo. Da mesma forma, libertar-se das garras capitais para se sujeitar aos laços feudais não deve ser anseio comum. Negar o capitalismo sem a contrapartida de um sistema que o supere trata-se, não de uma revolução, mas como Marx dizia, de uma ‘nostalgia caduca’.

Nesse ponto estamos de acordo com a teoria marxista. Consideram-se o movimento histórico, sua dinâmica e a sua irreversível evolução, não podemos aspirar ao passado nem estacionar no presente. A tentativa filosófico-econômica de Marx era explicar o caráter contraditório do capitalismo que lhe impunha limites e conseqüências devastadoras – não a sua inutilidade ou o seu absoluto caráter destruidor. Contudo, a democracia, a liberdade e o desenvolvimento das potencialidades humanas não são sinônimos do que observamos hoje sob o mesmo nome, mas disfarces formais cuja função é estender e prorrogar a servidão.

A humanidade não pode desejar parar o curso da história. O nosso argumento é que cristalizar o sistema capitalista, tal como se afigura hoje, é seguir de marcha-ré a evolução da história humana. Melhorar o seu aspecto ou atenuar os seus efeitos seria o mesmo que repetir a metáfora ‘fazer remendos em tecido velho’. De outra forma, a destruição das máquinas seria uma forma de movimento irracional¹²² rumo à prisão perpétua do trabalho como atividade física e intelectualmente pesada — limitadora das verdadeiras potencialidades humanas.

Resta-nos dizer que não temos a pretensão de sugerir ou inventar um novo sistema que supere o capitalismo ou elimine a servidão e a miséria. Não propomos fórmulas. Nesse ponto não somos marxistas nem defendemos que o sistema transcenderá para uma nova esfera de forma natural. Exploramos alguns aspectos negativos que se iniciam com a ruptura do pensamento holístico e da sociedade do *zoon politikon*. Ruptura legitimada pelas descobertas científicas possíveis a partir do pensamento cartesiano, da física Newtoniana e do método de Bacon. Formas de pensamento que orientaram o nascimento e o ‘amadurecimento’ de ciências que jamais deveriam

¹²² Não estamos fazendo nenhuma referência a protestos ou símbolos de contestações.

ter se colocado à parte da sociedade, analisando-a como um elemento disposto no vácuo.

Falamos, por toda parte, da ideologia ditada pelas teorias econômicas que passam a reinar a partir da sociedade de mercado. Com muito peso, referimo-nos ao capitalismo como parte do processo, nunca como causa. O capitalismo perpetua as formas de pensamento que convém ao seu fortalecimento, mas não foi Adam Smith quem desfigurou o pensamento holístico. Mas o que moveu a sociedade desde a Revolução Industrial foi o crescimento econômico e não o Homem.

Assim, encerrando essa passagem com a retrospectiva histórica do capitalismo, acreditamos ter esclarecido minimamente as diferenças fundamentais entre a pobreza e a miséria no contexto histórico. Pensamos ainda que a posição do capitalismo referente a essas diferentes posições também esteja colocada. O próximo estágio exige que avancemos para o estudo da realidade atual.

Na nossa sociedade, com seu histórico colonial, abrigando índios, africanos e colonos europeus, é extremamente complexo identificar esses estágios, especialmente pela sua industrialização tardia. No Brasil, por mais que seja ele 'o país dos contrastes', é extremamente complexa a relação com os assuntos discutidos até aqui. A pobreza, a pobreza absoluta, a miséria, a classe baixa, são termos que em muitas ocasiões se equivalem. Precisamente por isso, trataremos dessas formas de acordo com estudos recentes que tratam da pobreza a fim de apropriarmos de sua classificação sem, contudo, vincular esse estudo aos critérios estabelecidos. Ao contrário, buscamos apenas a utilização desses estudos em seus contornos ideológicos e políticos — não técnicos.

3.2 Brasil: a miséria mensurada pela fome

O mesmo esforço aplicado pelo Banco Central para prever a redução das taxas inflacionárias com tanta segurança e antecedência poderia também ser aplicado para reduzir esses alarmantes indicadores sociais. Basta ter como prioridade o enfoque na política social. (NERI, In: Jornal do Brasil, 10/07/2001)

As condições da pobreza e da miséria não são estacionárias. Além do movimento histórico devemos considerar as particularidades nacionais e regionais. Não podemos comparar a miséria atual com a de séculos atrás. Por outro lado, não é nossa prioridade diferenciarmos minuciosamente a miséria atual com aquela que se inicia com a indústria. Tratamos de um fenômeno configurado a partir do que hoje se reconhece como miséria, mas apenas como parte de um processo ideológico — que é o nosso foco. Nesse sentido, não descreveremos as condições dos ‘novos miseráveis’ mas deslocaremos a nossa atenção para o processo constituinte da miséria para que seja permitido compreender a profundidade desse aspecto.

A revolução tecnológica facilitou o acesso a um maior conforto e comodidade através da redução de custos de bens e serviços, tornando possível sua utilização de forma ampliada. No entanto, como já explicamos, é a relatividade da situação que nos permite avaliar a condição particular da pobreza. Tanto a miséria quanto a pobreza estão muito além do não ter, da carência e da ausência, atingindo outras esferas como as de ordem biológica, moral e psicológica. LEITE (2006) denuncia o apego à negatividade da pobreza e o desprezo pela ‘positividade concreta’¹²³. Por suas palavras:

Convém contemplar também outros importantes aspectos da *dimensão representacional da pobreza* na atualidade brasileira, os quais podem igualmente afetar a prática de formuladores e executores de políticas sociais. [...] na sociedade brasileira atual, no âmbito do senso comum dos não-pobres, predomina uma ‘imagem em negativo’ da pobreza: os pobres tendem a ser pensados *não como são*, de fato [...] como (sobre)vivem, como trabalham, como resolvem seus problemas de moradia, como representam aspectos do mundo do qual fazem parte etc. —, mas em termos *do que lhes falta* (nos campos material e simbólico), do que *não têm*. (LEITE, 2006, p. 12; itálicos do autor)

A denúncia maior, porém, refere-se à representação dos miseráveis como não-sujeitos ou seres passivos, completando o quadro simbólico da construção da pobreza pela sociedade, mascarando os aspectos essenciais a serem trabalhados pelos ‘especialistas’. Aqui já estamos relacionando o ‘estudo’ da miséria às políticas públicas.

Em consonância com uma imagem dos pobres que os toma como aqueles que nada têm, aqueles a quem tudo falta, aqueles que são carentes,

¹²³ Termo empregado por SARTI (2005) ao tratar das questões que constituem a vida dos pobres — muito além da ausência.

passivos, desamparados, desprotegidos e impotentes diante do mundo, manifesta-se uma postura piedosa em relação a eles, que, então inferiorizados, merecem ajuda, auxílio, caridade, ao invés de direitos — postura essa que, por sua vez, reforça a ‘imagem em negativo’ já mencionada, a consideração dos pobres como não-sujeitos e a busca do distanciamento e do estabelecimento de fronteiras e de distância em relação a eles. (Ibid, p. 13; itálicos do autor)

Essas formas representativas da pobreza (e especialmente da miséria) são acompanhadas pela sua relativização temporal. Assim, como é representada diferentemente em cada período histórico, a pobreza também é classificada de acordo com as condições econômicas de cada tempo. Nos Manuscritos de Marx encontramos uma colocação bastante apropriada para o nosso caso.

O homem regressa à moradia das cavernas, mas agora se encontra intoxicada pela exalação maléfica da civilização. O trabalhador tem apenas um direito *precário* a nela morar, porque se tornou um poder estranho, que se lhe diminui todos os dias, do qual pode ser desalojado, se não pagar a renda. (MARX, 2005, p. 150, grifo do autor)

Então, não seria o fato de residir numa caverna ou apresentar uma condição precária (pelos valores atuais) que tornaria o indivíduo miserável. A situação extrema, de abrigar-se em cavernas, seria muito natural no início da civilização e, há séculos atrás, grande parte das residências não era muito diferente dos abrigos primitivos. Por outro lado, a falta de acesso à água potável, energia e esgoto também nada traduz se analisada isoladamente porque esses serviços alcançaram dimensões superiores à demanda das classes mais abastadas.

A educação, por sua vez, ainda representa um grande distanciamento entre as classes, mas não como antes. É possível falar de famílias pobres que conseguiram por dispositivos ou mérito pessoal uma vaga numa universidade, especialmente em cursos de baixa concorrência. Obviamente que não estamos falando da situação de miséria nesses casos. E será muito difícil tratar da miséria que onde ela representa a poluição da paisagem e se confunde com os apelos folclóricos e turísticos¹²⁴.

Nem mesmo na América Latina é possível generalizar a pobreza. O Uruguai possui uma população visivelmente mais pobre que a Argentina, mas este último país

¹²⁴ Um exemplo disso é a inclusão das favelas cariocas nos roteiros turísticos que para muitos críticos mais parece um safári. Ao mesmo tempo em que os miseráveis são indesejáveis na sociedade, são apreciados em seu ambiente natural assim como animais no zoológico que seriam temidos fora das jaulas.

enfrentou uma crise tão profunda que até a classe média apresentou uma situação de pobreza que além da carência¹²⁵, se fez moralmente sentida enquanto que o Uruguai possui um nível de desigualdade muito baixo.

Essas dificuldades nos fazem recorrer aos institutos de pesquisa que se ocupam da pobreza e da miséria. O IPEA (Instituto de pesquisas econômicas e aplicadas), o PNUD (Programa das Nações Unidas), o IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) entre outros, desenvolvem pesquisas sobre o desenvolvimento humano, a pobreza e a miséria. No primeiro momento será de extrema importância a apropriação dos seus dados e conceitos para identificarmos (estaticamente) a população a que estamos referindo. No segundo momento, far-se-á necessário que cheguemos a uma conclusão sobre a coerência da metodologia (que se constitui a partir de uma ordem ideológica) desses órgãos com o nosso desenvolvimento teórico.

O IPEA baseia-se nas pesquisas e dados do IBGE e segundo ele a pobreza pode ser definida da seguinte forma:

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. (HENRIQUES, 2000, p. 22)

É justamente o padrão de referência que nos permite avaliar a situação de pobreza em cada região, segundo o Instituto. Contudo, as referências utilizadas para mensurar o nível de pobreza ainda mostram-se insuficientes (economicistas), como podemos verificar:

[...] consideramos a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza. (Ibid, p. 23)

¹²⁵ Referimo-nos à crise argentina gerada pelas políticas econômicas ortodoxas que levou setores da população, inclusive a classe média ao desespero. Inúmeras famílias foram às ruas com panelas à mão, sinalizando o protesto às necessidades de toda ordem que enfrentavam.

O IPEA considera ainda dois critérios para estudar a pobreza: a escassez de recursos e a sua distribuição. Para avaliar o primeiro critério o Instituto compara a situação brasileira com a do resto do mundo, considerando o consumo e as rendas médias e *per capita*. A comparação da distribuição de renda local com a do exterior também é feita por diversos parâmetros. Outro método é a análise do consumo, da renda e sua distribuição através da relação da renda *per capita média* com a linha de pobreza.

A constatação dos pesquisadores é exatamente semelhante à nossa aproximação teórica: “Na medida em que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza, podemos associar a intensidade da pobreza à concentração de renda”. (Ibid, p. 26). Relacionando o consumo de acordo com a renda média brasileira, o estudo comprova que “a pobreza no Brasil é, sobretudo, um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez” (Ibid), reforçando a nossa crítica ao crescimento econômico.

Ao depararmos com a confirmação de que ‘não há insuficiência de recursos’ a pesquisa nos diz sobre o Brasil que “uma distribuição eqüitativa dos recursos nacionais disponíveis seria muito mais do que suficiente para eliminar toda a pobreza”. (Ibid, p. 30) Parece, então, que o caminho apontado seria a tão solicitada distribuição de renda e, nesse caso, poderíamos reduzir toda a nossa discussão a esta última. No entanto, a distribuição de renda pode ser assinalada como uma causa apropriada para a pobreza, mas ela também deve ser analisada como um feito de diversas vias: política, ideológica, cultural e científica. Isso porque, é por meio de pesquisas de cunho científico que os autores e técnicos políticos são amparados para a construção de programas e ações públicas. Existe uma complicada cadeia de inter-relações que impedem a dedicação a uma única via para compreendermos o insucesso das políticas públicas e, de acordo com Morin,

A técnica produzida pelas ciências transforma a sociedade, mas também, retroativamente, a sociedade tecnologizada transforma a própria ciência. Os interesses econômicos, capitalistas, o interesse do Estado desempenham seu papel ativo nesse circuito de acordo com suas finalidades, seus programas, suas subvenções. A instituição científica suporta as coações tecnoburocráticas próprias dos grandes aparelhos econômicos ou estatais, mas nem o Estado, nem a indústria, nem o capital são guiados pelo espírito científico: utilizam os poderes que a investigação científica lhes dá. (MORIN, 2005, p. 20)

Mas a própria ciência e o governo engendram-se ainda com a ideologia que assume os seus contornos pelos valores que o dominam. Sob variadas formas, a ideologia sempre esteve presente nas ciências, como confirma Morin. “É preciso deixar de sonhar com uma ciência pura, uma ciência libertada de toda ideologia” (MORIN, 2005, p. 150). E as esferas constituintes dos valores que nos orientam não estão libertas das demais esferas analisadas, assim como da cultura que as inspiram. Concordamos, então, em seguir a via do pensamento científico que engendra as possíveis formas de condução da humanidade. Com isso, tanto o progresso quanto a miséria possuem respaldo ‘científico’ e estão intimamente ligados pelos processos políticos, ideológicos, antropológicos, etc.

Contudo, o objetivo desse item é tentar entender como o estudo e o tratamento da miséria são constituídos no Brasil, como estes se engendram com as demais esferas sociais e, principalmente, quais são as políticas/ideologias que por ela se responsabilizam. A representatividade da miséria, sua forma de vivência e outros aspectos antropológicos não serão aprofundados aqui¹²⁶. Após essa explicação prévia, concentrar-nos-emos nos estudos sobre a pobreza e a miséria de forma a compreender as suas relações com o estudo teórico e buscar indicações de como a miséria, no Brasil, é analisada pelos institutos de pesquisa e como é tratada e informada pelas políticas públicas.

Mostraremos, então, como se torna efetiva a nossa argumentação sobre o caráter falho das pesquisas encomendadas pelo poder público, ainda que aglomerem inúmeros e respeitados cientistas. Aparentemente, considerando diversos aspectos da realidade, parece que estes passam gradativamente por uma espécie de afunilamento até que se delimitem as ‘variáveis’ essencialmente importantes. Como prova, temos a seguinte constatação do Instituto:

Devemos concluir, com algum incômodo, que apesar da evidente importância da redistribuição de renda para o combate à pobreza no Brasil, os únicos mecanismos utilizados para reduzir a pobreza, além de extremamente limitados quanto ao seu impacto, resultam, de modo sistemático, do crescimento econômico. Acreditamos que essa estratégia, no limite uma não-estratégia, responde, em grande medida, pela ineficácia no combate à pobreza ao longo das últimas décadas no país. (HENRIQUES, 2000, p. 45)

¹²⁶ Existem muitos trabalhos nessa linha. Dentre eles podemos citar a tese de IZILDO (2002) e a obra de SARTI (2005) que apresenta uma pesquisa sobre a moral dos pobres.

Ora, o crescimento econômico nunca foi capaz de corrigir as distorções da distribuição de renda no Brasil. Prova disso foram os anos dourados da nossa economia. Na verdade, ocorre uma repetida confusão entre desenvolvimento e crescimento econômico que, pensando ter sido esclarecida por Celso Furtado, ainda nos assombra com tão graves erros de análise. Por comprovada importância, reassumiremos essa discussão posteriormente. Por hora utilizaremos citações embasadas por análises e conduções de políticas públicas que justificam a nossa preocupação.

As políticas públicas de ‘combate à pobreza’ são conduzidas a partir de estudos fragilizados pela excessiva especialização, desencadeando conclusões e informações distorcidas, incapazes de descrever e orientar, perdendo até mesmo a função de retratar a realidade. Submetendo alguns prefeitos das cidades visitadas à questão do ‘combate à pobreza’, obtivemos respostas que podem ser representadas através desta:

Eu acho que geração de emprego e uma mudança cultural no sentido de estímulo ao trabalho, a se envolverem, se auto-desenvolverem. Tem muita gente que tem condição de trabalhar mas não quer para ficar com a renda do bolsa família que quer ganhar. [...] Por um salário eles deixam o emprego para ficar com o bolsa-família. Quando se empregam pedem para não assinarem a carteira para não perder o bolsa-família e outra situação mais agravante é que o nosso município é o que mais constrói unidades habitacionais e isso atrai muita gente. (informação verbal, prefeito cidade G)

Não percebem esses agentes públicos que a representação que construíram acerca desses pobres provavelmente não corresponde às suas reais formas de vida. Não conseguem assimilar ainda o ideário que constitui suas crenças sobre o trabalho. Nesse caso, a complexidade é ainda maior quando os entrevistados não conseguem distinguir o trabalho enquanto meio de sobrevivência, do trabalho enquanto atividade criadora – como fonte de riqueza e como meio de desenvolvimento das capacidades humanas.

O mais grave é verificar que a renda dos mais pobres caiu mesmo com a participação dos programas de governo. Se esses dados forem consistentes, eles mostram que não estamos complementando a renda para os mais pobres viverem melhor, mas gerando uma renda para viverem quase que exclusivamente dela. Estão deixando de ser trabalhadores para se tornarem assistidos [...] O pior desenho de política de combate à pobreza que a gente pode ter é justamente essa que condiciona o benefício a um nível de rendimento extremamente baixo. O beneficiado não pode ter mobilidade social porque, se aumentar sua renda terá que abrir mão da

bolsa. Como abrir mão de algo que é permanente para trocá-lo por algo instável? (GOES, 2003)

Ora, não é possível que se julgue dessa forma a opção de se sobreviver através das transferências governamentais, ainda que estas sejam menores que o mínimo estabelecido constitucionalmente como salário. A consideração acima nos obriga a aceitar com naturalidade que o 'miserável' prefira receber uma transferência do governo com o qual contribui como cidadão a esforçar-se para conseguir um trabalho a cada dia (que, diga-se de passagem, não garante o seu sustento e coloca em questão a sua integridade física)¹²⁷. É ainda mais compreensível quando a conquista de um trabalho formal impede que a haja continuidade do recebimento. Como sabemos, o recebimento das transferências federais não são automáticas, devendo ser mediadas pela prefeitura e demandam um tempo relativamente longo. Silva oferece uma explicação bastante razoável.

Numa sociedade tão perversa como a sociedade brasileira, devido à histórica concentração de rendas, provavelmente as pessoas vão preferir contar mais com a certeza de ser assistido do que com o desafio de se manter autônomo. O governo Lula tende a manter os miseráveis num limiar moral: ao receber o mínimo social do Estado, eles tendem a recusar a aventura no 'mercado de trabalho'. (SILVA, 2007, p. 47)

Sendo as políticas sociais no Brasil focadas e fragmentadas, as suas atribuições são ainda mais frágeis. A começar pela confirmação da pobreza unicamente como falta de alimentos inicia-se um dos maiores equívocos da metodologia brasileira — que promove e exclui os pobres a serem assistidos por tais políticas — mas que também são repetidos por outros países. Possivelmente, o IPEA não fala em miséria ao longo do estudo de mais de setecentas páginas em função das indeterminações sobre a magnitude da pobreza. Até mesmo a metodologia que a qualifica mostra-se precária e alvo de críticas por muitos pesquisadores. O mais grave é que nem mesmo as necessidades básicas de nutrição são consideradas para um padrão de vida além da miséria. Não se pode, por esse estudo, avaliar as diferenças fundamentais entre fome e desnutrição. Esse assunto já está sendo assumido por

¹²⁷ Destacamos aqui que as condições de trabalho dos pobres da região do extremo norte do Espírito Santo não são comparáveis do trabalhador da zona metropolitana. Além de não existir qualquer regularidade ou garantia de permanência no trabalho de diarista — prestadores de serviços braçais — o rendimento mensal, caso consiga trabalho pelo menos 20 ou 30 dias no mês, não chega a um salário mínimo. A alimentação, transporte e permanência desses trabalhadores são extremamente precários. Não descreveremos essas condições por não ser este o objetivo.

nutricionistas e profissionais de saúde que se manifestam sobre o assunto, especialmente na ocasião de lançamento do Programa Social “Fome Zero”¹²⁸.

Utiliza-se no Brasil somente o parâmetro de necessidades calóricas, em vez de toda a gama de necessidades nutricionais (proteínas, vitaminas, minerais). Isto se justifica pelo fato de que estudos baseados no Endef e na POF de 1987/88 mostram que as calorias se constituem no elemento restritivo, sendo, portanto, suficiente escolher uma dieta observada que garanta os requisitos calóricos para que as necessidades dos outros nutrientes sejam satisfeitas. (HENRIQUES, 2005, *Ibid*, p. 111)

Uma outra observação bastante próxima do nosso trabalho é a insistência na fixação do padrão de vida do ser humano aos moldes clássicos de padrão de vida para a classe trabalhadora, desde o início da sociedade industrial, fixados por economistas como Ricardo e Smith. No entanto, a citação que se segue é bastante recente e, constrangedoramente, é responsável pelo título deste sub-capítulo.

[...] não existem normas para definir o consumo adequado de itens de vestuário, habitação, transporte, saúde, educação, etc., nem tampouco um procedimento direto para estimação da despesa mínima com esses itens. Como resultado, ao definir a linha de pobreza, a ênfase conceitual e analítica recai na definição das necessidades nutricionais e na estimação das cestas alimentares. Embora as demais despesas representem, em países do nível de desenvolvimento do Brasil, mais da metade das necessidades básicas, são habitualmente tratadas de forma agregada e simplificada. (*Ibid*, p. 117)

A existência da miséria e a magnitude da pobreza parecem ser apenas uma questão de escolha. De acordo com os interesses, criam-se metodologias e divulgam-se as estatísticas que estejam de acordo com os objetivos dominantes. Esse ponto chama-nos a atenção para a insatisfação dos indicadores de conhecimento da realidade.

Certamente a resistência que se verifica no Brasil em adotar os dados observados de despesa não-alimentar está associada ao fato de esses conduzirem a linhas de pobreza muito elevadas, operacionalmente pouco úteis para delimitação da população pobre, monitoramento da evolução da pobreza ou avaliação de impactos de políticas sociais focalizadas nos pobres. Nesse sentido, ao estabelecer linhas de pobreza, diferentes autores buscam alternativas permitindo chegar a valores mais baixos que os observados nas pesquisas de orçamento. (*Ibid*)

Desse modo, a realidade deve adequar-se às fórmulas de ajuste e não o contrário. Por outro lado, a confusão teórica, ocorre mesmo entre os economistas.

¹²⁸ Que, segundo nutricionistas e profissionais da saúde: Fome zero, nutrição zero.

[...] Daí a recomendação, de forma alguma restrita ao Brasil mas que aqui ganhou notoriedade com a exortação do então ministro Delfim Netto, de que se crescesse o bolo antes de dividi-lo. De acordo com essa lógica, ser campeão de desigualdade não seria necessariamente ruim, desde que isso levasse a altas taxas de crescimento agregado e, conseqüentemente, à redução da pobreza absoluta. (Ibid, 133)

Na passagem seguinte, consideramos a análise dos modernos economistas e percebemos os mesmos conflitos discutidos no capítulo II entre o humano, o econômico, o psicológico e o conhecimento como sinônimo de informação. Além disso, a despreocupação com a complexidade social parece ser proposital bem como a sua simplificação aos 'projetos econômicos'.

De fato, tanto os argumentos teóricos como a evidência empírica mais recente passaram, em grande parte, a sugerir uma relação causal negativa entre desigualdade e crescimento econômico. O principal argumento teórico por trás da hipótese de que a desigualdade reduz o crescimento é a consideração de que, com mercados imperfeitos de capital e sob assimetrias de informação, **a desigualdade e a pobreza implicariam a existência de um grupo e agentes sem acesso ao crédito e, portanto, sem possibilidade de desenvolver projetos cujo valor privado (e social) é positivo.** (Ibid, p. 134, grifo nosso)

Não é a nossa interpretação que coloca como sinônimos a 'inclusão social' e o acesso ao mercado. As ponderações feitas por esses estudos são coerentes, mas as conclusões de que partem tais ponderações só são coerentes com a lógica de mercado, com a racionalidade do *homo oeconomicus* e não com os anseios do homem real. De forma semelhante, identifica-se facilmente a antiga guerra entre o econômico e o político:

O segundo argumento teórico que sugere a inexistência do *trade-off* global entre igualdade e crescimento foi o reconhecimento generalizado (por meio da chamada nova economia política) de que políticas econômicas não são formuladas por um ditador benevolente. Ao contrário, elas são o resultado de um complexo processo político de tomada de decisões, que pode perder eficiência à medida que a sociedade se torna cada vez mais desigual [...] A existência de conflitos sociais, seja dentro do parlamento que deve decidir sobre como responder a uma crise externa, seja em forma de um aumento da violência contra pessoas e propriedade, pode ter custos econômicos elevados e reduzir a eficiência da alocação global de recursos dentro de uma economia. (Ibid)

Parece que a moderna economia consegue explicar a desigualdade apenas repetindo o que os economistas do séc. XVIII afirmavam. A forma como se colocam alguns aspectos da desigualdade, é bem semelhante com a de Smith em 1776.

Em termos genéricos, as causas de uma distribuição desigual de renda devem pertencer a pelo menos cinco grupos, conceitualmente distintos de fatores. O primeiro é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito às suas características natas, como raça, gênero, inteligência e/ou riqueza inicial. Algumas dessas características como a riqueza inicial são observáveis, pelo menos a princípio. O segundo é a existência de diferenças entre indivíduos no que diz respeito a características individuais adquiridas, como nível educacional, experiência profissional etc. (Ibid, p. 135)

A hipótese abaixo nos remete ao posicionamento crítico do economista liberal Milton Friedman: “Para que os homens possam propor qualquer coisa, é preciso, em primeiro lugar, que estejam em condições de ganhar a vida” (FRIEDMAN, 1984, p. 24). O que fica evidenciado é uma espécie de determinismo econômico: nasceu pobre, não pode estudar, não tem poder de mudar a sua situação, por conseguinte, vai continuar pobre, perpetuando, assim, a geração subsequente no estado de pobreza.

A hipótese é que o país encontra-se num equilíbrio Pareto inferior de um sistema dinâmico em que três distribuições são determinadas simultaneamente: a) a distribuição de educação; b) a distribuição de riqueza; e c) a distribuição de poder político. O equilíbrio inferior no qual estaríamos é caracterizado por um círculo vicioso, em que uma grande heterogeneidade educacional gera uma grande desigualdade de riqueza, que se transforma em grandes diferenças de poder político, que por sua vez geram uma política educacional que perpetua a desigualdade educacional inicial. (HENRIQUES, 2005, p. 144)

Fugindo de armadilhas como a colocada anteriormente, uma boa solução é dizer o óbvio. Assim, o que Polanyi afirmava sobre os economistas clássicos, é perfeitamente aplicado aqui: “A teoria econômica dos economistas clássicos era essencialmente confusa. [...] dadas as condições sob as quais o problema se apresentava, não era possível obter outro resultado”. (POLANYI, 1980, p. 133). Portanto, depois de uma metodologia sofisticada cujo objetivo é “investigar os papéis das variáveis geográficas e de capital humano com relação ao crescimento” (HENRIQUES, 2000, p. 303), partem da seguinte premissa:

$$Dy_i = g y_{i,t-1} + S_i + b_1 H_{i,t} + b_2 G_{i,t} + h_{i,t} + e_{i,t} \quad \text{com:}$$

$$y_{i,t-1} = \ln y(t_1)$$

$$Dy_i = \ln y(t_2) - \ln y(t_1)$$

$$g = (1 - e^{-l_t}), \quad \text{logo,}$$

$$S_i = (1 - e^{-\lambda \tau}) \frac{1}{1 - \alpha - \beta} [\alpha \ln s - (\alpha + \beta) \ln(n + g + \delta) + \ln A(0)] / \frac{1}{1 - \alpha - \beta}$$

Cuja conclusão é:

[...] Entretanto, mesmo depois de considerar os efeitos positivos esperados dos investimentos públicos, há indícios de que a desigualdade da renda se auto-alimenta, uma vez que os estados mais ricos e aqueles com mercados de trabalho mais dinâmicos tendem a possuir níveis de renda mais altos e a crescer mais rapidamente. **Mais ainda, a importância das variáveis geográficas mostra que provavelmente uma boa dose de intervenção governamental deveria ser direcionada para o desenvolvimento das instituições e a melhoria da eficiência governamental.** Mesmo após o controle das variáveis relacionadas ao capital humano, ao capital do domicílio e ao capital social, **ainda há muito a ser explicado em termos das diferenças de crescimento da renda entre os estados brasileiros.** (Ibid, p. 303, 341, grifo nosso)

Como o ditado popular atesta, ‘se não pode enxergar o alvo, atire para todos os lados!’ Essa é a impressão que temos quando somos informados sobre os inesperados resultados das políticas públicas. Mas não é essa mesma indignação que atesta o desprezo pelos modelos econômicos de verificação da realidade. Acreditamos na seriedade dos pesquisadores, mas o óbvio já não nos basta como resposta. Quando consideramos que são estas constatações que informam as políticas públicas, o que podemos esperar de suas práticas e de seus resultados? Certamente nenhuma realidade transformadora.

Quando a ciência econômica assume para si o fardo da profecia, toda reflexão merece uma carga acentuada de cautela — o que faz com que suas respostas e soluções sejam genéricas — reduzindo ou anulando a chance de erro. Como comprova a anedota popular: ‘o economista consegue explicar com exatidão como tal evento ocorrerá e depois consegue explicar ainda com mais perícia porque tal evento não ocorreu!’ E, contudo, mantém-se a seqüência de constatações óbvias que necessitam de aval científico para que se tornem verdadeiras e dignas de medidas políticas:

Eleva-se o valor das grandes propriedades acima do seu valor econômico quando a política agrícola existente oferece subsídios diferenciados aos grandes estabelecimentos, sejam eles creditícios, sejam na forma de subsídios à compra de insumos ou na forma de garantia de compra de produtos acima dos preços de mercado. (Ibid, p. 642)

E novamente conclusões óbvias:

Dessa forma, uma redistribuição que garanta a todas as famílias o acesso a terra elevaria o lucro por hectare e por estabelecimento, vindo a proporcionar uma renda familiar mais elevada, **mostrando que a**

redistribuição de terras é uma política importante e eficaz no combate à pobreza na região. (Ibid, p. 677, grifo nosso)

A falta de parâmetros para 'identificação' da pobreza, nos conduz às falsas e confusas conclusões. Ora, o texto diz que se existem pobres mais pobres que os nossos pobres, logo não podemos dizer que somos pobres. Por outras palavras, parece dizer-nos que pobre é todo aquele que não está acima do nível de pobreza de outro pobre. Então, mesmo que se admita que os nossos pobres vivam com menos do mínimo necessário para a sobrevivência (?), somos privilegiados porque uma grande parte de outros países possuem grande número de pessoas que vivem (?) com menos ainda. Talvez o entendimento das diferenças entre pobreza e miséria e suas formas relativas poderia facilitar a compreensão da nossa real situação.

Com mais de 75% da população mundial vivendo em países com renda *per capita* inferior à brasileira, o Brasil não pode ser considerado um país pobre. Apesar disso, uma proporção ainda elevada da população brasileira continua vivendo em famílias com renda inferior ao mínimo necessário para satisfazer as suas necessidades básicas. Em outras palavras, o Brasil não é um país pobre, mas possui uma significativa parcela de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza. (Ibid, 719)

E como o problema aparece-nos como uma igualdade matemática, onde 'x' de recursos são suficientes para 'y' unidades de pobres, a solução apresenta-se muito simples. Mas, se temos cada vez mais 'x', porque continuamos com os mesmo 'y'? Novamente uma conclusão óbvia para um problema, até então, sem solução.

A má focalização atual dos gastos sociais é a única razão pela qual esses gastos não são capazes de erradicar ou ao menos reduzir de forma acentuada a pobreza no país [...] A conclusão, portanto, é que os recursos liberados para uma melhor focalização dos programas sociais seriam mais do que suficientes para erradicar a pobreza no país. [...] por que esses programas continuam mal focalizados? (Ibid, p. 720)

No Brasil, consideram-se como pobres 60 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Podemos então concluir que os que se encontram na linha da pobreza não são pobres, assim como os que estão pouco acima também não seriam? Lembrando que a renda considerada limite varia entre R\$ 59,00 e R\$ 110,00 *per capita*/mês¹²⁹ de acordo com a região, supomos que, no Brasil, o

¹²⁹ Preços de 2000. O Governo utiliza o valor de R\$ 100,00 *per capita* por mês como o limite máximo para a inclusão em programas de transferências de renda. A linha de indigência, por sua vez, é de

indigente não é objeto de estudo sobre pobreza¹³⁰ ou que a sua proximidade com a pobreza é tão grande que torna quase impossível distinguir os pobres dos miseráveis.

As estimativas apresentadas na seção anterior mostram que 37% da população brasileira vivem em famílias com renda *per capita* inferior à linha de pobreza, representando um contingente de cerca de 60 milhões de pessoas pobres. Apesar da magnitude elevada desse contingente, o volume de recursos necessário para erradicar a pobreza é relativamente reduzido. (Ibid, p. 722)

A necessidade de se repensar as políticas ditas sociais torna-se inevitável, antes e depois de iniciar efetivamente o nosso estudo:

[...] estimativas revelam que os gastos sociais brasileiros representam mais de três a quatro vezes o valor necessário para erradicar toda a pobreza no país. Assim, se ao menos 20% desses gastos encontrarem-se mal focalizados, seria possível erradicar a pobreza no país apenas empregando-os de forma adequada, isto é, fazendo com que de fato atingissem os mais pobres, sem a necessidade de qualquer aumento no volume total de gastos na área social. (Ibid, 723)

No mesmo sentido, não se trata de um estudo ou de qualquer proposta utópica. A miséria é um fenômeno complexo, compreendida e tratada de forma inadequada. Ao se fixar nos fenômenos os agentes, profissionais, técnicos e governos cometem inúmeros equívocos que comprometem todas as práticas da política social.

Para o nosso estudo, tomamos o posicionamento de alguns prefeitos acerca dos recursos. Lembramos que ao falar de recursos, os pesquisadores referem-se aos recursos globais destinados às políticas de cunho assistencial, não considerando as divisões que constituem os recursos municipais, particularmente. No entanto, como cabe às prefeituras a aplicação dos recursos em programas sociais, mantemos a nossa proposta de verificar a relação entre os recursos e a prática social.

Se a gente não potencializar o desenvolvimento econômico, a gente não aumenta a arrecadação. (informação verbal, prefeito cidade I)

R\$ 50,00, segundo o governo. Esses valores variam de acordo com as pesquisas. Pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a linha de indigência situa-se sobre o valor de R\$ 80,00 *per capita*/mês.

¹³⁰ Afirmamos isso porque é uma situação fora do comum que um indigente enfrente todos os trâmites burocráticos para cadastrar-se nos programas de auxílio governamentais. Por outra via, não existem assistentes sociais em órgãos públicos suficientes para essa parcela social. Além do mais, alguém consegue imaginar que um miserável destituído de qualquer condição física e social, seja capaz de adentrar num setor público e exigir seus direitos?

Eu fecharia no seguinte: existe jeito para o Brasil. Existem problemas sérios, mas se nós governantes olhássemos pelo Brasil nós teríamos condições de reverter muita coisa aí, com pouco recurso. (informação verbal, prefeito cidade D)

Eu, pra te ser sincero, acredito mais nas políticas sociais que econômicas. Diretamente eu acho que a política social, pelo seu envolvimento, eu colocaria 70% com as políticas sociais e precisaria desses investimentos financeiros sim – o lado econômico - mas se você tiver 70% de política econômica e 30% de política social não caminha. (informação verbal, vice-prefeito cidade F)

[...] Mas o governo federal repassa para os municípios mais recursos à medida que aumenta a demanda. (informação verbal, vice-prefeito cidade E)

Entendemos, portanto, que embora apresentando paradoxos e contradições ao longo do estudo, este trabalho do IPEA foi uma importante realização de pesquisadores implicados pela questão da pobreza num país 'relativamente rico'. Certamente que todas as nossas críticas não podem negar as dificuldades de se considerar tal estudo, muito menos de realizá-lo. Não há dúvidas de que as pesquisas contidas neste trabalho do Instituto são profundamente fundamentadas, contudo não é possível deixar de identificar as dificuldades que se mostram – de forma nítida – em suas análises e resultados. E de acordo com os nossos argumentos, são estudos como estes que servem de informação para a idealização, formatação e consolidação das políticas públicas, especialmente aquelas especificadas como sociais. A nossa conclusão é que o rigor do método formal não nos explica nada além do que é sentido ou percebido pela sociedade.

A pesquisa do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade) pouco nos acrescenta já que a base de dados é a mesma do IPEA – a PNAD do IBGE¹³¹. No entanto algumas colocações esclarecem os conceitos de pobreza e miséria:

Existem duas maneiras principais de estabelecer as linhas de pobreza [...]. A primeira é o que se denomina de 'pobreza relativa', ou seja, a renda dos que estão muito abaixo da renda média de determinado país, e que a sociedade define como insatisfatória. A segunda é a 'pobreza absoluta', ou seja, a renda que é inferior ao necessário para consumir os bens considerados essenciais para a vida das pessoas. O Banco Mundial muitas vezes usa o critério de 'um dólar por dia' em poder de compra como linha de pobreza. No Brasil, predominam as medidas absolutas, e existem diferentes cálculos de linhas de pobreza a partir de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Esse cálculo varia entre as regiões, os estados e as áreas urbana, rural e metropolitana, e depende de uma série de suposições e estimativas sobre custos e padrões de consumo das diferentes populações. (SCHWARTZMAN, 2006, p. 2)

¹³¹ Pesquisa nacional por amostra de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nesse ponto, podemos dizer que boa parte da pobreza no Brasil é, relativamente, formada por indigentes segundo o Banco Mundial. Se o padrão internacional é de ‘um dólar por dia’, ou seja, aproximadamente R\$ 2,00, perfazendo o total de R\$ 60,00/mês, temos que no Brasil, qualquer indivíduo com essa renda situa-se na linha da pobreza¹³².

O estudo do IEST parece discordar do IPEA afirmando que as transferências de renda do governo são significativas no combate à desigualdade. Contudo, parece-nos preocupante a constatação abaixo:

Os dados mostram que a grande maioria das famílias de renda mais baixa do primeiro décimo vivem em habitações de alvenaria, dotadas de banheiro e servidas pelos serviços públicos essenciais, e mais da metade possuem os eletrodomésticos mais comuns – fogão de duas bocas, TV em cores ou preto e branco, geladeira. Não é uma situação de pobreza extrema, e menos ainda de indigência. O acesso a telefones celular ou fixo já chega a mais de 10%, mas eletrodomésticos como máquina de lavar roupa, freezer e microcomputadores ainda são raros neste segmento, e só atingem valores mais altos nos segmentos mais ricos. (Ibid, p. 13)

Ao defender que a existência de bens duráveis numa residência seja indício da não-pobreza, temos de levantar algumas questões. A aquisição de bens duráveis, disseminados pela indústria, deu-se de que forma já que, como diz o estudo, a renda dessas famílias é muito baixa? Por outro ângulo a posse desses bens podem nos dizer que foram doados, comprados em situação anterior ao empobrecimento absoluto ou produto de furtos ou troca, etc. Certamente não foi solicitado pela pesquisa o comprovante fiscal de compra. Seguindo o raciocínio, o imóvel em que essas famílias de baixíssima renda residem é próprio? Por fim, ainda que se admita que o indigente não possua ou não pode possuir bens duráveis nem residir em imóveis de alvenaria, deixaria, assim mesmo, de ser indigente caso a sua geladeira estivesse vazia por dias e a sua família apresentando estado de desnutrição?

A nossa crítica recai então sobre a interpretação falha baseada na aparência e nos conceitos e preceitos tradicionais ou numa sociedade que mede o grau de pobreza pelo nível de acesso ao mercado enquanto consumidor. Novamente o método de

¹³² Não estamos considerando as diferenças entre os custos de vida entre os países nem as formas de mensuração padrões como o ‘ppp’ (padrão preço do dólar). Aceitamos que o BM tenha acordado essa quantia com esses fundamentos. Por outro lado, também não defendemos essa quantia ou o método adotado pelo Banco.

Bacon se faz presente: um conjunto de características presentes numa determinada situação, induz-nos a concluir que existe ou não miséria.

A crítica que colocamos possui uma base real que torna necessária a revisão de muitos conceitos. Um fato ocorrido divulgado por um telejornal, falava sobre a prisão de um aposentado por furto. O ancião foi preso ao tentar apanhar uma galinha do vizinho e foi por ele flagrado. Permanecendo um dia na prisão, foi liberto graças à ação da imprensa e dos próprios policiais que se comoveram com a situação. Quando a reportagem o questionava sobre os motivos do furto, o aposentado, que morava numa residência de alvenaria, possuía bens duráveis, entre eles uma geladeira – que foi apresentada pela imprensa totalmente vazia –, disse que se alimentava basicamente de água e chuchu que plantava junto ao muro há um tempo e certa vez, ao colher o legume para o almoço, viu as aves no quintal ao lado e não resistiu. Os detalhes sobre a origem e o destino de sua pensão ou renda não foi destacada, mas o que queremos saber é: quais são os parâmetros para avaliar tal situação? É pobre, mas por possuir bens não é miserável? É um infrator por caráter ou por disfunção social? Verdadeiramente a nossa intenção nesse trabalho é também tirar o nosso chão, desfazer o lugar comum que nos induz, muitas vezes, a uma confusão como esta:

Um dos argumentos a favor da prioridade que tem sido dada recentemente às políticas de transferência de renda é que elas seriam associadas à condicionalidades, ou seja, à frequência das crianças à escola, ao atendimento das famílias aos centros de saúde pública, e assim por diante. Isto seria importante, porque, a médio prazo, as transferências de dinheiro deveriam fazer com que as pessoas deixassem de depender destes recursos. (Ibid, p. 18)

E perguntamos: de que forma?

Não consideraremos, neste trabalho, os indicadores sobre a pobreza, assim como os dados que a eles se seguem. Em primeiro lugar, a nossa pesquisa não se alteraria se existem 30 ou 60 milhões de miseráveis. Interessa-nos que ainda existam miseráveis e persistam suas condições. Em segundo lugar, a nossa preocupação não diminui ao sermos informados que a sua renda *per capita* elevou de R\$ 60 para R\$ 80,00: preocupa-nos o fato de que é necessário que todo o ser humano seja devidamente alimentado, nutrido, tenha habitação, vestuário e todas as

condições de vida – não sobrevivida¹³³. Em terceiro lugar, não é nossa prioridade calcularmos quanto de recursos deverão ser investidos nos programas sociais para que, à médio ou longo prazo, a pobreza seja erradicada. Basta que saibamos que o processo que impulsiona tais políticas é ineficaz para compreender e fornecer o equilíbrio social necessário para que tais aberrações não ocorram. Finalmente não estamos, com isso, desprezando todo o movimento existente que implica em transformações sociais. Desprezamos, sim, detalhes numéricos que nada podem nos garantir nem transformar a realidade. Até então esse números ditaram os rumos das políticas públicas e por vezes auxiliam, por vezes prejudicam. Na citação abaixo um ex-prefeito critica as oscilações dos resultados das políticas públicas e aponta uma importante causa:

Porque em determinado momento dão certo e depois deixam de dar? Eu me lembro perfeitamente que foi no nosso 3º ano de governo, [...] eu não tive mais acesso a recursos de Brasília de um determinado ministério simplesmente porque nós baixamos nossa mortalidade infantil. Então você vê a incoerência que existe [...] Então é através desses números da ONU que os bancos financiadores do governo jogam recursos no mundo todo. Então nós pegamos e investimos para reduzir a mortalidade infantil. E aí 3 anos depois nós fomos penalizados. Deixamos de ter acesso a recursos de um determinado ministério. Puxa, se me tiraram a possibilidade de ter recursos para uma determinada área, eu precisei começar a voltar a desestabilizar aquilo que conseguimos avançar. (informação verbal, ex-prefeito cidade A)

A incoerência dá-se em virtude de uma linearidade analítica. Os números não são capazes de alcançar as mudanças que se fazem em intervalos de tempo pequenos ou acompanhar trajetórias que nada têm a ver com representações quantificáveis. Como qualquer política econômica ou social aplicada no Brasil, observamos que é comum a obtenção de sucesso no primeiro momento e estagnação ou tragédia no segundo. A segunda crítica recai sobre o irrealismo ideológico da implantação de tais programas:

Então na realidade quando você pega alguns países, inclusive o nosso, as coisas ainda são feitas de mentirinha. 'Vamos fazer para dar uma melhorada!' E você não tem sustentação financeira para dar continuidade a esses avanços que foram repetidos. Por causa disso é que nosso país vai e volta e fica no 3º mundo. E quando a gente fala de país a gente está falando do município lá de Ponto Belo ou qualquer outro; lá do sul do Pará, acontece com todos eles. Porque a regra é a mesma para todos. Então eu

¹³³ De nenhuma forma estaremos defendendo uma renda única para todo cidadão. O nosso argumento é de que seja necessário que qualquer cidadão tenha acesso às condições materiais e dignas de vida. Esse critério é essencial tanto para o que não possui (?) quanto para todos os que desfrutaram desse direito, pois disso depende o convívio social.

vi vários prefeitos falando que não iam melhorar os índices. Eu os ouvi falando! Porque se eles melhorassem não teriam mais acesso aos recursos do governo federal. Então essa fiscalização desses vários níveis de órgãos ou entidades deveria existir, mas quando se implantam os programas. Tem que saber se há sustentação para todos os municípios. Então quando se fala daqui para baixo ou daqui para cima, então eu te falo: as coisas só vão acontecer se esse aqui em baixo tiver a vontade política de resolver os problemas da sua cidade, do seu povo; só assim que o país vai melhorar. (Ibid)¹³⁴

A mensuração da pobreza e da indigência no Brasil segue os dados do IBGE, como já explicamos anteriormente. De acordo com os estudos recentes sobre esse assunto, a desigualdade, no Brasil, está diminuindo exceto em alguns Estados como o Espírito Santo, de acordo com o estudo sobre rendimentos do IBGE (2007). Já a redução da desigualdade é provada por uma série de indicadores como o Gini, Theil e a Curva de Lorenz¹³⁵. No entanto, sob um olhar mais atento, concluímos que eles não nos dizem muito. A metodologia do IBGE e seus formulários foram modificados ao longo do tempo. Apenas um exemplo basta para que aceitemos a hipótese de fragilidade nos padrões de comparação das séries temporais. Nos censos de 1970 e 1980, o IBGE considerava que, caso o 'chefe família' tivesse uma remuneração nula, todos os demais membros seriam incluídos como sem-rendimentos. Esse critério foi modificado porque, segundo o Instituto, a renda dos mais pobres seria subestimada.

Ora, podemos então derivar daí que se até a década de 80 os rendimentos dos mais pobres eram, relativamente subestimados, a constatação atual de que houve uma melhoria na desigualdade devido a um aumento do nível de renda dos mais pobres, pode não ser verdadeira. Se os rendimentos permanecessem constantes, os resultados ainda se manteriam porque, de acordo com a nova metodologia seriam computados os rendimentos (ainda que ínfimos e incertos) dos demais membros da família, não considerados nas décadas anteriores. Além disso, é público o fato de que ocorre uma subestimação dos rendimentos dos mais ricos e uma superestimação dos rendimentos dos mais pobres. Por sua vez, a classe média tende a esconder quando recebe rendimentos e transferências governamentais voltados para carentes. Os primeiros escondem porque temem o imposto de renda e a sua posição extravagante em relação aos padrões regionais. Os mais pobres

¹³⁴ Algumas pequenas alterações foram feitas em função da passagem da fala para a escrita, mas não altera o conteúdo.

¹³⁵ As metodologias desses indicadores não serão discutidas na dissertação, sendo facilmente consultadas através de alguns institutos como o IPEA.

envergonham-se por não possuírem renda ou de ser esta insuficiente. Já o terceiro grupo omite informações por que, na verdade, não teriam direito ao recebimento dos benefícios. Um outro fator é que os dados são coletados por um entrevistador que muitas vezes tem de basear-se em suas intuições para verificação da veracidade dos fatos. Então, além de pouco útil perceber se existem muitos ou incontáveis miseráveis, é também pouco seguro confiarmos e assegurarmos-nos somente em tais afirmações.

A Fundação Getúlio Vargas lançou em 2001 o Mapa do Fim da Fome. Este estudo é realizado pelo Centro de Políticas Sociais da FGV e coordenado pelo economista Marcelo Néri. Segundo esse estudo, o Brasil possui mais de 50 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, fixada em R\$ 80,00. Da mesma forma, afirma que o custo de erradicação da pobreza é baixo, mas as sugestões sobre as possíveis soluções são duvidosas e questionáveis¹³⁶. De acordo com o estudo, os não-pobres financiariam os pobres. Assim, faz-se a conta do custo mensal por indivíduo, de acordo com a região, que seria necessária para erradicar a pobreza de determinada localidade. É a mesma idéia que se apresentou como slogan do 'Fome zero': 'O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome'.

Por último, o PNUD responsabiliza-se pelo desenvolvimento de relatórios que possam medir, além dos dados econômicos, a situação dos países e municípios com relação ao desenvolvimento humano. O intuito é que se tenha uma alternativa ao PIB (Produto Interno Bruto) que busca medir apenas produção de riqueza, desconsiderando os demais aspectos da vida humana. Segundo o idealizador do Índice de Desenvolvimento Humano:

O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da 'felicidade' das pessoas, nem indica 'o melhor lugar no mundo para se viver'.¹³⁷

Embora não possamos dizer com precisão sobre o realismo e a totalidade do índice, a sua proposta é uma tentativa de superação das limitações geradas pelas análises economicistas. Porém, não estamos convencidos de que seja possível mensurar de

¹³⁶ As informações foram disponibilizadas pelo site http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm.

¹³⁷ O relatório foi idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) em colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998. Todas as informações disponíveis sobre o RDH, IDH, IDH-M podem ser conseguidas no site do PNUD: <http://www.pnud.org.br>.

forma precisa aspectos tão particulares e subjetivos como os da pobreza. Nesse sentido, reconhecemos a importância que assumem propostas como estas do PNUD, mas existem ainda muitas ressalvas. Há ainda muito a ser observado sobre as mudanças que a apropriação desses indicadores pelas políticas públicas está por realizar.

Enfim, sobre o estudo da pobreza e da miséria do Brasil, chegamos à mesma conclusão, *a priori*, que Schwartzman: “é um tema que precisa ser aprofundado”. (Ibid, p. 19). Mas esse aprofundamento significa muito mais um amadurecimento do entendimento das relações que se processam entre os pobres como sociedade e entre os pobres em suas desigualdades. O desejo de estaticidade dos números não pode exigir que haja um comportamento semelhante de grupos de indivíduos ainda que delimitados territorialmente. A redução da desigualdade, nesse sentido, tem muito a ver com o respeito às diferenças e ao direito de vida. Nas palavras de Dirce Koga:

[...] os estudos das desigualdades territoriais em contextos de desigualdades sociais mostram-se um instrumento necessário, cujo papel não se restringe ao campo da constatação ou da verificação, mas essencialmente da intervenção pública. A intervenção das políticas públicas deveria estar atenta não só às condições individuais das pessoas, mas também às construções de relações acumuladas na coletividade. Significa um novo olhar sobre a população e o território. O aspecto relacional se faz intrínseco às condições de vida das pessoas. (KOGA, 2003, p. 243)

3.3 A geografia da miséria e a fragmentação territorial

Considerar a expressão territorial das desigualdades sociais talvez seja uma intenção mais radical no processo de análise dos territórios de uma cidade vinculado a uma política redistributiva. Esta perspectiva se confronta com a tradicional análise que busca localizar bolsões de pobreza, como fundamento para focalizar políticas de combate à pobreza. (KOGA, 2003, p. 24)

A maneira pela qual a manifesta-se na sociedade a fragmentação das ciências e o isolacionismo das disciplinas sugere que essa espécie de contaminação não se restrinja apenas às universidades. Independente das informações técnicas aplicadas na formatação de políticas públicas, não se pode desconsiderar a ideologia presente

em seus modelos. Elas [as políticas] parecem reproduzir-se de forma análoga ao processo de constituição de paradigmas e ideários dominantes. Acrescentando ainda a influência exercida por institutos de pesquisa (coordenados por especialistas), notamos que as esferas constituintes das políticas públicas e 'sociais' não estão isoladas nem podem, *a priori*, ser hierarquizadas. Na passagem seguinte, notamos que parece existir um entendimento geral sobre a influência das pesquisas sobre a política e a vida:

Informação é poder. E o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pode ser considerado um dos mais influentes centros de poder brasileiros. O instituto que elabora índices capitais para a economia e sociedade [...] [decidindo] políticas de Estado, investimentos privados e a vida dos 186.345.000 de brasileiros, de acordo com a projeção populacional para a tarde de hoje. (JORNAL DO BRASIL, 28/05/2006)

É nesse sentido que se faz importante que se dedique a uma observação mais atenta acerca da trajetória entre a gestação e a aplicação do modelo de políticas públicas a ser implementado por um governo – da esfera federal até a municipalidade. O nosso intuito é compreender os principais aspectos que envolvem as formas de ‘enfrentamento’, ‘amenização’ e ‘controle’ do fenômeno que aceitamos chamar de miséria. De outra forma, esses mesmos aspectos podem ser utilizados também como forma de manutenção, perpetuação e reprodução do mesmo fenômeno. Todavia se àquele que sofre pela ausência dos direitos básicos – que concorrem para a manutenção da vida – fosse dado o conhecimento sobre tais direitos, as políticas assistenciais perderiam a sua razão de existir à medida que sua função assume a forma de substituição da revolta pela resignação, como denuncia um poeta:

Quem se defende porque lhe tiram o ar
Ao lhe apertar a garganta, para este há um parágrafo
Que diz: ele agiu em legítima defesa. Mas
O mesmo parágrafo silencia
Quando vocês se defendem porque lhes tiram o pão.
E no entanto morre quem não come, e quem não come o suficiente
Morre lentamente. Durante os anos todos em que morre
Não lhe é permitido se defender.¹³⁸

Parece mesmo que as políticas públicas responsabilizam-se pela sobrevivência dos indivíduos, mas não é capaz de fornecer os meios de autonomia simplesmente porque estes são dados pelo mercado, de acordo com a ordem econômica

¹³⁸ Poema extraído do site <http://www.lutadospovos.hpg.com.br>.

dominante. A própria dependência é que movimenta as indústrias, o comércio, os lucros e os investimentos. O indivíduo tem direito ao pão, mas, contraditoriamente, nenhuma instituição se obriga a fornecê-lo. Analogamente, se alguém se acidenta numa rodovia vindo a falecer, o Estado é obrigado a pagar uma indenização (se for requerido), mas não indeniza aqueles que, faltando-lhe os meios de trabalho e as condições de subsistência, morre, em primeira instância, pela fome.

Se ao assassino é atribuída uma punição; se ao erro médico é imposto uma penalidade; se àquele que fere, ainda que involuntariamente, é imposto um julgamento, porque também não é dada uma penalidade, uma punição ou uma sanção aos 'economistas' que dizimam seres ao aplicar seus miraculosos planos; ou aos Estados que adoecem populações ao transferir recursos da saúde para o pagamento de juros; ou às empresas quando lesionam os trabalhadores e menosprezam suas vidas com ínfimos salários?

3.3.1 Diferentes Estados Teóricos

Nesse estágio, é um desafio e/ou uma insuficiência deste trabalho não apropriar-se de uma teoria do Estado no sentido de compreender, na atualidade, qual a sua função e as principais fundamentações teóricas que nos orientam. Para suprir essa carência, contentamo-nos, por ocasião da amplitude do trabalho, em revisarmos as principais teorias sobre o Estado.

Mandel (1977) analisa as funções do Estado basicamente pela vigilância e pelo controle a serviço da burguesia. Desse modo, verifica-se que o Estado é testemunha das diferenças sociais e dos conflitos, pautando nestes a sua razão de existir. Para Marx e Engels o Estado é a manifestação do caráter inconciliável dos conflitos de classes, sendo uma forma de dominação e opressão, ao contrário do aparente caráter conciliador. Engels diz que o Estado aparece como uma forma que emana da sociedade, mas que se agiganta acima dela e se aliena com homens armados em favor da ordem opressora (LÉNINE, 1980).

Outras correntes, discutidas por MATHIAS e SALAMA (1983) vão defender que o Estado é um capitalista coletivo ideal e, aparentando ser uma instituição natural, omite a sua função real como uma força que age acima das classes e que, através das ações sobre as relações de produção, age como mantenedor do capital. Ainda segundo esses autores, essa dupla forma do Estado é ainda menos evidente nos países subdesenvolvidos. Um ponto colocado por eles é que a ação governamental pautada nos serviços sociais passa a apresentar o duplo papel de assistência e também de redutor de salários em épocas de crise do capital, colocando em questão o seu papel¹³⁹.

Por sua vez, uma das mais importantes teorias sobre o Estado, desenvolvida por Gramsci¹⁴⁰, defende que o Estado atua como força de coerção econômica e ideológica sobre as massas, utilizando instrumentos legais de garantia de cumprimento e manutenção da ordem. De outra forma, o Estado seria definido pela soma entre a hegemonia e a ditadura. Ao parlamento cabe a função de conciliar a força e o consenso. Além disso, o aparelho estatal conta ainda com a educação e a cultura (instrumentos ideológicos) como fortes mecanismos de controle devendo ser utilizados concentradamente pelo Estado para garantir o ponto ideal de desenvolvimento técnico, econômico e cultural, no intuito de dispersar os conflitos entre classes intelectuais antagônicas e unificar a ideologia.

¹³⁹ Essas medidas pouco se diferem da Lei Speenhamland (1795-1834) que tinha a função de complementação de salários, subsidiados pelo governo. Os resultados de tais políticas dividiram opiniões. Para uns era a única forma de sobrevivência, para outros a perpetuação dos baixos salários pagos pelas indústrias. Duas passagens representam o conflito de opiniões. A primeira condena a Lei à medida em que impede o funcionamento do capitalismo e a responsabilidade das indústrias sobre os custos dos trabalhadores: “Para as gerações mais velhas ficou claramente patente a incompatibilidade mútua entre as instituições tais como o sistema de salários e o ‘direito de viver’, em outras palavras, a impossibilidade do funcionamento de uma ordem capitalista enquanto os salários fossem subsidiados por fundos públicos. [...] A conclusão a que se chegou, porém, não deixava margem de dúvidas: o abono salarial só podia ser inerentemente falho, pois prejudicava miraculosamente até mesmo aqueles que o recebiam”. (POLANYI, 1980, p. 93) A segunda, constata que, embora não seja o ideal, a Speenhamland era em último plano a única chance de sobrevivência: “Se a Speenhamland significava a miséria da degradação abrigada, agora o trabalhador era um homem sem lar na sociedade. Se a Speenhamland havia sobrecarregado os valores da comunidade, da família e do ambiente rural, agora o homem estava afastado do lar e da família, arrancado das suas raízes e de todo o ambiente de significado para ele. Resumindo, se a Speenhamland significava a decomposição da imobilidade, agora o perigo era a morte pela exposição”. (Ibid, p. 94)

¹⁴⁰ PORTELLI (1977).

Uma outra visão pode ser dada por Foucault que acusa o Estado de assumir a forma de controle do poder pastoral¹⁴¹ utilizando-se de um 'código de ética' diferente daquele do mundo antigo¹⁴². "[...] o Estado é considerado um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade ou, [...] de uma classe ou um grupo dentre os cidadãos". (FOUCAULT, 1995, p. 236).

O que deve então compreendida, para a compreensão deste trabalho, é a primazia do Estado. O que não pode ser ignorada é a sua natureza contraditória e conflitante ao assumir o discurso de manutenção da ordem e proteção da sociedade. Sociedade que engloba diversos interesses, inúmeras ordens, ambíguos progressos, mercados, economias, capitalistas, proprietários, trabalhadores, desempregados, 'incapazes', etc. Não há como conciliar interesses contrários, especialmente quando os interesses de um grupo agigantam as necessidades de outro. Nesse sentido retornamos à nossa discussão sobre economia *versus* sociedade que pode ser resumida aqui por Dominique Meda:

A idéia de desenvolvimento das faculdades – físicas, morais, civis, políticas, econômicas... – permite pensar um desenvolvimento plural pela via da 'cultura', no sentido antigo do termo (*cultura animi*). Permite pensar um desenvolvimento pelo aprofundamento, por uma perpétua formação das faculdades e, ao mesmo tempo, podendo responder às aspirações ou aos desejos múltiplos do Homem. Entendo tudo isso em razão do fato de nossos desejos e faculdades não se esgotarem nem serem satisfeitos, única e exclusivamente, pela produção e pelo consumo. Entendo ainda que devemos levar em consideração os nossos outros desejos: de paz, de beleza, de relações fortes, de jogos, de conversas, de participação [...] (MEDA, 1999, p. 330, tradução de Malaguti)

Aqui, Meda adianta uma complexa discussão que faremos no final deste trabalho sobre o 'tipo' de desenvolvimento conciliado com a ética. Isso porque, como veremos, embora o processo de desenvolvimento econômico seja mais amplo que o de crescimento, as limitações de ambos os processos são determinadas por uma postura econômico-racional que mais se relaciona com a moral que com a ética.

Abrigando dois, dos treze, bolsões de pobreza, o Espírito Santo engendra-se nesse processo determinístico como observamos em várias ocasiões durante as nossas

¹⁴¹ Segundo Deleuze "Deve-se compreender a sociedade de controle como aquela na quais os mecanismos de comando fazem-se cada vez mais democráticos, cada vez mais imanente ao campo social, difusos no cérebro e no corpo dos cidadãos". (DELEUZE, apud NEGRI e COCCO, 2005)

¹⁴² Essa visão está em pleno acordo com as nossas argumentações do último item do capítulo anterior.

conversas e também através da observação sobre as formas dos projetos e programas sociais aplicados. Todavia, não existem elementos que coloquem o Espírito Santo numa situação adversa dos outros Estados da Federação ou, por outra via, não existe nenhum movimento no sentido de construção de uma ordem ética acima da moral. Ao contrário, vimos que o nosso Estado é campeão em desigualdade e que ela é apontada, em muitas situações, como a grande causa do espantoso crescimento de regiões beneficiadas, em detrimento de outras. E, podemos acrescentar que esse crescimento é promovido pela própria legislação, ou seja, amparado por leis de caráter econômico. Portanto, é preciso que sejam particularizadas as verificações feitas aqui desde que seja de forma correlacionada ao processo amplo denunciado até aqui.

3.3.2 Territórios e contornos ideológicos do Espírito Santo

O encontro com as periferias da Região Metropolitana, especialmente as do município de Cariacica, tornaram duvidosos os parâmetros da ONU para ‘medição’ da pobreza e da miséria em que davam títulos de bolsões de pobreza apenas aos extremos norte e sul no Espírito Santo¹⁴³. De antemão podemos especular que, sendo o principal critério o IDH-M (obtido pela média aritmética simples de três subíndices, referentes à longevidade, educação e renda)¹⁴⁴, municípios que possuem regiões com índices relativamente elevados, puxam a média para acima em detrimento daqueles municípios que, mesmo possuindo uma situação equivalente de pobreza ou indigência, são isentos de regiões com poder suficiente para elevar tais médias¹⁴⁵.

Por uma questão de objetividade e por entender que a região norte concentra o maior número de municípios em grave situação de pobreza, decidimos acompanhar o norte do Espírito Santo que, segundo o governo do Estado é composto por dez

¹⁴³ No Brasil, a ONU identificou treze.

¹⁴⁴ Já o IDH considera o nível de escolaridade, mortalidade infantil, renda per capita e condições de habitabilidade.

¹⁴⁵ Para efeitos de consulta, alguns números e indicadores serão informados no anexo B.

idades, seguindo os critérios de menor IDH-M (excluindo aqueles que recebem *royalties* e que possuem população acima de 30.000 habitantes). Então, de acordo com o mapa (Apêndice B), percebemos como a miséria (mensurada) localiza-se e concentra-se no Estado¹⁴⁶ de acordo com a ONU.

Percorrendo os relatórios do Governo e das prefeituras, além daqueles produzidos pelos institutos de pesquisa, observamos que existem muitos projetos e programas voltados às regiões que, em sua maioria, englobam ações públicas, privadas, técnicas e científicas simultaneamente. Assim a nossa maior dúvida foi compreender como essas ações engendram-se com as formas de tratamento do fenômeno da miséria. De outra maneira, algumas questões nos guiaram para facilitar o entrosamento entre a pesquisa (fundamentalmente teórica) com a esfera do real:

- Existe uma ideologia predominante no(s) modelo(s) recentes de política social no Estado? Em caso afirmativo, como ela incide no processo de desenvolvimento ansiado pela ditadura econômica?
- Como ocorre a (des)configuração dos modelos idealizados pela União e os efetivados pelo Estados e Municípios?
- Quais são as variantes que indicam o sucesso ou o fracasso de tais políticas?
- A sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento econômico passa por políticas sociais orgânicas (parte do modelo) ou adicionais (agregadas 'de fora')?
- Em qual direção têm convergido as políticas sociais propostas pelos diversos governos do Espírito Santo? Como têm sido estudadas questões tão complexas como as dos bolsões de pobreza?

Obviamente que não aceitamos tais questões como conclusivas. Elas serviram simplesmente de pré-orientações para auxiliar no entendimento do processo que estamos investigando: o engendramento entre as esferas da fragmentação e insuficiência científica (especialmente das ciências econômicas), da ética e das políticas públicas. Nesse sentido, parece não ser apropriado identificar o 'objeto' de pesquisa, ainda que este aponte imediatamente para a miséria. No entanto, como a nossa preocupação é com o processo, com as (co)relações e com as formas de engendramento entre os processos, podemos, *a posteriori*, caminhar no sentido em que o fenômeno da miséria transforma-se, para este trabalho, apenas num ponto dentre muitos que a acompanham e/ou a antecedem.

¹⁴⁶ A metodologia adotada, assim como a delimitação do campo de estudo está explicitada no apêndice A.

Em suma, esta pesquisa apresentou por objetivo especial trabalhar as questões universais, colocadas nos capítulos anteriores. Aqui, esse objetivo é dado num espaço geográfico limitado e delimitado para verificar como os ‘conceitos’ aplicam-se às realidades particulares. Pretendeu-se ainda evitar enfoques centrados em disciplinas. A complexidade de nossa temática não aceita a perspectiva fragmentária dominante. Sendo assim envidamos esforços que ultrapassaram os limites das ciências estabelecidas, utilizando-nos de contribuições de cientistas políticos, economistas, sociólogos, psicólogos, físicos, geógrafos e não-cientistas.

Vimos que existem municípios que se unem ou se distanciam pela magnitude/extensão da miséria, mas que, paradoxalmente, não podem ser considerados ‘excluídos’. Estão tão profundamente ‘incluídos’ pelo sistema que sofrem todos os seus efeitos e são incitados a conviver e a perseguir o lado glorioso do capitalismo através de imagens e mercadorias; enfim formas privilegiadas de vida de alguns ‘eleitos’.

De um lado, as políticas de ‘inclusão’ social promovem ações e criam programas que têm o caráter último de (re)inserir indivíduos ‘excluídos’ na sociedade, fazendo-os participar como consumidores e produtores (através do trabalho). Castel analisa o caráter intervencionista do Estado sobre os indivíduos da seguinte forma: “o Estado intervém não só como produtor de bens, mas também, poder-se-ia dizer, como produtor de consumidores, isto é, de assalariados solváveis”. (CASTEL, 1998, p. 487). Sabemos que as políticas sociais não se dissociam do trabalho. Ao contrário, vinculam-se, dependem-se e têm como objetivos mútuos dissociarem-se. Seguindo uma lógica linear, uma vez que o trabalho é disponível, as políticas sociais (o assistencialismo) perdem, paulatinamente ‘os seus clientes’ e é esse, verdadeiramente, o seu profundo desejo. A resposta sobre a pseudo-cura da crise social pode ser dada também por Castel ao tentar descrever os novos postos de trabalho que surgem nas estatísticas e que corroboram para o processo de ‘crescimento econômico’:

Se o emprego se reduz a uma ‘transformação de serviços em mercadoria’, como fica o *continuum* das posições que constituía a sociedade salarial, e que é sempre necessário também para construir uma sociedade solidária? Um conglomerado de *baby-sitters*, de garçons do McDonald’s ou de empacotadores nos supermercados faz ‘sociedade’? [é necessário] que se interroge sobre as condições que fazem do emprego um vetor da dignidade da pessoa. [...] e a multiplicação de trabalhadores sem *status*

nada fez, aparentemente, para combater esses graves sinais de dissociação social que são as violências urbanas, as taxas de criminalidade e de toxicomania, e a instalação de uma verdadeira *underclass* miserável e desviante, completamente isolada do conjunto da sociedade. (Ibid, p. 576)

Mas este autor mostra uma visão mais otimista sobre o papel do Estado no combate à 'exclusão social'. Para ele o Estado não pode se resumir em distribuições de subvenções sociais. Argumenta que as potencialidades dos serviços públicos são grandes, mas subutilizadas, defendendo então uma forma de discriminação das políticas de serviços públicos atingindo bairros e regiões de maior necessidade, justamente onde menos se concentram tais serviços e a forte estrutura dos serviços públicos.

Ou seja, as contradições das políticas sociais aparecem interna e externamente. A dificuldade mais simples é dada a partir da atual estrutura das políticas 'sociais' que se encontra desenhada e sustentada por alguns pilares como a integração dos programas de mínimos sociais dos governos anteriores, incrementados por outros programas que pouco contribuem para que seja verificada uma modificação de peso. A necessidade de se analisar, ainda que basicamente, as políticas públicas em nível federal está ligada ao fato de que as políticas regionais são idealizadas, formatadas e delimitadas pela União que transfere aos municípios a execução de tais políticas. Como a aplicação é feita a nível regional, instaura-se o dilema de resolver conflitos microrregionais que se aprofundam com as discrepâncias dos diferentes 'modelos de desenvolvimento econômico'. Aos municípios cabe a penosa tarefa de interpretar a ideologia objetiva de tais políticas e aplicá-la de acordo com as necessidades locais.

Esse longo caminho torna-se ainda mais sinuoso quando observamos o Espírito Santo. Um Estado cheio de contrastes, formado por economias potenciais, modernas estruturas, crescimento econômico acima da média nacional e, no outro extremo, bolsões de pobreza e toda forma de desarmonia social identificadas pela desigualdade, crime organizado, tráfico, violência urbana e conflitos de diversas ordens. Parece que a sua descrição espelha-se com a do resto do país, mas aqui, particularmente, reside uma miséria pouco mais silenciosa e criminalidades que são maiores nas estatísticas.

Com relação à Região Metropolitana, embora seja centralizada por uma 'ilha paradisíaca', esta é cercada por cidades com grandes desafios sociais, tornando difícil ao pesquisador responder de pronto como é consolidado o processo de 'desenvolvimento econômico'. De forma segmentada, seria possível isolar-se dos problemas vizinhos? Se em conjunto, há como compatibilizar tantos interesses e anseios conflituosos?¹⁴⁷ Finalmente, a contribuição maior deste trabalho, além desse resgate agregado, pretende ser a implicação do desenvolvimento teórico à situação do Espírito Santo. Nesse ponto, pedimos ao leitor para acompanhar o relato de um prefeito da região metropolitana a respeito de nossa crítica:

A fragmentação do conhecimento ela influencia em todas as áreas. Nesse caso específico que você falou da fragmentação geográfica, é um resultado óbvio da fragmentação do conhecimento. É uma influência que vem permeando em todas as áreas.

O que que a gente observa hoje, no caso específico da região metropolitana, a legislação tributária beneficia os municípios (isso não é só aqui no Espírito Santo não, é no Brasil todo), beneficia quem tem maior valor agregado fiscal em função das intensas atividades econômicas. As cidades que tem volume menor de negócios realizados, que tem uma vida econômica mais limitada, acabam tendo menor capacidade de investimento, menor capacidade de endividamento e [em alguns casos] esses efeitos são muito maiores. Eu observo, por exemplo, que há uma exclusão óbvia de [de alguns municípios] no contexto da Grande Vitória. O nosso trabalho tem sido o de reinserir [...]. De que maneira? Mostrando que a fragmentação das ações, as ações unilaterais elas não vão resolver o problema da região metropolitana. Os problemas que a região metropolitana tem no âmbito da saúde, da educação e da segurança de forma especial, dentre outros, ele não vão ser resolvidos na Grande Vitória se os outros municípios não conseguirem atingir o patamar de desenvolvimento do outro. Então seria muito mais produtivo, muito mais racional, que houvesse um esforço conjugado na Grande Vitória [...]. Por que os problemas sociais de [de um município] interferem diretamente no âmbito da Região metropolitana [...]. E os problemas de violência que a cidade tem influenciam nos outros municípios. O grande percentual de desemprego que há na cidade, acaba interferindo também nas outras cidades.

Então, da mesma forma que se deve pensar o conhecimento de forma global, nós temos que pensar as nossas cidades num contexto mais global, por que senão você resolve o problema de uma cidade e a cidade vizinha fica sem condições de responder não só porque não tem recursos, mas porque os problemas sociais são muito grandes [...]. Eu, particularmente acho que a consolidação da região metropolitana deve vir no sentido de reparar ou de compensar os erros que foram cometidos no [...].

Quando consolidaram a União Européia (eu não tenho uma leitura muito profunda disso mas...), primeiro se teve o trabalho para que os países menos desenvolvidos pudessem alcançar, minimamente, o patamar de desenvolvimento dos outros mais desenvolvidos para que se pudesse criar uma equidade maior entre os países. Obviamente que isso não foi atingido,

¹⁴⁷ Esse ponto será apenas ilustrativo, considerando que não há tempo hábil para problematizar essa questão além dos bolsões de pobreza no norte do Estado.

mas eu acho que pra gente pensar de forma global a política numa região metropolitana, você não pode querer resolver cada um o seu problema isoladamente. Tem que haver interação, tem que haver colaboração, cooperação. (informação verbal, prefeito cidade I)

Como pode ser observado, não existe nenhum assunto novo que não tenha sido discutido, debatido e explorado por diversos autores. Por que, então, ainda são cometidos graves erros nas análises teóricas e nas práticas de implementação de políticas 'sociais'? Consideramos que ainda não foram levados na devida conta uma série de conceitos tão antigos como os que compõem a 'ciência econômica'. Entre estes podemos e devemos ressaltar os de desenvolvimento econômico, sustentabilidade, *Welfare State* e, ainda mais urgentemente, o de políticas públicas e assistencialismo. O ponto mais delicado em nossa discussão junto aos administradores públicos foi a relevância da Ética que permeou todas as questões envolvidas e que apareceu sempre como uma possível resposta a uma lacuna não preenchida pela legalidade e pela via econômica.

Todos os dias muitas famílias têm de optar entre passar fome ou pedir, furtar, roubar etc. Será que a honestidade basta para a permanência de um conformismo diante do estômago ou de um berço vazio? Seria ainda exagero falarmos de miséria quando temos a possibilidade de uma horta no quintal? A que de fato se resume à miséria? Quando questionamos sobre as possíveis diferenças entre a miséria da Região Metropolitana e a miséria do interior, observamos que a fome, no segundo caso, era de responsabilidade do indivíduo. Por outro lado, a fome na cidade parece incentivar o crime e até justificá-lo.

Eu acho que aqui você tem mais fome que lá. Lá você pode até ter déficit na qualidade do alimento que se come mas fome não. [...] claro que você vai encontrar na cidade pessoas que ficam o dia inteiro dentro de casa esperando que alguém dê um prato de comida. Vai encontrar no interior também o cara que não sai da porta dele para ir ali plantar um pé de mandioca. Pra isso não tem jeito. [...] não joga totalmente a responsabilidade no indivíduo. Vamos colocar, mas o mínimo de alimento a pessoa, no interior, tem condições de produzir pra ele. O mínimo tem. Não pode ter a qualidade que você precisa de um alimento. Já o cara que mora aqui no morro, num barraquinho, ele não tem um palmo de terra do lado para plantar uma hortinha. Então esse, se alguém não der e se ele não roubar, ele vai passar fome realmente. (informação verbal, deputado A)

Passa a ser extremamente complexo atrelar a fome com a miséria e a miséria ao crime, embora saibamos que são elementos íntimos. Mas queremos esclarecer que falamos de miséria de fome, de paz, de dignidade, de empatia, de respeito, de moral

e, sobretudo, da miséria por ausência de uma ordem ética. Falamos na verdade de uma miséria política que é realçada nos bolsões de pobreza e sombreada por uma pseudo-organização alimentada por técnicos que traduzem essa miséria em forma de indicadores sempre ascendentes. Mas é urgente que se transforme o 'corpo-a-corpo' numa atividade diária de vivência e convivência, não só de políticos em busca de votos mas de técnicos, secretários e todos aqueles habilitados em políticas públicas para enxergarem além de dados e além de hipóteses, vidas em busca de sobrevivência, como recomenda Claude Levi Strauss:

[...] não saberemos jamais se o outro, com o qual não podemos, apesar de tudo, confundir-nos, opera, a partir dos elementos de sua existência social, uma síntese que coincide exatamente com a que elaboramos. Mas não é necessário ir tão longe, é preciso somente – e, para tanto, o sentimento interno basta – que a síntese, mesmo aproximativa, decorra da experiência humana. Devemos assegurar-nos disto, pois estudamos homens; e como somos homens, disto temos a possibilidade. (CLAUDE LEVI-STRAUSS, apud SARTI, 2005, p. 22)

Essa experiência, a partir dos contatos com a população das cidades visitadas, trouxe-nos o que o autor acima entenderia como 'uma mudança interna'. Foram dois longos contatos com a população residente nos bairros mais pobres dos ditos bolsões de pobreza. No primeiro, o sentimento que movia era o descobrimento da miséria e do miserável e aquela imagem caricaturada persistia a cada busca, a cada pergunta, a cada fotografia. Foi necessário despir-se dos pré-conceitos e das representações sociais que nos foram embutidas ao longo dos anos sobre o que é e como vivem os 'miseráveis'. Mais árduo ainda foi livrar-se do sentimento de piedade que assombra até mesmo os mais preparados. Com igual peso, era forçoso exigir uma postura fria diante de falas de políticos que ignoravam que sob suas responsabilidades (diretas ou indiretas), cidadãos passavam fome. Entendemos, também com isso, que é o conviver que nos impede de analisar uma população como bichos ou cobaias em laboratório. E esse convívio (tentativa) foi certamente mais difícil que o trabalho teórico desenvolvido a partir dos marcos referenciais desta pesquisa. Apesar desse relato, reafirmamos que este contato teve o caráter de evidenciar algumas de nossas constatações, não representando um objetivo ou um fim, nem mesmo uma pesquisa de caráter empírico.

Claro que procuramos nas formas de vida, de relacionamentos e nas falas, contornos ideológicos de afirmação ou negação da ordem dominante, especialmente daquelas ditadas pela ciência econômica. Mas, se na tentativa de valorizar o nosso

trabalho incluíssemos aqui algo novo que não tivesse sido relatado por algum trabalho mais amplo sobre a miséria, não estaríamos fazendo mais que fantasiando ou ilustrando um aspecto, tornando-o mais destacado. O fato é que a importância maior foi o de flagrar-nos acerca de nossas próprias contaminações ideológicas e culturais. Depois, a de compreender dentro de um contexto limitado, as correlações entre as esferas políticas, filosóficas e científicas pesquisadas.

Certamente que com isso procurávamos o óbvio, assim como criticamos anteriormente. Tornaria essa dissertação enfadonha se narrássemos todas as denúncias apreendidas em falas e relatos. Apenas um deles, que se repetiu em três municípios, retrata essa realidade que pode ser generalizada: um prefeito tentava convencer-nos de que o segmento mais rico da sociedade (grandes proprietários de terra) buscava formas de controle sobre a população, especialmente das camadas mais pobres, com o intuito de preservar a abundância de mão-de-obra, a resignação e a despolitização, já que ocorriam mortes, doenças, invalidez e outras injustiças dadas pela empregabilidade de mão-de-obra sem o mínimo de legalidade (dignidade). Soubemos ainda que as tentativas de convênios e parcerias com os trabalhadores rurais não se consolidavam, mesmo que a prefeitura arcasse com ônus. Por outro lado, a prefeitura queixava-se de que a infra-estrutura exigida pelos grandes agricultores assim como outros investimentos, comprometiam grande parte do orçamento público e que o retorno era desproporcional já que também a sonegação (aproximando-se da criminalidade) era uma prática muito comum e suas formas eram difíceis de ser combatidas.

Isso deixou-nos uma questão que pode ser descrita da seguinte forma: a quem o poder público serve diretamente? Às empresas e estas, diretamente, à sociedade. Isso é fortalecido por todas as falas dos moradores que atribuíam o poder de mudança às empresas e não ao poder público. Analogamente, quando os governos dizem que é necessário melhorar o desempenho econômico para que este seja rebatido no social, não se trata de um tratamento direto de um e indireto de outro? Mas quando dizem que as medidas econômicas e sociais andam em paralelo, não há qualquer concordância com os tipos de políticas aplicadas. Para a esfera econômica, grandes investimentos. Para a esfera social, pequenas compensações. Ao considerar que sem recursos não se muda o mundo, os prefeitos determinam a dependência da esfera social sobre a econômica. Claro que um determinismo que

parte de uma ordem superior ditada pelo homem econômico. O deputado A acaba por justificar essa necessária dependência:

Na minha visão dos benefícios que uma empresa pode trazer para um benefício para um município ou para um Estado. Porque o que estão querendo fazer, e fizeram; e aqui no Estado nós temos exemplos bem claros (que é a Aracruz Celulose) em querer culpar as empresas por todos os problemas que os municípios [...] Achar que a empresa tem que fazer tudo e essa não é a verdade no meu entender. Não, uma empresa tem que olhar o meio ambiente, tratar dignamente os seus colaboradores e gerar riqueza que aí é para ela e para o Estado. Conseqüentemente para o município onde ela está subsidiada. Então vamos pegar aí a Bahia Sul ou a Aracruz Celulose. O que que a Aracruz gerou de receita para o município Aracruz e infelizmente devido à incompetência dos administradores locais que não usaram bem isso e deixaram o povo, a população daquele município a não usufruir desses benefícios dos impostos gerados é algo de assustar nos próximos 20 anos. Então a responsabilidade pelo caos que se construiu em Aracruz há 20, 30 anos atrás não foi em função da implantação da Aracruz Celulose lá e sim da má gestão dos recursos públicos, inclusive desses recursos gerados, grande parte deles, pela própria Aracruz. [...] Em país industrializado e com pessoas desenvolvidas, com políticas públicas sérias que aí entra nas políticas públicas voltadas para a sociedade [social que a gente fala, sociedade], eu nunca vi dar errado. (informação verbal, deputado A)

A citação acima esclarece que há uma fragilidade na conciliação dos interesses entre público e privado, talvez mais que uma sobreposição. A medida da ordem e dimensão dos investimentos ainda não atingiu um ponto de equilíbrio, mesmo quando se considera somente a sociedade: governo e sociedade também não se afinam quanto à definição dos investimentos. Sabe-se que a maioria das obras é atendida por pressão mais que por convicção, como reclama um prefeito de região metropolitana: “Na verdade é uma ‘enchecção de saco’ essa coisa de obra. Isso acaba sendo inevitável. É uma cultura do povo, sempre pedir obras. Aí você atende com uma, ele quer duas e isso não acaba”. (informação verbal, prefeito cidade H)

Sobre a relatividade da pobreza, constatamo-na empiricamente. Cada cidadão ou vereador apontava-nos um bairro como o mais pobre, conforme os relatos dos moradores. Quando dirigíamos a ele, sempre existia um pior, do ponto de vista do outro, claro que com uma justificativa que se fazia satisfatória. Porém, a cidade vizinha era sempre pior que do a que eles residiam. O ‘pessoal da casa ao lado está pior do que nós’, etc. Esse fato lembra uma colocação de Cyntia Sarti que nos isenta de maiores explicações:

No mesmo registro em que se manifesta a solidariedade entre os iguais, há também rivalidade e, com ela, a aspiração a se diferenciar, sendo ‘mais. As clivagens que dividem os indivíduos na sociedade mais ampla são manipuladas entre eles, sobretudo nos momentos de conflito, como categorias morais que

relativizam o lugar do sujeito em face de um outro, seu igual. Para se diferenciar, reproduzem as hierarquias sociais numa relação que os põe frente a seus iguais num lugar simétrico e inverso à posição que os pobres ocupam na sociedade, num movimento circular e reiterativo desta posição. (SARTI, p. 137)

Essa relatividade também se estende pela via dos contrastes: cidades melhores estruturadas pareciam possuir regiões mais pobres. Aproximava-se mesmo da exposição de Tocqueville ao narrar a situação de algumas regiões da Europa (p. 64). Como podemos observar nas imagens das cidades, parece existir um tipo de pobreza mais pacata, mais amena e outra mais agressiva, embora as duas sejam constituídas a partir das mesmas necessidades de trabalho, alimentos, vestuário, remédios, lazer etc.

Os bairros mais pobres das cidades melhores estruturadas aparentavam grandes favelas ou miséria explícita. No caso das cidades mais homogêneas pela situação de pobreza (como Boa Esperança, p. ex.) os bairros mais pobres não diferiam muito dos demais. Ainda temos que, internamente, as casas das cidades mais estruturadas possuíam bens que os das cidades menos estruturadas não possuíam. Mas o que queremos dizer é que a pobreza e a miséria são consideradas a partir dos contrastes que nos impressionam, mais que suas conceituações. Além disso, há que se considerar que nas cidades mais estruturadas, bens supérfluos são conquistados como necessários, ao contrário das cidades menos desenvolvidas que o desejo limita-se por uma imagem externa – não vizinha – e, portanto, não necessária, embora desejada.

A maior parte das pessoas que tivemos contato depende do setor público. São pessoas que se aproximam muito mais do *zoon politikon* descrito por Aristóteles que pelo *homo oeconomicus* da sociedade de mercado. Em suas colocações a simplicidade deixa transparecer, descompromissadamente, a sua visão política e sua posição diante dela. São, assim dizendo, pessoas ‘politizadas’ que encontram justificativas para a situação local – fora de suas responsabilidades.

Muitas famílias vivem de esperança: do retorno da Bahia Sul, da reativação de determinada fábrica, de um outro prefeito, etc. servindo como justificativa para não abandonar a região que se mostra, em alguns pontos, abandonada. Uma cidade vive unicamente do setor público e de uma fábrica de cerâmicas que não consegue empregar muitos trabalhadores. O comércio quase não reabastece estoque e a população é vítima freqüente de obras superfaturadas e que não correspondem à

licitação. Soubemos por várias famílias que as ruas em que estávamos (sem asfalto) foram recentemente calçadas pelo prefeito anterior. O relato dos moradores não demonstrava nenhum sentimento de revolta, como se fosse ‘natural’: a corrupção é indissociável dos atos (ou atores) políticos. Mas uma moradora relacionou a sua situação com o montante gasto pela prefeitura, justificando que se ‘o povo não fosse pacato, a vontade era mesmo de fazer besteira’. Ainda que guiada pela revolta, o comportamento da população desses municípios está longe das ações que poderiam exercer caso tivessem ciência do mal evitável que lhes afligem.

Considerando que ficaremos famintos
Se suportarmos que continuem nos roubando
Queremos deixar bem claro que são apenas vidraças
Que nos separam deste bom pão que nos falta.¹⁴⁸

Porque a sociedade continua a exigir posturas morais e éticas de cidadãos desrespeitados (desconsiderados), se tais posturas não lhes estão sendo consideradas? Não é, de forma alguma, um incentivo à revolta mas sim, um alerta de uma revolta muda que já se faz ouvir nas grandes cidades¹⁴⁹. E as fragilidades das políticas públicas fragmentadas percebem o crime como segurança, mas em suas práticas não considera a segurança (mas o policiamento) como uma política social. A prevenção do crime localiza-se, quase que exclusivamente, na escola mas não se percebe que a vida se constitui a partir de inúmeras esferas além da educacional. O trabalho, a cultura, a saúde, o lazer, a família, os laços, as relações e os seus conflitos são violentados por uma monopolítica que divide as estruturas públicas e enquadra os cidadãos em trabalhadores *versus* desempregados, estudantes *versus* empregados, homens *versus* mulheres, idosos *versus* crianças, negros *versus* brancos e a partir dessa segmentação criam-se programas que os enquadram como seres adestrados a conviver com o estereótipo que lhes foram impostos ou embutidos por cultura ou ação política.

Essas medidas, além de ineficazes, ocasionam repetidas vezes, certa rivalidade entre grupos que deveriam apoiar-se. É o exemplo da cota dos negros, dos recursos de aposentadoria que se julga apropriar da parcela das crianças, dos aposentados que ocupam postos dos estagiários e dos estagiários que ocupam postos dos

¹⁴⁸ <http://www.lutadospovos.hpg.com.br>

¹⁴⁹ Um artigo de determinado meio de comunicação acusava a classe média de suicida ao ignorar a miséria e o desespero das camadas sociais inferiores.

trabalhadores mais experientes. Para que possamos representar a nossa idéia de forma mais objetiva, tomaremos o exemplo de uma discussão entre a política de transferência de renda para os idosos e a das crianças.

Para o economista Ricardo Paes de Barros do IPEA existe uma desproporção acentuada entre as políticas de transferência de renda. Segundo ele as políticas sociais brasileiras pecam quando transferem para os idosos cerca de seis vezes mais que para as crianças. Comparando a aposentadoria mínima de um salário mínimo, ele a compara com o valor da bolsa-família e da bolsa-escola. Acusa ele ainda que as crianças pertençam ao grupo mais pobre do país e que, nesse sentido, existe uma inversão de prioridades já que este grupo – o futuro do país – deveria receber mais que os idosos.

Até este ponto existe realmente uma lógica que não pode ser desprezada. No entanto, quando ele parte para a esfera da ‘solução’ do problema, a debilidade de sua análise fica nítida, expondo a força de uma formação mecanicista, fragmentada e míope que o incapacita a um olhar holístico perante, e como parte da, sociedade. Pesa sobre ele esta crítica por defender que o grupo dos idosos – responsável por receber mais do governo – deveria ser tributada para que uma parte de sua renda fosse dirigida ao grupo das crianças. Ou seja, ao dizer que as crianças recebem pouco, o faz relativizando sua renda com a renda dos aposentados. Sendo assim este grupo passa a receber muito relativamente ao grupo das crianças. A correção dessa desproporção não pode ser encontrada por ele ampliando a visão, mas mantendo as médias a partir de um deslocamento de um setor pobre para um miserável.

Sobre o ponto em que julgamos ocorrer uma promoção da rivalização, entendemos que esta se estende geograficamente entre as cidades e entre os bairros e regiões que a compõe. O clássico exemplo são as metodologias de orçamentos participativos que não conseguem superar a cultura bairrista. A população não consegue ir além das necessidades de sua rua ou, no máximo do seu bairro.

As prefeituras, a seu turno, trazem como modelos secretarias segmentadas por áreas que se complementam mas que, ao mesmo tempo, rivalizam por causa dos recursos e dos egos. É preciso que o governo se destaque numa determinada área para que o secretário seja reconhecido. Isso impede um trabalho conjunto e ações

conciliadoras. O re-trabalho é freqüente e o sobreamento das ações é inevitável. Participando de um planejamento para 'montagem' da peça do Plano Plurianual de um determinado município, observamos nitidamente a disputa por certos programas para que se localizassem em determinadas unidades administrativas em detrimento de outras. Na realidade, trata-se de subprefeitos disputando espaços políticos que necessitam de legitimação social para o reconhecimento e, em princípio, exaltação do ego.

Mas enquanto a prefeitura em suas subdivisões disputa espaços para aumentar sua participação nos investimentos públicos, a população ainda não percebe esse movimento independentizado dessa ou daquela secretaria ou setor do governo. Os anseios, além das carências básicas como saneamento, saúde, educação e, sobretudo, o trabalho, não se expandem para além do mínimo. Percebemos que as camadas mais carentes têm dificuldades de estabelecer parâmetros para avaliar a sua condição. A televisão é o meio de acesso ao 'mundo civilizado' – que parece ser utópico para eles. Os objetivos e os anseios voltam-se para o atendimento de necessidades que uma vida simples requer – requisitos facilmente atendidos se o mínimo constitucional fosse cumprido¹⁵⁰.

Sendo as atividades econômicas (comércio, agricultura, indústria) as grandes vilãs que parece rivalizar com o social, ditam ainda normas nessas localidades: demandam estruturas, mão-de-obra e fixam tetos de salários¹⁵¹. De uma ponta, demandam serviços públicos que passam a dividir suas ações entre sociais e econômicas. Na outra ponta, é demandada pela sociedade para que gere emprego e renda. Uma prefeitura encontrava-se coagida a atrair um montante de dez mil trabalhadores para a região com a justificativa de necessidade de expansão e crescimento da renda local através da ampliação das atividades da agroindústria.

¹⁵⁰ Certamente essa observação é superficial. O desejo de 'subir na vida' permanece na mente de grande parte da população pobre. De outra forma, sempre há o que se ansiar: o sistema de produção capitalista apresenta futilidades como necessidades e necessidade de alguns suprimentos como banais.

¹⁵¹ Existe, numa cidade do norte do Estado, um 'acordo de cavalheiros' proposto por uma empresa líder da região que fixa os tetos salariais e força as empresas entrantes a manter este nível. Assim, os salários médios dos funcionários (inclusive dos qualificados) são ínfimos, comparados à renda média da cidade.

Obviamente seria uma catástrofe porque o que se desejava na verdade era a redução do valor da força-de-trabalho que o prefeito não pôde perceber¹⁵².

A sociedade organizada (associações e sindicatos) divide-se entre os que ‘defendem’ o setor público e os que são ‘rendidos’ aos agricultores e empresários. No entanto, todos passam a pertencer ao mesmo grupo quando a opção fica entre uma empresa e o setor público: como relatamos, é indiscutível a escolha pela primeira opção. No momento existe um projeto de associação entre os municípios, composta pelos prefeitos, buscando soluções para os problemas que se alarga e contagia a região. No entanto as propostas apresentam-se como pontuais e apenas dedicam-se aos efeitos gerados por um desaquecimento econômico daquela região. Todos argumentam sobre o insuficiente orçamento e a necessidade de um ‘corpo técnico especializado’.

Um pouco mais acima tocamos na questão da ‘ vaidade’. Era evidente essa característica na maioria dos prefeitos pesquisados. Num caso em particular esse aspecto atingiu o ponto da irracionalidade interrompendo a entrevista. Era inaceitável – para tal prefeito – que a ‘sua’ cidade fosse vista como um centro de pobreza. Contestava veementemente os resultados mostrados pelos mapas do PNUD e buscava desviar a atenção para as maravilhas do seu governo. Infelizmente, salvo por outras duas situações, as entrevistas eram desviadas para uma espécie de discurso sobre ações públicas que tentavam esconder exatamente aquilo que explorávamos. Se pareceu humilhante para o pobre ser constatado como tal, também pareceu ser para algumas prefeituras.

Você sai de lá daquele centro de pobreza que tem local muito mais miserável, falar que a nossa cidade é um bolsão de pobreza? Você não sabe o que está falando. Não tem ONU nem ninguém que conheça mais [...] [a minha cidade] do que eu. Pos acaso eles vieram aqui me perguntar qualquer coisa antes de fazer esses mapas [...]? (informação verbal, prefeito cidade C)

Curiosamente existe uma lógica na fala desse prefeito, mas também uma espécie de cegueira que o impede de ver além do que foi proposto pelo seu ideário. Realmente era uma cidade bonita que buscava esconder (ou combater) seus resumidos vestígios de miséria. Ignorava ele, ainda, a relação que sua cidade teria com as

¹⁵² Realmente os traços de ideais eram fortemente presentes e não se observou qualquer vantagem pessoal em acreditar no benefício desse atrativo. Talvez a vaidade de um florescimento da região.

vizinhas, como se fosse a miséria um problema alheio que não lhe batesse a porta a qualquer tempo.

A participação de atividades filantrópicas também é relevante em algumas áreas, tendo inclusive participação de entidades internacionais na construção de casas. As residências possuem muitos moradores (mais de dois por cômodo) e nem sempre são da mesma família. As contas não podem ser pagas em dia, não possuem grandes disponibilidades de crédito e uma grande parcela de aposentados está endividada numa determinada cidade (cidade G)¹⁵³ pelos empréstimos pessoais que serviram como pagamento de contas e mercearia. A educação parece estar sendo universalizada, mas não se vê nenhuma esperança nesse sentido (o que fazer com ela?). A situação é outra do ponto de vista do setor público que entende que 'trazer a Universidade' é uma forma de garantir o conhecimento suficiente para criar mecanismos de superação da 'crise'.

Enfim, a utilização de imagens, mapas e algumas informações têm apenas o caráter informativo, que nada pode acrescentar de substancial ao nosso estudo. No entanto, há ainda uma advertência que se faz importante sobre a naturalidade com que são aceitas as condições impostas por uma ordem e que são recebidas como imutáveis:

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.¹⁵⁴

Essa verdade é mais reveladora quando se nasce e envelhece num lugar de miséria em que não é dada a oportunidade de se conhecer uma outra realidade: aquela que existe em sonhos ou no imaginário que se concretiza nos contos de novela. Sob esse prisma, a transformação de uma realidade parece um ato revolucionário ou demasiado utópico para que seja ansiada. Parece uma explicação razoável para o desejo geral de melhorias e não de grandes mudanças

¹⁵³ As financeiras só dirigem-se aos funcionários públicos e aposentados – os únicos da região com renda 'garantida' para quitarem suas dívidas.

¹⁵⁴ Poema de Bertolt Brecht.

3.4 Políticas sociais e desenvolvimento econômico: irmãos siameses

A proposta de desenvolvimento humano, promovida e em parte financiada pelo banco Mundial e executada pelas ONG's, expressa a característica principal de um ideário de mínimo social correlato da desqualificação do Estado nacional como agente ampliado da promoção de políticas unificadas e universalizadas, como uma esfera autêntica de autonomia dos povos. [...]. Desta forma, equivocadamente se pensa em um desenvolvimento local sem a mediação e a integração efetiva do Estado nacional como agente educativo e empreendedor. Isso não deixa de ser uma forma alienante de promoção do desenvolvimento humano. (SILVA, 2007, p. 45)

As relações entre as políticas econômicas e sociais se apresentam diferentemente em cada momento, em cada período histórico. Compreender essas diferenças, as suas formas de engendramento, observar seus contextos de transformação e as reivindicações que se constroem, são os principais interesses dessa pesquisa: mais do que descrever os aspectos efetivos de tais políticas e suas formas de aplicação. Isso porque, seja qual for o período histórico que nos fixemos, a construção e aplicação de políticas sociais sempre foram compensatórias, formas de amenizar os efeitos nefastos dos modelos econômicos 'excludentes', dos modelos sócio-econômicos implantados nas sociedades de classes e, em especial, no capitalismo.

Essas afirmações, porém, merecem uma contextualização de porte. Para tanto iremos dissertar sobre alguns conceitos e relações que nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar devemos explicar pormenorizadamente o nosso entendimento sobre políticas sociais. Sem recorrer à literatura, esclarecemos apenas que entendemos que a política social não pode ser sinônima de política compensatória. Nesse sentido, políticas sociais e políticas públicas não podem diferir em conceituação nem em efetivação: são políticas construídas e constituídas para a sociedade. Já as políticas compensatórias, apesar de terem o cunho social, aparecem de formas paralelas a outras políticas ou processos econômicos onde se apresentam como remédio contra os efeitos de algum processo (independentizado) em curso.

A partir dessa 'convenção', dissertaremos sobre a trajetória das políticas sociais em diferentes contextos. Em seguida estudaremos as suas formas de relação com os processos de crescimento/desenvolvimento econômico que julgamos, de antemão, ocorrer por formas paralelas e autônomas. Ressaltamos que a proposta, no primeiro

momento, é fazer um estudo relacional a partir do entendimento comum sobre o crescimento e desenvolvimento econômico, entendendo estes como não-equivalentes ao mesmo tempo em que afirmamos que a apropriação do termo desenvolvimento econômico esteja excessivamente contaminado pela fragmentação do conhecimento que, nesse caso, separa o social do econômico. Então, somente no segundo momento é que explicitaremos a nossa 'proposta' de desenvolvimento pleno, baseado na visão holística em contraponto com a visão mecanicista do pensamento econômico dominante.

As particularidades da trajetória político-social brasileira não são suficientes para a compreensão da força do capitalismo moderno sobre a civilização, o progresso e a riqueza, assim como sobre a pobreza, a miséria e a desigualdade. Não há como duvidar que a pobreza tenha sua existência revelada desde a bíblia, assim como por inúmeros autores contemporâneos, como Norbert Elias (1993). Ainda no que tange à pobreza, suas origens não podem ser estabelecidas nos primórdios do capitalismo. Podemos observar a origem de políticas de combate à pobreza ainda antes do séc. XIV, no reinado de Eduardo III, como descreve bem Eugène Buret (1840). As características de tais políticas, obviamente, não são comparáveis às atuais.

A análise da conjuntura do período correspondente à evolução da industrialização pode esclarecer melhor o contexto de formatação do esboço das políticas sociais e sua motivação. Já próximo à revolução industrial, estimava-se que 88% da renda dos operários era destinada somente para alimentar-se com pão. Pelo menos 1/3 da população européia permanecia no patamar da indigência que, já no séc. XVII, assume o caráter de massificação. E essa vulnerabilidade sugere medidas sociais para evitar o confronto. Por um lado, o risco evidente de revolta social dado pelas 'classes perigosas'. Do outro, a constatação da insustentabilidade e precariedade das massas. A sensibilização frente à situação de miséria dos desfiliaados e o medo constante das reações violentas que poderiam surgir, movimentou setores da sociedade e dos governos em busca de medidas para amenizar a miséria¹⁵⁵.

Pelo menos aqui já era mais nítida a desconexão entre vagabundagem e miséria. Tornava-se evidente a crescente precariedade entre os trabalhadores e a inconstância do trabalho. Provavelmente o principal motivo de óbito era a fome e a

¹⁵⁵ As ações filantrópicas e de caridade não serão enfocadas aqui. Os dados quantitativos foram extraídos de BURET (1840) e CASTELL (1998).

fraqueza, como consta nos relatórios das paróquias - principais agentes das 'políticas sociais' da época. Ao lado da mortalidade, o inevitável crescimento demográfico devido à expulsão dos camponeses determina, em parte, uma situação de vida sem acesso a mínimos padrões de higiene, privacidade e costumes morais que geravam boletins como os da Sociedade Filantrópica de Paris, cujo teor fez estremecer grande parte da sociedade — traduzindo a questão social para um outro linguajar.

Qual é a classe a que pertence o maior número de pessoas que se dirigem à assistência e à beneficência pública? Evidentemente, o maior índice de sofrimentos no exército da miséria corresponde à classe dos operários e dos lavradores. Quais são as principais causas pelas quais a classe dos operários e lavradores se encontra, mais do que as outras, num estado de miséria? A maioria dessas causas é dada pelas condições econômicas particulares a essa classe. (BIANCOLI, 1906, apud CASTEL, 1998, p. 371)

Mas nem isso foi suficiente para que a 'filantropia assistencial' assumisse formas de políticas efetivas. Ao contrário, manteve sua aplicação como um apêndice que poderia ser extirpado sem modificar substancialmente o estado do corpo social: a total descrença na eficácia na redução da pobreza e na redução dos conflitos sociais transparecia nas opiniões dos próprios 'assistentes sociais'. Por outro lado, a crença integral no mercado, amparado por um Estado fornecedor de suporte jurídico-legal às funções da acumulação de capital, já não mais se sustentava no século XX, dando voz a outras correntes que emergiam no estado de guerra. Isso porque as evidências de que o mercado não substituía as antigas redes de proteção eram muito fortes:

Enquanto sob o regime do feudalismo e da comunidade aldeã, a *noblesse oblige*, a solidariedade do clã e a regulamentação do mercado de trigo controlavam a fome, sob a direção do mercado não se podia impedir que as pessoas morressem de fome segundo as regras do jogo. (POLANYI, 1998, p. 163)

E assim já era possível constatar que:

Nem a liberdade nem a paz puderam ser institucionalizadas sob aquela economia [liberal], pois seu propósito era criar lucros e bem-estar e não paz e liberdade. (Ibid, p. 248)

É inegável, porém, que a questão social já estava em pauta muito antes da Revolução Industrial. Segundo Castel, em 1789 já havia 27.000 religiosos administrando estabelecimentos de caridade, 1.224 hospitais e hospícios, assim como coexistiam vertentes extra-hospitalares desde 1796. E, desde aquela época, o

financiamento, embora também governamental, era sustentado por doações e pequenas taxas sobre serviços. Castel também fala de estabelecimentos especiais, institutos, orfanatos e asilos. Mas é Buret que melhor nos mostra que no nascer do séc. XIV já era possível falar em caridade legal.

Na Inglaterra, o princípio cristão que faz da caridade um dever estava escrito na lei [...]. É errado atribuir ao famoso ato do 43º ano do reinado da rainha Elizabeth, a criação do código de pauperismo. Esse estatuto, passado em 1601, só generalizava disposições em vigor há muito tempo, e reúne em uma lei todas as leis anteriores. O princípio da caridade legal era reconhecido e aplicado desde muito tempo, o que podemos provar por uma imensa quantidade de estatutos dos reinados anteriores [...]. Desde o século XIV, sob o reinado do rei Eduardo III, encontramos uma lei econômica de igual importância e cuja caridade legal, organizada por Elizabeth, é apenas a consequência [...] (BURET, 1840, p.140-141).

O que vale investigar é o caráter que essas ‘leis’ assumem, tanto antes quanto depois da Revolução Industrial. Em linhas gerais, o que podemos dizer é que anteriormente à sociedade industrial, a humilhação e a certificação de miséria eram os requisitos para o recebimento de pão e vestimenta. Com a criação das *WorkHouses* foi possível aos governos, em conjunto com os industriais, estabelecer um pacto de não-vagabundagem, oferecendo moradia, alimentação e vestimenta em troca de trabalho. A passagem seguinte mostra o caráter dessa troca:

A lei permite escolher entre a privação de todo socorro ou a *WorkHouse* [...] O objetivo é a supressão de todo socorro a domicílio, quer dizer, de todo socorro fora das *WorkHouses*. Os comissários encarregados de sua execução falam claramente aos novos oficiais da administração dos pobres, que o resultado esperado é a despauperização da Inglaterra pelo medo das *WorkHouse*. (Ibid, p. 154-155).

Percebemos, até aqui, que as políticas sociais surgem como um apêndice – incluídas e excluídas sem que se altere a estrutura das demais políticas. Sempre que as tensões sociais emergiam, eram necessárias medidas que as amenizassem. Sua implantação mostrava-se isolada, independente de outras esferas e outras necessidades que já se manifestavam. Desde esse tempo, já se falava em políticas sociais de forma aparentemente desgarrada das políticas públicas. Mas não é possível justificar tal distanciamento porque não podemos conceber (teoricamente) que políticas públicas não sejam sociais (embora muitas vezes, de fato, dirijam-se adversamente ao social), nem que as políticas sociais não sejam públicas. Entendendo ser as primeiras como parte das segundas, temos a impressão de que

as políticas sociais vigoram quando as demais políticas falham, como um instrumento que agisse de acordo com o disparo do alarme social. Em nossa pesquisa, já expusemos algumas concepções dos entrevistados, mas resumiremos as principais colocações sobre esse assunto particular para compreendermos a implicância dessa divisão na atualidade. As passagens abaixo respondem à seguinte questão: o seu governo vê ou faz alguma distinção entre políticas públicas e políticas sociais?

Acho que eles estão ligadas, porque tem outras políticas públicas que são de áreas diferentes: saúde, educação [...]. (informação verbal, assistentes sociais da prefeitura da cidade G)

Eu acho que a política pública ela deve ser uma política social (informação verbal, prefeito da cidade G)

Públicas na verdade é porque elas são determinadas através de programas federais, estadual e municipal e você se prende a algumas leis – que nós não ajudamos a fazer, mas temos de cumpri-las – e tem aquelas que você trabalha mais com a sensibilidade, com a organizações, as ONG's... Ela fica mais democrática. (informação verbal, prefeito da cidade F)

A política pública, eu acho, está intimamente ligada à política social (...) elas são distintas, mas elas são... Na verdade não tem diferença nenhuma porque a política social é uma política pública só que a política pública ela é mais complexa porque ela não é formada só pelo social, é formada pelo social, pelo econômico, etc. (informação verbal, prefeito da cidade E)

Mas é a mesma coisa! Só muda de nome, de enfoque na hora... (informação verbal, deputado A)

Chama-nos a atenção o fato de que não é uma questão recebida com tranquilidade. Se fôssemos apresentar as respostas na íntegra, observaríamos que primeiramente o entrevistado tenta desfazer a confusão existente para ele mesmo. Em seguida questiona o entrevistador sobre o conceito das duas políticas e depois tenta, por meio de associações com as áreas do governo, estabelecer quais das políticas seriam públicas e quais teriam 'enfoque social'. Seria uma confusão ingênua, se boa parte das ações políticas considerassem as implicações sociais em políticas públicas que consideram não-sociais – como as econômicas. Por maior que seja a tentativa de se estabelecer ligações entre o econômico e o social, elas continuam sendo vistas e trabalhadas em paralelo.

Convém que continuemos a especular sobre as políticas sociais no início da sociedade industrial tentando apreender a ideologia que a compunha que,

possivelmente ainda influencia o pensamento da sociedade moderna. No início do Séc. XIX, há uma citação de Napoleão sobre o caráter das medidas sociais. “É necessário que no começo da bela estação, a França apresente o espetáculo de um país sem mendigos”. E em função desse belo paisagismo, em 1808 um decreto cria um depósito de mendigos nos departamentos públicos¹⁵⁶.

Havia muita resistência à implantação das políticas sociais já que a mesma era atribuída ao princípio do direito que pressupõe uma troca contratual (circulação) entre iguais. Na assistência social ocorria uma troca desigual. Então, a assistência não poderia ser implantada sob a égide do direito, mas sim da moral — e não da política. Então, política social passa a ser sinônimo de atividade moral

E a resistência continuou entre os malthusianos, que insistiam na miséria como um mal necessário, como ‘um temível’ inferno que conduziria os pobres à prática de virtudes necessárias ao progresso. Mas havia também esforços positivos que contrapunham aos equívocos desses ideários. No início do séc. XX, a imprensa já denunciava a exploração dos níveis de salários pelos patrões. Já se enxergava a reivindicação de um Estado-providência ou empresa providencial.

Uma forma de progresso é evidente: embora não assuma o caráter real de direito nem de política propriamente dita, as ‘políticas sociais’ passam a ganhar proporções coletivas. As obrigações morais passam a ser obrigações sociais. Porém os ganhos, longe estão de ser absolutos. No séc. XX mais de 60% da renda dos trabalhadores eram destinados à alimentação. O acesso à habitação é restrito e a forma habitacional dos proletários é contrastante com a paisagem parisiense. A educação era quase que utopia destinada à apenas uma ínfima minoria. O emprego merece uma atenção especial nessa análise. As ondas migratórias, intensificadas no início desse século, colaboram para a mobilidade dos empregos frente às constantes ameaças de desemprego e grande oferta de mão-de-obra. As leis trabalhistas não haviam ganhado fôlego e a inserção social era débil¹⁵⁷.

Como mostramos anteriormente, a questão do trabalho vincula-se e relaciona-se diretamente com as políticas assistenciais. Por isso, torna-se importante alguma

¹⁵⁶ CASTEL, 1998, p. 301.

¹⁵⁷ Vale lembrar que o Ministério do Trabalho foi criado em 1906, 15 anos após a criação do ofício do trabalho.

consideração sobre o processo histórico dessa relação. O que se pode constatar é a crescente ligação entre o trabalho e as conquistas sociais e a polarização com a assistência para os não-trabalhadores.

No segundo momento podemos comparar o atrelamento da organização do trabalho com a organização do comércio, e o atrelamento da produção de massa com o consumo de massa, traduzido em conquistas trabalhistas. Era evidente a preocupação dos operários e sindicatos com a expansão do consumo. Podemos observar, de forma clara, num artigo citado por Castel:

Não há limites para o desejo do bem-estar. O sindicalismo não contradiz isso, ao contrário. Nossa ação, nossas reivindicações de redução das horas de trabalho e aumento do salário, não tem por objetivo mínimo aumentar no presente os desejos, as facilidades de bem-estar da classe operária e, conseqüentemente, suas possibilidades de consumo? (MERRHEIM, 1913, apud CASTEL, 1998, p. 305)

A conjuntura internacional, que se inicia favorável às mudanças que se tornam emergentes, pode ser relatada a partir do fordismo, no início do séc. XX. Aqui se definirá as modernas relações salariais e as novas configurações sociais, muitas das quais observadas até o dia de hoje.

As contestações ao modelo fordista, que num segundo momento passa a apresentar as suas limitações, assim como os conflitos gerados pelo modelo econômico aos moldes neoclássicos já haviam expandido muito desde o início do século. O crescimento da corrente socialista, as diversas crises econômicas que ocasionaram tensões fortíssimas em todos os setores, atenuadas pela intervenção do Estado, colaboraram para que houvesse um questionamento do modelo e a necessidade de amenizar ou gerenciar as tensões sociais.

Daí a ênfase aos modelos de desenvolvimento entendidos como condições *sine qua non* para alcançar o pleno-emprego, segundo o receituário de John Maynard Keynes. Desde então, a sofisticação desses modelos criaram uma série de correntes de pensamento que pregavam o crescimento econômico como antídoto à estagnação e recessão econômica e também como requisito indispensável para aumentar a riqueza de forma ampliada, através do efeito multiplicador. Simplificadamente isso significava um crescimento da riqueza de tal amplitude que alcançaria as classes baixas da sociedade, além de envolver todos os setores da

economia. A implantação e as particularidades destes processos correlatos à expansão das políticas sociais serão desenvolvidas no subitem que se segue. Para esse tópico, estimamos apenas a contextualização do processo responsável pelo favorecimento dos modelos de crescimento/desenvolvimento econômico.

Embora a discussão da relação entre crescimento e desenvolvimento econômico já faça parte da história do pensamento econômico, os primeiros trabalhos clássicos latino-americanos que discutiram seus vários aspectos foram os de Celso Furtado, desde o seu 'Formação Econômica do Brasil', passando por 'Desenvolvimento e Subdesenvolvimento' e chegando ao seu 'Mito do Desenvolvimento Econômico'. Em suma, é toda a obra de Furtado que deve ser consultada para uma visão história e abrangente dessa relação.

Começaremos afirmando que não pode existir desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social¹⁵⁸. Quando se fala em desenvolvimento econômico sem contrapartida social aproximamo-nos de um palavreado jornalístico ou político-populista, como percebemos em alguns discursos dos entrevistados. Como repetimos em outras passagens, a compreensão acerca de dois processos distintos e, em determinados aspectos contrários, não poderiam ser colocados como sinônimos como ainda acontece em setores governamentais.

A questão do crescimento... É a ordenação do desenvolvimento que geraria o crescimento. Se o desenvolvimento econômico, social, urbano, humano... tivesse impulsionado, isso geraria o crescimento, de uma forma ordenada. Porque não adianta crescer nada se não tiver desenvolvimento. (Informação verbal, assessora do prefeito da cidade E)

Para sermos mais precisos, inicialmente utilizaremos os conceitos de crescimento e desenvolvimento como são expostos nos importantes manuais de economia que são referência para todos os acadêmicos das correntes dominantes do pensamento econômico. Segundo Milone, podemos falar de crescimento econômico sempre que ocorra: 1) acumulação de capital; 2) crescimento da população que implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna e 3) progresso tecnológico¹⁵⁹. Conceitualmente, o crescimento ocorre quando há um aumento contínuo do produto interno bruto em termos globais e *per capita*, ao longo do tempo. Para Rostow (1962), por sua vez, as sociedades deveriam passar por estágios semelhantes aos

¹⁵⁸ Para o nosso estágio de compreensão, isso é meramente uma dedução tautológica.

¹⁵⁹ MILONE, apud GREMAUD, 2005, p. 483.

dos países centrais para que o crescimento econômico ocorresse em seu sentido pleno. Parece ser a mesma idéia de consumo de massa desenvolvida por Simonsen e citada no capítulo anterior. O caminho apontado por ele seria: ‘a sociedade tradicional, pré-requisitos para o *take-off*, do *take-off* ao crescimento auto-sustentável, em direção à maturidade e à era do consumo de massa. Desse modo, só poderíamos falar de crescimento econômico ‘em algum ponto situado entre o estágio do *take-off* e o estágio da maturidade da sociedade’¹⁶⁰.

Então, considerando as análises dos institutos de pesquisa que apontavam o crescimento econômico como o meio para se alcançar a equidade social e ‘combater’ a pobreza, podemos dizer, com segurança, que a renda permanece como parâmetro de mensuração do nível de pobreza. Mas o aumento da renda não nos garante uma melhor distribuição nem dela e muito mais dificilmente da riqueza. Além disso, o aumento da renda *per capita* pode significar apenas que a renda de alguns indivíduos ou de parcela da sociedade aumentou e não necessariamente que a pobreza sofreu alguma redução. Por outro lado, ainda que esse aumento da renda nacional atinja as camadas sociais desfavoráveis, a distância entre estas e as mais abastadas manteria o conflito existente e assim, a manutenção dos problemas sociais gerados pela pobreza relativa.

Pelo foco do consumo, observamos que este é o caminho para a ‘inclusão social’, defendido não só pelos economistas ortodoxos, mas também por setores de esquerda e parte dos pesquisadores sociais. Claro que, na nossa sociedade, para se conquistar um padrão de vida digno, não há outra solução além da participação no mercado como produtores ou consumidores. Mas não acreditamos que o consumo de massa tenha o poder de desfazer as distorções sociais. As sociedades que já o atingiram conservam tantos problemas quanto às demais.

Por fim, sendo uma análise extremamente simplificadora, julgamos que não seja necessária nenhuma consideração adicional, além daquela que já afirmamos: a miséria é um fenômeno de inúmeras dimensões que não pode ser resolvido através da ampliação ou manutenção do evento que a gerou – o próprio crescimento econômico – mas, dialeticamente, a causa também é modificada por seu efeito: “a

¹⁶⁰ ROSTOW, 1962, *ibid*, p. 484.

falta de investimentos sociais pode limitar o crescimento econômico” (informação verbal)¹⁶¹.

O desenvolvimento [...] do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital [...] mas estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX, 2005, p. 35)

Por seu turno, o desenvolvimento econômico pressupõe o crescimento, mas não somente isso. Concordamos com Colman e Nixon quando afirmam que: “o desenvolvimento econômico é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade”¹⁶². Existem ainda outras conceituações abrangentes que superam o aspecto economicista que o conceito de crescimento carrega. Seers defende que deve existir “a criação de condições para a realização da personalidade humana”¹⁶³. E continua sua defesa dizendo que não há como desconsiderar a pobreza, o desemprego e as desigualdades. Para consolidar nossos argumentos, recorreremos à colocação de Milone sobre a importância de se compreender as diferenças fundamentais entre crescimento e desenvolvimento econômico:

O aspecto fundamental é que desenvolvimento econômico não pode ser analisado somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou do produto *per capita*. Desenvolvimento deve ser completado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Desse modo, deveremos ter um conjunto de medidas que reflitam alterações econômicas, sociais, políticas e institucionais, tais como: renda per capita, expectativa de vida, mortalidade infantil, fertilidade, educação, analfabetismo, distribuição de renda entre diferentes classes e setores, centralização das atividades econômicas, poder político, entre outras. (MILENO, apud GREMAUD, 2005, p. 486)

A apreensão desses conceitos pela ótica dos manuais torna inevitável a ocorrência de um desencontro de opiniões entre a teoria dominante e as políticas econômicas e sociais. Talvez, se recorrêssemos às conceituações de economistas heterodoxos, sociólogos ou segmentos de esquerda, teríamos conceitos muito mais ‘humanizados’ e próximos da realidade, mas não daríamos conta de esclarecer os verdadeiros propósitos e efeitos do crescimento e do desenvolvimento econômico.

¹⁶¹ Paes de Barro (2007).

¹⁶² COLMAN E NIXSON, 1981, apud GREMAUD, 2005, p. 485.

¹⁶³ SEERS, 1972, *ibid*.

Mesmo porque nenhum processo se equivale – são políticas de desenvolvimento/crescimento que não são aplicadas uniformemente em toda parte.

Assim, confirmando a nossa tese de que existe uma disparidade entre os dois conceitos que não podem ser confundidos nem colocados como sinônimos, acabamos por acusar as políticas públicas – sejam de cunho ‘econômico’ ou ‘social’ – de fraudar as informações sobre os resultados de suas ações. Explicando, podemos dizer do Brasil, que, em raros (?) períodos históricos, ocorreu desenvolvimento econômico, considerando todos os seus requisitos mínimos. Se esse entendimento fosse comum à população, seriam facilmente questionadas as provas de êxito das políticas governamentais. Como isso não ocorre, a população permanece presa ao desejo de crescimento como solução para o problema brasileiro. Reproduzindo uma oportuna colocação do deputado A:

Olha, eu acho que aqui no Estado eu tenho ouvido falar muito no desenvolvimento, mas está tendo é crescimento localizado e não desenvolvimento social à nível de estado do ES. Nós continuamos vendo a concentração industrial na grande Vitória e continuamos vendo interior cada vez mais pobre então estamos vendo o crescimento e econômico em uma determinada região e um retrocesso social no resto do Estado. (Informação verbal)

Aqui, devemos precisar melhor as nossas idéias. Iniciamos a crítica à ciência econômica dominante argumentando que ela é incapaz de responder pelas questões sociais que por ora atingem a todos os seguimentos da classe trabalhadora. Seguindo este raciocínio, afirmamos que existe uma diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, defendendo que este último envolve as questões sociais. No entanto, podemos parecer contraditórios considerando a nossa crítica inicial. Isto é, se consideramos que a elevação dos níveis de desenvolvimento econômico fosse capaz de gerar equilíbrio social, estaríamos também afirmando que a economia, em detrimento das outras esferas do conhecimento, é soberana ao ocupar-se da sociedade, embora o nosso entendimento de ‘economia’ seja certamente mais amplo que a esfera econômica compreendida pelo senso comum.

Contudo, não é o que defendemos. A discussão desse capítulo tem como objetivo compreender as formas de engendramento recíproco entre as teorias científicas, as políticas públicas e a miséria. Dissemos anteriormente que há uma relação determinante entre as duas primeiras esferas e que a primeira não responde mais (satisfatoriamente) pelas questões que implicam e afetam a humanidade. Ora, se as

teorias científicas (ainda que insuficiente) não são consideradas ou manipuladas pelas esferas governamentais, perdemos até mesmo os parâmetros que possam avaliar tais políticas. Se o governo defende a ocorrência de desenvolvimento econômico quando sabemos que não corresponde ao mesmo conceito defendido pelos teóricos (Furtado, Buret, Castel, Pnud, p.ex.); se os políticos objetivam o crescimento como resolução dos problemas da sociedade e se a população passa a desejar que a meta das políticas seja o crescimento, então concluímos que a única situação a ser alcançada é a amenização do caos.

Se a gente não potencializar o desenvolvimento econômico, a gente não aumenta a arrecadação. Se não aumentar a arrecadação não vai ter dinheiro para enfrentar os problemas. [...] Então é ética e participação, é planejamento, é potencializar o desenvolvimento econômico. [...] É pra gente poder aplicar melhor os recursos e poder ter condições para tirar da miséria, da exclusão ou da falta de acesso aos serviços públicos da grande maioria da população. Então eu prefiro potencializar o desenvolvimento da sociedade não pra fazer o bolo crescer e depois distribuir, mas pra fazer o bolo orçamentário crescer para que eu tenha o desenvolvimento e aí sim, é a gente trabalhar contra aquela idéia da fragmentação para que a gente tenha um desenvolvimento de toda a cidade, de todas as áreas de governo. (informação verbal, prefeito cidade I)

A contradição é maior quando, atualmente, passou a ser moda utilizar o termo ‘desenvolvimento sustentável’: o crescimento econômico deve considerar os recursos não-renováveis levando em conta as gerações futuras. Quando nos aprofundamos em seus objetivos, entendemos que teoricamente ele assume contornos que se contradizem. Em resumo, aceitamos o alerta dado por NEGRI e COCCO: As concepções econômicas e políticas do ‘desenvolvimento sustentável’ devem antes confrontar-se com a contraditória potência desses processos. (NEGRI e COCCO, 2007, p. 39).

Vejamos a citação acima em contexto:

Então nós pensamos mesmo num desenvolvimento (eu não gosto muito da expressão não, mas...) que seja sustentável. Mas na verdade é isso: um desenvolvimento que ao mesmo tempo faz a gente gerar mais emprego, aumentar a arrecadação e mais capacidade de investir na área social e acima de tudo garantir a sustentabilidade desse desenvolvimento. [...] Essa é a visão nossa de futuro garantir que nós tenhamos áreas exclusivas para o interesse social, econômico e ao mesmo tempo de zonas de interesse ambiental para que no futuro nós não tenhamos um desenvolvimento desenfreado, sem limites que serve apenas à especulação e ao lucro. Hoje [...] nós definimos o foco do governo: educação e desenvolvimento. Isso mostra que nós damos o mesmo peso tanto à questão social quanto ao desenvolvimento e ao mesmo tempo trabalhamos com a idéia do desenvolvimento sustentável. Então eu não separo uma coisa da outra [...]. (Ibid)

Essa visão ilustra uma posição tomada por organismos internacionais que aparecem de forma indiscriminada nos discursos nacionais. Vemos, por esses exemplos, as bandeiras hasteadas em nome de uma ordem moralizante da política que defende a educação como um mecanismo automático de auto-correção das distorções sociais. Em favor dessa idéia, os indicadores apontam que a educação é uma importante aliada para melhoria dos níveis de renda. De acordo com a ordem quantitativa, o importante é a abertura de vagas, aumento da proporção aluno/professor, aumento da oferta do ensino superior e, como resultado, formamos exércitos de analfabetos funcionais, profissionais de nível 'superior' que mal atingem a esfera do conhecimento técnico e o aumento do número de desempregados e/ou trabalhadores ocupando sub-funções ou subempregos.

Por um lado, não há como o mercado absorver tantos 'talentos' ou pessoas de sucesso advindas de tantas faculdades. Por outro, há uma enorme carência de profissionais qualificados no mercado que justifica, assim, o índice de desemprego: pessoas que não se qualificaram o suficiente ou que não querem trabalhar em postos de trabalho disponibilizados pelo mercado. E entre os dois lados, uma justificativa plausível:

De qualquer forma, na teoria do capital social a educação apresenta-se como um dos elementos decisivos na promoção humana. Acredita-se que seria "possível mudar hábitos e dinâmicas sociais de forma a produzir capital social, ainda que seja tarefa de décadas" (D'Araújo, 2003: 22). Ancorando-se nessa retórica, organismos internacionais de 'cooperação' entre os povos como o Banco Mundial, têm investido na educação da população de países 'em desenvolvimento'. Daí a íntima correlação entre desenvolvimento e educação como forma de superar a miséria de modo autônomo. (SILVA, 2007, p. 45)

De outra forma, a abrangência do conceito de 'desenvolvimento sustentável' não se reduz aos parâmetros analisados até aqui. Na verdade, os teóricos que o defendem, justificam que o desenvolvimento econômico tem efeitos devastadores sobre o meio ambiente e a sociedade que, não garantindo sustentabilidade, gera efeitos de ordem inversa ao planejado. Como essa é uma discussão que envolve muitos determinantes, não alongaremos aqui esse debate, por ora estamos considerando a definição mais abrangente de desenvolvimento sustentável que será confrontada com as práticas instituídas pelas diferentes esferas públicas. Para tanto utilizaremos as definições e conceitos da obra de BELLEN (2005).

Segundo o autor, esse movimento surgiu na década de 70 quando se toma consciência das formas de vida incompatíveis com a regeneração do meio ambiente. “Ele preconiza um tipo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida para as gerações atuais e futuras sem a destruição da sua base de sustentação, que é o meio ambiente”. (BELLEN, 2005, p. 13). Existem ainda outras definições que, finalmente, expõe a preocupação com o ser humano de uma forma não periférica. Pronk e Ul Haq procuram fazer uma correspondência com o crescimento econômico: “[...] o desenvolvimento é sustentável quando traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos finitos sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema”. Outras correntes procuraram aliar o desenvolvimento econômico e humano à ecologia, assim como buscam dentro dessa visão, fornecer uma perspectiva efetivamente social, enfocando a equidade e a responsabilidade pública desse processo.

Se incluíssemos todos os requisitos de variadas correntes que teorizam sobre o desenvolvimento sustentável, teríamos as condições para se implantar uma sociedade em perfeita harmonia, satisfazendo todos os indicadores possíveis: altas taxas de crescimento, elevado nível de desenvolvimento econômico, IDH satisfatório, reduzido índice de fome, desemprego, violência etc. O que nos parece é que se pretende, com essa idéia, exterminar os problemas originalmente econômicos, sem por fim ao acúmulo de riqueza e à ordem econômica. Ignorando a sua função que ainda se afigura utópica, o que sabemos é que se tem salvado mais animais do que humanos. A complexidade de aplicação e avaliação desse modelo, também torna inviável o seu entendimento e aceitação. Pensamos que seja imprescindível que ocorram movimentos nesse sentido. É importante, muitas vezes, que se vá além da ordem do possível, para que ao menos o mínimo seja feito. A defesa do meio ambiente (fauna e flora) é urgente, mas ainda é necessário avançar para a compreensão do sistema.

O que nós precisamos é superar essa desigualdade social. Essa é a nossa prioridade de governo. [...] é uma cidade que possui pontos desenvolvidos, mas nós temos uma periferia que carece de atenção do governo e isso independe do crescimento econômico. [...] o desenvolvimento humano é possível mesmo sem o crescimento econômico. Então, estamos mais voltados para o desenvolvimento social, para o desenvolvimento humano mesmo. Isso vai gerar o desenvolvimento que a nossa cidade precisa. (Informação verbal, prefeito cidade H)

A idéia de sustentabilidade é pertinente para essa discussão porque nos trás de volta ao debate anterior sobre a idéia de totalidade, holismo e ecologia profunda. Embora, como vimos acima, esse termo tenha atingido âmbitos comerciais e uma presença freqüente em fraseologias jornalísticas e desprovidas de sentido, esse conceito tem como base o ‘pensamento sistêmico’ que seria uma espécie de contestação aos modelos fragmentários e estáticos reproduzidos a partir de Descartes e Newton. Mais uma vez a física apresentou-nos importantes representantes e defensores desse novo paradigma. Para esse momento utilizaremos as idéias de Frijot Capra que consolida essa nova forma de pensamento. Em ‘Teia da vida’ ele nos diz:

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo ‘ecológica’ for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza. (CAPRA, 1995, p. 16).

E nos esclarece quanto à amplitude do conceito de ecologia:

Os dois termos, ‘holístico’ e ‘ecológico’, diferem ligeiramente em seus significados, e parece que ‘holístico’ é um pouco menos apropriado para descrever o novo paradigma. Uma visão holística, digamos, de uma bicicleta significa ver a bicicleta como um todo funcional e compreender, em conformidade com isso, as interdependências das suas partes. Uma visão ecológica da bicicleta inclui isso, mas acrescenta-lhe a percepção de como a bicicleta está encaixada no seu ambiente natural e social — de onde vêm as matérias-primas que entram nela, como foi fabricada, como seu uso afeta o meio ambiente natural e a comunidade pela qual ela é usada, e assim por diante. (Ibid)

Apenas para deixar ainda mais claro nosso ponto de vista, devemos enfatizar que essas noções que se apóiam em um crescimento com desenvolvimento, tais como ‘crescimento sustentável’, responsabilidade social das empresas etc. se aqui incluimos essas noções, não o fazemos somente para criticá-las. Ainda que essas construções tenham sido adaptadas por economistas da corrente dominante em momentos históricos de grande acentuação das disparidades regionais e sociais que pouco contribuíram para suas amenizações, existe um outro aspecto que devemos considerar. Para o primeiro caso, a apropriação desses novos conceitos não ocorre por acaso: à falta de desenvolvimento real faz-se imperativo construir um

desenvolvimento imaginário. Sem um ou outro a estabilidade social seria inviável e a paz social só poderia ser obtida pela força (como nos períodos ditatoriais).

Contudo, seria uma crítica vazia sem a percepção de que, de certa forma, ultrapassamos a era mecanicista e cartesiana de pensar o mundo, de compreender a sociedade. Queremos dizer com isso que não ignoramos as transformações que se processam nas entrelinhas. Quando utilizamos as citações extraídas dos prefeitos, deputados e da população entrevistadas, o fizemos tão somente para ilustrar certas questões ou pontos de vista. Mas não as colocamos como absolutas. Atacamos as confusões, as dissonâncias que se processavam ao nível de entendimento das ordens ditadas de uma extensão maior que a de sua localidade e capacidade de compreensão das leis sociais que se transformaram em Leis econômicas.

Falamos no início deste trabalho da predominância do pensamento moral sobre o pensamento ético. Falamos também, do longo alcance de medidas pró-sobrevivência em detrimento de ações em prol da vida em sua potência. Assim, acusamos o quase-absolutismo do caráter moral das políticas públicas (sociais) e a necessidade de se iniciar uma nova etapa de mudança social baseada na ativação do homem da ética onde, nesse estágio, já estariam vencidas todas as lutas contra a miséria, a fome, a violência e a corrupção. Isso porque sabemos, e os nossos pesquisadores o provam, que os recursos são suficientes para que a miséria seja apenas uma etapa transposta em nossa sociedade e sem ela, dissipam-se outros males que a antecedem ou a acompanham. Sem associarmos a miséria e a violência diretamente, pensamos que a corrupção alimenta tanto uma como a outra mazela social. Essa somente pode ser superada quando o homem da ética for sinônimo do homem político, especialmente daquele *homem político* do qual descreveu Platão.

Suely Rolnik defende que a sociedade contemporânea aproxima-se da concepção termodinâmica, transcendendo a concepção mecânica de ver e agir no mundo. E ela explica da seguinte forma:

Na concepção mecânica, só está em funcionamento o acesso ao visível, daí tomar a ordem atual de si mesmo e do mundo como a própria natureza. Não há qualquer espécie de escuta para as dissonâncias introduzidas pelas diferenças que vão se produzindo. Enquanto na concepção termodinâmica esta escuta já começa a se esboçar: como vimos, é uma subjetividade que reconhece a

alteridade com seu efeito de instabilização, só que a vive como anunciadora de um perigo de desintegração de sua suposta identidade (seu atual contorno, naturalizado) e então se aterroriza. (ROLNIK, 1992, p. 166-167)

E é imperativo que compreendamos como se processam essas modificações para que consigamos fugir das armadilhas de críticas vazias ou desilusões imobilizadoras. Ao mesmo tempo não queremos defender uma espécie de determinismo que dita automaticamente que hoje é melhor do que ontem e que, naturalmente, amanhã será melhor do que hoje. Pedimos licença aqui para uma apropriação grosseira de Foucault quando defende as micro-revoluções que se processam além da visão macro dos economistas e agentes políticos. Essas invisíveis transformações não podem ser compreendidas somente pelas análises estáticas.

É importante que essas pequenas transformações não sejam tratadas como equivalentes às pequenas mudanças que são capturadas por indicadores e contas governamentais. Aquelas em que glorificam melhorias que são visíveis somente através dos números. Queremos tratar das transformações que são capazes de alterar práticas, desnaturalizar situações e promover a inquietação. Para isso é necessário que o homem se transforme num novo homem caracterizado, aqui, por Rolnik:

é um tipo de homem que entendeu que ordem e caos são indissociáveis e que aquilo que inquieta sua consciência é uma diferença engendrada no caos; por isso esta inquietação para ele não é o aterrador sinal de sua possível destruição, mas o apelo de uma necessidade de criar que se impõe no invisível campo dos afetos, e ele se dispõe a acolher este apelo – mais do que isso, ele deseja acolhe-lo. (Ibid, p. 169)

É, portanto, esse o caminho que iniciamos a discussão que centralizou a fala dos nossos entrevistados: a questão do desenvolvimento/crescimento econômico. Sem essa introdução, seria impossível não se agarrar aos conceitos economicistas e, a partir daí, identificar os processos.

A contextualização feita residia no questionamento do papel das políticas sociais num ambiente de desenvolvimento econômico pleno. Em outras palavras: caso haja desenvolvimento, políticas sociais deverão ser implementadas, tornando-se supérfluo falar de políticas sociais em momentos de desenvolvimento. Explicando melhor, o oposto seria dizer que a economia ao ser conduzida pelas leis do mercado, e só por elas, conduz, inelutavelmente, à concentração de rendas e ao

crescimento das desigualdades sociais, gerando a necessidade de políticas compensatórias. Enfim, Desenvolvimento e Políticas Sociais são irmãos siameses por dois motivos fundamentais: 1) na medida em que os modelos de desenvolvimento de enfoque economicista exigem a contrapartida das políticas sociais e 2) quando os modelos de desenvolvimento possuem, organicamente, o desenvolvimento social implementado por meio das políticas públicas.

Quanto às políticas sociais, embora elas possam não ser compensatórias (conceitualmente falando), essa é a prática corrente no capitalismo (principalmente nos países subdesenvolvidos). Para apoiar esta tese, podemos citar inúmeros autores: Emile Buret (“De la misère des classes laborieuses en Angleterre et en France”), Karl Marx (“O Capital”), Harry Braverman (“Capital Monopolista e Trabalho”), André Gorz (de “Adeus ao Proletariado” ao “Imaterial”) Robert Castel (“As Metamorfoses da Questão Social”) etc., etc. De acordo com o ponto de vista desses autores, podemos considerar que no capitalismo as políticas sociais (na prática) só possuem esse caráter compensatório.

Outras correntes, porém, questionam essa colocação, enfatizando que a conquista de direitos sociais são frutos de lutas e obrigações do Estado. Mas mesmo estas correntes não podem esquecer que se há luta, há contradição; se há Estado, este é capitalista; se existem direitos, sua efetivação é financiada pelo capital, em forma de encargos sociais ou subsídios, transferências de renda e auxílios financiados por taxas e impostos¹⁶⁴. De todas as formas, é preciso deixar claro que mesmo as ‘verdadeiras’ conquistas legitimam politicamente a sociedade do capital. Economicamente falando, aumentam a demanda efetiva e favorecem o escoamento das mercadorias produzidas pelas empresas. E, enfim, socialmente, diminuem as tensões sociais e permitem uma acumulação de capital sem grandes surpresas. Em resumo, sejam compensatórias ou não, as políticas sociais colaboram para a perenidade do capital enquanto sociedade de exploração e alienação – tanto dos produtores quanto dos proprietários dos meios de produção.

Todo o processo e avanço das políticas sociais brasileiras foram detalhadamente descritas por Vieira (1997), do trabalhismo de Vargas até o Movimento de 64. Embora sua análise concentre-se na conjuntura político-econômica, o autor não deixa de considerar a correlação de forças entre Estado e economia. Talvez

¹⁶⁴ Nas democracias capitalistas não pode existir direitos sem deveres (Norberto Bobbio).

pudesse acrescentar – entre trabalhadores e capitalistas. Há muitas particularidades na aplicação de políticas de cunho social no Brasil. Uma delas é o caráter tardio e ‘economicista’ apontado por Pereira:

[...] No Brasil, as políticas sociais tiveram a sua trajetória em grande parte influenciada pelas mudanças econômicas e políticas ocorridas no plano internacional e pelos impactos reorganizadores dessas mudanças na ordem política interna. [...] Diferente, pois, das políticas sociais dos países capitalistas avançados, que nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, o sistema de bem-estar brasileiro sempre expressou as limitações decorrentes dessas injunções. (PEREIRA, 2000 p.125).

Efetivamente, podemos afirmar que os avanços na área social não podem ser desprezados, ainda que estejam longe do desejado. O principal fato observado é a similaridade da vinculação das políticas sociais com o trabalho e da vinculação assistencial para os não-trabalhadores. Grande parte das críticas é acirrada na época da implantação tardia do modelo de bem-estar social.

A Constituição Brasileira, muito embora tenha presente aspectos progressistas avançados para a época, desconfigurou algumas atribuições da Seguridade Social para um simplificado Seguro Social. Wernek (1998) afirma que somos herdeiros dos modelos que importam os problemas e minimizam as soluções e por isso chama de perversa a forma de implantação (americanizada) do *Welfare State*. Segundo a autora o modelo foi ditado por alguns fatores. O primeiro, a ditadura militar; o segundo, pelo aumento de demanda dos serviços sociais e o terceiro pelo aumento dos ‘excluídos’, encarecendo os custos dos serviços já mercantilizados. Aponta ainda dois aspectos importantes, o político, representado pela existência do *Welfare State* nos moldes lobistas e corporativos e também a formatação das proteções sociais seletivas, não universalistas.

Todas as discussões levantadas apresentaram simplesmente o caráter exploratório e implicative acerca da pobreza, miséria e as medidas sociais. Apresentam também a função de explicar a transição de sistemas econômicos sob o enfoque social (não economicista), ilustrando situações que se repetem e que se diferenciam no antigo e no novo regime. E como ponto essencial, devemos observar no Trabalho a chave da transição da personalidade assistencial, condicionando os miseráveis ao infortúnio de um trabalho descrito como ‘livre’. E em nome da liberdade, muitos recorreram às Luzes para justificar a necessidade de um novo sistema. E, assim, a liberdade

assume formas diversas, contrariando sua ideologia inicial e aprisionando-se num novo tipo de escravidão.

[...] O grito de guerra em nome do qual os homens das luzes combatiam era a abolição dos privilégios; seu ideal era uma sociedade em que cada homem fosse livre de ter acesso às oportunidades econômicas de que pudesse dispor, e usufruir das riquezas que seus esforços pudessem criar. (TAWNEY, 1926, apud Castel, 1998, p. 239-240).

E essa servidão seria muito mais funesta por ser percebida como a liberdade, como o ideário a ser conquistado e o caminho para a conquista da dignidade e da paz. Todos os moradores das cidades pesquisadas determinavam através do trabalho a solução dos problemas sociais que os afligiam.

Elas [as prefeituras] poderiam ajudar dando trabalho. O povo aqui precisa de trabalho. Mas de trabalho que dê pra comer porque aqui não dá para o mês todo. Se todo mundo tivesse trabalho, ninguém de nós aqui ia passar fome nem ficar pedindo na prefeitura. Essa é a diferença. O pobre às vezes trabalha. O miserável nunca consegue trabalhar. (Informação verbal, moradora A da cidade B)

O contraponto criado pelo governo — trabalho x recebimento assistencial —, divide os indivíduos entre o grupo dos acomodados e o dos desempregados. Não se percebe em nenhum momento falar de dignidade por parte daquele que recebe a transferência federal mesmo que todos afirmem que ela é necessária e amenize a fome. Mas colocamos em cheque aqui as saídas apontadas pelos governos e prefeituras que realizam políticas valorizando frentes produtivas e, em nome disso, favorecem maciçamente classes de grandes produtores e empresários em troca de alguns postos de trabalhos, na maioria das vezes, precários.

Ela [a bolsa-família] é importante porque tem dado um suporte mas eu me preocupo também com isso. Eu acho que poderia ter uma política mais efetiva porque acomoda as pessoas. Então de um lado a gente aprova porque ta matando a fome mas tem outro lado desconfortável. Eu seria favorável a uma frente produtiva, que já existiu no passado. É a dignidade, como ganhou, pode ser qualquer tanto. Cresce a dignidade quando você conquista pelo seu esforço. (informação verbal, prefeito cidade D)

Finalmente dedicaremos algum tempo às políticas de cunho keynesiano que tem por principal função, desmistificar o *pseudo Welfare State* não só brasileiro, mas também mundial e assim perceber os contornos ideológicos que delimitaram o

caráter das políticas sociais aplicadas hoje, paralelas aos modelos de crescimento/desenvolvimento econômico.

3.4.1 *Welfare State*: políticas sociais para a produção capitalista

Iniciaremos as nossas considerações sobre as políticas sociais no *Welfare State* com uma colocação pertinente levantada por Polanyi:

Por mais paradoxal que pareça, não eram apenas os seres humanos e os recursos naturais que tinham que ser protegidos contra os efeitos devastadores de um mercado auto-regulável, mas também a própria organização da produção capitalista. (POLANYI, 1998, p. 139)

Com isso dizemos que a implantação das políticas de bem-estar social, muito além de uma vitória obtida pela co-relação de forças nos moldes gramscianos, foi movida pela tentativa de revitalização do fôlego capitalista, tanto pela produção de massa – que se avolumava – quanto pelas necessidades de fortalecimento das economias do pós-guerra. Um outro fator importante era a preocupação com a força econômica que se expandia nos Estados de esquerda, como a Rússia, a China (1949), Cuba, Leste Europeu e boa parte do Oriente. Esses países apresentavam-se como modelos de desenvolvimento concorrentes dos modelos capitalistas.

Teoricamente, é inegável que Keynes desenvolveu sua teoria com base na constatação de erros da ‘lei de Say’¹⁶⁵. Keynes, considerado o pai da economia moderna, tentava provar que a moeda, também utilizada para especulação e entesouramento estéril, desviava-se da circulação e, desse modo, nem toda oferta geraria sua demanda. Suas idéias só germinaram após a crise de superprodução de 1929 onde ficou claro que não havia mercado (consumidores) para toda a produção. Ainda de acordo com Keynes, o governo deveria incentivar o investimento, através da ampliação dos gastos públicos que gerariam emprego e renda, aumentando o consumo e os mercados que, por sua vez, incentivariam a indústria, gerando mais empregos etc., produzindo, assim, um círculo virtuoso necessário para a manutenção do crescimento da economia.

¹⁶⁵ Segundo Say: toda oferta cria a sua própria demanda.

Porém, a teoria keynesiana só foi aceita posteriormente e implantada segundo uma série de conjunturas favoráveis e necessárias para a manutenção do controle social, como veremos a seguir.

No início do séc. XX toda a atenção voltava-se para a questão do comércio internacional. Embora a divisão do trabalho tivesse atingido a esfera internacional, não existiam condições, nem mesmo interesse, numa discussão internacional sobre as condições de trabalho. Os trabalhadores passam a concentrar-se na obtenção de direitos de associação e de greve e, a partir daí, também passam a negociar melhores condições contratuais de emprego. A regulação internacional do trabalho pega carona com a regulação internacional do comércio, liderada pela Suíça e Alemanha, enquanto que na França e Inglaterra, a resistência era maior e enfraquecida lentamente com o crescimento das organizações sindicais dos trabalhadores. As conquistas sociais tornam-se significativas com o Bureau Internacional do Trabalho (OIT) que visava à proteção do trabalho frente ao agigantamento da economia internacional. Juntamente com a organização dos trabalhadores eram iniciados os conflitos internacionais acerca do comércio mundial. Havia articulação dos trabalhadores para a não deflagração de uma guerra ou o aproveitamento da conjuntura para reforçar os esforços para a derrubada do 'sistema de produção e contratos capitalistas'. Todavia, o resultado foi tão somente a união dos trabalhadores com os seus governos¹⁶⁶.

Em um segundo momento podemos comparar a ligação da organização do trabalho com a organização do comércio, e a ligação do atrelamento da produção com o consumo de massa, que seria traduzido, posteriormente, por conquistas trabalhistas. Era evidente a preocupação dos operários e sindicatos com a expansão do consumo. Podemos observar, de forma clara, num artigo citado por Castel:

Não há limites para o desejo do bem-estar. O sindicalismo não contradiz isso, ao contrário. Nossa ação, nossas reivindicações de redução das horas de trabalho e aumento do salário, não tem por objetivo mínimo aumentar no presente os desejos, as facilidades de bem-estar da classe operária e, conseqüentemente, suas possibilidades de consumo? (MERRHEIM, 1913, apud CASTEL, 1998, p. 305)

A conjuntura internacional, que se inicia favorável às mudanças que se tornam emergentes, pode ser observada a partir do fordismo, no início do séc. XX. Aqui se

¹⁶⁶ Ver NOGUEIRA (1994).

definirão as modernas relações salariais e as novas configurações sociais – muitas delas observadas até o dia de hoje. Castel aponta cinco condições que favoreceram essas mudanças: 1- separação entre os trabalhadores efetivos e não efetivos no mercado de trabalho; 2- racionalização do processo de trabalho. 3- transformação efetiva do operário em consumidor, através dos salários; 4- acesso à propriedade social e serviços públicos; 5- adoção do estatuto do trabalho, assegurando pela constituição de direitos trabalhistas. Na prática Ford adotou a redução da jornada, a fixação desta em 5 dólares por dia e a indexação dos salários ao consumo, é claro! Nesse ponto é que se abre o caminho para a implantação do Estado-previdência¹⁶⁷.

No entanto, o desenvolvimento do comércio internacional não foi acompanhado pelo desenvolvimento equivalente do trabalho, por dois motivos centrais. Em primeiro lugar a questão do comércio internacional, da revolução tecnológica e da industrialização eram preocupações dos países mais avançados, não permitindo que os demais países fossem beneficiados pelos ‘frutos do progresso’ de forma equivalente. Por isso é possível observar países em que as regulações trabalhistas são mais fortalecidas em detrimento de outros. Em segundo lugar, nunca houve, de fato, um vínculo formal entre os dois fenômenos. As tensões entre comércio e normas de trabalho se resolveriam pelo desenvolvimento econômico dos países industrializados através, essencialmente, da equiparação das condições de trabalho naturalmente resultante desse processo, segundo os analistas.

Na outra ponta, as contestações do modelo neoclássico já haviam expandido muito desde o início do século. O crescimento da corrente socialista, as diversas crises econômicas que ocasionaram tensões fortíssimas em todos os setores, tendo de ser atenuadas pela intervenção do Estado, colaboraram para que houvesse um questionamento do modelo. Internamente, o modelo estava superado por outros teóricos, mas foi John Maynard Keynes quem acirra o debate a partir da década de 20. Este economista defendia a seguinte tese:

Um país se enriquece não pelo simples ato negativo de indivíduos não gastarem todos seus rendimentos em consumo corrente. Enriquece-se pelo ato positivo de usar essas poupanças para aumentar o estoque de capital do país. Não é o avaro que se torna rico, mas o que aplica seu dinheiro em investimento frutífero. O objetivo de concitar o povo a poupar destina-se a criar a capacidade de construir casas, estradas e assim por diante. Portanto, uma política destinada a

¹⁶⁷ GRAÇA (2000). Isso só foi possível pela implantação do Plano Beveridge que estudaremos posteriormente.

tentar reduzir a taxa de juros pela suspensão de novos acréscimos ao estoque de capital e, pois, pela contenção das oportunidades e dos propósitos de aplicação de nossas poupanças é simplesmente suicida. (KEYNES, 1982)

Era um alerta sobre as condições da produção e nível de investimento, atrelada às políticas macroeconômicas de juros ditadas pelo mercado. Segundo Keynes, equilíbrio e estabilidade econômica eram possibilidades atingíveis pelo Estado. Seu objetivo era desencorajar o entesouramento individual e implementar o Pleno Emprego. Apesar dos postulados da economia clássica defendida por Say, o que se verificava era um alto nível de desemprego em países industrializados, além de depressão e flutuações econômicas. Tudo isso contestava as afirmações das políticas mercadológicas, bem como levava a crer que a mão invisível de Adam Smith era, em última instância, o Estado.

Na realidade, o senso comum não poderia dar ouvidos às declarações de Keynes. A economia, embora sofrendo flutuações, ainda mantinha altas taxas de retorno e a capacidade produtiva estava em ótimas condições. A explicação do nível de desemprego era dada pela mobilidade dos trabalhadores e a recuperação do pós-guerra mantinha os governos centrados. É importante ressaltar que as guerras provocaram a perda de enormes recursos humanos, tornando-os mais caros e difíceis de obter. Logo, melhores salários e garantias sociais eram necessários para obter-se a mão-de-obra necessária à reconstrução da Europa e ao desenvolvimento das indústrias americanas que forneceria os equipamentos para o velho mundo.

Como mostrou a história, os ataques de Keynes ao modelo clássico não foram em vão. Pouco tempo depois do início da contestação, em 1929, ocorre no mundo a maior crise de superprodução já enfrentada pelo capitalismo. Exatamente como previa o economista. E assim, cai por terra a teoria da liberdade mercadológica — da não intervenção estatal. Em toda parte os governos socorrem o capital e buscam superar os efeitos da estagnação econômica, ocasionadas pela depressão. Mas essa intervenção não é inaugural.

Historicamente, o surgimento do *Estado-Providência*, está ligado à Alemanha de Bismark, considerado extremamente conservador. É o primeiro país a promulgar leis de proteção social e a antecipar-se, de algum modo, ao país que foi o primeiro a industrializar-se — a Grã-Bretanha. Assim criam-se leis sobre os seguros sociais obrigatórios de doença (1883), de acidente de trabalho (1884), de velhice (1889) e

legislação sobre condições de trabalho (1889-91). Mas não só Bismark pressentiu a necessidade de intervenção e socorro à economia. Outros governos começam a sentir uma grande pressão do sistema social e econômico para intervir no campo da proteção social. Essa pressão também é devida a razões políticas e ideológicas, como aponta GRAÇA (2000)¹⁶⁸:

- 1- As instituições caritativas ou de beneficência, já não estavam em condições de dar resposta aos problemas sociais levantados pela industrialização, proletarização e urbanização;
- 2- Os Governos acabam por assumir parte das funções que tradicionalmente incumbiam às iniciativas privadas, ou por definir um quadro regulamentador da esfera de ação da sociedade civil neste domínio, ou inclusive por tomar, eles próprios, medidas legislativas e outras para proteger a população ativa. E isso inclui legislação sobre o trabalho infantil e feminino, idade mínima de admissão, duração do trabalho, descanso semanal obrigatório, reparação dos acidentes de trabalho, criação da inspeção do trabalho, etc.;
- 3- As medidas tomadas por Governos liberais e reformadores sociais são também motivadas por razões *ideológicas* (por ex., catolicismo social na França nos finais do séc. XIX e princípio do séc. XX, o liberalismo progressista na Inglaterra eduardiana) ou por razões *políticas*, ligadas à manutenção ou conquista do poder (por ex., a Alemanha com Bismark, primeiro, e a República de Weimar, depois; o socialismo reformista nos países escandinavos; o *New Deal* de F. D. Roosevelt; a *Frente Popular* em 1936 e a *Libération* em 1945, em França).

Podemos agora tentar compreender, por outros ângulos, os motivos de transição do modelo liberal para o keynesiano. Do ponto de vista econômico, o conceito de *Oferta Agregada* foi substituído pela *Demanda Efetiva*. O nível de emprego seria definido pela demanda de mão-de-obra e não pela oferta. Em 1936 Keynes conclui seus estudos sobre a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. Nesse período havia um aquecimento econômico provocado pela corrida armamentista, em vista da Segunda Grande Guerra. Esta foi responsável pela mudança da conjuntura depressiva e aproximação do pleno emprego. Para se ter uma idéia, os Estados

¹⁶⁸ Resumos das colocações acima podem ser encontrados em PEREIRA (2004), BOSCHETTI (2003), NOGUEIRA (1994) e CHAGAS (2005).

Unidos alcançaram a menor taxa de desemprego já medida, alcançando o patamar de 1,2% em 1944. Essa euforia impediu que a teoria keynesiana fosse aplicada antes do término da Segunda Guerra Mundial.

O que a teoria defendia era que o desemprego era resultado de uma demanda insuficiente por bens e serviços e esta insuficiência era ocasionada pelo entesouramento. As crises e flutuações econômicas davam-se em função das variações das propensões a investir. Essa dicotomia entre consumo e poupança seria resolvida pela dotação de políticas econômicas eficazes por parte do Estado, no intuito de regular as taxas de juros tornando-as atrativas para o investimento, ou seja, baixas, evitando a especulação. O consumo também deveria ser estimulado através de empréstimos públicos que absorveriam os recursos ociosos, garantindo o chamado 'efeito multiplicador' que se traduz em aumento na renda proporcionalmente maior que o aumento no investimento.

Para os keynesianos as taxas de juros representavam o prêmio pela renúncia à liquidez, alertando para a possibilidade da 'armadilha da liquidez' que sugere sobre os riscos de converter essa renúncia temporária em estratégia especulativa. Aceitando a existência ou o risco de desemprego, ocasionado pelo entesouramento não-transacional (consumo ou investimento), o economista inglês aproxima-se de uma economia depressiva, apresentando-se capaz de direcionar os novos rumos. E só essa explicação não foi capaz de convencer os governos mundiais a mudarem os antigos rumos. Provavelmente, a visão pelo outro ângulo parecia mais convincente.

A normalização do funcionamento da economia nos países industrializados começa a ser ameaçada pelos vestígios do pós-guerra. Os Estados Unidos estavam preocupados com o rumo da economia após o retorno de 6 milhões de veteranos de guerra. Os esforços para sair da depressão fizeram com que o governo americano buscasse soluções evitando uma nova onda depressiva. Seguindo o receituário keynesiano, em 1946 é aprovada a Lei do Pleno Emprego, por Truman, tornando-se obrigação do Estado a manutenção de baixas taxas de desemprego. Por sua vez o nível de emprego seria mantido por investimentos públicos.

O cenário internacional era extremamente propício ao aumento das despesas governamentais. Logo o crescimento da demanda efetiva seria garantido com o aumento do gasto estatal maior que a arrecadação, que seria compensado por

tributos ou excedente na balança comercial. Entretanto o crescimento da demanda efetiva não era só uma necessidade pública. De fato era uma condição para o novo modelo produtivo que se implantava, inicialmente por Henry Ford. Intensificado na década de 40, o fordismo iniciava o ciclo da produção de massa de bens duráveis e automóveis. Dado o alto valor agregado desses produtos, seria necessário um aumento na renda dos consumidores que, em grande parte, eram os próprios proletários.

Tornava-se, então, imperativo que houvesse um pacto entre o capital e os trabalhadores, via Estado, para manter os níveis de produtividade e retorno dos grandes investimentos. Em contraponto a essa idealização, a enorme demanda por ajudas sociais, o crescente número de dependentes do mercado (acidentados, desempregados e idosos incapazes) e a decrescente rede de solidariedade primária (composta pela família e amigos) eram tidos como uma ameaça de potencial incalculável.

A emergência de políticas de cunho social, portanto, passaria a ser uma necessidade contraditória do capitalismo, tanto para que conquistasse plena hegemonia, quanto para garantir a sua própria sobrevivência. Isto é, este novo modelo, baseado numa aliança entre setores e classes, só foi possível graças a um consenso onde os trabalhadores passam a aceitar a lógica capitalista em troca de defesas de interesses prioritários – crescimento econômico, maior poder aquisitivo, emancipação sociopolítica e segurança social.

Oportunamente o parlamento inglês recebe em 1942 um relatório sobre os estudos da seguridade social do Senhor Beveridge. Esse relatório era uma justificativa de reforma para uma nova concepção de proteção social, estabelecidos por dois princípios fundamentais: unidade e universalidade. A unificação das instâncias de gestão dos seguros sociais e a homogeneização das prestações básicas seriam aliadas com a cobertura de todos os indivíduos. Rimminger, citado por WERNECK (1998), descreve o significado do que se convencionou chamar de Plano Beveridge:

Os princípios deste relatório foram aclamados como uma reformulação fundamental dos direitos sociais do cidadão do Estado moderno. Influenciaram a concepção de seguridade social por todo o mundo. (RIMINGER, apud WERNECK, 1971, nota fim de página nº 4, cap. 1)

O Plano fundamentava-se a partir dos princípios de unidade e universalidade em 3 direções: 1- regulação econômica pelo Estado; 2- serviços sociais universais (educação, segurança, assistência médica e habitacional) e 3- serviços sociais pessoais. Também consolidou os planos de seguros-saúde, padronizou e incluiu novos benefícios, implantados por Roosevelt em 1935 – *Social Security*.

Boschetti, ao desenvolver um trabalho sobre as implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira, mostra uma posição interessante e resumida sobre a personalidade que essas reformas traduzem nas diversas partes no mundo.

[...] este [plano] evoluiu do modelo puramente assistencial predominante no século XIX para um modelo de seguridade fundado predominantemente na lógica do seguro entre as décadas de 1940 e 1970 e tornou-se recentemente um misto dos sistemas bismarckiano e beveridgiano, com a distinção entre seguro e assistência cada vez mais diluída. A seguridade social francesa atual abrange três grandes áreas: saúde (seguro saúde e ações sanitárias e sociais), previdência (aposentadorias, pensões e salário maternidade) e assistência à família (um conjunto de 07 prestações financeiras de apoio familiar). As duas primeiras seguem a lógica do seguro contributivo, com benefícios proporcionais à contribuição, enquanto a terceira tem caráter misto. (BOSCHETTI, 2003)

O que se quer apreender aqui são as novas formas de relação que se configuram a partir desses três elementos: modelo econômico keynesiano, fordismo e seguridade social. A mobilização dos partidos políticos, das organizações empresariais, dos sindicatos, das associações profissionais, dos intelectuais e dos parlamentares em torno dessas questões apresenta-se como uma conjuntura favorável para uma nova fase do capitalismo mundial – o *Welfare State* – que sofreu grande influência da planificação dos regimes socialistas, de Estados fortes. Expressão cunhada pelo arcebispo inglês Temple, apresentou-se originalmente como uma motivação ao patriotismo britânico, mas que associada ao Relatório Beveridge, assume o caráter social.

Apesar do caráter social, sua essência está voltada fundamentalmente para o financiamento público da economia capitalista. A economia fordista não poderia sobreviver sem o amparo do Estado, nem mesmo os trabalhadores poderiam suportar tal modelo de exploração intensiva, sem a barganha social chamada *Welfare State*. Foi uma troca bilateral onde o Estado, de acordo com Werneck (1998) toma emprestado o método e idéias do fordismo, ofertando serviços sociais padronizados e em escala, enquanto o capitalismo, em seu auge, financia

indiretamente o Estado que, por sua vez, converte parte dos recursos em direitos sociais.

A partir do *Welfare State* podemos, de fato, introduzir conceitos politizados de serviços sociais, assistência social e políticas sociais. Podemos diferenciar essas políticas da seguinte forma: por serviços sociais, a melhoria de condição de vida do trabalhador. A assistência social, amplamente utilizada nos séculos anteriores, assume o caráter de auxílios por invalidez ou incapacidade, enquanto as políticas sociais caracterizam-se por suprir as necessidades mais complexas, além do domínio do mercado. Vários autores contribuem para essas definições e podemos encontrar, no mesmo trabalho de Werneck, várias atribuições a esses conceitos. As polêmicas que essas diferenciações geram, não serão temas nesse debate.

Os ganhos sociais desse período superam a tensão entre trabalho e capital. Os operários passam a consumir e integrar-se em classes sociais modificadas. O Estado garante respostas aos conflitos residuais e oferece respaldo para as expectativas econômicas. Na verdade, Faleiros (1987) trás uma explicação que vai de encontro às análises vistas aqui: a correlação de forças que, por vezes, passa despercebida ante o caráter político-econômico. Segundo ele:

As políticas sociais se referem, em uma primeira aproximação, ao processo de reprodução da força de trabalho através de serviços e benefícios financiados por fundos a eles destinados. Esta reprodução, quando estruturada pelo Estado capitalista, é um mecanismo distributivo de renda ou riqueza socialmente produzida, sob a forma de benefícios, proteção e serviços, sem que sejam afetadas, entretanto, as relações de produção capitalistas. Os mecanismos distributivos exprimem a correlação de forças existentes na sociedade e no próprio aparelho estatal, mas têm uma dimensão legitimadora do próprio Estado e governo. (FALEIROS, 1987, p. 43).

O resultado no âmbito macroeconômico foi o acúmulo do déficit público em patamares nunca antes vistos. A dívida do governo americano passa de 0% do PNB em 1830 para 129% em 1946. A economia sofre uma inflação de demanda chegando a 12,2% em 1974. Já a taxa de desemprego ficou abaixo da taxa de pleno emprego (5%) em todo o período. O déficit orçamentário passa de -0,2% no período de 1947-1967 para -1,1% no período posterior. Os especialistas previam essa conjuntura considerando que existia uma inflação reprimida que se revelaria nos anos posteriores já que para financiar os gastos públicos o governo recorre ao aumento de impostos, forçando uma inflação de demanda.

O descontrolo das contas públicas denunciava o novo modelo como ineficiente e coincidindo com o desmoronamento do 'socialismo real', o congresso norte-americano aprova em 1978 a Lei *Humphrey-Hawkins* – Lei do Pleno Emprego e do Crescimento Equilibrado – iniciando o ciclo monetarista por Milton Friedman e também por Hayek. O Congresso defendia que alguma coisa deveria ser feita para diminuir os déficits keynesianos. Friedman dizia que o capitalismo não oferecia almoço grátis. Preocupados com o equilíbrio a longo prazo, contrariava Keynes que dizia que 'no longo prazo todos nós estaremos mortos'.

Assim renasce um sistema impulsionado pelo desastre das contas keynesianas e pela constatação de que o capitalismo já estaria forte o bastante para ser novamente governado pela mão invisível. Cúmplices dessas idéias, os governos de Margaret Thatcher, Ronald Reagan e os organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial expandiram a onda neoliberal como uma mancha de óleo pelo mundo todo, servindo de modelo a quase todos os governos. O capítulo das políticas sociais, retorna então a mero apêndice das políticas públicas¹⁶⁹.

Esse percurso teve por objetivo mostrar o importante processo de transformação percorrido pelas políticas sociais. Por outro lado, a omissão desse período tão importante poderia levar nosso trabalho a uma simplificação culposa ao desprezar os aspectos que indicam tentativas de ampliação das ações 'políticas' e 'sociais'. No entanto, outro objetivo era tornar claro que a aceitação, ingênua, sobre a vitória das políticas sociais no plano político-econômico, não pode ser percebida isoladamente. Vimos que os interesses do mercado ainda prevalecem apesar de melhorias significativas entre as classes sociais que foram capazes de criar uma sensação de desenvolvimento econômico pleno. Isso evidencia, por um lado, o caráter frágil e corretivo das políticas sociais e, de outro, a certeza da existência de uma co-relação de forças que **parece** se neutralizar nos dias atuais. A luta é pela manutenção das conquistas e não por expansões (é o que se supõe). Do ponto de vista social, observamos, *a priori*, esforços para a simples satisfação das necessidades vitais dos pobres e miseráveis.

¹⁶⁹ Seguramente, podemos afirmar que nasce aqui a separação entre políticas públicas e as políticas sociais. Entendidas como diferentes em suas aplicações, enfoques e consequências sociais.

Todos esses paradoxos fortalecem o argumento sobre a complexidade desta temática. Na citação que se segue, por exemplo, verifica-se o total descompasso entre os recursos – requisitados unanimemente para aumento dos investimentos ‘sociais’ – e as suas aplicações efetivas:

Quanto maior a proporção de transferências recebidas no gasto total dos municípios, maior é a sua ineficiência, concluíram os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ronaldo Seroa da Motta e Ajax Moreira¹⁷⁰.

O estudo ainda aponta que:

[...] a qualidade de vida pode ser representada pelo estado de Saúde e de Educação da população. "A administração municipal pode ser vista como uma unidade produtiva e, como tal, utiliza uma tecnologia que associa os gastos a uma fronteira de possibilidade de produção, produzindo serviços que venham resultar na variação dos estados de qualidade de vida". (Ibid).

Seria necessária mais alguma citação ou argumentação sobre as incoerências das informações econômicas ao setor público? Ao resumir a ‘qualidade de vida’ da população à saúde e à educação, podemos ter uma noção da distância que nos separa de uma sociedade ética. Ao igualar a administração pública a uma unidade produtiva, temos de transformar cidadãos em clientes, resultados em lucros e atender a cada ‘novo cliente’ de acordo com a sua utilidade marginal ou pela taxa de retorno do capital. André Urani, ao proferir uma palestra sobre desenvolvimento regional defende um estudo (americano) sobre o desenvolvimento e liberdade, onde a liberdade social é dada também pela saúde e educação¹⁷¹. A coincidência desses estudos evidencia o encontro ideológico castrador do entendimento da sociedade. De forma mais enfática, podemos utilizar a afirmação imperativa do secretário de economia e planejamento do Estado do Espírito Santo, na mesma palestra: “fora do crescimento não há salvação”.

Não seria esta a sociedade idealizada a partir do *homo oeconomicus*? Não seria esta forma apontada pelos economistas da corrente dominante como a forma ideal de sociedade justa e livre? Não seria esta, por sua vez, a ética do capitalismo denunciada por Weber? E, por acaso, não seria esta a sociedade de contradições

¹⁷⁰ IPEA: mais transferências aumentam ineficiência de municípios, disponível em <http://www.gazetaonline.com.br> [capturado em 10/09/2007].

¹⁷¹ Congresso dos Municípios – Gestão das cidades – Rede de cidades, desenvolvimento regional. Vitória, 10 e 11 de setembro de 2007.

que deveria ser ultrapassada, de acordo com Marx? Mas, por outro lado, essa ainda é a sociedade glorificada pelos ingênuos e por todos aqueles que não doam suas vidas à sua manutenção ou que não resumem as suas vidas e a vida de seus filhos à saúde e à educação¹⁷². E é ainda, a esse padrão de eficiência que se fazem reverências e que é colocado acima dos indivíduos.

Políticas públicas, políticas sociais, políticas assistenciais, seja lá qual seja a conveniência de aplicação desses termos, o certo é que não servem, ainda, ao social, mas à lógica e aos padrões econômicos de eficiência. E essa evidência é a simples consequência da fragmentação do conhecimento e da simplificação exacerbada do Homem como agente econômico. Enfim, é a predominância de apenas *um* dos incontáveis vetores que compõe o indivíduo e a sociedade.

Por último, a colocação que fizemos na introdução sobre a ideologia única da (re)eleição, é apresentada aqui por nossos nobres economistas:

Há também indicação, de acordo com os economistas, de que quanto maior a 'perda eleitoral' do governador eleito no município, menor será o gasto do município. Isso sugere, ainda segundo o estudo, duas interpretações: ações clientelistas por parte dos governos estaduais de capturar redutos derrotados; ou que o tamanho da perda eleitoral no município está relacionado com a obtenção do mesmo resultado social com menos gasto. (Ibid)

Parece que aos governos só cabe a escolha funesta de servir ao capital ou ao ser social. A nós, a escolha resume-se entre servir ao homem da moral ou despertarmos o homem da ética que reside em nós. Porque é só através da ética que criamos possibilidades de visualizar outros sistemas, outras lógicas e outros valores.

3.5 O Desenvolvimento a partir dos novos movimentos¹⁷³

Por fim, como elemento não secundário para pensar o desenvolvimento a partir dos novos movimentos, isto é, das novas condições dos sujeitos em questão, temos a insistência na diferença, que hoje em dia é necessário definir, entre crescimento e desenvolvimento. (NEGRI e COCCO, 2007, p. 35,36)

¹⁷² Nota-se ainda que não se denuncia aqui a qualidade da saúde e educação ofertada.

¹⁷³ Termo retirado de NEGRI e COCCO (2005).

As explicações dadas acerca das diferenças entre o crescimento e desenvolvimento econômico, bem como as relações desses processos com as políticas sociais e as políticas compensatórias, tiveram como objetivo mostrar que ainda que sigamos a literatura econômica, respeitando suas limitações e a aceitando como possível para a compreensão da realidade, verifica-se que não existe uma relação confiável entre a realidade que observamos e aquela pregada por ela. O desenvolvimento econômico, definido pelos economistas da corrente dominante (assim como boa parte dos economistas de outras correntes) ainda que se diferencie do processo de crescimento econômico, não trás para si a tarefa de abarcar toda a sociedade em todas as suas esferas. Isso porque, como já defendemos, seus princípios baseiam-se em leis indutivas que assumem pressupostos incorretos ou insuficientes, desconsiderando os aspectos antropológicos, culturais e políticos que configuram toda uma sociedade de indivíduos – não isolados – contrariando, assim, as curvas individuais das teorias econômicas e as necessidades de padronização, conforme os liberais: “a unanimidade é, evidentemente, um ideal”. (FRIEDMAN, 1984, p. 30).

Então, parece necessário admitir a existência de um terceiro processo além do crescimento e do desenvolvimento econômico já que este último ainda carrega uma conotação social ‘individualizante’ e economicista e, portanto, fragmentada da sociedade. A nossa preocupação é tentar ultrapassar a discussão filosófica e auxiliar o leitor na visualização de um processo que supere o desenvolvimento econômico — pela via não-economicista. Assumimos que essa tentativa agrega muitas possibilidades de interpretações. Propomos, por isso, que apenas seja entendida como uma possibilidade aberta.

Este tópico pretende desenvolver uma crítica aos modelos de desenvolvimento econômico tradicionais. Uma crítica que se concilia com a tentativa de superação desses modelos, avançando propostas para a construção de processos econômico-sociais, de ordem ético-política. Como observaremos, nossas propostas são claramente limitadas e contaminadas por princípios instituídos de uma sociedade moralizadora. De qualquer forma, o que queremos é abrir a possibilidade de pensar a vida a partir de uma nova ordem. Fazemos este alerta para evitar identificações indevidas. Queremos que o leitor não confunda as críticas ao modelo tradicional com as tentativas de construção de um novo modelo, diferenciando-as claramente, como dois momentos do pensamento. O primeiro excerto é uma tentativa de construção

de um novo entendimento sobre o desenvolvimento pleno, a partir das críticas que se seguirão aos modelos tradicionais de desenvolvimento econômico.

[...] desenvolvimento hoje só pode significar uma relação direta entre potencialização das condições sociais da produção (educação universal, pesquisa, livre circulação da força de trabalho, emancipação das mulheres, liberação da expansão cultural e política indígena, desarticulação das barreiras raciais etc.), mobilização democrática dos trabalhadores a partir das bases e abertura para dimensões sempre mais amplas de cooperação interdependentes. (Ibid, p. 36)

Para nós o centro dessa discussão retoma as bases que alicerçaram o início deste trabalho ao tentar (co)relacionar toda a discussão sobre a ética e a moral, o pensamento mecanicista com o pensamento sistêmico e estes com os processos de crescimento e desenvolvimento econômico — que consideramos serem centrais nas formulações das políticas públicas. Para que seja possível desenvolver esse assunto já no final deste estudo, relacionaremos, ainda que de forma frágil e simplificada, todos esses processos.

Como já pudemos concluir, a ética relaciona-se intimamente com o pensamento sistêmico, assim como a moral vincula-se ao pensamento mecânico e segmentado/segmentador. Analogamente, temos que o desenvolvimento econômico, social, humano, ou seja, o desenvolvimento em seu sentido pleno – não-economicista¹⁷⁴ – associa-se mais fortemente com processos incitados pelo homem da ética a partir do pensamento holístico.

Contrariamente, o crescimento econômico aparece como exigência e necessidade da sociedade do homem da moral, assumindo posturas baseadas no pensamento cartesiano, dissociado da sociedade e totalmente dependente da esfera da legalidade. Para a construção do processo de desenvolvimento pleno, as políticas sociais não podem ser constituídas paralelamente, mas como em qualquer sistema,

¹⁷⁴ Insistimos que, pela ausência de um termo que consiga abarcar a idéia de um desenvolvimento pleno, ficamos aqui constrangidos a utilizar termos, de fato complementares, para tentarmos construir verdadeiras diferenciações. Queremos distinguir este tipo de desenvolvimento daquele termo, viciado pelo economicismo vigente, que separa o social do econômico, e que é denominado simplesmente de desenvolvimento econômico. Como já explicamos, no início deste trabalho, o termo econômico não se desvincula do social e, portanto, o desenvolvimento econômico deveria ser suficiente para o desenvolvimento pleno da sociedade. Contudo, como pretendem mostrar as nossas críticas, o sentido que se dá ao desenvolvimento econômico obedece à lógica de separação entre as “esferas” econômicas e sociais: como se o econômico não fosse social e vice-versa.

devem integrar-se e participar ativamente deste processo, não pela via relacional¹⁷⁵, mas sim por meio de formas que se constituam através do auto-engendramento.

Políticas públicas inspiradas por esse sistema seriam aquelas que tentam ultrapassar a esfera da legalidade. Quando falamos de crescimento econômico, referimo-nos a apenas um aspecto da sociedade (econômico) que se relaciona (de forma independente) com a realidade social. As políticas públicas, a partir desse modelo, devem criar mecanismos de ajustes e relacionamentos entre as esferas – daí o nascimento de programas e projetos gerenciados por secretarias que respondem por apenas uma parcela da realidade (muitas vezes concorrentes).

Surgem, então, os programas para os jovens que são distribuídos de acordo com faixas etárias, níveis de renda, limites geográficos e mapeados de acordo com a vulnerabilidade social. O mesmo se repete para as mulheres, os idosos, os negros, os desempregados, os deficientes, os dependentes químicos, os favelados etc. Criam-se, dessa forma, grupos de indivíduos que concorrem entre si para conseguirem mais ou menos atenção do poder público. Por sua vez, as prefeituras recortam uma realidade e a analisam a partir dessa segmentação. Gerências e setores são criados nas secretarias municipais que passam a ser subdivisões de subdivisões de áreas políticas estratégicas dos governos. De forma semelhante, os recursos são disputados acirradamente e os resultados são recebidos como vitórias pontuais desta ou daquela secretaria. O reconhecimento burocrático, institucional, e o mérito (da prefeitura) não estimulam qualquer sentimento de vitória por parte da sociedade que, no geral, encontra-se insatisfeita porque a vitória é sempre de grupos, não da sociedade como um todo, ou de setores, como entende um prefeito: “A política social é um ramo da política pública! Um dos segmentos. Na verdade ela não é só social, ela é de saúde, de educação, de assistência [...]” (informação verbal, prefeito cidade E)

Mas a discussão torna-se mais complexa porque não se trata simplesmente de confrontar o crescimento com o desenvolvimento econômico pleno, mas, ainda, explicar que existe um ‘desenvolvimento’ entendido como uma espécie de processo ampliado do crescimento econômico, como critica NEGRI e COCCO (2005): “O economicismo e o determinismo tecnológico parecem se enredar aqui ao longo de

¹⁷⁵ Dizemos isso porque, relacionar-se diz respeito à relação entre duas coisas que, a princípio estão separadas.

uma teoria dos ‘estágios’ do desenvolvimento e, portanto, em direção a uma inevitável maturação do processo de industrialização”. (Ibid, p. 46). Nesse sentido defendem que o desenvolvimento passa a ser “tão somente crescimento econômico, novo ordenamento para a produção da riqueza das classes dominantes e para a intensificação da exploração”. (Ibid)

Além dessa relativização entre os diferentes tratamentos e entendimentos acerca do processo de desenvolvimento econômico há ainda um segundo ponto: mesmo que um processo de desenvolvimento concorra para o alcance dos benefícios globais a serem alcançados por toda a sociedade, existe a crença de que o desenvolvimento de um lugar gera subdesenvolvimento em outros, reforçando a idéia da fragmentação geográfica e do caráter limitado do desenvolvimento econômico tradicional. No Espírito Santo presenciamos um deputado criticando esse processo desequilibrado e aqui temos uma confirmação teórica de sua fala, quando NEGRI & COCCO atacam o (que hoje se entende por) desenvolvimento: “É o desenvolvimento que produz o subdesenvolvimento e as causas deste último são fundamentalmente *exógenas*”. (Ibid, p. 64).

E da mesma forma, esse desequilíbrio é gerado em função de uma segmentação do processo que se dá, também, em níveis geográficos delimitados, seja pelo município, seja pela região, pelo Estado ou pelo país. Sobre isso os autores acima sustentam a necessidade de ampliação das bases do desenvolvimento:

O verdadeiro limite dos ‘desenvolvimentistas’ é sua dimensão nacionalista, interclassista, incapaz, em todo caso, de perceber o papel da luta de classe e dos movimentos proletários e, portanto, de dar uma base social às políticas econômicas de desenvolvimento. (Ibid, p. 65)

Mas não é só isso. Existe uma crítica mais profunda aos modelos de desenvolvimento nos moldes cepalinos.¹⁷⁶ Aqui a utilizamos, especialmente, porque é uma crítica que vai além da esfera econômica, obrigando-nos a revisar alguns pontos e a associá-los em cadeia. Obviamente que é uma posição particular de uma corrente que concilia os modelos de desenvolvimento do Estado ao biopoder, aos pactos e a um neo-escravismo. Esta passagem demonstra bem o que estamos querendo dizer:

¹⁷⁶ Falamos dos trabalhos desenvolvimentos pelos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), criada em 1948, liderados por Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, entre outros.

O Estado nacional-desenvolvimentista nada mais é que a figura de um biopoder¹⁷⁷ articulado a uma sociedade que, com base em um pacto oligárquico-corporativo ampliado para pequenos segmentos da classe média, reproduz estratificações sociais do tipo neo-escravista. (Ibid, p. 105)

Do ponto de vista econômico, se considerarmos os resultados dos modelos desenvolvimentistas, teríamos como principal representante — que ainda reside na memória social — a inflação. O aumento da riqueza, dos postos de trabalho e níveis de salários foram ocasionados pelo maior vazamento de renda das classes altas, atingindo a classe média. Mas não podemos dizer que esse vazamento beneficiou de forma considerável as classes baixas, muito menos que foi responsável pela amenização da miséria. Prova disso são os indicadores oficiais que mostram que os números da miséria começam a decair a partir da década de 90¹⁷⁸. Da mesma forma a apropriação daquela riqueza gerada não fez parte desse vazamento. Como bem sabemos, renda e riqueza não são sinônimas e um dos principais motivos da ineficiência das políticas de distribuição de renda é não considerar essa diferença. Assim só resta responder se, historicamente, houve realmente desenvolvimento econômico e, se caso a resposta seja positiva, concluímos que ele é completamente ineficaz para a transformação da sociedade. Ou então, se nunca houve desenvolvimento econômico e as teorias econômicas e análises sociais estão equivocadas por nunca o ter compreendido.

Contudo, a aversão ao crescimento econômico é resultado de uma crítica mais grave que prenuncia uma miséria latente. Podemos dizer (de forma arriscada) que a crítica que podemos tecer ao desenvolvimento, baseando-nos nessas idéias, é a de que este não foi (ou não é) um movimento ético. Já para o crescimento econômico, o que se tem como crítica é a imoralidade do processo.

O crescimento econômico descolou-se do desenvolvimento justamente na medida em que sua base era o biopoder, que continuava a conduzir uma guerra de extermínio contra as minorias e, muitas vezes — como é o caso do Brasil —, contra as próprias maiorias biopolíticas, tendo como fundamento uma discriminação racial que associa a exclusão sistemática dos serviços públicos de base, especialmente o ensino básico e médio (o superior nem se fala), a uma indiferença homicida em relação aos problemas da saúde (desnutrição,

¹⁷⁷ Seguimos com a definição de DELEUZE sobre biopoder que “é uma forma de poder que rege e regula a vida social do interior, seguindo-a, interpretando-a, assimilando-a e remodelando-a”, ou ainda: “é a sujeição da vida e dos infinitos entrelaçamentos das populações a uma hierarquia soberana de comando” (NEGRI e COCCO, 2005, p. 201-202).

¹⁷⁸ Esta análise conjuntural baseia-se tão somente em variáveis econômicas, a partir de teorias econômicas..

mortalidade infantil etc.). O único espaço de mediação social aconteceu no âmbito das realidades urbanas [...] ligadas ao desenvolvimento industrial. (ibid, p. 108)

Torna-se necessária, a partir das críticas aos modelos de desenvolvimento econômico tradicionais, uma introdução mínima acerca de uma nova sociedade, de um novo sistema que concilie os processos ético-político-econômico-social, ou melhor, queremos que estes processos sejam entendidos como inseparáveis ou tautológicos. Não há, evidentemente, nenhum modelo a ser proposto ou qualquer desenho de uma sociedade alternativa. A proposta é simplesmente a mudança de um pensamento marcado pela ditadura econômica que nos impôs limites, visões e focos distorcidos, assim como anseios em relação aos quais não tivemos qualquer participação efetiva (a não ser o de ansiar...). Contudo, existem novas perspectivas de sociedade, muitas construídas a partir da ideologia marxista, como a teoria do trabalho imaterial. É extremamente difícil entrar nessa discussão sem a explicação desse conceito de valorização do trabalho imaterial pela sociedade do capital. Iniciaremos com uma breve explicação de Lazzarato, a partir de Foucault:

O conceito de 'produção' é sempre lido numa perspectiva muito economicista. Poderemos dizer que Foucault separa as relações de poder das relações econômicas (e também das relações de produção do sentido) enriquecendo, assim, as análises da relação capitalista; mas uma vez estabelecida esta divisão, ele se encontra na impossibilidade de passar da 'disciplina' à ética. A disciplina (como a economia), de fato, é o âmbito das relações de poder subsumido no valor. [...] Para a sociedade do século XIX Marx põe, ao contrário, o problema de modo ligeiramente diverso: Por que e como a luta de classe (a relação política da acumulação originária) se transforma em disciplina, em violência codificada e controlada? Por que e como as relações de poder tornam-se 'economia', isto é, atividade submissa aos movimentos do valor? A separação entre poder e economia (e comunicação) é útil se for incluída, de um lado, no interior da totalidade do princípio produtivo do ser e, de outro, no interior da totalidade e de sua relação antagonística. (LAZZARATO, 2001, p. 84)

É a partir dessa concordância entre a teoria marxista e a visão de Foucault que NEGRI e COCCO podem nos auxiliar a pensar as relações que se processam entre a produção, a economia, o poder e a ética. Certamente este não é um exercício simples. Ao contrário, exige uma profunda pesquisa capaz de correlacionar os elementos que integram esse complexo processo (econômico, político e ético) que estimularia o início de uma sociedade ética a partir do confronto com as contradições dos modelos capitalistas. Podemos observar abaixo que essas construções são feitas a partir de conceitos burgueses que não são superados.

Porém, convém notar que apenas partem desses princípios, mas não se orientam por eles.

A cidadania, a liberdade do cidadão, a cooperação social estão se transformando nos elementos fundamentais da riqueza das nações. [...] porém, uma outra dimensão que é fundamental [...] é a construção social e econômica das precondições do desenvolvimento, a integração das economias externas, a ecologia geral, social e democrática do crescimento. (NEGRI e COCCO, 2005, p. 134)

O alerta sobre o que chamamos de ‘conceitos burgueses é, na verdade, criticado por sua insuficiência, como esclarece ROLNIK:

É que quando o que está em jogo é o favorecimento da vida em sua potência criadora, a conquista da cidadania, embora necessária, é insuficiente, pois ela pode coexistir com projetos desfavorecedores promovidos pelas ilusões do homem da moral, quando este vetor é demasiadamente poderoso na subjetividade. (ROLNIK, 1992, p. 174)

Como podemos perceber, não se trata de uma sociedade hipotética fundamentada em critérios, sujeitos e questões vazias ou de ficção. Falamos de economia, de mercado, de social, de desenvolvimento, enfim, consideramos toda a evolução social, mas dela tentamos nos aproximar de forma ética e não simplesmente moral. Para uma nova sociedade, o trabalho ainda seria o centro da humanidade, mas como atividade criadora e não escrava, alienante. Afinal, não é pelo trabalho criador que o homem se diferencia das demais espécies? Poderíamos sim, considerar salários a partir de um novo sistema, mas não o salário suado, humilhante e castrador das economias capitalísticas. Falaríamos de um salário de vida, não de sobrevivência, de um salário de direito e não de apelo. O que tentamos mostrar é que para idealizar uma nova sociedade não é preciso que se recorra aos ideários de ficção científica, de sociedades alternativas ou de seitas revolucionárias. A nova sociedade só nasce a partir de um novo Homem, a partir de um novo pensamento. Daí originam-se novas formas sistêmicas incapazes de conceber a miséria. Lazzarato define assim, parte de uma nova sociedade no que diz respeito ao trabalho e aos salários.

[...] o livre desenvolvimento das individualidades e, portanto, não a redução do tempo de salário (?) necessário para criar mais trabalho, mas em geral, a redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual correspondem, em seguida, a formação e o desenvolvimento artístico, científico etc. dos indivíduos, graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados por todos eles. (LAZZARATO, 2001, p. 29)

Dissemos sobre o vínculo entre trabalho e as políticas sociais (assistenciais) e do trabalho com as novas formas de subjetividade e de priorização deste para a solução dos problemas da pobreza. Novamente, retornamos a Marx, que encontrava, através do trabalho, a chave para a revolução social. Muitos entenderam o trabalho em Marx como uma foice ou um instrumento de trabalho. Outras buscaram nele a descoberta de uma nova sociedade revolucionária a partir do desenvolvimento das potências humanas. Nós o referenciamos aqui para que seja dada liberdade de entendimento, confrontando suas idéias com outras:

No preâmbulo do estatuto da Internacional é dito: 'A libertação da classe dos trabalhadores será operada pelos próprios trabalhadores'. Entretanto aqui é 'a classe dos trabalhadores' que deve libertar... O quê? 'O trabalho'. Entenda quem puder. (MARX, 1875, apud LAZZARATO, 2001, p. 71)

O 'tempo liberado de trabalho' e o valor social das 'atividades culturais, relacionais, artísticas, cognitivas, educativas, ambientais' seriam as bases sociais 'externas' à economia de mercado sobre as quais se poderia fundar uma alternativa ao capitalismo. (LAZZARATO, 2001, p. 73)

Acima a teoria marxista. Abaixo o que muitos consideram como teoria pós-moderna. Como pode ser confirmado, as utilizamos em todas as passagens, sem discriminação ou qualquer critério de privilégio. Na verdade não há uma verdade absoluta que esteja contida nessa ou naquela teoria. O que existem são construções e, ao contrário de Descartes, acreditamos que seja bem-vinda a junção de idéias para a construção de uma nova sociedade.

O capitalismo se define, portanto, como a capacidade de transformar a ação do mundo vital em função do sistema. Ora, as ciências sociais reconhecem, implicitamente (ou explicitamente), que o 'sistema coloniza o mundo vital', que a 'estrutura se impõe ao sujeito'. Todavia, as alternativas se determinam quando se trata de saber como controlar, limitar, regular o 'processo de racionalização', ou, então, em quais elementos pôr as forças e as possibilidades de crítica e de transformação. Em cada caso, a questão à qual se deve responder é: sobre quem e sobre o que fundar uma ética? (LAZZARATO, 2001, p. 77)

Quando dissemos, no início deste trabalho, da insuficiência das Leis, referímo-nos aos processos nos quais tais Leis eram constituídas, assim como às suas finalidades. A moral dominante, que inspira as Leis e as constitui a partir de uma sociedade de classes, localiza-se no campo do capital: não contesta as hierarquias nem as diferenças negativas, considerando a sociedade pós-indivíduo – já constituído – quando na verdade este só se faz (se constitui) em sociedade. No campo da ética há a possibilidade de constituição de outras sociedades que

ultrapassam a esfera da legalidade, fora da lógica (não do campo) do capital. Nesse sentido, essa nova sociedade reivindicaria muito mais que Leis e crescimento econômico, abrindo a possibilidade para a superação do sistema e o início dos ciclos do desenvolvimento humano no seu sentido pleno, em todas as suas potências. É no âmbito da ética que se situam as transformações radicais da sociedade.

Para finalizar a construção deste trabalho, falaremos de ética, de moral e de democracia a partir de um novo dicionário.

O que separa uma verdadeira perspectiva ética do moralismo petulante e autoritário? Como acabamos de dizer, o moralismo continua afirmando que a democracia representativa deve ser 'depurada', quando é a própria representação que implica a corrupção. A moral afirma-se a partir de princípios abstratos, é sempre indiferente aos processos reais, ao mesmo tempo que os 'moralistas' afirmam-se como únicos defensores do 'bem' contra o 'mal', entrem em uma guerra 'justa' contra o diabo (a 'corrupção') que, na realidade, opõe os fins (transcendentes) aos meios (as condições materiais e políticos para alcançá-los). Ao contrário, a ética é inseparável do processo e dos sujeitos que a produzem, isto é, da transformação econômica e social que ela determina e pela qual é constituída. A ética não procura se assemelhar a um 'bem' que já existe, mas o produz e, nesta 'justa' medida, não é uma guerra 'justa' (uma cruzada) em nome desse suposto 'bem', mas a produção da paz. A ética não é uma busca de um fim 'mais justo', pois é interna (imane) ao processo de recomposição dos fins e dos meios: a democracia, a virtude contra a fortuna. Enquanto a moral é constituída, a ética é constituinte. [...] A única perspectiva que nos interessa é, como dizíamos, a da radicalização democrática, único caminho de recomposição — ética — dos meios e dos fins, isto é, quando a virtude afronta a fortuna, contra o acaso, contra o passado, contra tudo que é constituído. Esta democracia absoluta encontra-se nas possíveis relações, abertas e conflitivas, que podem se constituir: no debate sobre o salário mínimo, sobre a democratização da política monetária, sobre a reforma agrária, sobre a reforma universitária, sobre a discriminação positiva contra o racismo, sobre o novo direito público de licenças e patentes, sobre a popularização do uso dos recursos voltados para a produção da cultura. O resto é apenas moralismo impotente, má consciência e corrupção! (NEGRI e COCCO, 2002, p. 23-25)

Conclusão

Foi através do contato com uma idéia de Rolnik (1992), inspirada na obra de Deleuze sobre Spinoza, que foi possível a construção de um caminho para se compreender a miséria a partir do pensamento cartesiano/mecanicista, dos excessos de moralidades formais, assim como pela ditadura da consciência, pela divisão e fragilização do conhecimento e pela incompreensão da ética como forma urgente de superação das ‘tragédias sociais’.

O homem da moral, nesse sentido, representa o ser que conhece os códigos, os valores e as regras vigentes. Esses signos são as referências que possibilitam a tomada de decisão e guiam as escolhas. Para ela, o homem da moral é também o homem da consciência que, embora falível, é responsável pela sobrevivência.

O homem da ética transita no invisível, é o homem do inconsciente que “opera a produção de nossa existência como obra de arte” (ROLNIK, 1992, p. 166). Não pode ser considerado o oposto do homem da moral porque igualmente guia as nossas escolhas, mas o homem da ética é capaz de selecionar apenas o que favorece à vida, cujo critério é a afirmação de sua potência criadora - por isso mesmo, ético. O que Rolnik estaria defendendo, a partir de Deleuze, é a necessidade de uma profunda mudança que se propõe à sociedade, ainda que de forma latente, através das descobertas da física moderna que marcaria o início do processo de finalização da hegemonia tirânica do ‘homem da moral’ para a ativação do ‘homem da ética’.

Então, passamos a compreender que não é possível que as leis ou que a moral operem transformações significativas na sociedade. Percebemos que esses vetores, por si só, não podem operar mudanças imperativas nas formas de processualidade, apenas dedicando-se a combater os seus efeitos. Desse modo é que se tornam banais as bandeiras das políticas públicas que rezam a ‘erradicação do trabalho infantil’, o ‘combate a pobreza’, ao crime, à fome, à violência, à exploração sexual, à corrupção etc. São bandeiras que o homem da moral levanta e que o homem da ética parece não tomar partido. A luta política, na sociedade moderna, é pela manutenção (da ordem, da vida e da sociedade) e pela expansão (da riqueza e do controle). A luta da (e pela) ética é o apelo à vida e ao desenvolvimento da potência das formas de vida.

Por esse motivo, ao longo do trabalho, pouco foi dedicado às análises das políticas sociais vigentes. Elas funcionam como formas de sobrevivência, de sobrevivência, que inibem e castram as potências individuais e coletivas. Ao público destas políticas, não é disponibilizado nem ao menos o alimento que fortifica e nutre, mas apenas a ração calórica que impede que se morra por inanição. Não é possível que se viva apenas com cesta básica, educação básica, saúde básica e um direito à aposentadoria de fome (quando se consegue chegar à velhice). Nesse sentido não há ética nas formas e condução de políticas públicas quando se privilegia o mercado em detrimento do homem; quando se busca o superávit à custa de déficits de vidas; quando se pensa em políticas sociais apenas para os ‘incapazes’. Na mesma concepção, o processo de conhecimento parece ter sido corrompido por uma espécie de adestramento que Deleuze denuncia, também a partir das idéias de Spinoza.

E Spinoza trata da vida, não da sobrevivência, assim como as políticas públicas tratam da sobrevivência e não da vida. Para ele, “a vida está envenenada pelas categorias do Bem e do Mal, da falta e do mérito, do pecado e da remissão. [...] nós não vivemos, mantemos apenas uma aparência de vida, pensamos apenas em evitar a morte e toda a nossa vida é um culto à morte”. (DELEUZE, 2002, p. 32)

É por essa via que se reivindica um novo paradigma, um novo pensamento, um novo vetor, um novo valor e uma ressurreição da ética. Não temos a pretensão de criar nova teoria ou indicar novos caminhos. Muitos pesquisadores e políticos estão perdidos entre tantos caminhos a seguir. A mudança que propomos tem a mesma concepção de uma nova forma de democracia, incentivada no último capítulo.

E essa extraordinária revolução ainda não pode emergir devido à soberania de pretensiosas ciências que correm atrás do vento ao buscar a equiparação com as ciências clássicas. Para as pequenas distâncias e limitada visão, a física de Newton pode responder precisamente sobre determinado fenômeno, mas se ampliamos a distância e compreendemos a amplitude do invisível, não podemos conhecer sequer uma parcela da realidade.

Todo esse movimento revolucionário parece iniciar-se pelas antigas teorias quando falavam do *zoon politikon*, da ética, das leis universais, ou quando Marx usava a dialética para provar que ‘tudo o que era sólido se desmancha no ar’. O fim do

capitalismo não seria dado, a priori, pela revolução dos proletários, Marx percebeu uma ordem sistêmica cujos paradoxos, cujas leis de causas e efeitos, impediriam a sua perpetuação: era impossível aumentar a exploração sem limites. O capitalismo, baseado no lucro unilateral, funcionaria como uma bomba contrariando a lei do equilíbrio universal.

Mas a soberana ciência econômica reina embora os economistas padeçam por ineficácia. Todas as suas leis se contradizem com a sociedade, mas a ética não cabe em suas teorias: “o objetivo mais importante dos liberais é deixar os problemas éticos a cargo do próprio indivíduo” (FRIEDMAN, 1984, p. 21). Então seria a ética a chave dessa contradição? A verdade é que se parece criar novos tipos de ética, tipos de moralidade e tipos de democracia que favorece o desestímulo em acreditar na verdade, na justiça e numa vida ética.

Certamente, após essa exposição sobre moral e ética, a partir da ótica de Baruch de Spinoza, o título deste trabalho passa a apresentar um maior sentido. A predominância do *Homo Oeconomicus* sobre o *Zoon Politikon*, é uma idéia análoga à predominância da moral sobre a ética que se manifesta, sobretudo, na sociedade pós-industrial. Nesse contexto, a miséria passa a ser um fenômeno associado à supremacia do ‘homem da moral’ sobre o ‘homem da ética’; da consciência sobre a inconsciência; das normas sobre a liberdade e, acima de tudo, o domínio do crescimento econômico sobre a vida. Em outras palavras, é como se a miséria fosse o resultado de um desequilíbrio entre forças onde não se pode propor exatamente o acerto da balança, mas como expressamos através do pensamento de MACHADO (1999), acreditamos que o exercício da ética seria um ideal a ser almejado e batalhado, acima de qualquer teoria.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. **Os econômicos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

_____. **Política**. In: COLEÇÃO OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BACON, Francis. **Novum Organum ou Verdadeiras implicações acerca da interpretação da natureza**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores). Disponível em <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>.

BARNETT, Lincoln. **O universo e o Dr. Einstein**. 3 ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1948.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução da sociedade bíblica católica internacional e Paulus. São Paulo: Paulus, 1991.

BRECHT, Bertolt. **Antologia poética: O analfabeto político**. Disponível em <www.culturabrasil.pro.br/brechtantologia.htm>. Acesso em 28/06/2007.

BOSCHETTI, I. **Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira**. In: Psicol. Social. v.15, n.1, Porto Alegre, jan./jun. 2003.

BURET, Eugene. **Misere des classes labourieuses et em Angleterre**. Paris, Chez Paulin, 1840. [Disponibilizado e traduzido pelo Prof. Manoel Luiz Malaguti].

CAPRA, Frijot. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1995.

_____. **O ponto de mutação**. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

D'ARAÚJO, Maria. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DELEUZE, Guilles. **Espinosa: Filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. In: COLEÇÃO OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

_____. **Meditações**. In: COLEÇÃO OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, Vol. 2, 1993.

FOCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS L, H. e RABINOW, P. **Michael Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRIEDMAN, Milton (1967). **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** 17 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

GENNARI, Adilson Marques. **O pensamento de Roberto Campos: um esboço sobre o desenvolvimento econômico, inflação e institucionalização política.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), Rio de Janeiro: 7 letras, p. 92-111, dez. 2005. Ano 8.

GOES, Antônio. **Pobres se distanciam de ricos e dependem mais do governo.** Folha de São Paulo. São Paulo, 25 dez. 2005. (entrevistando Lena Levinas sobre artigo de Álvaro Comum do IBGE)

GRAÇA, L. **História da Saúde no Trabalho: o contexto europeu.** Disponível em <<http://www.hystoria.hpg.ig.br>>, 2000.

GREMAUD, P. et al. **Manual de economia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

HEIMANN, Eduard. **História das doutrinas econômicas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

HENRIQUES, R. (org). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do juro, do emprego e da moeda.** São Paulo: Atlas, 1982.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Izildo Corrêa. **Descontentamento, piedade e distância: representações da miséria e dos miseráveis em segmentos sociais não atingidos pela pobreza.** Doutorado em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), 2002.

_____. **Políticas sociais de combate à pobreza: novos olhares, novos lugares.** In: Encontro Nacional de Política Social. Vitória (ES), 2006.

LÉNINE, V. L. **O estado e a revolução.** In: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, vol.2, 1980.

MACHADO, Leila Aparecida Domingues. **Ética.** In: Psicologia: questões contemporâneas, Maria Elizabeth Barros de Barros (org). Vitória: EDUFES, 1999.

MALAGUTI, Manoel L. (Org). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.** São Paulo: Cortez, 1998.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do estado.** Lisboa: Antídoto, 1977.

MAPA do fim da fome. c2007. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/novida/FGV_MFOME.htm>. Acesso em 10 jul. 2006.

MARX, Karl (1867). **O capital.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl, ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

MATHIAS, G e SALAMA, P. **O estado super-desenvolvido: das metrópoles ao terceiro mundo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

MÉDA, Dominique. **Qu'est-ce que la Richesse.** Paris: Aubier, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Das 'lógicas do Estado' às 'lógicas da sociedade civil': Estado e 'terceiro setor' em questão.** Revista Serviço Social e sociedade. São Paulo, março de 1999, nº 59, 1999.

MOREIRA, Jorge. **Quem se defende.** Disponível em: <<http://www.lutadospovos.hpg.com.br>>. Acesso em 20 mai. 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O método III: o conhecimento do conhecimento.** Portugal: Biblioteca Universitária, 1986.

Mota Júnior, E.F. **Que é Deus?** 2 ed. Matão, SP: Casa Editora O Clarim, 1998.

MURPHY, G e KOVACH, J. K. **Historical introduction to modern psychology.** Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

NEGRI, A. Cocco, G. Global: **Biopoder e luta em uma América Latina globalizada.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

NOGUEIRA, P. Batista. **Cláusula social, comércio internacional: uma antiga questão sob nova roupagem.** In: Política Externa, v. 3, nº 2, set/1994.

PAES DE BARRO, Ricardo. **Desenvolvimento econômico: o papel das políticas sociais no combate à pobreza**. Palestra proferida na abertura do Projeto 'A força do Espírito Santo', 28/05/2007, Vitória.

PEREIRA, P. A. P. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o neoliberalismo**. Brasília [Palestra proferida na UNB em 28/10/2004].

_____. Estado, regulação social e controle democrático. In PEREIRA, P. A. P. & BRAVO, I.S. **Política Social e Democracia**. Rio de Janeiro: Cortez/UERJ, 2001.

PLATÃO. **Fédon**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Político**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação: as origens da nossa época**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PORTELLI, Hugges. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROLNIK, Suely. **Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia**. Boletim de Novidades Pulsional – Centro de Psicanálise, São Paulo, Livraria Pulsional, p. 31-42, Ano V, nº 41, set. 1992.

ROSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 1753. Disponível em <file:///C:/site/livros_gratis/origem_desigualdades.htm>.

SALAMÁ, Pierre. **Sobre o valor: elementos para uma crítica**. Lisboa: Livros Horizontes, 1980.

SANCHEZ VÁZQUEZ, A. **Ética**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda**. IEST, fevereiro de 2006.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Ética pública e formação humana**. In Revista Social & Sociedade, Ano XXVIII, nº 89, Março de 2007.

SIMONSEN, Mário Henrique. **Textos escolhidos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SMITH, Adam (1776). **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SPINOZA, Baruch. **Ética: demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

STEIN, Rosa H. **A descentralização político-administrativa na assistência social**. Goiás: (Palestra proferida na Universidade Católica de Goiás em 19 de junho de 1998)

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil de Getúlio a Geisel**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA PINTO, A. **Sete lições sobre a educação dos adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

WERNECK, M. L. Viana. **A americanização perversa da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

WILLIAM Harvey. c2006 Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/William_Harvey>. Acesso em 5 mai. 2006.

XENOFONTE. **Econômico**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Notas metodológicas

A pesquisa está assentada em bases teóricas cujo tema norteador é o processo constituído a partir da fragmentação do conhecimento

A pesquisa de campo teve o caráter de embasamento, amadurecimento do tema e como resultado final, apareceu com o intuito de ilustrar certas colocações. Nesse sentido não teve como função comprovar ou invalidar hipóteses nem teve o caráter de uma pesquisa de campo formal com amostras, entrevistas padronizadas, formulários fechados ou qualquer outro método tradicional de pesquisa empírica.

Reafirmamos que a pesquisa geral não teve o caráter empírico. A necessidade de se escolher um referencial geográfico era amparar a pesquisa em suas fragilidades com referência ao tempo de desenvolvimento e às possíveis deficiências da autora com relação à transdisciplinaridade do tema que percorreu a filosofia, as ciências econômicas, a sociologia, as ciências naturais, além de outras disciplinas particulares e relacionadas. Assim, a pesquisa de campo seria um território de verificação que imporá limites ao estudo e definiria certos aspectos em detrimento de outros – num estudo complexo como o que apresentamos.

Os bolsões de pobreza foram escolhidos pelos motivos explicados ao longo do texto. Resumidamente, podemos dizer que apareceu-nos interessantes sua classificação a partir de uma metodologia internacional, em um Estado em que os indicadores são bastante positivos. Seria muito interessante esse estudo realizado em paralelo com a região metropolitana do Espírito Santo, mas seria uma tarefa que demandaria muito tempo, recursos e maior número de pesquisadores envolvidos.

A pesquisa percorreu seis municípios do bolsão de pobreza do extremo norte sendo eles: Pedro Canário, Montanha, Mucurici, Ponto Belo, Pinheiros e Boa Esperança. Foram entrevistados 5 prefeitos desses municípios, dez secretários das pastas de assistência, educação e saúde, 6 representantes sindicais e 78 moradores dessas cidades.

Foram entrevistados ainda dois prefeitos da região metropolitana – Vitória e Cariacica – que representam os municípios mais e menos desenvolvidos, respectivamente, além de terem algumas de suas ações estudadas.

Dois deputados também foram entrevistados com questões apontadas pelo entrevistador e estimulados a relacionarem o tema deste trabalho com a atuação políticas das prefeituras e do governo do Estado.

Em alguns casos, os prefeitos tiveram chance de responder a alguma provocação colocada, mas não era dada a fonte.

As questões giravam em torno das questões (apêndice B):

Pobreza;

Miséria;

Políticas públicas, políticas sociais

Crescimento / desenvolvimento econômico

Governabilidade ética

Foram feitas duas visitas nas cidades do norte. A primeira com questões abertas. A segunda, depois de 6 meses, apresentou um caráter mais pontual objetivando e destacando pontos que incorriam em erros de interpretação.

As imagens foram feitas com consentimento e apresentam um caráter ilustrativo.

Apêndice B

Questões para a pesquisa de campo

1- Atores políticos (questões abertas)

- 1- Partido ou coligação política
- 2- Religião e principais lares
- 3- Formação acadêmica
- 4- Prioridade de campanha
- 5- Prioridade de governo
- 6- Maiores projetos sociais
- 7- Maiores projetos de investimento
- 8- Opinião sobre o crescimento/desenvolvimento econômico
- 9- Opinião sobre políticas públicas/sociais
- 10- Semelhanças/Diferenças entre a pobreza/miséria local com a universal
- 11- Governo Ético
- 12- Considerações

2- Sociedade Organizada

- 1- Principal atividade (ou além do sindicato/ONG/Associação)
- 2- Onde mora/ Como mora
- 3- Opinião sobre a miséria
- 4- O que a forma
- 5- Como se 'combate'
- 6- Sucesso ou fracasso das políticas públicas
- 7- Atores centrais para o tratamento dos problemas sociais

3- População

- 1- Renda (geral/per capita)
- 2- Quantidade moradores
- 3- Estado civil
- 4- Situação da residência
- 5- Principais atividades
- 6- Situação das crianças (escola, saúde, lazer, trabalho, afetividade)
- 7- O que é miséria?
- 8- O que é pobreza?
- 9- Como você 'ficou' pobre?
- 10- Planos futuros
- 11- Setor público/governo?
- 12- O que é uma vida boa?

4- Proprietários, Empresários

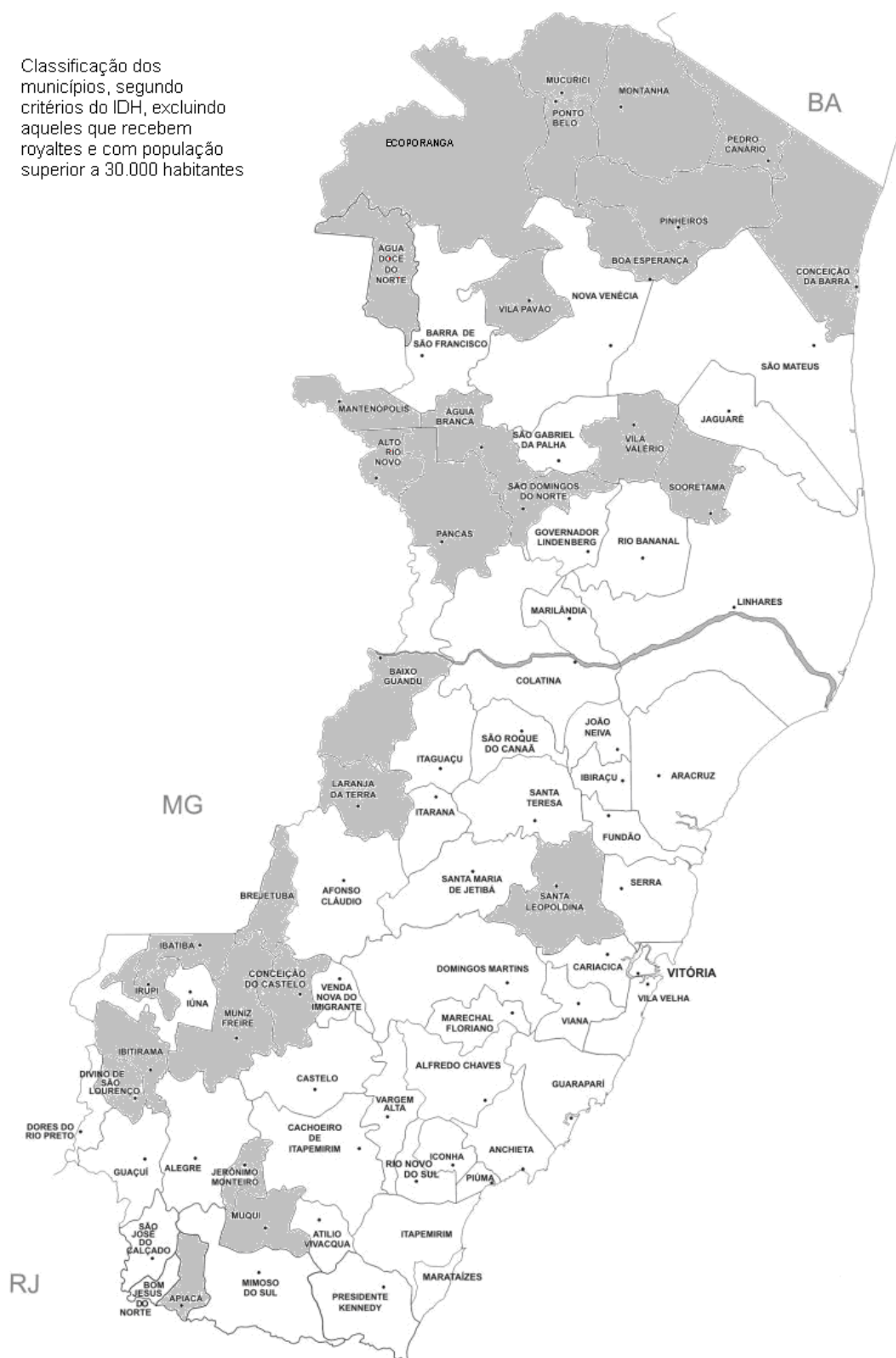
- 1- Principal atividade
- 2- Religião
- 3- Formação acadêmica
- 4- Média de funcionários
- 5- Gasto em folha/direitos/contribuições
- 6- Opinião sobre impostos/direitos/justiça do trabalho
- 7- Salário digno/justo
- 8- Escolaridade do filho/preensão
- 9- O que dizer sobre as políticas sociais? Como aplica-las?
- 10- Postura ética

Apêndice C

Mapa Guia

Municípios com menor IDH-M - Bolsões de Pobreza

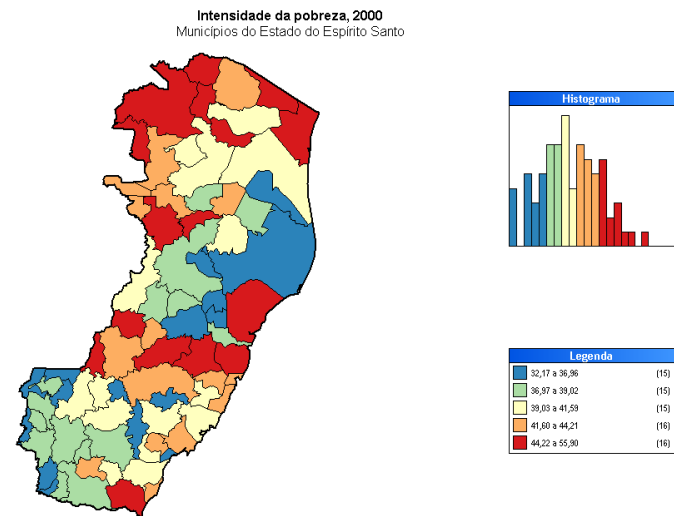
Classificação dos municípios, segundo critérios do IDH, excluindo aqueles que recebem royalties e com população superior a 30.000 habitantes



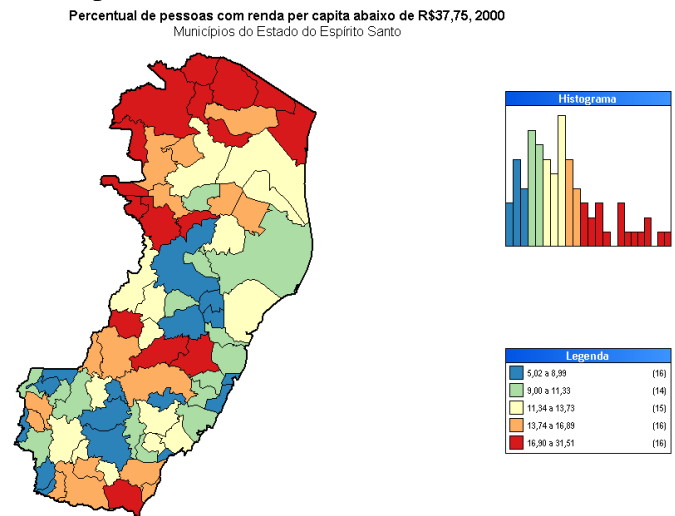
ANEXOS

Anexo A – Mapas Temáticos

Mapa A 1



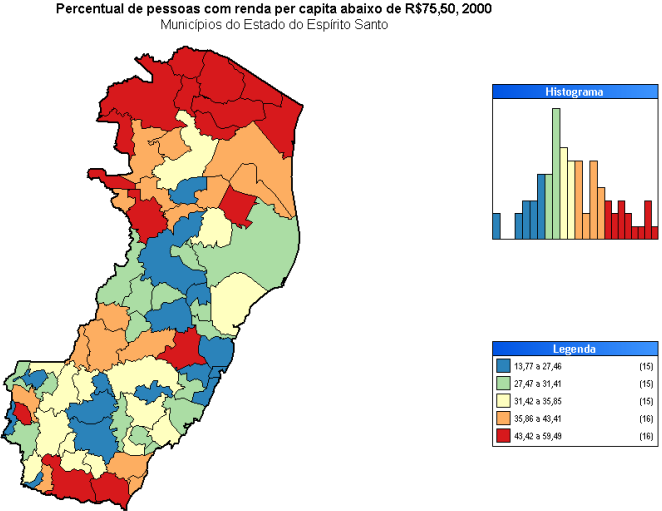
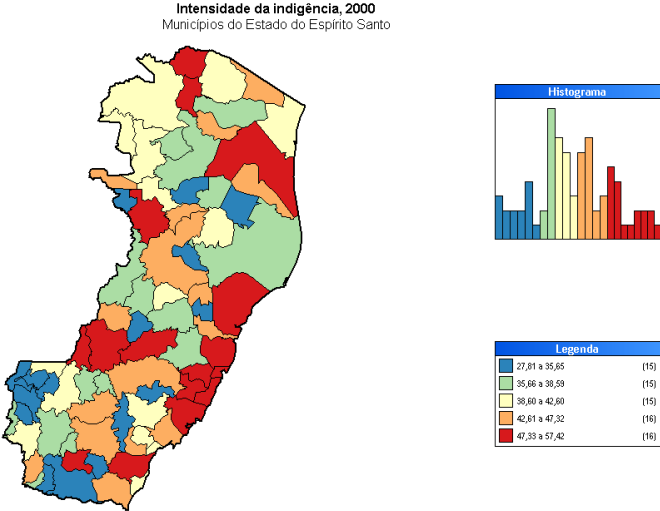
Mapa A 2



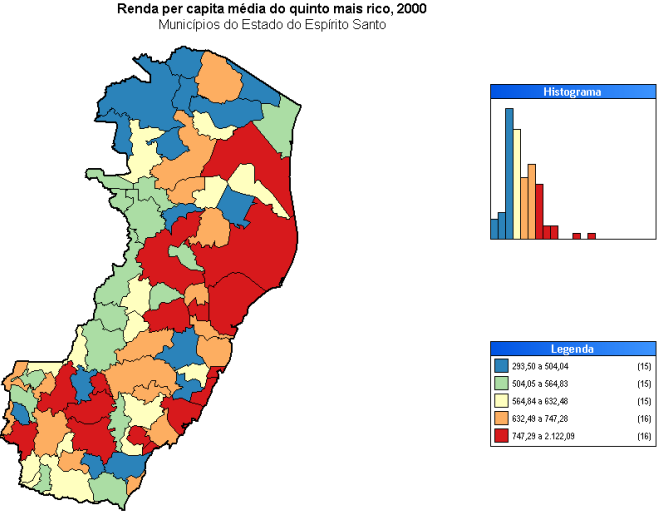
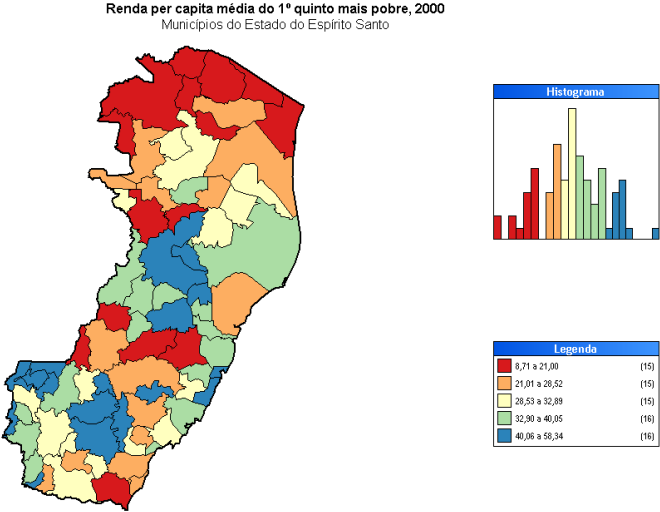
Mapa A 3

Mapa A 4

Mapa A 5

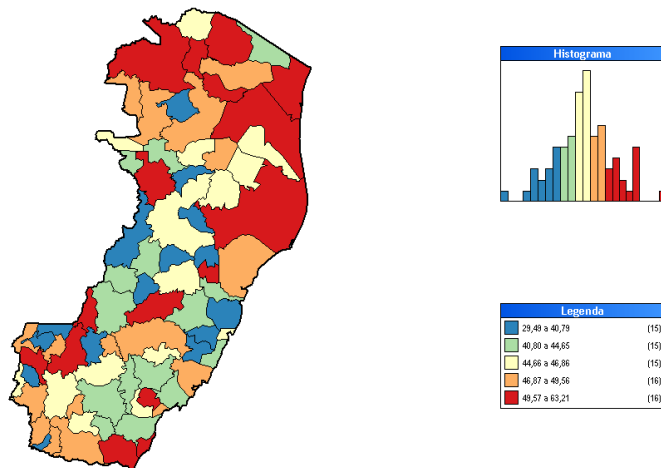


Mapa A 6



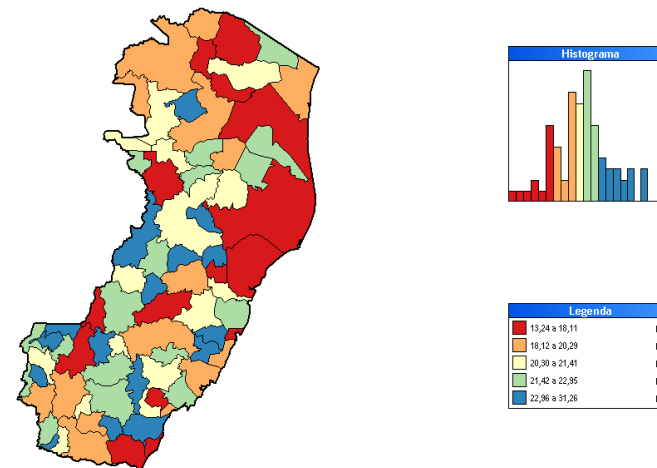
Mapa A 7

Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos da população, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



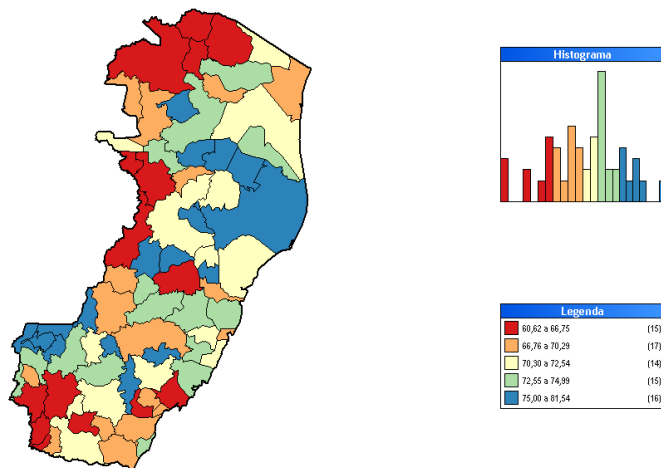
Mapa A 8

Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres da população, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



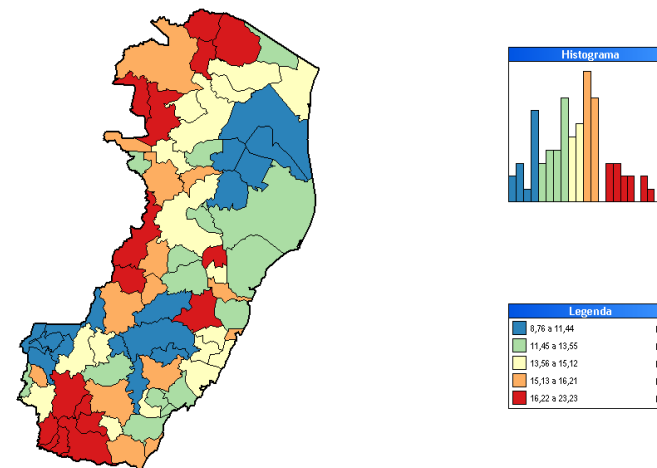
Mapa A 9

Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo

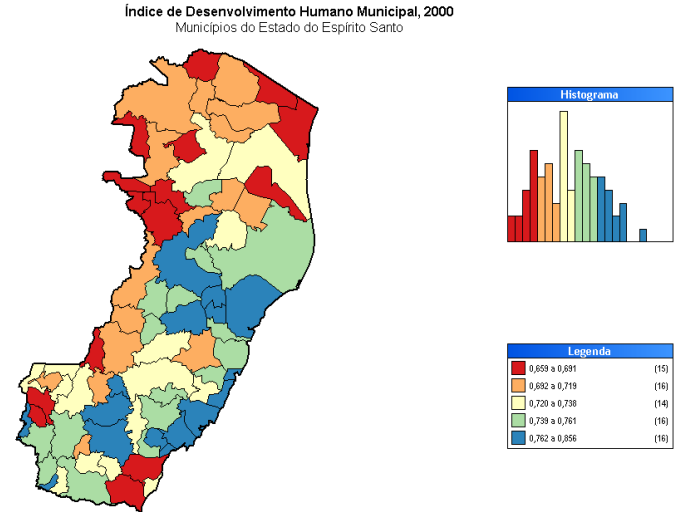


Mapa A 10

Percentual da renda proveniente de transferências governamentais, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo

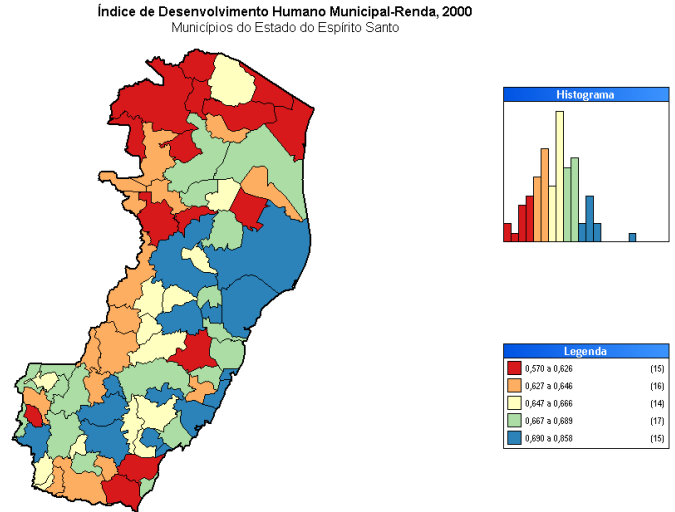


Mapa A 11

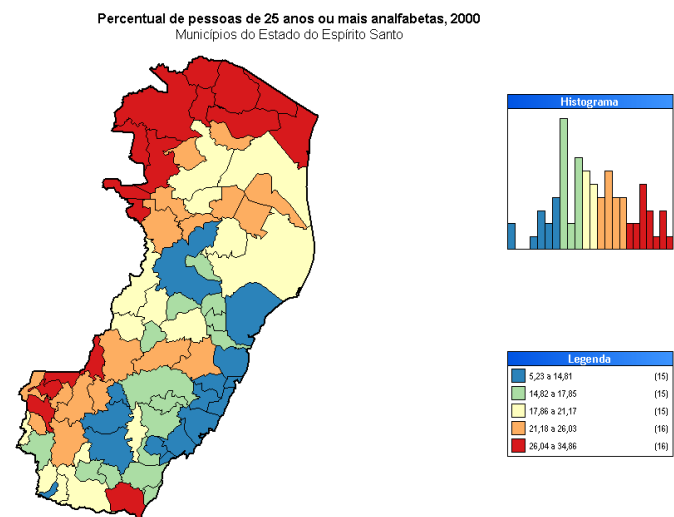


Mapa A 13

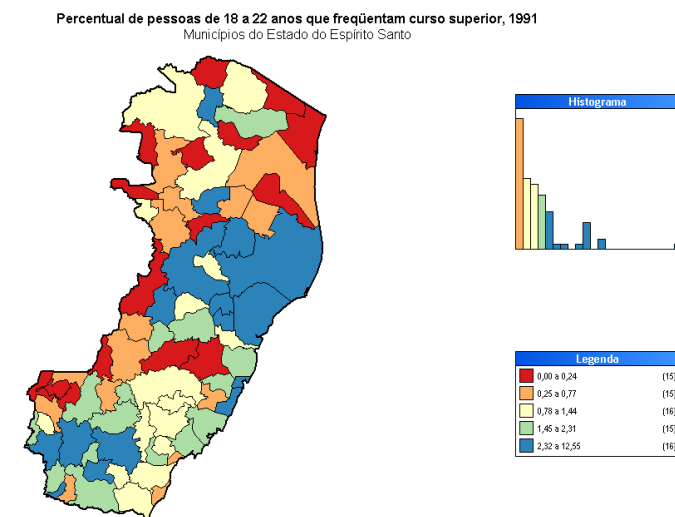
Mapa A 12



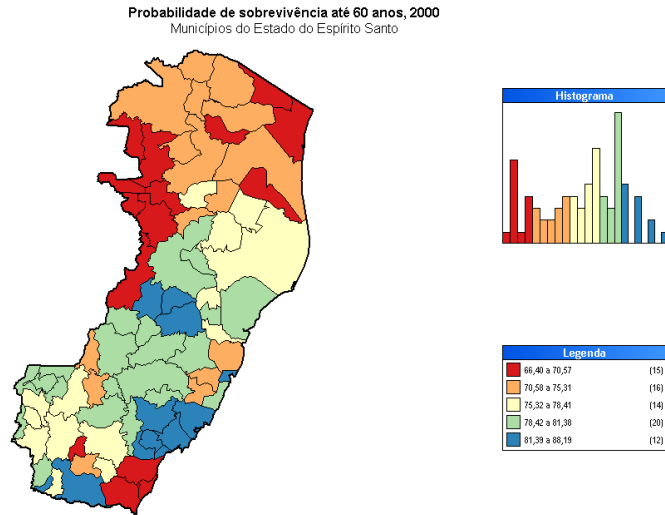
Mapa A 14



Mapa A 15

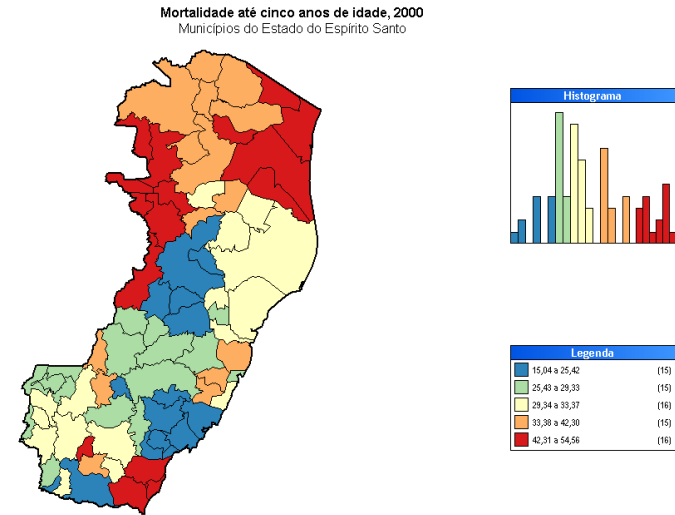
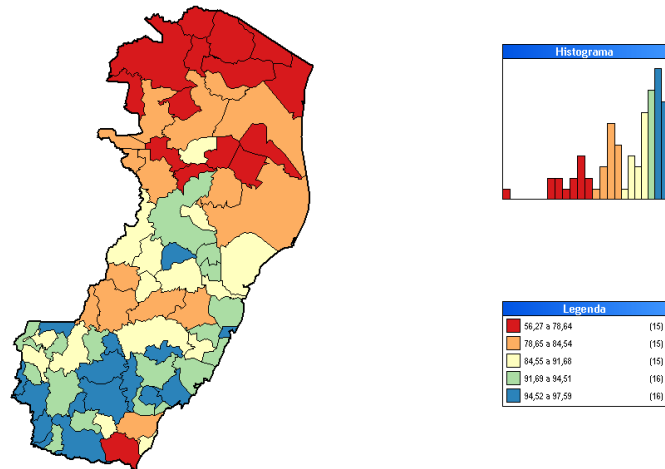


Mapa A 16



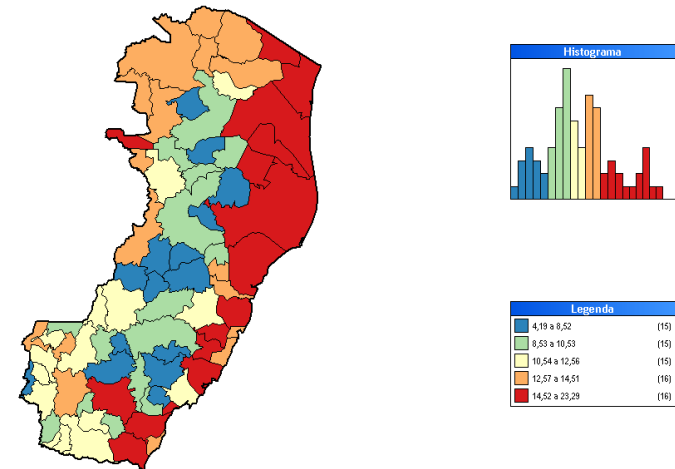
Mapa A 17

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



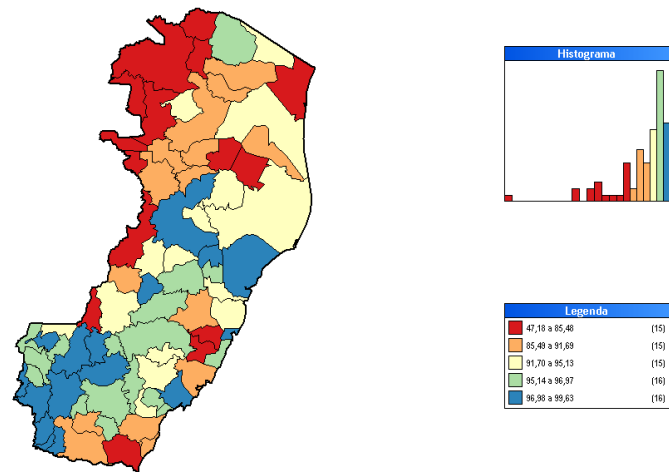
Mapa A 18

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com densidade acima de 2 pessoas por dormitório, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



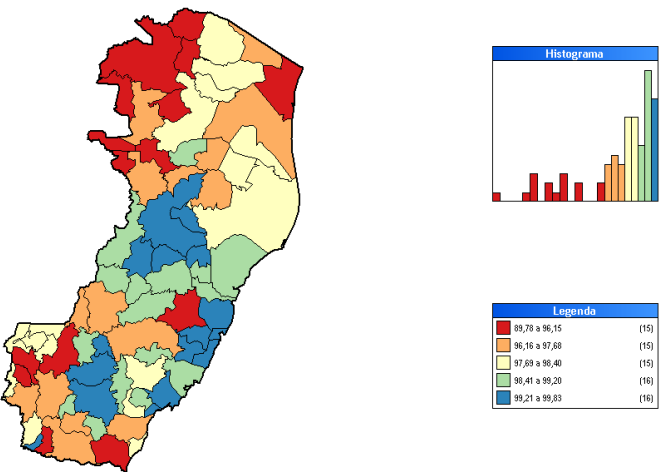
Mapa A 19

Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



Mapa A 20

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, 2000
Municípios do Estado do Espírito Santo



Anexo B

IDH-M

IDH-M E RANKING DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Município	IDHM, 1991	Ranking	IDHM, 2000	Ranking	IDHM- Renda, 1991	Ranking	IDHM- Renda, 2000	Ranking	IDHM- Longevidade, 1991	Ranking	IDHM- Longevidade, 2000	Ranking	IDHM- Educação, 1991	Ranking	IDHM- Educação, 2000	Ranking
Vitória	0,797	1	0,856	1	0,793	1	0,858	1	0,715	4	0,762	5	0,882	1	0,948	1
Cariacica	0,673	17	0,75	18	0,618	14	0,669	24	0,617	30	0,703	19	0,783	7	0,878	6
Boa Esperança	0,619	41	0,694	47	0,56	37	0,631	46	0,587	36	0,641	30	0,709	26	0,81	28
Montanha	0,637	31	0,717	37	0,581	27	0,663	29	0,657	15	0,692	22	0,674	38	0,796	34
Mucurici	0,613	43	0,679	55	0,562	35	0,57	61	0,612	31	0,692	22	0,666	43	0,776	44
Pedro Canário	0,591	52	0,673	56	0,591	23	0,598	58	0,539	45	0,635	32	0,643	49	0,787	41
Pinheiros	0,643	28	0,709	40	0,607	17	0,621	51	0,65	19	0,705	17	0,672	39	0,801	32
Ponto Belo	0,627	37	0,696	45	0,556	40	0,604	57	0,657	15	0,692	22	0,667	42	0,791	38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000, PNUD.

Anexo C

Finanças Municipais

QUADRO DE RECEITAS, DESPESAS E INVESTIMENTOS DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Em mil reais

Município	Pop. Estimada IBGE 2006	Receita Total	Ranking	Rec Total per capita	Ranking	QPM- ICMS per capita	Ranking	FPM per capita	Ranking	Investi- mentos per capita	Ranking	Part da educação na desp. Total	Ranking desp com educação per capita	Desp com saúde per capita	Ranking
Mucurici	6.264	12.487	68	1.993	6	660,9	6	516,1	2	443,4	5	30,1	9	330,5	10
Ponto Belo	6.514	11.492	72	1.764	7	505,0	13	478	3	405,6	7	29,7	10	387,4	4
Montanha	16.620	23.855	38	1.435	21	416,7	25	297,6	41	379	10	38,1	12	258,8	34
Pinheiros	21.330	27.731	27	1.300	31	375,2	30	276,3	51	235,9	25	36,2	19	214	52
Pedro Canário	22.414	21.228	43	947	70	269,9	56	278,5	48	54,3	77	28,4	74	171,5	67
Boa Esperança	14.253	16.391	54	1.177	49	318,5	49	365	19	127	59	29,4	47	252,3	37
Cariacica	361.058	185.463	5	17514	78	123,0	75	80,2	76	67,5	75	41,9	78	66,1	77
TOTAL/MÉDIA	448.453	298.645		1.304		381		327		245		33		240	
Vitória	317.085	763.580	1	2.408	4	854,8	3	180,2	70	387,6	8	21,7	13	350,3	6
TOTAL/MÉDIA ESTADO	3.464.285	4.097.439		1.182		366,7		178,3		194,3		28,8		198,9	

Fonte: Finanças dos Municípios Capixabas, 2007. Aequus Consultoria.